

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SARA FERREIRA DE ALMEIDA

ANDARILHOS DA ESPERANÇA

estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017

**São Carlos/SP
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

SARA FERREIRA DE ALMEIDA

ANDARILHOS DA ESPERANÇA

estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientação: Profa. Dra. Maria Waldenez de Oliveira.

**São Carlos/SP
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa da Tese de Doutorado da candidata Sara Ferreira de Almeida, realizada em 20/02/2018:

Prof. Dra. Maria Waldenez de Oliveira
UFSCar

Prof. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
UFSCar

Prof. Dra. Aída Victoria Garcia Montrone
UFSCar

Prof. Dra. Fabiana Rodrigues de Sousa
UNISAL

Prof. Dra. Maria Stela Santos Graciani
PUC-SP

Esse estudo foi realizado dentro do quadro de pesquisas do grupo “Práticas Sociais e Processos Educativos” da Universidade Federal de São Carlos (www.processoseducativos.ufscar.br) e contou com auxílio financeiro do CNPQ.

*para Angelina, Lacreia, Cecília, Cabrini, Cícero e tantos
outros amigos e amigas que viveram na rua – e nela
morreram – sem que eu pudesse me despedir...*

Os agradecimentos foram as últimas linhas que escrevi do longo texto que vem pela frente. Ele é o resultado desse estudo que é parte fundamental da minha vida. Durante sua realização, todas as pessoas que conheci, com quem convivi e dialoguei foram insubstituíveis, e ao adentrarem nas vivências da pesquisa e da militância fizeram parte substancial da minha vida. A todas elas devo esses agradecimentos, a começar pelo Jean Peres, com quem falarei de forma direta:

“Jam”, muito obrigada por tudo, mas especialmente por ser companheiro de vida e de luta incansável por um mundo melhor. Você é e sempre será o maior exemplo de retidão ética e o amor que pude experimentar nessa vida. Além, claro, de um grande professor de economia e de política!

Nunca é bastante dizer o quanto agradeço minha família: papai, mamãe, Samu, Sulo, Balta (meu novo irmão caçula), Fernandusca (minha cunhada irmã) e Henrique (meu sobrinho, luz que ilumina minha vida desde 2015). Ao acreditarem na potência do estudo e me incentivarem sem reservas a construir minha própria história (primeiro como ecóloga, depois pedagoga) vocês me ajudaram a chegar até aqui sem esmorecer no caminho. Esse foi o primeiro aprendizado sobre a necessidade de lutar por uma vida melhor, não só para nós mesmos, mas para todos e todas que a tem roubada pela força do individualismo e da iniquidade social. Enquanto vimos tanta gente rompendo laços culturais por questões de incompatibilidade política, ou seja, lá quais forem, eu tive a sorte de nascer e crescer ao lado de meus pais e irmãos, núcleo que se estendeu com a presença do Baltazar, e que também inclui meus avós, tios, tias, primas/o (Ana, Le e Rafa, em especial) e os agregados. Os membros dessa grande família, para quem os princípios da solidariedade e do respeito ao próximo são primordiais, são exemplos inquestionáveis para a condução da minha vida.

Agradeço, por fim, todos e todas as amigas de construção da luta política:

... do Fórum da População de Rua de São Carlos, especialmente a Soraya, o Carlos, a Shirlei, a Natália, o Adriano, o Gil Rosa, a Katiuscia, o Clo, a Raquel, a Anne, o Eder e também aqueles que já não fazem parte e aos que ainda farão. Agradeço também os amigos de militância de Campinas, Goiânia e São Paulo: Adriana, Humberto, Bianca, Luís, Lula, Felipe, Robson, Eduardo, Darci, Anderson, Luciana, Daniel, além de tantos outros que durante todo o processo de investigação e militância foram os grandes intelectuais que me ensinaram o valor de compor uma comunidade de luta política que tem na amizade seu fundamento mais precioso. Muito obrigada!

... a Profa. Maria Waldenez de Oliveira que me ensinou com rigor e ternura a me posicionar como pesquisadora comprometida com os anseios dos grupos populares durante o mestrado e o doutorado. Nesses percursos foi a Wal que me atentou para o fato da pesquisa científica poder desequilibrar as estruturas da dominação que aí estão. A ela, então, meu muito obrigada!

... o Prof. Dr. Mario Ruiz Sotelo, supervisor do estágio de doutorado sanduíche na UNAM (México), agradeço imensamente pela oportunidade ímpar que me ajudou a compreender melhor a Filosofia da Libertação e, sem dúvida, que mediou meu convívio com o Prof. Dr. Enrique Dussel, cuja experiência filosófica inigualável contribuiu não só com a articulação conceitual do estudo, mas sobretudo, com o fortalecimento da convicção de que fora da luta política não haverá transformação. No bojo desse agradecimento, incluo todos os amigos

mexicanos, mas muito especialmente, o Jorge Alberto Relo que abriu as portas do México para mim, o Bernardo, a Olivia e Júlio, o David e a Carlota (que é italiana mas, mais parece mexicana), além do Jorge Zúñiga, do Enrique Telez, do carismático casal Carmem e Omar Garcia e todos os demais, todos mesmo! Vocês me deram importantes instruções sobre a Filosofia da Libertação, mas também sobre as comidas, os lugares a conhecer e tudo de bom que experimentei nesse país maravilhoso. Muito especialmente também, agradeço à Martine, grande amiga franco-mexicana que me acolheu amorosamente em sua casa e em toda a sua vida e junto desse agradecimento, incluo a Juliana, vivaz companheira de viagem e nova amiga no Brasil. Sou grata pela existência por ter me proporcionado o encontro com todas essas pessoas que me receberam e cuidaram de mim como alguém da família.

... os companheiros/as da Pós-Graduação em Educação da UFSCar, em especial a Camila, a Aline e o Tiago que nos debates calorosos e também nas cervejas geladas, deram contribuições sem igual ao avanço da tese e da vida, claro! Também agradeço a Rosângela, a Reijane, a Iraí, o Djalma, o Erivelto e o Pedro pela companhia nos estudos e reflexões da teoria dusseliana.

... as Profas. que compuseram a banca – Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Maria Stela Graciani, Victoria Garcia Montrone e Fabiana Rodrigues de Sousa, além dos suplentes Valéria Vasconcelos e Luiz Gonçalves – gratidão por estarem ao meu lado nesse momento, me ajudando a enxergar os erros cometidos no caminho e a rapidamente corrigir a rota. Isso, sem jamais esquecer que a pesquisa no campo da Educação como prática de liberdade não pode permitir a flexibilização teórica e prática sobre quem são os verdadeiros oprimidos desse mundo.

É certo que há outras pessoas que fizeram parte dessa e de outras trajetórias a quem devo agradecer, mas que acabei não incluindo aqui. Elas estão, sem dúvida ou exceção, nas entrelinhas dos aprendizados expressados ao longo do texto.

Eu só não poderia deixar de mencionar a Gra, a Vanessa, a Neia, o Marcelo, a Kelci, a Carol e a Maria. Esses valorosos educadores do Kooperi – coletivo educativo que me fortaleceu ao me lançar no campo da Educação Popular e da política da alteridade e da amizade – são disseminadores de grandes ensinamentos que essa existência efêmera jamais apagará do meu espírito. A vocês agradeço do fundo do meu coração e digo: o Kooperi, independentemente de existir ou não por meio de aparatos jurídicos e burocráticos, já deixou seu legado impresso em todas as pessoas que um dia tocou e para quem será memória viva de esperança e de luta por dias melhores, pois eles ainda virão.

Os agradecimentos se encerram aqui, contudo a caminhada empreendida com todas as pessoas que mencionei certamente está apenas começando.

Ain't Got No / I Got Life

Nina Simone

Ain't got no home, ain't got no shoes
Ain't got no money, ain't got no class
Ain't got no skirts, ain't got no sweater
Ain't got no perfume, ain't got no bed
Ain't got no man

Ain't got no mother, ain't got no culture
Ain't got no friends, ain't got no schooling
Ain't got no love, ain't got no name
Ain't got no ticket, ain't got no token
Ain't got no God

Then what have I got?
Why am I alive anyway?
Yeah, what have I got nobody can take away

I got my hair, I got my head
I got my brains, I got my ears
I got my eyes, I got my nose
I got my mouth, I got my smile
I got my tongue, I got my chin
I got my neck, I got my boobs

I got my heart, I got my soul
I got my back, I got my sex
I got my arms, I got my hands
I got my fingers, got my legs
I got my feet, I got my toes
I got my liver, got my blood

I've got life
I've got my freedom
I've got the life

I've got the life
And I'm gonna keep it
I've got the life
And nobody's gonna take it away
I've got the life

A existência de mais de 100 mil pessoas vivendo na rua no Brasil é resultado de um sistema de organização da vida cujos elementos fundantes são: o lucro e a propriedade privada; o individualismo e a segregação social. Reações da População de Rua frente a essa realidade levaram à instituição da política pública voltada ao grupo em 2009. A produção acadêmica, especialmente no campo da Educação, não se debruçou sobre a conquista desses direitos buscando entender se os processos de organização do grupo na luta política vislumbram a superação de sua questão ou na sua manutenção. Esse estudo buscou enfrentar essa lacuna, esquadrinhando os processos educativos emergentes em tal prática. O percurso metodológico foi construído em dois momentos. O primeiro seguiu os pressupostos da Filosofia da Libertação dusseliana que aportou a narrativa de três militantes do Fórum da População em Situação de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua em Campinas. Ele e elas compartilharam suas próprias vivências da infância à vida adulta e, dessa, ao engajamento político, possibilitando a compreensão de que a vida na rua desumaniza e cria o substrato para humanizar, mas não alcança esse propósito necessariamente. A luta política se desdobra no campo prático de maneiras distintas classificadas como: prática política *para*, *com* e *da* População de Rua. Cada uma delas forma seus sujeitos podendo ser eles representantes e apoiadores da rua. Essas categorias estão organizadas pela concepção de política e educação de Enrique Dussel e Paulo Freire. Tais autores defendem que quando a voz de sujeitos vitimados é ouvida na construção da luta política, ela se torna instrumento de desestabilização do que está dado. Foi essa premissa que orientou o segundo momento do percurso metodológico sustentado sobre a Sistematização de Experiências, procedimento de pesquisa que busca superar a totalização da ciência hegemônica que oculta o conhecimento popular. Adotar essa estratégia e ancorá-la no pensamento de Oscar Jara Holliday e Marco Raul Mejía permitiu a análise da atuação política do Fórum da População de Rua de São Carlos no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017. Notas de campo, memórias pessoais, atas dos encontros mensais, imagens fotográficas, entrevistas e rodas de conversa foram fontes de registro e coleta dos dados. A conclusão da investigação proporcionou a defesa de que na prática de luta política protagonizada por quem tem trajetória de rua e seus apoiadores é produzida uma narrativa e conhecimentos capazes de perfazer um referencial próprio dessa experiência, sempre diversa e coletiva. A identificação dos processos de sua instituição permitiu apontar contribuições ao *quefazer* político-educativo desse grupo popular, além de dar pistas à construção de uma práxis científica que se desprende do domínio da totalização do saber acadêmico sobre o popular.

Palavras chave: Processos Educativos, Luta Política, População de Rua, Filosofia da Libertação, Educação Popular, Sistematização de Experiências.

La existencia de más de 100 mil personas viviendo en la calle en Brasil es el resultado de un sistema de organización de la vida cuyos elementos fundantes son: el lucro y la propiedad privada; el individualismo y la segregación social. Las reacciones de la Población de Calle frente a esa realidad llevaron a la institución de la política pública dirigida al grupo en 2009. La producción académica, especialmente en el campo de la Educación, no se centró en la conquista de esos derechos buscando entender si los procesos de organización del grupo en la lucha política vislumbran la superación de su cuestión o en su mantenimiento. Este estudio buscó enfrentar esa laguna con el dibujo de los procesos educativos emergentes en tal práctica. El recorrido metodológico fue construido en dos momentos. El primero siguió los presupuestos de la Filosofía de la Liberación dusseliana que aportó la narrativa de tres militantes del Foro de la Población en Situación de Calle y del Movimiento Nacional de la Población de Calle en Campinas (Departamento de San Pablo). Él y ellas compartieron sus propias vivencias de la infancia a la vida adulta y, de esa, al compromiso político, posibilitando la comprensión de que la vida en la calle deshumaniza y crea el sustrato para humanizar, pero no alcanza ese propósito necesariamente. La lucha política se desdobra en el campo práctico de maneras distintas clasificadas como: práctica política *para, con y de la* Población de Calle. Cada una de ellas forma sus sujetos pudiendo ser ellos representantes y partidarios de la calle. Estas categorías están organizadas por la concepción de política y educación de Enrique Dussel y Paulo Freire. Tales autores defienden que cuando la voz de sujetos victimados es escuchada en la construcción de la lucha política, se convierte en instrumento de desestabilización de lo que está dado. Fue esa premisa que orientó el segundo momento del recorrido metodológico sostenido sobre la Sistematización de Experiencias, procedimiento de investigación que busca superar la totalización de la ciencia hegemónica que oculta el conocimiento popular. Adoptar esa estrategia y anclarla en el pensamiento de Oscar Jara Holliday y Marco Raul Mejía permitió el análisis de la actuación política del Foro de la Población de Calle de São Carlos en el período de febrero de 2016 a enero de 2017. Notas de campo, memorias personales, actas de los encuentros mensuales, imágenes fotográficas, entrevistas y ruedas de conversación fueron fuentes de registro y recolección de los datos. La conclusión de la investigación proporcionó la defensa de que en la práctica de lucha política protagonizada por quienes tienen trayectoria de calle y sus partidarios se produce una narrativa y conocimientos capaces de realizar un referencial propio de esa experiencia, siempre diversa y colectiva. La identificación de los procesos de su institución permitió apuntar contribuciones al *quehacer* político-educativo de ese grupo popular, además de dar pistas a la construcción de una praxis científica que se desprende del dominio de la totalización del saber académico sobre lo popular.

Palabras clave: Procesos Educativos, Lucha Política, Población de Calle, Filosofía de la Liberación, Educación Popular, Sistematización de Experiencias.

The more than 100 thousand people living on the streets in Brazil, without fundamental rights access is the result of a life organization system whose primary elements are: profit and private property; individualism and social segregation. Reactions of the Homeless in face of this reality led to the institution of public policy focused on the group in 2009. Academic production, especially in the field of Education, did not focus on the conquest of these rights, trying to understand if the processes of organization of the group in the struggle their problem or in their maintenance. This study sought to address this gap by explore emerging educational processes in such practice. The methodological course was built in two moments. The first one followed the presuppositions of the Philosophy of Liberation of Enrique Dussel that contributed the narrative of three militants of the Forum of the Homeless and of the Homeless National Movement in Campinas. They shared their own experiences from childhood to adulthood and from that to political engagement, making it possible to understand that life on the street dehumanizes and creates the substratum to humanize, but does not necessarily achieve that purpose. The political struggle unfolds in the practical field in distinct ways classified as: political practice *for*, *with* and *of* the Homeless. Each of them forms their subjects and they can be representatives and supporters of the street. These categories are organized by the conception of politics and education of Enrique Dussel and Paulo Freire. Such authors argue that when the voice of victimized subjects is heard in the construction of political struggle, it becomes an instrument of destabilization of what is given. It was this premise that guided the second moment of the sustained methodological course on the Systematization of Experiences, a research procedure that seeks to overcome the totalization of hegemonic science that hides popular knowledge. Adopting this strategy and anchoring it in the thinking of Oscar Jara Holliday and Marco Raul Mejía allowed the analysis of the political action of the São Carlos Homeless Forum from february 2016 to january 2017. Field notes, personal memories, minutes of the monthly meetings, photographic images, interviews and talk wheels were sources of recording and data collection. The conclusion of the investigation provided the defense that in the practice of political struggle carried out by those who have a street trajectory and their supporters, a narrative and knowledge capable of forming a proper reference point of this experience, which is always diverse and collective, is produced. The identification of the processes of his institution allowed to point out contributions to the political-educational activities of this popular group, besides giving clues to the construction of a scientific praxis that comes from the domain of the totalization of academic knowledge about the popular.

Keywords: Educational Processes, Political Struggle, Homeless, Philosophy of Liberation, Popular Education, Systematization of Experiences.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1. Movimento de libertação da FL, sendo A: dominador; B: oprimido; C: exterioridade; a: dominação; b: tendência ao projeto dominador; c: projeto do sistema; d: libertação, práxis alterativa, negação da negação; e: afirmação da exterioridade; f: projeto de libertação; I: totalidade; II: nova ordem.	55
Esquema 2. Conjunto formado pelo trinômio vontade-consenso-factibilidade que gesta a política como campo e poder de lutar.....	97
Esquema 3. Conjunto que institui a Potestas que pode distorcer o poder do povo ou confirmá-lo.	100
Esquema 4. Ciclo de subjetividades e intersubjetividades que perfazem a política da alteridade na prática social de luta política da e com a População de Rua.	144
Esquema 5. Mapa da parte 2 da tese.....	147
Esquema 6. Estrutura de organização do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP...	163
Esquema 7. Conjunto de ações empreendidas pelo Fórum no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.	230
Esquema 8. Flechas a: transformação do sujeito em ator; flechas b e c: relação de fundamentação (de I a II e III) e de subsunção (de III a II e I).....	265
Esquema 9. A bolha não rompida pela práxis política.	267

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Procedimentos que efetivam a Analética no campo científico-educativo-político	56
Quadro 2. Diferenças entre o método dialético que Enrique Dussel qualifica como negativo e positivo na obra <i>Filosofia de la Liberación</i>	59
Quadro 3. Proposta de organização do trabalho de Sistematização de Experiência.	63
Quadro 4. Etapas do trabalho de campo do doutorado desenvolvidas entre novembro de 2015 e janeiro de 2017.....	65
Quadro 5. Momentos do trabalho de campo	66
Quadro 6. Critérios de seleção de participantes nos momentos 1 e 2 do trabalho de campo..	68
Quadro 7. Análise da entrevista com Haydée.	74
Quadro 8. Análise da entrevista com Camilo.....	75
Quadro 9. Análise da entrevista com Célia.	76
Quadro 10. Tipos de práticas de luta que podem ser instituídas no campo político contextualizado pela problemática da vida na rua.....	117
Quadro 11. Potencialidades e processos que enfraquecem a luta política da e com a População de Rua.	119
Quadro 12. Participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos no dia 15 de fevereiro de 2016, às 9h na Defensoria Pública do município.....	164

Quadro 13. Reuniões de planejamento entre encontros mensais (fevereiro de 2016 a janeiro de 2017).....	206
Quadro 14. Problemas denunciados pelos participantes do Fórum entre março de 2016 e janeiro de 2017, posteriormente tematizados pelos seus integrantes mais assíduos.	233
Quadro 15. Ofícios referentes à ação estratégica “Acessar convênio, regimento interno e processo da Casa de Passagem”.....	238
Quadro 16. Ofícios referentes à ação estratégica “Visitar a Casa de Passagem”.....	260
Quadro 17. Ações do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP sobre a Casa de Passagem (período: 15 de fevereiro a 09 de agosto de 2016).	268
Quadro 18. Conjunto de aprendizados de como se tornar um militante político com a População de Rua, com ou sem a vivência dessa experiência.	272
Quadro 19. Síntese das debilidades e ações futuras do Fórum da População de Rua de São Carlos.....	285

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos participantes do 1o encontro do Fórum por setor que representavam.....	165
Gráfico 2. Frequência de participantes por setor que representa nas reuniões de planejamento do Fórum.....	208
Gráfico 3. Evolução das despesas das entidades prestadoras do serviço de acolhimento no âmbito da proteção especial de alta complexidade em São Carlos no período de 2008-2017.	245
Gráfico 4. Evolução das despesas selecionadas. 2008-outubro 2017.....	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Leis que aprovaram as subvenções destinadas às entidades prestadoras de serviços à Prefeitura no âmbito da Proteção Social Especial do SUAS no período de 2008 a 2016	243
--	-----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Participante de reunião de planejamento (16/06/16).	205
Imagem 2. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 19 de julho de 2016).	210
Imagem 3. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 21 de junho de 2016).	211
Imagem 4. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas (21 de junho de 2016).	212
Imagem 5. Militantes de Campinas e São Carlos após reunião do Fórum em Campinas dia 17 de maio de 2016.....	213

Imagem 6. Mulher relatando sua história de vida no Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 21 de junho de 2016).....	213
Imagem 7. Reunião entre militantes das práticas de luta de São Carlos, Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo no dia 21 de maio de 2016 no Viaduto do Pedroso em São Paulo, sede do MPPR/SP.	217
Imagem 8. Reunião entre militantes das práticas de luta de São Carlos, Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo no dia 16 de junho de 2016 no Viaduto do Pedroso em São Paulo, sede do MPPR/SP.	218
Imagem 9. Roda de conversa no encontro de novas lideranças do MNPR/SP (Praia Grande/SP: 29 de abril a 1 de maio de 2016).	219
Imagem 10. Dinâmica no V encontro de formação de lideranças estadual para políticas públicas e preparação para o Congresso para a População em Situação de Rua do MNPR/SP (Praia Grande/SP: 29 de abril a 1 de maio de 2016).	220
Imagem 11. Militantes de São Carlos na ida a Belo Horizonte no dia 16 de agosto de 2016.	222
Imagem 12. Militante de São Carlos em apresentação artística no Congresso (17 de agosto de 2016).	222
Imagem 13. Militante de São Carlos em apresentação artística no Congresso no dia 17 de agosto de 2016.	223
Imagem 14. Militantes representando o Estado de São Paulo no Congresso (20 de agosto de 2016).	224
Imagem 15. Despedida dos militantes do Estado de São Paulo do Congresso (20 de agosto de 2016).	224
Imagem 16. Marcha do Dia Nacional das Pessoas em Situação de Rua em frente à Praça da Sé em São Paulo no dia 23 de agosto de 2016.	226
Imagem 17. Militantes de São Carlos na Marcha do Dia Nacional das Pessoas em Situação de Rua (23 de agosto de 2016).	227
Imagem 18. Militantes que participaram de mesas de debates no I FEST RUA/SP (Palácio das Convenções Anhembi Morumbi: 24 de agosto de 2016).	228
Imagem 19. Reunião de planejamento do Fórum da População de Rua realizada no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública.	239
Imagem 20. Apresentação do histórico de encontros e ações do Fórum na reunião de planejamento no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública do município.....	240
Imagem 21. Leitura e destaques para pontos problemáticos encontrados nos documentos que regem a Casa de Passagem no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública.	240
Imagem 22. Dependências da Casa de Passagem. As duas primeiras são quartos masculinos e as duas últimas mostram o local onde são penduradas roupas lavadas. Nele o acesso é permitido apenas aos funcionários do equipamento (tiradas no dia 19 de outubro de 2016.	256
Imagem 23. 1ª Marcha do Fórum da População de Rua no dia 20 de setembro de 2016.	262

SUMÁRIO

PARTE I. O CAOS E A INDIGNAÇÃO

Primeiros comentários.....	18
Apresentação do estudo e estrutura do texto	18
Meus (des)caminhos.....	24
Entre a casa e a rua	27
Caso das muquiranas	35
Luta política da População de Rua no Brasil.....	38
O desenho de uma problemática	38
A pesquisa militante	50
Campo da “participação pesquisante”	51
Analética como estratégia de pesquisa	53
Sistematização de Experiências como instrumento científico-educativo-político	60
Coleta, organização e análise dos dados	66

PARTE II. A EDUCAÇÃO DA REBELDIA

CAPÍTULO 1. Vontade de viver e necessidade de lutar	79
A justa ira e os (des)caminhos da politização	82
Do “menino bandido” à militante transexual, negra e moradora de rua	84
Mãe da rua sem seus filhos	87
Menino migrante, trabalhador militante	91
CAPÍTULO 2. Entre o domínio e a libertação	105
Prática de luta política no mundo da rua	106
“Tentei expressar opinião como População de Rua, a ideia foi silenciada”: a prática <i>para</i> a População de Rua	108

“Nós somos um”: a prática <i>da e com</i> a População de Rua	113
CAPÍTULO 3. Sujeitos da luta política no mundo da rua.....	129
Insurgência de representantes da rua: desafios público-privados	130
Formação de apoiadores: desafios para uma política da alteridade	139
Comentários finais da segunda parte	147

PARTE III. ORGANIZAÇÃO DA RAIVA

CAPÍTULO 4. Fórum da População de Rua: “a favor de quem e contra quem está”?	150
Processos de instituição da experiência sistematizada	152
Contexto de fundação do Fórum	153
Encontros mensais	162
Reuniões de planejamento	205
Consolidação de parcerias	209
Participação / Organização de eventos	219
CAPÍTULO 5: Ações estratégicas.....	229
“Saber Amar”	231
Acessar os documentos da Casa de Passagem	235
1. A história do diagnóstico	239
2. A história do dinheiro	241
3. A história com a coordenadora e o advogado	248
Ocupar o Conselho Municipal de Assistência Social	253
Visitar a Casa de Passagem	255
1. “A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”: o caso do percevejo	258
Interpelar o Ministério Público	261
Marchar	262
CAPÍTULO 6. “Vitrine” para o mundo ou prática política?	263
CAPÍTULO 7. Reforma ou transformação?	273
Fragilidades da experiência política e ações futuras	282

CAPÍTULO 8. Há esperança no devir?	286
PARTE IV. DA PRÁXIS ÀS COISAS	
Comentários em torno do ato de lutar	293
A Educação Popular na práxis política	299
REFERÊNCIAS.....	307
APÊNDICE I.....	321
APÊNDICE II	328
APÊNDICE III.....	329
APÊNDICE IV	331
APÊNDICE V	330
APÊNDICE VI.....	333
APÊNDICE VII	336
APÊNDICE VIII.....	348
ANEXO I	357
ANEXO II.....	360
ANEXO III	364
ANEXO IV	368

PARTE I.

O caos e a indignação

PRIMEIROS COMENTÁRIOS

Apresentação do estudo e estrutura do texto

O estudo é resultado dos percursos trilhados no doutorado desenvolvido entre 2014 e 2017 no seio do Grupo de Pesquisa *Práticas Sociais e Processos Educativos*¹, coletivo de investigadores que compreende as práticas sociais como produtoras de conhecimentos úteis à propagação da vida, seja por meio de processos de paz ou de atos de guerra. Durante essa andarilhagem, vivi ricas experiências educativas que me colocaram no campo de luta política na companhia de pessoas com quem aprendi que fora dessa prática não vai haver transformação nas relações de assimetria que submetem a maioria do povo brasileiro.

Destaco, em especial, o estágio de doutorado sanduíche realizado na Facultad de Filosofía y Letras da Universidad Nacional Autónoma de México (FFyL / UNAM) sob a supervisão do Prof. Dr. Mario Ruiz Sotelo, entre fevereiro e junho de 2017. Na oportunidade, ao participar de seminários, disciplinas, eventos acadêmicos e conversas informais, pude estar próxima da principal referência do estudo, o filósofo Enrique Domingo Dussel Ambrosini², com quem desenvolvi a compreensão de que as vítimas do mundo, e somente elas, serão capazes de constituir uma nova comunidade política anti-hegemônica com validade crítica. E como atores históricos lutam pelo reconhecimento de novos direitos, emergirão como construtores de outra universalidade (desde a diferença) por meio da práxis de libertação (DUSSEL, 1998).

Pautado nessa convicção e de forma ampla, o estudo trata a prática de luta política protagonizada pela População de Rua e seus apoiadores sob o aporte da Filosofia da Libertação e da Sistematização de Experiências. Essas teorias latino-americanas contribuíram com a compreensão sobre os processos desenvolvidos por esse ator político em prol da garantia dos

¹ Para mais informações acessar: www.processoseducativos.ufscar.br

² Enrique Dussel nasceu em 24 de dezembro de 1934, em La Paz, na província de Mendoza na Argentina. Filho de pai médico e mãe militante religiosa, licenciou-se em Filosofia e em Ciências da Religião e é doutor em filosofia e história. Desde a década de 1970, após ataque explosivo que atingiu sua casa na Argentina, em decorrência do advento da ditadura militar no país, Dussel exilou-se no México, onde ainda vive, leciona e milita (DUSSEL, 1998). Naquele país, um dos principais fundadores da Filosofia da Libertação, vem produzindo uma das obras acadêmicas mais expressivas da América Latina e, quem sabe, do mundo.

direitos de vida historicamente negados. Perseguindo a desconstrução da ideologia de que práticas sociais existentes para além das fronteiras das universidades não estão habilitadas a produzir uma racionalidade equiparável ao conhecimento científico na tarefa de explicar crítica e sistematicamente a realidade, foi produzida uma matriz teórica que posicionou, lado a lado, pensamentos construídos no âmbito acadêmico e reflexões que insurgiram na luta política com seus intelectuais orgânicos.

De modo detido, o estudo foca o *Fórum da População de Rua de São Carlos/SP*, coletivo fundado em um evento promovido pela Prefeitura Municipal de São Carlos em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em novembro de 2015. Em fevereiro de 2016 o Fórum foi retomado e tomado como experiência a ser registrada e analisada por seus participantes. Esse percurso sistematizador se estendeu até janeiro de 2017, perfazendo o conjunto de 12 encontros mensais, 13 reuniões de planejamento, 22 atividades de articulação com outras experiências similares em Campinas/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP e Belo Horizonte/MG e um sem número de ações estratégicas. No período analisado, o Fórum objetivou construir princípios e práticas baseadas no respeito, na solidariedade e no atendimento efetivo das demandas urgentes do grupo no município. Para tanto, enfrentou desafios a sua instituição no campo político, processos que foram identificados por 5 de seus participantes a partir do resgate do vivido, da descrição e da análise dos fatos decorridos e da interpretação crítica da experiência à luz das teorias adotadas. O conjunto do que foi estudado foi transformado no texto que aqui se apresenta. Ele está dividido em quatro partes e oito capítulos, contando também com referências, apêndices e anexos.

A **primeira parte**, que é introdutória, narra traços da minha trajetória de vida, cujos percursos desde as experiências com grupos marginalizados, culminaram no encontro com a População de Rua em São Carlos/SP em 2010 como educadora popular. Na prática da abordagem de rua, em que interagia com pessoas que nela viviam fora do ambiente institucional, o principal aprendizado foi sobre a necessidade de compreender a vida na rua sob uma perspectiva coletiva e dialética e ao me educar e pesquisar com pessoas que viviam a situação, diversas curiosidades epistemológicas emergiram, levando-me a ampliar a compreensão conceitual sobre o tema. Para isso, desde o primeiro trabalho acadêmico concluído em 2011, passando pelo mestrado finalizado em 2014 e, na sequência, a pesquisa de doutorado que encerro em 2018, fui buscando inovar a construção do meu referencial teórico, incluindo nele a narrativa de pessoas com

trajetória de rua que conhecem como ninguém as estratégias para viver as mais variadas situações de risco. Com elas, fui aprendendo que para viver na rua é preciso resistir às adversidades e que esse processo de resiliência produz potência de transformação da realidade, perfazendo nas amarrações introdutórias do estudo, a problemática investigada. Traçado esse percurso, a primeira parte se encerra abrindo os caminhos teórico-metodológicos perseguidos, cujo objetivo foi produzir conhecimentos enraizados na realidade vivida para a ela retornar.

A **segunda parte** é composta por três capítulos. Ela constitui o marco teórico do estudo, construção feita também a partir da narrativa de 3 militantes do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP e do Movimento Nacional da População de Rua. Essa narrativa foi aqui pronunciada com o aporte da Filosofia da Libertação dusseliana e da Educação Popular freireana. O **capítulo 1** articula os conceitos chave do estudo: luta política e educação da rebeldia, elaboração que contribui com a definição da prática política impulsionada pela vida na rua. Os **capítulos 2 e 3**, respectivamente, evidenciam categorias analíticas, quais sejam: a prática de luta política *para, com e da* População de Rua e os processos educativos que formam seus representantes e apoiadores. Eles se subdividem em 2 sessões cada um. As duas primeiras se voltam à definição da prática social a partir de processos como: a manutenção do *status quo* concretizada pela *conquista*, pelo *silenciamento*, pela *alienação* e pela *manipulação*; e a potencialização da libertação por meio da *ocupação* dos espaços de denúncia e anúncio, da *participação* democrática na luta política, na *conscientização* contínua e irrestrita sobre a realidade vivida e na *efetivação* de resultados buscados nas ações estratégicas da luta. As duas sessões desdobradas no capítulo 3 que encerra a segunda parte do estudo, argumenta sobre a formação da dimensão intersubjetiva da prática social expressada na insurgência de representantes e apoiadores da rua e cujos processos desafiam os sujeitos da luta política.

A **terceira parte** do texto corresponde aos 5 tempos da Sistematização de Experiências tomada aqui como aporte metodológico. Essas etapas denominadas: 1) ponto de partida; 2) perguntas iniciais; 3) recuperação do processo vivido; 4) reflexão de fundo e 5) pontos de chegada, distribuem-se em 5 capítulos que analisam a experiência do *Fórum da População de Rua de São Carlos*. Os **capítulos 4 e 5** possibilitaram a interpretação dos processos de institucionalização da experiência ao situá-la em um contexto político mais amplo. Os **capítulos 6, 7 e 8** encerram a terceira parte do estudo, materializando a Sistematização de Experiências como instrumento de registro e análise crítica dos percursos da experiência política, sobre a

qual foram interpostos diversos desafios a sua instituição entre fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, além da Sistematização ter possibilitado a elaboração de metas futuras a fim de guiar sua atuação.

A **quarta parte** do estudo, desenvolvida em duas seções, retoma os argumentos construídos em torno do objeto investigado, ou seja, a luta política impulsionada pela vida na rua, bem como a formação educativa de seus representantes e apoiadores, subsidiando a afirmação de que durante os processos de instituição dessa prática social é produzida uma narrativa e conhecimentos capazes de contribuir com a construção da práxis científica-educativa-política como instrumento de libertação. A estrutura do texto, bem como o mapa do estudo podem ser visualizados na sequência, respectivamente. Sugiro que especialmente o mapa do estudo seja tomado em mãos durante a leitura da parte 4 do texto, para que a lógica da tese seja compreendida em sua totalidade.

ESTRUTURA DO TEXTO

FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO (Analética)									
SEÇÕES DO TEXTO	PARTE I. O caos e a indignação	PRIMEIROS COMENTÁRIOS Apresentação do estudo e estrutura do texto MEUS (DES)CAMINHOS Entre a casa e a rua Caso das muquiranas LUTA POLÍTICA IMPULSIONADA PELA VIDA NA RUA NO BRASIL O desenho de uma problemática A PESQUISA MILITANTE Campo da “participação pesquisante” Analética como estratégia de pesquisa Sistematização de Experiências como instrumento científico-educativo-político Coleta, organização e análise dos dados							
	PARTE II. A educação da rebeldia	Capítulo 1. A vontade de viver e a necessidade de lutar Capítulo 2. Entre o domínio e a libertação Capítulo 3. Sujeitos da luta política no mundo da rua							
	SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA*								
	PARTE III. A organização da raiva	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 25%;">PONTO DE PARTIDA</td> <td rowspan="4" style="vertical-align: top;"> Capítulo 4. Fórum da População de Rua: <i>a favor de quem, contra quem?</i> Capítulo 5. Ações estratégicas Capítulo 6. “Vitrine” para o mundo ou prática política? Capítulo 7. Transformação ou reforma? </td> </tr> <tr> <td>PERGUNTAS INICIAIS</td> </tr> <tr> <td>RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO</td> </tr> <tr> <td>REFLEXÃO DE FUNDO: por que aconteceu o que aconteceu?</td> </tr> <tr> <td>PONTOS DE CHEGADA</td> <td style="vertical-align: top;"> Capítulo 8. Há esperança no devir? </td> </tr> </table>	PONTO DE PARTIDA	Capítulo 4. Fórum da População de Rua: <i>a favor de quem, contra quem?</i> Capítulo 5. Ações estratégicas Capítulo 6. “Vitrine” para o mundo ou prática política? Capítulo 7. Transformação ou reforma?	PERGUNTAS INICIAIS	RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO	REFLEXÃO DE FUNDO: por que aconteceu o que aconteceu?	PONTOS DE CHEGADA	Capítulo 8. Há esperança no devir?
	PONTO DE PARTIDA	Capítulo 4. Fórum da População de Rua: <i>a favor de quem, contra quem?</i> Capítulo 5. Ações estratégicas Capítulo 6. “Vitrine” para o mundo ou prática política? Capítulo 7. Transformação ou reforma?							
PERGUNTAS INICIAIS									
RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO									
REFLEXÃO DE FUNDO: por que aconteceu o que aconteceu?									
PONTOS DE CHEGADA	Capítulo 8. Há esperança no devir?								
PARTE IV. Da práxis às coisas	COMENTÁRIOS EM TORNO DO ATO DE LUTAR A EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁXIS POLÍTICA								

Fonte. Elaboração própria. * Coluna cinza foi baseada em Holliday (2006, p. 72).

MAPA DO ESTUDO

PARTE I: INTRODUTÓRIA

TRAJETÓRIA DE VIDA DA AUTORA:
Percurso de trabalho com a População de Rua

PROBLEMÁTICA DE ESTUDO:
Luta política da População de Rua no Brasil

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA MILITANTE:
Filosofia da Libertação (Analética)
Sistematização de Experiências

PARTE II: ARTICULAÇÃO CONCEITUAL E CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

CAPÍTULO 1.
VONTADE DE VIVER E NECESSIDADE DE LUTAR:
Luta política e educação como práxis política

CAPÍTULO 2.
ENTRE O DOMÍNIO E A LIBERTAÇÃO:
Prática de luta *para, com a da* População de Rua

CAPÍTULO 3.
SUJEITOS DA LUTA POLÍTICA:
Representantes e apoiadores da rua

PARTE III: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS

CAPÍTULO 4.
FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA:
a favor de quem contra quem?
Análise e interpretação sobre a instituição da experiência

CAPÍTULO 5.
AÇÕES ESTRATÉGICAS
Resgate e análise crítica do vivido

CAPÍTULO 6.
VITRINE PARA O MUNDO OU PRÁTICA POLÍTICA:
Reflexão de fundo da experiência

CAPÍTULO 7.
REFORMA OU TRANSFORMAÇÃO?
Reflexão de fundo da experiência e propostas de continuidade

CAPÍTULO 8.
HÁ ESPERANÇA NO DE VIR
Resgate e análise dos últimos acontecimentos

PARTE IV: COMENTÁRIOS FINAIS

COMENTÁRIOS EM TORNO DO ATO DE LUTAR
Retomada dos argumentos da tese

A EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁXIS POLÍTICA
Defesa dos argumentos e conclusão

MEUS (DES)CAMINHOS

Meus dias como funcionária pública do Centro Pop estão chegando ao fim.

A decisão foi consolidada ontem com a ajuda e apoio de familiares e amigos, mas especialmente pela convicção de que essa etapa foi cumprida com amor e engajamento político pela causa da população em situação de rua. Sinto que os trabalhos, ações e intervenções junto a esse grupo social deverão ser realizados, agora, em outro patamar: mas aberto, dialógico, igualitário e politizante. Durante os 2 anos e quase 2 meses de Centro Pop muitas coisas aconteceram. Muitas pessoas conheci e convivi, debati, concordei e discordei, enfim, diversos processos educativos se desenrolaram me fazendo e refazendo uma pessoa diferente. Mas de todos os aprendizados e lições apreendidas, a mais importante foi sobre a humildade necessária ao convívio e contato com a população em situação de rua. A humildade que se converte na capacidade de se colocar profunda e verdadeiramente no lugar do outro, reconhecendo suas mazelas e nunca perdendo de vista a beleza que é ser. Agradeço imensamente às equipes e funcionários, anteriores e atuais, pelos grandes aprendizados obtidos juntos e juntas, dialogando ou divergindo, mas sempre nos elevando enquanto pessoas e profissionais. A todas e todos os usuários do Centro Pop pelo rico convívio diário entremeadado de alegrias, tristezas, angústias e esperança. Jamais esquecerei. Principalmente, agradeço à população de rua, cujas histórias de vida e luta alimentam cotidianamente meus sonhos e utopias de um outro mundo possível. É com imenso amor e carinho que digo “até breve” levando em meu coração gravados todos os rostos, sorrisos e olhares que são partes fundamentais da Sara que hoje sou (Notas de campo: 15/03/12).

Lutar e me educar *com* a População de Rua é opção política feita a partir de experiências que me constituem na mulher que sou. Em Cássia, interior de Minas Gerais, na infância e adolescência, acompanhei minha família em trabalhos assistenciais a pessoas pobres e enfermas desenvolvidos na Casa da Mãe Pobre - Associação Espírita a Caminho da Luz. A família composta por meus pais e dois irmãos não é rica, e esse fato talvez tenha relação com a identificação e posicionamento ao lado de pessoas economicamente desprivilegiadas na busca por contribuir para melhores condições de existência cotidiana daqueles e daquelas que nada têm ou que nada são aos olhos de quem não se responsabiliza.

Ao ajudar na preparação e distribuição da sopa, na doação de agasalhos e de itens de higiene pessoal durante finais de semana, foram ganhando corpo experiências educativas fora da sala de aula com homens adultos, em sua maioria, negros e pardos, usuários de drogas lícitas e ilícitas, moradores de casas precárias na periferia da pequena cidade natal. Nos processos educativos da convivência e do diálogo com aquele grupo, até então alheio à minha realidade, fui me sensibilizando com suas causas e me indignando com o mundo que entendia ser o lugar de poucos.

Mais tarde, entre 2000 e 2004, atuando em projeto de extensão universitária como educadora ambiental em um assentamento rural durante a graduação em Ecologia³, fui compreendendo que o mundo em que vivemos é nosso chão de pertencimento e nosso palco de atuações. É onde e quando nos compreendemos indivíduos que dão forma e sentido às coisas e tudo mais que nos rodeia aos quais também somos capazes de designar utilidades. Onde nos situamos e nos afirmamos pessoas que, com outras pessoas, estamos em movimento por *ser mais* (TUTU, 2012; TEDLA, 1995; FREIRE, 2005).

Nem sempre contamos com a possibilidade de escolher onde queremos estar, de ter o que queremos ter ou de ser aquilo que gostaríamos de ser. Muitas vezes, fazemos dos outros objetos de nossas práticas e desejos, coisificamos sua humanidade ou somos nós transformados em mediações de seus projetos. Assim, nosso mundo também se torna *locus* de seres humanos desumanizados e desumanizadores, de lugares privilegiados e de não lugares, de tempos

³ Projeto de extensão universitária em que trabalhei no assentamento localizado na zona rural de Cordeirópolis/SP, durante a graduação desenvolvida entre 2000 e 2005 na Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP/Rio Claro-SP.

distintos e fragmentados. Em essência, nascer é igual para todos, porém, a partir da lógica da mais-valia, da ganância, da mediatização de seres humanos como coisas, nascer em um determinado tempo espaço é pré-condição do que está por vir. Contudo, nunca determinado a um destino inexorável (DUSSEL, 1977, ARENDT, 2007, FREIRE, 2005).

Hoje compreendo que aquela comunidade sem terra sofria experiências massacrantes de preconceito e marginalização na cidade quando buscava desdobrar seu horizonte existencial para além dos lotes rurais. E os processos educativos produzidos nas experiências de luta com aquelas mulheres, homens, jovens e crianças, proporcionaram-me força e convicção para mudar os rumos da trajetória profissional. Em meados de 2005 fui me fazendo educadora-popular-militante na participação: em práticas consolidadas por grupos de estudos de referencial freireano⁴; na coordenação de projetos com empreendimentos solidários⁵ e na fundação e atuação educativa no Kooperi⁶.

Nesse coletivo, em especial, fundado em 2007 e existente até hoje, vivenciei as primeiras experiências em uma comunidade aprendente em que a interação se funda “na troca de símbolos, de sentimentos, de sentidos e de significados dirigidos a uma busca solidária” (BRANDÃO, 2003, p. 113) de saberes que nesse grupo estão ligados à Educação Popular e à Economia Solidária. No Kooperi todos nós ensinamos e aprendemos uns com os outros sem competição ou concorrência, sem imposição de poder ou de conhecimentos de uns sobre os outros, “mas pela participação tão livre e igualitária quanto possível” do que desejamos, do que sabemos, do que criamos, do que trocamos (BRANDÃO, 2003, p. 113-114).

⁴ Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA/UFSCAR) e Grupo “Propaganda, Consumo e Educação (PCE/UFSCar).

⁵ Na Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos - INCOOP/UFSCar, atualmente, Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMi-EcoSol/UFSCar (<http://www.numiecosol.ufscar.br/numi-ecosol>)).

⁶ O Coletivo Kooperi (*Esperança* em Esperanto) é uma associação sem fins lucrativos cuja filosofia de trabalho de 6 educadores populares se funda nos pressupostos da Educação Popular e da Economia Solidária. Entre 2012 e 2014 o Kooperi atuou como Ponto de Cultura em São Carlos, entretanto, no início da gestão do PMDB com o Prefeito Paulo Altomani em 2014, todos os oito Pontos de Cultura também subsidiados pelo Ministério da Cultura foram fechados sem aviso prévio, o que proporcionou ao coletivo Kooperi mover ação em face do Poder Público municipal e vencer a lide em 2016.

Todas as práticas sociais que integrei e ajudei a desenvolver ao longo da minha vida junto com minha família, com amigos e grupos populares⁷ em luta pelo direito à terra ou à cidade, ajudaram-me a compreender o mundo não apenas como suporte, mas como espaço-tempo de possibilidades em que é preciso ter esperança para não parar⁸.

Entre a casa e a rua

Em 2009 despontou a possibilidade de concurso público na Prefeitura de São Carlos para preencher a vaga de Educador/a Social de Rua. O desejo de levar a cabo todos os aprendizados no campo da Educação Popular podendo contar com um salário – baixo – mas estável, e um pouco de reconhecimento por se tratar de serviço público, impulsionou-me a prestá-lo concorrendo com outros colegas por uma vaga. Fiquei em quinto lugar, mas a lista correu e no final do mesmo ano recebi ligação telefônica da Prefeitura me convocando a assumir o cargo. Foi assim que, no dia 20 de janeiro de 2010, a educadora-popular-militante e, também, servidora pública, obtive os primeiros contatos com pessoas que viviam na rua em São Carlos, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Centro Pop⁹ (BRASÍLIA, 2011).

⁷ Grupo espírita e seus assistidos (durante minha infância e adolescência); adultos, jovens e crianças de assentamento rural no município de Cordeirópolis/SP (2000-2004); adultos, jovens e crianças de empreendimentos solidários de São Carlos (2005-2007); trabalhadores adultos da entulheira de resíduos de construção civil do bairro Cidade Aracy em São Carlos (2008); Crianças, jovens e adultos na horta comunitária do bairro Cidade Aracy em São Carlos (2008); jovens de 15 a 17 anos no ProJovem Adolescentes no bairro Cidade Aracy em São Carlos (2009).

⁸ [...] sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço se torna distorção da necessidade ontológica. Como programa, a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo em que não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo. [...] pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. O essencial, [...] é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (FREIRE, 2011, p. 14-15).

⁹ O Centro Pop é um dos equipamentos para acolhimento institucional da População em Situação de Rua em São Carlos, sendo sediado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social em sua Divisão de Políticas de

No primeiro dia de trabalho, a equipe constituída por cinco técnicos responsáveis pelos encaminhamentos do serviço e profissionais de apoio¹⁰, informou-me que as atividades desempenhadas pelo/a educador/a social de rua eram duas: 1) o mapeamento de territórios ocupados por moradores de rua na malha urbana e 2) a abordagem a esses indivíduos e/ou *bancas*¹¹ como meio de: conhecer suas demandas urgentes; divulgar o serviço existente no município desde 2008 abrindo as portas da instituição e acompanhar os casos já atendidos¹².

As experiências acumuladas em dois anos de trabalho no equipamento assistencial foram marcantes pelos múltiplos processos educativos que desenvolvi e que me envolveram em suas tramas institucionais. As vivências conflituosas com os colegas fortaleceram posicionamentos que radicalizaram a defesa dos direitos da População de Rua e também me capacitaram a rever discursos e atitudes sectárias que em nada contribuem com o avanço dos direitos reservados ao grupo. Memórias registradas em cadernos de campo permitem-me lembrar tempos e espaços por onde andeilhei em busca de moradores de rua, conhecendo seus rostos e o valor de suas histórias. Rosto do outro que me atingiu e me atinge, fazendo expandir os horizontes do meu mundo de mulher branca, moradora de casa, a passear pelo mundo da rua feito de fome, de frio

atendimento ao público referido. Faz parte também dessa rede de acolhimento institucional a Casa de Passagem que será discutida nos capítulos seguintes da tese.

¹⁰ O quadro técnico do Centro Pop era formado por: um coordenador de divisão; uma assistente social; uma terapeuta ocupacional; uma psicóloga e uma segunda educadora. No quadro de apoio havia: uma técnica administrativa; uma faxineira; uma cozinheira; um motorista e dois guardas municipais.

¹¹ *Bancas* ou *malocas* são nomes dados pelas pessoas que vivem na rua aos modos de se organizarem em coletivos de rua. Nas bancas ou nas malocas, as pessoas se reúnem buscando: proteção, diversão, compartilhamento de histórias de vida, enfim, o desenvolvimento de processos educativos em torno de estratégias para produzir, reproduzir e manter a vida na rua por meio da elaboração de códigos de conduta que servem de orientação às ações cotidianas que visam, em geral, a resistência e a luta pela afirmação da vida individual e coletiva. Aqui, as bancas ou as malocas não são vistas sob o viés da apatia e da desorganização, características que são, de acordo com Valla (1998, p. 192), “atribuídas às classes populares”.

¹² Sobre essa instituição e o atendimento da População de Rua no município de São Carlos há 2 pesquisas de mestrado desenvolvidas por Oliveira (2012) e Pereira (2013) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, cujas etnografias, respectivamente, apontam os modos de gerenciamento dos moradores de rua no município de São Carlos por meio da circulação e da fixação desses indivíduos no espaço urbano e descrevem a estrutura, o funcionamento, os conflitos e as transformações da rede de atendimento aos moradores de rua na cidade. Ambas demonstram como emerge uma população no campo das políticas de assistência social de São Carlos que deve ser alvo da gestão engendrada pelo Poder Público municipal.

e de morte ordinária. De calor humano e de “furdunço¹³”, cheio de regras e orientações. De solidão e diversidade, de violência e processos de resistência e luta por uma vida plena. Mundo da rua que na relação com o universo das instituições públicas e privadas incorpora múltiplas contradições que o condiciona, exigindo de quem o analisa que não faça de maneira simplista. Hoje, privilegiando o afastamento espaço-temporal das experiências vividas como Educadora Social de Rua, é possível afirmar que o choro derramado por cada pessoa com quem convivi e dialoguei nos tempos de Centro Pop, fora convertido na convicção de que, em relação a essa complexa questão social brasileira e mundial (SNOW, ANDERSON, 1998), não se pode pensar o problema das pessoas individualmente. Foi a prática da abordagem de rua que me fez voltar para casa e estudar. E os processos de ação-reflexão possibilitaram a compreensão das ações cotidianas. Em um desses dias de estudo deparei com o relato de Myles Horton a Paulo Freire, em que o educador brasileiro, ao questionar o educador norte americano sobre as raízes de sua visão e atuação no mundo¹⁴, ouviu a seguinte resposta:

Lembro muito bem que durante a universidade, quando eu estava nas Montanhas Cumberland, [...] havia um trem que passava pelas montanhas, através de gargantas e das encostas e das margens de rios. Uma viagem maravilhosa. Todas as vezes que eu tinha a oportunidade, gostava de fazer aquela viagem de trem. Ficava no espaço entre os vagões e abria a porta para poder ver lá fora, sentir a brisa e ver as montanhas passando. [...] Um dia [...], de repente, vi que havia uma casa bem lá, no meu caminho. [...] comecei a olhar aquela casa tão próxima dos trilhos. Quando chegamos mais perto vi uma menina dos seus quinze anos de pé na varanda da casa, com um braço abraçando a coluna que segurava a varanda, pendurada ali olhando para o trem com o olhar mais perdido que eu acho que já vi na vida. Um olhar tão triste!

¹³ Termo que significa: bagunça, confusão ocasionada por conflitos na rua, em geral. Foi utilizado por um morador de rua de Mogi das Cruzes/SP com quem venho trocando experiências e aprendizados sobre o tema desse estudo (Notas de campo, Belo Horizonte, agosto de 2016).

¹⁴ O livro de Paulo Freire e Myles Horton chamado: “*O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*” é composto de diálogos entre os educadores sobre aspectos ligados à temática da educação em relação com seus diferentes contextos de vida. Em um determinado momento do livro, Myles que é um educador popular norte americano, um dos precursores das escolas comunitárias muito recorrentes nos EUA, fala assim: “Minha especialidade é saber não ser um especialista”. E entre uma história e outra sobre suas experiências educativas com pessoas negras no sul dos EUA, quando levava colegas especialistas para discutir determinados temas às pessoas, por exemplo, como lidar com complexas questões jurídicas para mover uma ação em face de situações de discriminação racial, o educador relata que num certo momento da conversa do especialista com a comunidade, mandava o mesmo se retirar da sala. Myles entendia a necessidade de usar os conhecimentos que os especialistas têm, contudo, sem dar as respostas ao povo, sem atravessar o processo de aprendizado que se dá na investigação e na reflexão em torno da resolução dos problemas vividos.

Eu disse para mim mesmo, ela vê esse trem passar e para ela ele representa escapar dessa pobreza que a está ressecando. Nenhuma esperança. Nada. Nenhum futuro. Esse trem podia levá-la embora, mas ela não tem dinheiro para embarcar nele ou não saberia aonde ir se embarcasse nele. Comecei a chorar ali mesmo, porque era um quadro tão triste de desesperança. O quadro ficou na minha mente e ainda está na minha mente e eu ainda choro quando penso nele. Isso me ajudou a compreender a crueldade do sistema que arruinou aquilo que poderia ter sido uma vida maravilhosa. Isso contribuiu, de alguma forma, para minha determinação de tentar fazer algo sobre aquela situação. Mas quando contei essa história para um amigo meu, ele disse: “Bom, você já ajudou uma moça e um rapaz que você encontrou nas montanhas a estudarem. Por que você não volta lá e encontra aquela menina e a leva para a escola?” Eu disse: “Não. Ela representa outra coisa para mim. Ela representa todas as pessoas que moram nas montanhas e fazer com que ela frequentasse a escola não resolveria o problema que ela faz surgir em minha mente. Não é uma solução individual. Não há uma solução individual para o problema dela. Existem muitas outras pessoas, exatamente como ela, que eu poderia ter visto. Até que eu possa começar a pensar em termos de como se pode lidar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo numa base individual, não estarei dando uma resposta para aquele sentimento que tive. Sabe, aquele tipo de experiência foi importante (FREIRE; HORTON, 2005, p. 214-215).

Na práxis como educadora social fui provocada pelo questionamento que cruza o campo de profissionais que lidam com a População de Rua diariamente: “*o que fazer* diante de tantos desafios e dificuldades enfrentadas?”. Costa (2007, p. 11 e 16) problematizou a mesma dúvida afirmando que em seu trabalho de campo com o público e outros atores sociais na cidade de São Paulo: “a angústia e complicação das coisas” sempre surgiam por meio da mesma insistente pergunta, mas respondê-la era tudo que seu trabalho não desejava fazer por se tratar de uma “questão de caráter fundamentalmente militante”.

Quando a indagação aparentemente inocente atravessou pela primeira vez minha prática no Centro Pop, converteu-se em curiosidade epistemológica que me movimentou a refletir e agir sobre novos focos de trabalho com o público dentro e fora da instituição. Diante da responsabilidade de buscar respostas que pudessem contribuir com algum tipo de mudança na realidade de quem vive na rua, dado que a educação é o campo da proposição, é um *quefazer* (FREIRE, NOGUEIRA, 2005), alguns fatores convergiram para que eu abrisse o caminho que me levaria a outro patamar de atuação com a População de Rua em São Carlos.

Surgiu a necessidade de compreender as relações entre a educação escolar e a vida na rua, já que uma significativa parte das minhas atividades no equipamento dizia respeito aos diálogos sobre a importância do retorno à escola, à realização de encaminhamentos às instituições

escolares e à contribuição para a manutenção da sala de aula do MOVA (Movimento de Alfabetização) que funcionava nas dependências do Centro Pop¹⁵.

Busquei informações sobre os níveis de escolaridade desse grupo em âmbito nacional. E descobri na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua¹⁶ que em 2008 foram contabilizadas 31.922 pessoas vivendo nessa condição, com 18 anos ou mais, em 71 cidades brasileiras, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais independentemente do porte populacional. Como São Paulo, Belo Horizonte e Recife realizaram seus próprios censos, a soma gerada ultrapassou 50.000 pessoas¹⁷ em situação de rua no país ocupando “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições de acolhimento” (BRASIL, 2009, p. 6).

Do total levantado na Pesquisa, ou seja, das 31.922 pessoas em situação de rua: 74% sabiam ler e escrever; 17,1% não sabiam escrever e 8,3% sabiam apenas assinar seus próprios nomes; 95% não estava estudando no momento da pesquisa e 3,8% afirmaram estar fazendo algum curso no ensino formal (2,1%) e profissionalizante (1,7%). Em 2010 participei da elaboração e execução de um levantamento de perfil socioeconômico de pessoas que viviam na rua no município de São Carlos e frequentavam o Centro Pop, e os resultados seguiram a mesma tendência dos apresentados na Pesquisa Nacional. Dos 40 entrevistados: 82,5% possuíam ensino fundamental incompleto; 2,5% tinham ensino fundamental completo; 5% cursaram ensino médio incompleto; 5% eram analfabetos funcionais e 5% analfabetos.

As pesquisas apontaram que a maioria das pessoas que vive na rua alcança nível de escolaridade fundamental antes de chegar à situação. Porém, ao *cair na rua*, dificilmente retorna às instituições escolares. Mas, *por quê?* Essa foi a pergunta que me levou a produzir entre 2010 e

¹⁵ As aulas do MOVA contavam com baixíssima frequência de alunos(as) em decorrência de uma série de fatores institucionais e pessoais dos estudantes e da professora, que foram detalhadamente analisados em Almeida (2011).

¹⁶ A Pesquisa foi realizada no período de agosto de 2007 a março de 2008 pelo Instituto Meta, sob o acordo de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (BRASIL, 2009).

¹⁷ O último censo feito em São Paulo em 2015 apontou 15.905 pessoas nessa condição no município e, sabe-se que outras cidades realizaram novos levantamentos entre 2008 e 2016, fazendo com que seja difícil estimar rigorosamente o universo quantitativo da População de Rua brasileira.

2011, a pesquisa de conclusão da especialização¹⁸. Os dados demonstraram que o preconceito e a discriminação presentes nas instituições escolares são os maiores obstáculos frente ao retorno de pessoas que vivem na rua a processos escolarizantes. Tais dificuldades mantêm o grupo apartado de oportunidades educativas institucionalizadas, consolidando a negação do direito à educação. Os obstáculos ao retorno são múltiplos e podem causar a percepção fatalista de que também são imutáveis (FREIRE, 2005; 2011; OSOWSKI, 2010). Porém, a capacidade dos sujeitos daquela pesquisa em elaborar estratégias de superação frente às dificuldades vividas na rua, movimentou-me a formular outras questões no campo científico.

Foi quando ingressei no mestrado e, posteriormente, no doutorado, ambos no seio do Grupo de Pesquisa *Práticas Sociais e Processos Educativos*. Os pesquisadores e pesquisadoras desse coletivo vêm produzindo pesquisa na área da educação desde 1997, criando um rol de conhecimentos *com* grupos populares e não *sobre* eles (LARCHERT, 2013; RIBEIRO JUNIOR, 2016; SOUSA, 2012; SOUZA, 2009; SOUZA, 2015). Os princípios do *diálogo*¹⁹ – embasado na teoria freireana – e da *convivência metodológica*²⁰ – postulada por membros desse grupo (OLIVEIRA, STOTZ, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2014) –, vem fazendo das investigações produzidas, referências sobre como olhar e se posicionar frente às práticas sociais e seus sujeitos marginalizados, que no cotidiano criam formas de resistir e lutar pela produção, reprodução e aumento qualitativo da vida coletiva.

O estudo que se desenha é a continuidade de um movimento investigativo que da especialização caminhou para a pesquisa de mestrado realizada entre 2012 e 2014. O estudo exploratório do mestrado se propôs a identificar a dimensão educativa da vida na rua em São Carlos e no decorrer de meu percurso com o grupo, compreendi que a educação desencadeada nas *banças*

¹⁸ A monografia intitulada “*O retorno da população em situação de rua à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades*” (ALMEIDA, 2011) foi produzida para a conclusão da especialização realizada no Núcleo de Ação Social e Educativa (NIASE/ UFSCar) entre 2009 e 2011, em educação de pessoas jovens e adultas.

¹⁹ O conceito de diálogo será desenvolvido no capítulo 8 da tese.

²⁰ A *convivência metodológica* se apoia em fatores essenciais a sua conformação: no trabalho de campo que não é meramente ato científico, mas entrega do/a pesquisador/a uma realidade concreta; no diálogo que permite a abertura mútua de mundos distintos, podendo inclusive, ser permeado por situações de conflito; de organização da experiência vivida, pois o papel da convivência metodológica também é possibilitar a organização dos conhecimentos produzidos em práticas sociais marginalizadas, cujos saberes têm sido historicamente negados como legítimos. Finalmente, a convivência metodológica é elemento da luta política pela transformação da realidade de forte segregação social (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

é a expressão de uma prática social complexa e multifacetada, onde sujeitos que se agrupam comunitariamente, criam movimentos de resistência frente às duras situações encaradas no dia a dia. No percurso de três anos de trabalho realizado no Centro Pop entre janeiro de 2010 e abril de 2012 e no trabalho de campo do mestrado na Praça da Catedral nos domingos de maio de 2012 a maio de 2013, realizei atendimentos, oficinas, rodas de conversa e debates informais com um sem número de pessoas que viviam na rua. No campo do mestrado que compreendeu cinco entrevistas sobre aspectos educativos da vida na rua, além de registros em mais de cinco cadernos de campo, produzi reflexões sobre uma realidade em que as pessoas aprendem e ensinam maneiras de ser e estar no mundo, consolidando uma prática social carregada de sentidos singulares. Dentro dela, criam processos de produção e reprodução da vida nos espaços urbanos empreendendo jeitos diferentes de se movimentar para resistir e lutar e afirmando a vida em meio ao caos que é existir sem contar com direitos essenciais.

A violência é situação vivenciada cotidianamente e, muitas vezes, envolve membros do próprio grupo em brigas agressivas. Os estigmas sociais e o massacre que acometem historicamente corpos e mentes, em sua maioria negra, parda e pobre, também são situações que atravessam o horizonte do mundo da rua, levando os sujeitos a se perceberem como pessoas bandidas e sujas, capazes de exercerem violência contra seus próprios pares, e essas circunstâncias que se voltam à autoproteção, à proteção da *banca* ou da *maloca* e à disputa por objetos desejados ou indispensáveis ao cotidiano da rua, podem resultar em mortes que muitas vezes são invisibilizadas e naturalizadas²¹.

Os processos da colonização brasileira, que tanto afetaram as pessoas que permaneceram marginalizadas nos circuitos políticos e econômicos, podem ter imprimido em práticas em

²¹ O Mapa da Violência de 2016, cujos dados trabalhados são de 2014, indica que houve 59.627 homicídios no Brasil nesse período (WASELFSZ, 2016). Esse número indica que 0,03% da população brasileira ou 1 a cada 3000 pessoas foram mortas no país. Se levarmos em conta os 31.922 adultos em situação de rua, acrescidos os números identificados em São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre em suas pesquisas municipais, tem-se que aproximadamente 50.000 pessoas viviam na rua em 2008 (BRASÍLIA, 2008; PIZZATO, 2012). Segundo informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entre abril de 2011 e março de 2012, o número de mortes registradas entre esse público e que não foram solucionadas judicialmente, foi de 165 moradores de rua, o que equivaleu a 1 morte a cada 2 dias. Esse número correspondeu a 0,3% da População de Rua à época, ou seja, 1 a cada 300 pessoas oficialmente contabilizada. Essa estatística revela que as pessoas que viviam na rua no período considerado, tiveram 10 vezes mais chances de serem assassinadas se comparadas a pessoas domiciliadas. Além disso, segundo relato de agentes do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, “as investigações policiais de 113 dos 165 casos não avançaram e ninguém foi identificado e responsabilizado pelos homicídios. A entidade também registrou 35 tentativas de homicídios, além de vários casos de lesão corporal” (GAZETA DO POVO, 2012).

nosso povo, traços da violência em que as demandas eram levadas aos espaços públicos das ruas e praças com arma branca empunhada (FRANCO, 1997; SILVA, APPOLINÁRIO, 2005). Ainda hoje, pau, porrete e armas de fogo podem entrar nas disputas corpo a corpo por um corote de cachaça, uma pedra de crack, um companheiro ou companheira de rua ou por outras questões inegociáveis pela via do diálogo. Em relação à População de Rua, as disputas violentas se complicam quando policiais militares, guardas municipais, seguranças privadas, funcionários de serviços de acolhimento e outros atores institucionais se envolvem, podendo formular digressões e ocultamento dos acontecimentos reais.

Interlocutores da pesquisa de mestrado relataram que sentem na pele o preconceito carregado por instituições que fomentam políticas estigmatizantes e repressoras para a População de Rua. A mídia hegemônica, serviços do Poder Público e outros aparatos estatais atravessam o mundo da rua deixando marcas indeléveis na vida de muitos. Elas e eles denunciam que a sociedade criminaliza muito e anunciam que é preciso romper esse preconceito que leva as pessoas que vivem na rua a serem vistas como bandidas, ladras, objetos de estudo e de gestão pública que violenta e assassina, publicizando uma falsa realidade (ALMEIDA, 2014). Ao analisar matérias jornalísticas sobre moradores de rua em São Paulo, Giorgetti (2007, p. 230) constatou que:

São notícias que não questionam a legitimidade da cidadania do morador de rua; ao contrário, admitem a dramaticidade de sua situação, mas, em vez de denunciarem o desrespeito a seus direitos, preferem exaltar o caráter exótico da vida que leva, romantizando sua situação, exagerando os traços de sua personalidade e transformando-o em um ser que difere dos demais, sobretudo por suas características individuais. Em outras palavras, seus problemas sociais aparecem apenas como pano de fundo e são brevemente mencionados.

Por trás da aparência da vida na rua há um universo de significados que demonstram que, as pessoas resistem para viver a vida que, muitas vezes, nem queriam ter. Elas afirmam que “não são lixos jogados fora” (ALMEIDA, 2014, p. 116) e expressam que a rua é o mundo onde adquirem experiências e conhecimentos que não esquecem jamais (ALMEIDA, 2014). O senso comum que dissemina que a População de Rua é formada por indivíduos que perderam a habilidade de sonhar ou que estão com a capacidade de lutar envolta na névoa da embriaguez (ESCOREL, 1999, 2003), contrapõe-se ao fato de que os seres humanos, naturalmente, são seres históricos, como projetos, seres cuja capacidade de ir “mais além de si mesmos” os coloca

a olhar para frente e caminhar em busca de superação da condição de desumanização²² (FREIRE, 2005, p. 84).

O caso das muquiranas, que narro a seguir, foi uma das ocasiões em que vislumbrei a capacidade que têm as pessoas que vivem na rua, de mobilizarem mudanças na realidade de negação da vida digna. Foi esse caso que despertou em mim o desejo de estudar e compreender a prática de luta constituída sobre essa condição existencial.

Caso das muquiranas

Desde a *kombi* da Prefeitura de São Carlos, avistei um homem jovem andando pela calçada da principal avenida da cidade em janeiro de 2010. Pedi imediatamente que o motorista estacionasse o veículo para que eu pudesse fazer minha primeira abordagem de rua, pois ele vestia uma camiseta preta velha e calça jeans surrada. Atravessei rapidamente a avenida querendo alcançar o rapaz e o surpreendi com o dedo indicador em seu ombro, interrompendo a caminhada. Ele parou. Em seguida me olhou com estranhamento e esperou que eu o dirigisse a palavra. Fiquei constrangida, confesso, porque foi o primeiro dia, a primeira experiência na rua e eu não sabia como proceder, mas, como já havia chamado a atenção do rapaz não tive escolha. Perguntei a ele se conhecia o serviço de atendimento à População de Rua da cidade. Seu estranhamento aumentou, levando ao questionamento sobre o motivo pelo qual eu havia interrompido sua caminhada. Expliquei que se tratava de um local que acolhia os moradores de rua, mas ele não era um. Ofendido pelo julgamento, continuou o trajeto sem dar qualquer informação.

Essa experiência produziu abalos de percepção que descaracterizaram minha fantasia do morador de rua. Rompeu a visão comum sobre indivíduos que andarilham sem rumo pelas regiões centrais das cidades, vestindo camisetas pretas e calças encardidas, com sacos enormes nas costas. Homens, majoritariamente de pele negra ou suja pela falta de acesso à higiene

²² Paulo Freire (2005, p. 84) ressalta que as mulheres e os homens são “Seres a quem o imobilismo ameaça de morte e para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro”.

peçoal, cujos corpos carregam cicatrizes conquistadas na ação da vida na rua que machuca e mata. Pessoas vistas através de estereótipos estigmatizantes que, passivamente esperam a assistência do Estado e da sociedade civil produzindo experiências pobres que se convertem aos olhos dos outros em uma espécie de *cultura de vidro*²³ (BENJAMIN, 1933).

Esse primeiro nível de superação da visão estereotipada sobre o morador de rua me permitiu um reconhecimento mais ampliado da alteridade dos sujeitos com quem trabalho produzindo conhecimento em movimento desde 2010. Mas, mesmo com o acúmulo de anos de experiências conjuntas, continuei estranhando por um tempo ainda, o mundo da rua produzindo experiências políticas. Essa percepção se instalou em mim, dados dois aspectos que, certamente, limitam o engajamento em práticas sociais dessa natureza. O primeiro é a extrema privação material das mulheres e dos homens que vivem na rua no Brasil, motivo pelo qual sempre me perguntava como seria possível pessoas que não têm onde dormir bem, alimentar-se regularmente, atender as necessidades mais básicas de higiene pessoal, dentre outras coisas, fazer política? O segundo é o contexto político brasileiro, historicamente avesso às reivindicações e movimentações populares. Houve tempos em que a abertura à participação popular foi fomentada, porém, quem milita sabe que o controle sobre elas é exercido, inclusive com violência.

Foi em 12 de abril de 2010, dia que me pareceu comum pelo fato de que montaríamos a roda de cadeiras no pátio externo do Centro POP para mais uma sessão de debates com os *usuários* do equipamento, que aconteceu o caso que mudou de direção as descrenças sobre a potência da População de Rua em fazer política.

Naquele dia, a dinâmica da assembleia extrapolou o esperado que era discutir assuntos relacionados à dinâmica do serviço oferecido no Centro Pop, falar sobre a articulação da rede de atendimento e, claro, denunciar o serviço ofertado no albergue noturno que, aliás, era o assunto mais recorrente nessa roda. Os participantes da assembleia²⁴ relataram as noites mal dormidas no albergue nos dias anteriores. Segundo eles, as camas estavam infestadas de

²³ No ensaio “Experiência e Pobreza” o autor discorre sobre o esvaziamento da experiência humana pós-Segunda Guerra usando a analogia da casa de vidro, cujo material, de tão duro e tão liso, proporciona que nada se fixe a sua estrutura. “É também um material frio e sóbrio. As coisas de vidro não têm nenhuma aura. O vidro é em geral o inimigo do mistério. E também o inimigo da propriedade” (BENJAMIN, 1933, sem página).

²⁴ O requisito para participação nas assembleias era participar pelo menos três vezes por semana das atividades do Centro Pop.

muquiranas, o famoso piolho que parasita cabeças e corpos humanos. Foi efeito dominó, todos começaram a reclamar do mesmo caso: que havia sido quase impossível dormir com os insetos asquerosos penetrando a epiderme dos braços, pernas, mãos, pés, fazendo o corpo coçar inteiro. Os usuários não queriam voltar para o albergue naquele dia, preferiam a rua.

Foi quando um participante da assembleia veio com a ideia de fazerem um abaixo-assinado para ser protocolado na Secretaria de Cidadania e Assistência Social nas mãos da chefia solicitando a dedetização do albergue no mesmo dia. Para pressionar um resultado positivo, seria incluído no documento o prazo de até duas horas da tarde para a dedetização. Caso o horário não se cumprisse, a denúncia seguiria para a vigilância sanitária. Os técnicos do Centro Pop presentes toparam ajudar. Afinal, a iniciativa pareceu uma oportunidade do protagonismo ser dos moradores de rua. Os servidores abraçaram a iniciativa sem medo de retaliação e ajudaram como podiam, com computador, impressora e algumas ideias para a elaboração do documento que foi redigido por um grupo de usuários após o encerramento da assembleia. O conteúdo e a forma da solicitação seguiram os protocolos de um ofício. A linguagem era formalista e a estética, produto do trabalho em um computador. Finda a escrita, dois rapazes se dispuseram a protocolar o documento na Secretaria, do outro lado da rua. Assim foi feito por volta das onze e meia da manhã e todos os envolvidos esperaram ansiosos pela reação à solicitação. A esperança era de que as muquiranas fossem eliminadas no mesmo dia para que todos pudessem dormir em paz. Passados poucos minutos, a campainha do prédio soou e no portão estava um mensageiro da Secretaria de assistência social convocando toda a equipe técnica a comparecer na sala da chefia. Todos atravessaram a rua em silêncio segurando cadernos e canetas para a reunião sobre o caso das muquiranas que seria resolvido mais tarde, como demandado pelos moradores de rua. A ação produziu rapidamente um resultado positivo, revelando a potência da População de Rua em São Carlos em promover mudanças nas políticas que a atende.

Esse fato me mobilizou a buscar informações sobre a movimentação social da População de Rua no Brasil a fim de compreender como o campo de luta política do grupo se constitui e para que horizontes estariam apontando suas reivindicações. A partir dessas informações, foi constituída a problemática do estudo sobre o qual assentou seu foco analítico.

LUTA POLÍTICA DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

O desenho de uma problemática

A luta política da População de Rua no Brasil é termômetro do caos social constituído pela existência de mais de 100 mil pessoas vivendo nessa situação em nosso país²⁵ sem contar com direitos básicos protetivos, cuidado e privacidade. Esse fenômeno é produto de um sistema de organização da vida em sociedade, cujos elementos primordiais são: o lucro e a propriedade privada; o individualismo e a segregação social.

Essa população é heterogênea, formada por mulheres e homens adultos oriundos de diversas matrizes étnicas e culturais que tem na desvinculação social ocasionada por uma conjunção complexa de fatores, tais como: a pobreza extrema; o desemprego; o rompimento de vínculos familiares e comunitários; a dependência química; além de outros, os motivos que condicionam a “*cair na rua*”. Essa expressão nativa diz respeito ao início da vida nessa situação, vivenciada, em geral, compulsoriamente.

Durante os processos de colonização portuguesa, estima-se que já houvesse pessoas que, sem contar com direitos básicos à manutenção da vida de acordo com os padrões regulares da época, vagavam em busca de alimentação e de trabalhos temporários (KOWARICK, 1994). No período da escravidão, a população livre e pobre não tinha lugar na sociedade marcada pelo binômio *senhor-escravo* (*ibidem*, 1994). Embora o escravo sofresse com processos de desumanização e de trabalho forçado, ele cumpria papel substancial na sociedade. Ao mesmo tempo, “havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia”. Eram oriundos de várias raízes sociais e vagavam sem encontrar formas de “inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata”

²⁵ Em outubro de 2016 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou essa estimativa levantada com base nos cadastros de equipamentos públicos municipais que atendem a População de Rua em todo o Brasil. O autor do estudo afirma que, “estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores” (NATALINO, 2016, p. 25).

(*ibidem*, 1994, p.11). Estes indivíduos “se enquadravam na ampla gama dos desclassificados” conhecidos “sob a designação de *vadios*” (PRADO JR., 1957, p. 279ss *apud* KOWARICK, 1994).

Com a superação da “modalidade produtiva alicerçada nas correntes das senzalas, principalmente a partir de 1850, quando a escravidão perdeu suas fontes de reprodução com o término do tráfico africano” (KOWARICK, 1994, p. 12-13), o grupo de pessoas formado por negros e índios, bem como pelos grupos oriundos da miscigenação de três raças – mulatos, cafuzos e mamelucos – não foi incorporado ao “processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação” (*ibidem*, 1994, p. 15). Somente a partir de 1914, quando o sistema imigratório começou a enfraquecer em decorrência da Primeira Grande Guerra e das “crônicas drenagens de braços para a agricultura” (*ibidem*, 1994, p. 109-110) com o êxodo das fazendas, vinda direta para as cidades, foi necessário empenho no discurso dominante para recuperar o trabalhador nacional. Foi assim que a vadiagem dos marginais passou a se mostrar inconstante e, privado do abastecimento de imigrantes, solidificou-se o projeto do grande cafeicultor de buscar trabalhadores no Nordeste brasileiro.

As regiões mais aventadas são as assoladas pela seca, onde se encontra grande número de retirantes. As publicações oficiais, ao contrastar o progresso de São Paulo com a população que lá se “estiola na miséria”, apontam para a necessidade de retirá-las dessa “atrofia”, propiciando-lhes vida digna e trabalho regular. Apela, por outro lado, para o espírito de “comunhão brasileira” que deve estar acima dos regionalismos antinacionais. A experiência, pela primeira vez, se concretizou em 1915, por ocasião da grande “seca”, quando “milhares e milhares dos nossos infelizes patrícios” foram vitimados nessa “vasta e infeliz zona do nosso país”; nesse ano, alguns grandes fazendeiros, por meio do fornecimento de passagens gratuitas pelo governo federal, recebem 5 mil cearenses para trabalhar de modo permanente nas suas lavouras. Realçando que no Norte do país a mão-de-obra é subaproveitada, e que, antes das restrições impostas pela guerra, “o trabalhador nacional sempre foi considerado, *aliás sem razão*, como inferior ao estrangeiro, e, a não ser para zonas reconhecidamente insalubres, ninguém o procurava”, aponta o cafeicultor que semelhante corrente emigratória seria de extraordinário alcance para o futuro econômico de São Paulo. A argumentação em pauta não deixa de ser conclusiva quanto à serventia do traço nacional (*ibidem*, 1994, p. 111).

Assim, a ideologia da vadiagem foi modificada pelo discurso dominante, fazendo com que a instabilidade e indisciplina no trabalho deixassem de ser inerentes à índole dos trabalhadores brasileiros.

Não se trata mais de aversão congênita para trabalhar, fruto de espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte. Ao contrário, tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era consequência do abandono a que fora relegado: afinal, ele já havia provado sua bravura na exploração de terras adversas, como as da Amazônia, onde fora “o mais corajoso e heroico dos colonos”, indivíduos enfim, capazes de suportar a penúria e a dor, atributos “que só possui o nosso sertanejo do Norte” (*ibidem*, p. 112, La Revista Coloniale, 1918, p. 257).

Sua desambição passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. O antigo andarilho serve para ir aonde dele se necessitar, o gosto por aventuras e brigas transforma-se em destemor, coragem para realizar serviços arriscados, e a desconfiança é atributo para rejeitar ideias espúrias, tão em voga nessa época, em que se produz a conversão do elemento nacional, cuja indolência não advém da preguiça ou vadiagem, mas da falta de oportunidade para trabalhar, enquanto seus vícios passam a ser encarados como provenientes da miséria, na qual, por séculos, esteve atolado e da qual é preciso retirá-lo (*ibidem*, 1994, p. 112).

Os fragmentos textuais do sociólogo não guardam relação direta com a origem e adensamento da População de Rua brasileira, contudo, revelam semelhanças com um discurso político e midiático ainda empregado para designar esse grupo social que cresce em níveis mais ou menos acelerados a depender da conjuntura econômica que se apresenta (SILVA, 2006). Hoje, segundo a análise de conjuntura de Sampaio Junior (2016), o Brasil e os demais países latino-americanos estão submetidos a pressões econômicas, políticas e sociais sem precedentes, colocando em nosso contexto, inclusive, a possibilidade do retorno do trabalho escravo com a ultra flexibilização da legislação que fiscaliza essa prática abominável. Essa que é reconhecida pelo economista como a terceira grande crise do capital, é estrutural e, para enfrentá-la, interpõe-se o desafio de compreender profunda e criticamente suas raízes e motivações (SAMPAIO JUNIOR, 2016).

Nos momentos de crise que paralisa a economia, afirma Sampaio Junior (2016), a sociedade volta atenções para sua resolução e a burguesia brasileira e latino-americana tende a buscar a solução norte americana que corresponde aos interesses das grandes multinacionais detidas pelos países ricos. Esse modelo de solução possui dois aspectos: o primeiro é diluir a solução da crise no tempo, que coloca em perspectiva uma estagnação de longa duração para que o capital consiga digerir os lucros “sobreacumulados”; “é como uma sucuri que engole um bezerro”, ilustra (*ibidem*, 2016, s/p). O segundo é transferir o prejuízo da crise, do forte para o fraco, do centro para a periferia, do capital para o trabalho. Esses movimentos se traduzem ou se sintetizam na ideia do ajuste fiscal (*ibidem*, 2016).

O Brasil e os demais países da América Latina, de maneira duplicada, sentem seus efeitos traduzidos na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra as políticas sociais e contra a soberania dos Estados, dado que tudo isso é materializado em ajuste no curto prazo que se traduz no esforço de recompor a rentabilidade do capital em tempo imediato (*ibidem*, 2016). Esse movimento consiste em 3 elementos: 1) arrocho salarial, pois, se o salário cai, aumenta-se a rentabilidade do capital ao mesmo tempo; 2) farra da dívida pública ou ciranda financeira²⁶ e 3) privatização e liberalização de mercados que nada mais é que “criar negócios líquidos e certos para o mercado”, como é o caso do pré-sal, da mercantilização da saúde e da educação, pois, “onde há incerteza, é necessário criar certezas” (*ibidem*, 2016, s/n).

O ajuste no longo prazo, por sua vez, medida importante para imaginarmos o Brasil em alguns anos, se vale de três outros elementos fundamentais mencionados por Sampaio Junior (2016), como: o rebaixamento do nível tradicional de vida dos menos privilegiados, que se concretiza na exclusão de direitos e de políticas sociais; o esvaziamento da soberania dos Estados e a especialização da economia na divisão internacional do trabalho. Para ele, “entre o curto e o longo prazo está o limbo, onde nós ficamos: o tempo do capital”; e é por isso que “não há tempo predeterminado para o fim da crise que só será determinado pelo grande capital” (*ibidem*, 2016). Com isso, o papel designado para o Brasil e para a América Latina é o de neocolônia do novo capitalismo, e para que possamos compreender nossa realidade ou “a forma como a barbárie se

²⁶ Sampaio Junior (2016, s/n) explica que “se não há onde investir a massa de capital, porque existe uma crise, uma incerteza, eu compro uma dívida do estado e valorizo meu capital no rentismo da dívida pública e é isso que explica a lógica do ajuste fiscal permanente, cuja essência é, sem nenhum exagero, tirar dinheiro do pobre para alimentar a ciranda financeira do rico”.

materializa nesse continente, faz-se importante entender o processo de reversão neocolonial” que é a transformação do Brasil em uma “nova feitoria moderna”, cuja marca maior é o “trabalho neoescravo”, sem direitos, totalmente precarizado (*ibidem*, 2016).

Essa conjuntura se soma a outros aspectos, como a introdução de drogas baratas e altamente viciantes como o crack. E o conjunto desses acontecimentos, além de adensar o número de pessoas que vão viver na rua, aprofunda a percepção generalizada de que, a elas, está reservado o papel do resíduo inútil da sociedade capitalista. Além da designação do *lumpen* (MARX, 1984) outrora empregada, mulheres e homens que vivem na rua são vistas como a personificação do perigo urbano, do crime e da drogadição²⁷. O peso das consequências sempre negativas de crises como essa que se estende ao campo das relações humanas, recai sobre os ombros de quem, se crê equivocadamente, não ter nada a perder.

A literatura especializada composta por produções acadêmicas, manuais institucionais, obras literárias, além de produções cinematográficas, jornais e revistas específicas sobre a População de Rua, demonstra que na rua, de maneira mais isolada ou coletiva, mas nunca absolutamente solitária, os indivíduos organizados em *bancas* e *malocas* lutam pela produção imediata da vida e pelo aumento da qualidade de sua existência²⁸, mesmo em meio ao caos que é viver sob a lógica da negação. Mulheres e homens que vivificam a rua organizam a prática de luta política que se diversifica no espaço urbano.

A articulação entres os campos científico e político, especialmente, vem possibilitando desde a década de 1970²⁹, a compreensão sistemática sobre essa complexa *questão social* (TELLES, 1996), consolidando um campo epistemológico específico (SILVA, 2012) que desenha a

²⁷ “Frequentemente quem cria mais valia, e por ela é explorado, é um privilegiado... pelo menos recebe um salário. O marginalizado, desocupado em sua terceira geração nas montanhas que rodeiam Caracas, o considera membro da ‘aristocracia operária’, invejando sua situação. A extrema negatividade é distinta da descoberta por Marx em 1844” (DUSSEL, 2009, p. 241, *tradução minha*).

²⁸ A existência, de acordo com Freire e Betto (1985), é a vida que se sabe como tal, que se reconhece finita, inacabada, que se move no tempo-espaço submetido à intervenção do próprio existente. É a vida que se indaga que se faz projeto; é a capacidade de falar de si e dos outros que a cercam, de pronunciar o mundo, de desvelar, de revelar, de esconder verdades.

²⁹ A partir da primeira produção científica, na década de 1970, sobre a prática social da mendicância que perpassa a problemática da População de Rua na cidade de São Paulo, os indivíduos que andarilham na rua passaram a ser vistos como um *grupo social* originado a partir de múltiplos condicionamentos que levam os sujeitos a viverem sem contar com direitos de proteção social.

problemática aqui estudada. Dela despontam 3 aspectos analíticos, sendo que o primeiro diz respeito ao processo histórico de constituição de nosso país, que vem situando as pessoas que vivem na rua em diferentes lugares que denomino aqui como lugar: da *invisibilidade* (1500 – 1900); da *coisificação* (1900 – 1980); da *vitimização* (1980 – 1990); da *politização* (1990 – 2015) e da *criminalização* (sempre). O segundo aspecto é que, desses lugares demarcados por processos de permanente transição, surgem classificações para o grupo populacional, cujas entrelinhas revelam as intencionalidades políticas pensadas para a gestão pública do fenômeno³⁰ por ele formado.

Análise acerca da produção acadêmica sobre a População de Rua, cujo adensamento se deu a partir dos anos 2000, apontam a distribuição dos estudos em duas vertentes. A primeira diz respeito a quem são os sujeitos que vivem na rua; como vivem nessa condição extrema e como são vistos pelos que estão fora desse mundo, em outras palavras, pela sociedade mais ampla. A segunda enfoca a População de Rua como sujeito capaz de se organizar e produzir ações na arena política, objetivando obter visibilidade e o atendimento de suas demandas prementes. A movimentação das duas vertentes transfere o foco do sujeito produtor de uma rotina isolada e imediatista, para fins de sobrevivência no espaço urbano, a um ator coletivo produtor de uma prática social complexa e condicionada ao seu tempo histórico.

Nos anos 80, período conhecido como a Década Perdida (MARANGONI, 2012), o aumento do número de pessoas que foram viver na rua em decorrência do alto índice de desemprego e intensificação dos processos de migração interna, levou a sociedade civil organizada, especialmente grupos oriundos da Igreja Católica, a iniciarem ações filantrópicas com moradores de rua que passaram a ser compreendidos como as vítimas do sistema de produção capitalista. Assim, até meados de 1980, o indivíduo tratado como vagabundo ou vadio, elemento desajustado da sociedade, passou a ser percebido nos campos político, científico, religioso, como *Povo de Rua*³¹.

³⁰ Para aprofundar estudo sobre as nomenclaturas: *mendigo*; *povo de rua*; *população de rua* e *população em situação de rua*, ver: Stoffels (1977); Vieira, Bezerra, Rosa (1992); Silva (2006); Costa (2007); Almeida (2014).

³¹ Para Dussel (1989, p. 107, *tradução minha*) “povo é o sujeito histórico de uma formação social, ao passo que as classes nascem e morrem nos modos de produção. [...] Povo é o bloco social dos oprimidos”. É o que existia antes (de um sistema, por exemplo) e o que vai permanecer depois.

As produções literárias que possibilitam conhecer as ações empreendidas nesse período foram encabeçadas por membros de comunidades católicas que atuavam no cotidiano da rua visando resgatar os ditos sofrendores, identidade que perdurou até a década seguinte, período em que eram condenados pelo sistema judiciário ao serem taxados como vagabundos³². No decorrer da década de 90 até os anos 2000, as pessoas que viviam na rua ocuparam outros lugares identitários, sendo designadas por uma nova nomenclatura: *População de Rua*.

Sobre esse período que durou aproximadamente uma década, pode-se dizer que foi inaugurado um novo jeito de atuar politicamente com o grupo, que o deslocou do lugar da invisibilidade institucional. Para que essa movimentação se processasse foi necessário o surgimento de um contexto político minimamente preocupado em dar respostas a questão social³³, o que provocou a produção de conhecimentos oriundos da concretude das vivências de rua, o que possibilitou a formulação das primeiras políticas públicas voltadas ao atendimento do grupo no Brasil³⁴.

Foram comunidades religiosas, essencialmente ligadas à religião católica e à Teologia da Libertação (CASTELVECCHI, 1985; SILVA, 1988), que protagonizaram os primeiros processos de reivindicação política em torno dos direitos da População de Rua. Na época surgiram fóruns de reflexão e debate sobre os problemas enfrentados por quem vivia na rua,

³² “A definição de vadiagem e a sua punição estão previstas num artigo da Lei de Contravenções Penais, instituída por decreto em 3 de outubro de 1941. O artigo faz parte do capítulo VII da lei, que tem o sugestivo título Das contravenções relativas à polícia de costumes. No seu artigo 59, a lei considera vadiagem entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita. A pessoa classificada como ‘vadia’ poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses. Na época da criação da lei, existiam a chamada Delegacia da Vadiagem e a figura do delegado de Costumes e Diversões, encarregados de reprimir também os contraventores do jogo do bicho” (VILLELA, 2014). O Art. 60 da mesma lei que criminalizava a prática da mendicância sob pena de prisão de até 3 meses, foi revogado pela Lei nº 11.983, de 2009. Ainda, sob autoria de José Eduardo Cardozo, aguarda análise a PL 4668/2004 que busca a revogação dos referidos artigos (59 e 60) da Lei de Contravenções Penais.

³³ Essa conjuntura aconteceu na cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de 1989 a 1993, período em que foi encomendado um relatório técnico sobre o conjunto de moradores de rua da cidade a fim de que o Poder Público conhecesse “*Quem é, como vive e como é vista*” esta parcela da sociedade (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992). Em sua gestão também, Erundina teve à frente da Secretaria Municipal de Educação, o educador Paulo Freire, entre 1989 e 1991 (FREIRE, 1991).

³⁴ “[...] nesta passagem – do sofrimento para o risco, e do povo para a população – uma gradativa mudança na inteligibilidade e na nomeação desta realidade para caracterizações e significações muito mais técnicas e mensuráveis na gestão e prevenção dos riscos. Um tipo de abordagem que se tende a ajustar, cada vez mais, por mediações, números, probabilidades e resultados a serem cobrados, computados e verificados na e pela malha institucional que hoje existe em São Paulo e que busca governar as vidas de rua nas dinâmicas que lhe são próprias” (COSTA, s/a, p. 34).

como foi o caso em São Paulo (COSTA, 2007) e depois em Campinas, experiência que em 2018 contabiliza mais de uma década de atuação. Esse fato impulsionou a emergência do *Movimento Nacional da População de Rua* (MNPR)³⁵ na cena pública nacional, primeiramente em São Paulo e Belo Horizonte (ANDRADE, 2002; COSTA, 2007; SILVA, 2008; FERRO, 2011). Essas primeiras experiências de instituição do MNPR se deram a partir de dois contextos: a chacina da Praça da Sé³⁶ que despertou a consciência sobre a realidade das pessoas que viviam na rua como situação grave de privação de direitos, que exigia que justiça começasse a ser feita; e o fomento à mobilização social do grupo, como continuidade de um processo de abertura democrática iniciado nos anos 1980, em que a participação popular da sociedade civil organizada foi fortalecida (DOIMO, 1995).

Nesse sentido, a insurgência do MNPR foi intensificada especialmente entre 2004 e 2010, período em que seus integrantes e organizações apoiadoras foram convocados a integrar um grupo de trabalho que discutiu a elaboração da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e de seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009), documentação oficial que inovou a nomenclatura usada para o grupo³⁷.

É importante destacar que durante o governo Lula buscou-se promover a participação em nível federal de setores que comumente tinham pouco ou nenhum espaço para o diálogo e negociações políticas como, por exemplo, os catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua. Assim, a “orientação genericamente participativa” do Governo Lula (inspirada na trajetória participativa do PT) associada a sua busca por abrir as portas do Governo Federal aos setores sociais excluídos, oferecem elementos para a compreensão do contexto político-institucional que possibilitou a participação inédita da população em situação de rua, e de OSC vinculadas a este setor

³⁵ O MNPR está presente em 14 Estados brasileiros, sendo que em cada um, há um coordenador nacional e um estadual.

³⁶ Ocorrida em 2004 com a execução de 7 pessoas que dormiam nos arredores da catedral.

³⁷ O texto da Política se apropriou da nomenclatura pautada pela categoria situação, que carrega o sentido de transitoriedade da condição. Para a autora do termo, a vida na rua pode ser temporária ou permanente, entretanto, diz respeito sempre a um processo de construção de saída (SILVA, 2006). O direcionamento da política, se analisada a partir dessa designação, pode levar à interpretação de que há homogeneização de projetos de vida que deixariam de ser *sui generis* ao se tornarem responsabilidade do Estado que projeta para os que vivem na rua, alternativas que culminem na contraditória inclusão no próprio sistema que exclui, causando, ou o imobilismo diante da condição ou a movimentação que emerge da situação de rua, pois, como afirma Freire (2005), é a partir do chão que se pisa que é possível deslocar-se.

populacional, na discussão e formulação de políticas públicas em âmbito federal (FERRO, 2011, p. 39-40, *tradução minha*).

A década de 1990 foi o marco no Brasil dos processos de construção de democracia participativa com a mediação de espaços para fins de participação direta, como: conselhos; fóruns; comitês; orçamentos participativos, todos visando a constituição de uma institucionalidade própria que abrangesse a diversidade trazida pelos movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais (ONG's) e setores ligados a igrejas, todos juntos no mesmo espaço. O despontar dessa possibilidade e modelo participativo foi um sopro de esperança para os setores em luta por direitos de cidadania, maior justiça e equidade. Entretanto, hoje é possível perceber, a partir de dentro dessa institucionalidade, que o que se pensou para elas no início, não tem sido concretizado.

Doimo (1995) menciona o fracasso na criação de conselhos participativos durante gestões populares nas cidades de São Paulo e Campinas em 1989, em decorrência do fato de não terem sido criados efetivamente de “baixo para cima” e por não terem contemplado estratégias organizativas que abrangessem a diversidade configurada por seus membros – pertencentes a diferentes setores da sociedade – tão necessários à efetivação dessas mediações como ferramentas, não só de ações de denúncia, mas elaboração de políticas públicas. Segundo a autora, “tudo parece, mesmo, muito paradoxal, pois jamais se poderia cultivar o princípio da garantia das diferenças e da diversidade sócio-cultural, mantendo-se uma concepção reificada e essencialista de movimento social” (DOIMO, 1995, p. 214). Freire, Macedo (1990) e Enrique Dussel (2007b) apontam essas preocupações. Eles mencionam que sem o consenso do povo em torno das questões primordiais da luta política e da existência de uma linguagem comum que aponte a crítica e a possibilidade como os horizontes da mesma luta, corrompe-se o processo de instituição do poder popular. Em relação ao percurso de formação do sujeito político da rua desde os anos 2000, Ferro (2011) enfatizou que em 2011 não era possível ainda, avaliar em que direção se deu a expansão de suas experiências participativas potencializadas pelo governo Lula e o nível de seu potencial democratizador, indicando ser “necessário incrementar os estudos sobre as experiências de participação social em nível nacional, construir indicadores e comparar experiências empíricas” (FERRO, 2011, p. 42).

Seguindo essa trilha aberta pela autora, o levantamento dos estudos acadêmicos produzidos entre 2004 e 2014 revelou um número expressivo de dissertações e teses publicadas entre 2011

e 2012 em torno da temática da População de Rua brasileira (Apêndice I). Se considerados os dois anos necessários à conclusão de uma dissertação de mestrado, cuja produção é majoritária em relação às teses de doutoramento, tem-se que a decisão dos/as pesquisadores/as em empreender tais investigações fora tomada próxima ao lançamento da política pública voltada ao atendimento do grupo. Foi possível inferir, diante disso, que esse fato político concedeu visibilidade a essa questão social, estimulando aumento da produção acadêmica no período. A mesma consideração pôde ser estendida aos estudos realizados na área da Educação que, em sua maioria, situaram-se no mesmo período, sem que nenhum dos levantados tenham focado a luta política da População de Rua, prática social aqui estudada.

Sabe-se que desde os momentos em que pessoas em situação de rua iniciaram processos de atuação política organizada, melhorias no acesso aos direitos foram alcançadas. Mesmo assim, a política pública voltada ao seu atendimento, assentada sobretudo no campo da Assistência Social e institucionalizada em normativas, programas e equipamentos de acolhimento (Apêndice II) tutelam as pessoas sem considerar a complexidade da situação e sem radicalizar as ações, não gerando transformações profundas na estrutura do problema (COSTA, BARBOZA, 2016). “Tais políticas passam pela tentativa de solução imediatista e paliativa, como passagens para voltar para a cidade de origem, expulsão do centro da cidade, procura pela família” (COSTA, BARBOZA, 2016, p. 7), além de encaminhamentos para albergues e casas de passagem³⁸, sem traçar estratégias claras e factíveis de acesso ao direito à moradia, condição primordial para superação da rua como moradia. Essa realidade potencializa a indignação do grupo que, negado em sua humanidade suprema e tomado por profundo sentimento de raiva³⁹, elabora estratégias cotidianas que vão ao encontro do direito a ter direitos, colocando para aqueles que buscam compreender os processos de construção dessa prática, desafios à

³⁸ Em geral, equipamentos de acolhimento são geridos por organizações sem fins-lucrativos de cunho religioso subsidiadas pelas Prefeituras municipais. Nelas há regras de uso e ocupação que seguem princípios moralizantes, como a regra do “não fumar”, por exemplo. Uma forte tendência que se percebe em relação a esses equipamentos públicos é a grande evasão da população que deles necessita, dado que não suportam tais regras. Ademais, como é o caso de São Carlos, tais equipamentos contam com estrutura física precária e insalubre, além de quadro de funcionários desqualificados para trabalhar com a população de rua.

³⁹ “Está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador. O que a raiva não pode é, perdendo os limites que a confirmam, perder-se em raivosidade que corre sempre o risco de se alongar em odiosidade” (FREIRE, 1996, p. 40-41).

articulação entre a ciência e a política (FLEURI, 1998). Surge no contexto, questionamentos em torno das categorias que antes explicaram os movimentos sociais, se são capazes de interpretar a prática de luta política da População de Rua, contribuindo com sua organização. Isso porque, a estrutura do Estado brasileiro, mesmo em tempos de maior abertura democrática no final da década de 1980, vem exercendo vigia sobre a participação popular (FREIRE, NOGUEIRA, 2005) hoje ameaçada por mecanismos de controle, institucionalizados por uma normativa que criminaliza quem se movimenta⁴⁰, especialmente os grupos que historicamente são alvo desse aparato, obrigando-os a repensar as maneiras de resistir à violência institucional. Nesse cenário, despontou a necessidade de aprofundar a compreensão sobre a problemática aqui desenhada a partir da dúvida de como ela poderia se instituir em meio a tantas adversidades, e para que caminhos práticos apontariam suas ações. Foi essa curiosidade epistemológica que delineou o objetivo do estudo de sistematizar a teoria da ação subjacente à luta política protagonizada pela População de Rua visando contribuir com a educação de sujeitos que, ao lutarem, afirmam-se criadores de processos de transformação da realidade e não agentes da manutenção de políticas que em nada contribuem para a real superação dos problemas enfrentados por quem, historicamente, convive com a negação de direitos fundamentais no Brasil.

A investigação, como se verá no decorrer do texto, sai na defesa de que na luta política protagonizada por quem tem trajetória de vida na rua e seus apoiadores é produzida uma narrativa e conhecimentos capazes de perfazer um referencial próprio dessa experiência, sempre diversa e coletiva. Além disso, identifica processos de sua instituição permitindo apontar contribuições ao *quefazer*⁴¹ político-educativo do grupo popular mais espoliado em nosso país dando pistas à construção de uma práxis científica que se desprende do domínio da totalização do saber acadêmico sobre o popular. Ao final, o estudo deixará a trilha aberta àqueles/as que

⁴⁰ No dia 16 de março de 2016 foi sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 13.260 que disciplina o terrorismo (BRASIL, 2016a), podendo com isso, criminalizar movimentos populares que se manifestam no país. Para maiores informações sobre a questão: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/18/dilma-tambem-ataca-a-democracia-ao-sancionar-lei-antiterrorismo-diz-boulos/> e http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/politica/1456351659_569702.html

⁴¹ Gadotti (1983) explica que Paulo Freire “tenta aprofundar e compreender o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica, reconhecendo que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e de conscientização e que, por si só, não leva uma sociedade a se libertar da opressão” (FREIRE, 1983, p. 10-11).

pretendem se lançar no terreno da luta política e científica libertadora, afirmando a educação e o/a educador/a popular como agentes no processo de retirada da venda dos olhos dos que seguem impedidos de viver dignamente para que, juntos, eduquem-se rumo à derrubada da “estátua de pés de barro”.

A PESQUISA MILITANTE

“Através de uma proposta clara do trabalho pedagógico – no qual a proposição jamais se confunde com a imposição –, o educador social é um pesquisador, um investigador que estuda, propõe, organiza, percebe, intervém e testa constantemente o seu referencial teórico com sensibilidade política, articulação social e participação comprometida, objetivando desafiar o educando a aprender a pensar, a elaborar e criar conhecimentos, resgatando a sua confiança na própria capacidade de aprender com prazer e êxito [...] Assim, o exercício crítico do pensar exige que o educador social desenvolva uma postura ativa na construção da própria consciência individual e coletiva e que esteja sempre aberto a mudá-la, não a partir de uma visão doutrinária-dogmática diante da realidade que o circunda, mas reconhecendo que ela é complexa, tem um movimento, um processo que varia conforme a visão do observador e que se constitui de maneira multidimensional” (GRACIANI, 2014, p. 25-26).

Campo da “participação pesquisante”

O estudo toma a vida na rua como categoria e espaço-tempo de múltiplos condicionamentos e possibilidades, palco de formação humana e de luta política⁴², situando-se no campo da Ciência Social Crítica. Em seu processo investigativo, os atores sociais em movimento no campo educativo-político, delineado estrategicamente sobre a problemática da luta política da População de Rua brasileira, foram os protagonistas, dado que, como afirma Freire (2005), não é coerente esperar resultados positivos de um programa, seja educativo, político ou científico, que desrespeita a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo os grupos populares.

A ciência é aqui concebida não como prática de produção de uma racionalidade funcional que aspira ao fortalecimento e manutenção do *status quo* (DUSSEL, 2001), cuja desvalorização do conhecimento popular é marco fundamental, mas traz contribuições à construção de saberes críticos em torno da prática de luta política e da participação popular, organizada com a População de Rua, que aspira e busca estruturar mudanças sociais radicais e concretas.

A produção científica no campo mencionado exige do/a pesquisador/a postura investigativa que não se reduza à observação e descrição de fatos, mas que se expanda à ação estratégica – nível que compõe a *luta política* e seu campo prático (DUSSEL, 2007b) – primando pela interação entre diferentes conhecimentos, rompendo, assim, com a lógica da hierarquização do saber que deslegitima racionalidades oriundas de práticas sociais para além das fronteiras acadêmicas. Ao lado das pessoas que sofrem na pele a negação da vida digna⁴³, que são as vítimas do sistema vigente, e partindo dos fatos concretos situados no nível da materialidade da existência humana (DUSSEL, 2001, 2007b), torna-se o cientista social crítico, um pesquisador militante também.

É a dor do Outro, a origem material de toda crítica ética possível: “Isto não permite a reprodução da vida do sujeito” (DUSSEL, 2000, p. 306). Esse mesmo sofrimento pode se tornar,

⁴² A categoria destacada será conceituada adiante.

⁴³ A negação da vida digna é perpassada pela ausência de direitos de acesso à moradia, educação de qualidade, segurança alimentar, salário, dentre outros elementos que submetem um sem número de pessoas, a situações de completa falta de autonomia para se movimentar na sociedade. Por exemplo: para utilizar transporte público, necessita pedir a outrem que lhe doe recurso a fim de alcançar seu objetivo ou, ainda, precisa recorrer a equipamentos públicos que forneçam passagem gratuitamente. Esse processo também se estende a situações que vão além da condição de pobreza, em que as pessoas são alvo de preconceito, discriminação, exclusão, violências físicas, etc., como é o caso de mulheres vítimas do machismo, de negros oprimidos pelo racismo, dentre outros.

simultaneamente, a crítica do juízo normativo: “Este sistema é mau, porque não permite a reprodução da vida de suas vítimas” (DUSSEL, 2000, p. 306). Ao tomar consciência dessa realidade, o pesquisador militante – intelectual orgânico de práticas sociais de luta política⁴⁴ (GRAMSCI, 1982, MAYO, 2010) – deve valer-se de um programa de investigação, que possibilite compreender as causas da negatividade da vida, ao mesmo tempo em que esboça diretrizes, caminhos ou o que é preciso ser feito para mudar de direção, a história de dominação sofrida pelos grupos vitimados nas periferias do mundo. Contribuí, assim, com processos de resistência à ordem totalitária, que nega o direito à vida como bem supremo, educando-se com os outros permanentemente.

Dussel (2011) afirma que o maior compromisso do filósofo, e arrisco a complementar, também do educador, do cientista, do político e de outros profissionais que desenvolvem práxis de libertação com grupos populares, é o trabalho na definição de um marco teórico filosófico preciso, o que, para o autor, permitirá “atacar um novo tema com maiores recursos, clareza, realismo, criticismo” (DUSSEL, 2011, p. 263, *tradução minha*), alcançando seu discernimento “em toda sua estrutura e contexto” (DUSSEL, 2011, p. 262-263, *tradução minha*).

[...] a conclusão do tema discernido, volta-se, por uma parte, à realidade como esclarecimento da práxis ou *poiésis* de libertação. A conclusão filosófica, então, fecunda e modifica a realidade (uma transformação que vai constituindo a história do mundo); porém, por outra parte, integrada ao marco teórico filosófico, o modifica igualmente (DUSSEL, 2011, p. 262-263, *tradução minha*).

⁴⁴ [...] pensador-povo, intelectual orgânico, diria A. Gramsci, no povo. Ainda que pedagógica, é uma práxis condicionada pela práxis política (e também erótica). Não obstante, como pedagógica, sua essência é especulativa, teórica. A *produção teórica*, ou a ação poética intelectual esclarecedora do filósofo, se encaminha a descobrir e expor (na exposição e risco de sua própria vida), frente ao sistema, todos os momentos negados e toda a exterioridade sem justiça. Por ele é uma pedagógica analética de libertação. Ou seja, é o magistério que cumpre em nome do pobre, do oprimido, do outro, o que como refém (Levinas) dentro do sistema testemunha o fetichismo da dita totalidade e prediz sua morte no ato liberador do dominado. *Pensar tudo à luz da palavra interpelante do povo*, do pobre, da mulher castrada, da criança e da juventude culturalmente dominada, do ancião descartado pela sociedade de consumo, do indígena humilhado com responsabilidade infinita e frente ao Infinito, isso é Filosofia da Libertação. A Filosofia da Libertação deveria ser a expressão do máximo de consciência crítica possível (DUSSEL, 2011, p. 263-264, grifos do autor).

Analética como estratégia de pesquisa

A Analética – categoria cunhada dentro do marco teórico da Filosofia da Libertação (FL) – interpõe-se como estratégia metodológica promissora ao campo mencionado, dado que não é meramente científica, nem propriamente teórica. Ela transpõe os limites metodológicos da dialética da negação, que nega o sistema desde a afirmação da totalidade, constituindo procedimentos de afirmação da exterioridade.

A totalidade – categoria fundamental da FL – é o mundo ou o horizonte cotidiano do qual fazemos parte, onde vivemos (DUSSEL, 1977). O mundo, assim, é uma totalidade instrumental, carregado de sentido. Nele, encontram-se todos os entes, as coisas que nos rodeiam caoticamente. Dussel (1977) explica que o mundo não diz respeito ao cosmos como totalidade de coisas reais, mas de um conjunto de entes com sentido. Sem o ser humano o mundo não seria mundo, mas cosmos, pois é ele que confere sentido às coisas tornando o mundo uma realidade cósmica. “Em nossa sociedade”, afirma o autor, “a totalidade do ser se fundamenta no valor, no capital. Desde o fundamento do capital se desdobra o mundo como totalidade concreta, histórica” (DUSSEL, 1977, p. 37, *tradução minha*).

A filosofia europeia, diz Dussel (1977), importa-se e dá relevância à temporalidade, privilegiando o futuro. Essa ação diz respeito a privilegiar um modelo único a ser seguido como projeto. “Em nossa sociedade”, coloca, “a realidade do cosmos foi em parte subsumida pelo capital, e desde sua própria lógica tende a destruir-se desde um mundo fundado na exigência de alcançar sempre e em todo caso a mais-valia” (DUSSEL, 1977, p. 39, *tradução minha*).

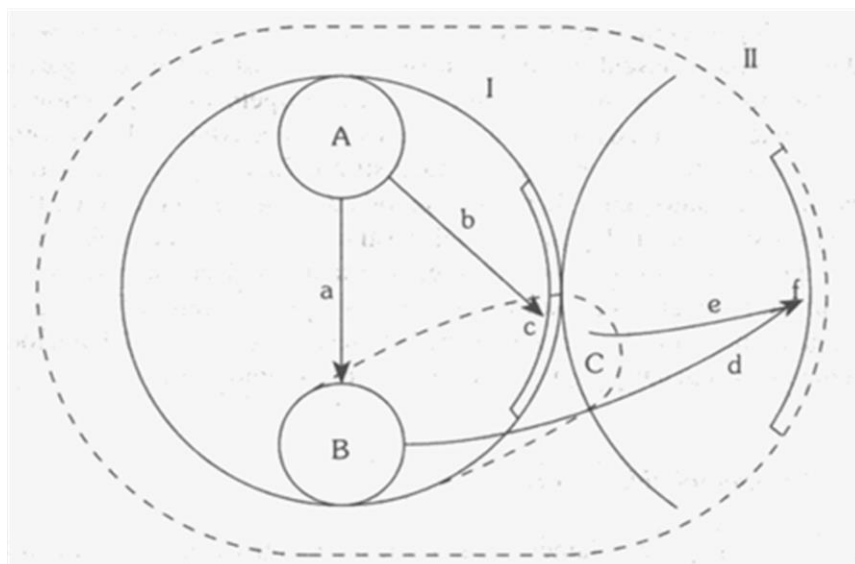
A exterioridade, nesse sentido, desponta como a principal categoria da FL porque, de acordo com Dussel (1977), refere-se a uma matriz interpretativa que possibilita o discurso filosófico desde a periferia, desde o oprimido abrindo novas possibilidades por vir. Trata-se de um discurso novo porque parte da exterioridade e não do centro. Tampouco se trata da metáfora espacial da exterioridade como transcendentalidade interior em que o sujeito é visto e tratado como sujeito dentro do sistema. São diferentes. No meio de todas as coisas e entes que nos rodeiam, surge um rosto que é o rosto do outro, de outro ser humano que nos provoca que não quer ser parte da totalidade instrumental. Não é algo, é alguém. Assim, o trabalhador livre é a exterioridade em relação ao capital (ao capitalista), quando, todavia, não vendeu sua capacidade

de trabalho. É igualmente exterioridade, “pleno nada”, o pobre desocupado pelo capital e expulso do “mundo” (DUSSEL, 1977, p. 57, *tradução minha*).

Dussel explica que se o ser fundamenta todo o sistema que é o mundo cotidiano, então há outra realidade para além do ser, assim como há cosmos além do mundo. Para além dos condicionamentos da totalidade, do mundo, cujo sentido lhe foi atribuído, há o outro que é o oposto e que pode dizer que é outro, que é ser humano e que tem direitos. E quando isso acontece é colocada em evidência a exterioridade prática do sistema ou a transcendentalidade interna, como é o caso da fome que subverte a ordem que mantêm o sistema operando e exige sua mudança radical (DUSSEL, 1977).

A Analética forja o movimento de “superação da totalidade desde a transcendência interna” (DUSSEL, 2011, p. 238-240, *tradução minha*) que é a própria exterioridade, ou seja, o que nunca esteve dentro. E a afirmação desse processo é defendida por Dussel (2011), como a realização impossível para o sistema que se pretende eterno, indestrutível, imutável, formatando uma lógica totalitarista que aliena a exterioridade e coisifica a alteridade.

Para autor, o movimento analético significa a realização do novo, do “imprevisível para a totalidade, o que surge desde a liberdade incondicionada, revolucionária, inovadora”. Significa a “negação da negação desde a afirmação da Exterioridade” (DUSSEL, 2011, p. 241, *grifos do autor e tradução minha*), que se consolida sobre três processos: 1) no reconhecimento de que a periferia do sistema vigente é uma invenção, originada na totalização do mundo outrora intensificado pelas invasões europeias que implantaram o capitalismo como braço da modernidade, a partir de 1492 (DUSSEL, 1994); 2) no engajamento coletivo em práticas de luta política a partir da consciência dessa realidade e 3) na potencialização da criação do novo, nunca antes pensado (Esquema 1).



Esquema 1. Movimento de libertação da FL, sendo A: dominador; B: oprimido; C: exterioridade; a: dominação; b: tendência ao projeto dominador; c: projeto do sistema; d: libertação, práxis alterativa, negação da negação; e: afirmação da exterioridade; f: projeto de libertação; I: totalidade; II: nova ordem.

Fonte: Dussel (1977, p. 77, tradução minha).

A Analítica prima pela ética da alteridade e da responsabilidade⁴⁵ pela vítima, possibilitando que os sujeitos, atuando em seus campos específicos (educativo, político, econômico, cultural, etc.), possam ir além da consciência da negação perpetrada pela totalidade vigente e da negação da negação, lançando mão de ferramentas científicas e/ou tecnológicas⁴⁶ para que seus pressupostos ou seu ponto de partida aterrizem no campo de ação prático, direcionando processos de tomada de decisão científica-educativa-política, e potencializando transformações na realidade de dominação (Quadro 1).

⁴⁵ Categorias que serão tratadas na segunda parte do estudo.

⁴⁶ “O homem de ação, prático, político, deve recorrer às ciências (fáticas, formais e humanas) para resolver mais adequadamente a questão da autoconsciência dos seus princípios, os modos inequívocos de definir seus problemas, de manobrar com as hipóteses alternativas, etc. Em todos esses momentos pode ser útil conhecer e se servir da teoria de sistemas, da matemática de conjuntos, do uso de computadores, da cibernética, etc., mas levando em conta que este modelo não é uma aplicação da ciência pura na práxis, senão uma utilização que a práxis realiza daquilo que lhe convém da ciência. O discurso é essencialmente prático e não, ao contrário, um nível concreto da ciência. [...] O método para a melhor decisão prática é prático. Pode usar mediações científicas, mas integradas em um discurso prático que lança mão da ciência quando crê conveniente e até o momento que crê conveniente. Os cientistas matemáticos, é sabido, são péssimos políticos. Não é o mesmo administrar antes da razão que respeitar homens que se ocultam no mistério de sua exterioridade” (DUSSEL, 1977, p. 189-190, tradução minha).

Quadro 1. Procedimentos que efetivam a Analética no campo científico-educativo-político

PONTO DE PARTIDA Interpelação do outro (do oprimido como exterioridade); Negação da negação (negação da opressão) e afirmação da exterioridade. Convívio Dialógico (eixo metodológico)				
PROCESSOS COMPREENDIDOS NO MOMENTO ANALÉTICO	ESCUTA	Ter consciência ética.	DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES	
	TEMATIZAÇÃO DA REALIDADE	Pensar temas reais; Destacar os temas essenciais entre os reais; Sublinhar os temas urgentes entre os essenciais; Levantar os temas transcendentais entre os essenciais; Eleguer entre os transcendentais, os que se referem aos povos mais numerosos, mais oprimidos, que estão na beira da morte, morte de fome, de desesperação.		Mesmo não sendo capaz de interpretar adequadamente a palavra do outro, em um primeiro momento, aceitá-la como verdade interpelante. O tema político, econômico, tecnológico, é um ciclo de temas que deve ocupar preponderantemente a filosofia. Mas ao mesmo tempo, tão importante como saber eleger um tema é saber desqualificar falsos problemas. Elegido um tema, pode-se começar a implementar um discurso preciso que mostra às vezes, e comprova outras, sempre crítico, para deixar esclarecida a lacuna, e se for possível o caminho da práxis liberadora.
	ENGAJAMENTO NA PRÁXIS	Saber jogar até a própria vida, a fim de cumprir os requerimentos do protesto.		Apenas teoria não é suficiente.
	DELIBERAÇÃO	Ter olho clínico sobre a situação real; Usar a memória (história, experiências passadas, análogas, ciências humanas, etc.) de maneira cuidadosa; Intuir quais são as forças aliadas e inimigas; Ter disciplina ao saber dobrar-se ao real; Ter velocidade mental no que diz respeito à busca de solução imprevista, genial, inesperada (criatividade); Ter sentido realista e prático e perspicácia e capacidade de fornecer meios necessários no futuro; Olhar cuidadosamente os fatos para não perder seus detalhes; Ter cautela ou precaução sobre o saber suspeitar, desconfiar.		Dadas essas condições, pode-se eleger o meio tático a ser executado; A decisão como resultado desse processo é um julgamento prático; é um julgamento procurado.

PROCESSOS COMPREENDIDOS NO MOMENTO ANALÉTICO	PLANEJAMENTO (da implementação da decisão)	AÇÕES	Usar todos os meios que a ciência e a tecnologia oferecem hoje; Inventar e redesenhar a ciência e a tecnologia com critérios práticos e poéticos nacionais, próprios, populares	DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES	As ciências e as tecnologias são necessárias para o processo de libertação das nações periféricas e das classes populares. O pior impedimento e peso para a inteligência e desenvolvimento são os cientificistas que importam ciência pretensamente incontaminada e os tecnologistas que predicam a necessidade de importar tecnologia.
	EXECUÇÃO		Efetuar a decisão planejada.		A obra prática executada se volta à realidade para corroborar o sistema vigente ou para gerar uma nova ordem.
	AValiação		Analisar os resultados da execução da decisão.		A avaliação correta da decisão executada modifica o critério prático fundamental que retroalimentará as futuras tomadas de decisões.

Fonte. Elaboração própria a partir de Dussel (1977, p. 189-191; DUSSEL, 2011, p. 250, 261).

Em síntese, o ponto de partida é a compreensão da totalidade e a negação de sua negação, processo desencadeado pela escuta cuidadosa da voz interpelante do outro vitimado. *A priori*, a escuta é o processo que demanda do pesquisador militante ter ouvidos de discípulo, respeitando a verdade do sujeito que vivencia a situação existencial de dominação, seja ele ou ela: a mulher vítima do machismo; a criança e o jovem ignorado pela ideologia que julga seu conhecimento e experiência de vida insignificantes; as pessoas empobrecidas pelo desemprego; os negros, indígenas e migrantes vítimas do preconceito e da exclusão.

Para que o processo de escuta se consolide, o convívio dialógico desponta como procedimento metodológico fundamental, conferindo à Analética: factibilidade e eficácia no campo prático. Ribeiro Junior (2009, p. 73-74) afirma, que o convívio dialógico não se configura apenas como uma das etapas do processo de pesquisa, mas como o processo em si, “permitindo a construção da amizade e a troca de visões de mundo” que, por meio do “diálogo, no olho no olho”, faz despontar a possibilidade de construir os caminhos para uma sociedade mais justa e equânime.

Diante disso, arrisco afirmar no contexto desse estudo ser impossível construir práticas sociais libertadoras e a formação de pesquisadores/as militantes, dentro e fora dos muros das universidades, relativizando o conceito de vítima aqui trabalhado, e deixando de assegurar o aprendizado – na prática – do convívio dialógico como eixo central do marco teórico-metodológico defendido pela produção científica não hegemônica. Isso leva à demanda de que, a prática investigativa garanta critérios de rigor e qualidade ao processo de convívio dialógico que, sem a formulação de princípios mínimos, corre o risco de se perder no amplo campo da Ciência Social Crítica, que tem como foco a área da Educação (SILVA, ARAÚJO-OLIVERA, 2004; STRECK, 2015).

Para a investigação da prática de luta política da População de Rua, além do aporte da FL para a construção de critérios e princípios de qualidade e eficácia, foi eleita a Sistematização de Experiências (SE) como instrumento metodológico que contemplou: coleta; organização e análise crítica dos dados, além de servir como mediação⁴⁷ nos campos científico-educativo-político, articulação que sustentou o estudo.

⁴⁷ As mediações, de acordo com Dussel (1977), são as coisas que lançamos mão para alcançar um determinado objetivo traçado para uma determinada ação. Para o autor, na medida em que os entes e as coisas foram se tornando

A FL, teoria sustentada pelo método Analético, atuou como base fundamental à compreensão da prática social, partindo da categoria da exterioridade que tem na práxis de transformação, a mediação para o alcance de um projeto libertador, que seja estruturado em valores de equidade, solidariedade e aumento qualitativo da vida sobre o Planeta, denominado por Dussel (1977), sistema utópico viável futuro (Quadro 2) ou postulado político⁴⁸.

Quadro 2. Diferenças entre o método dialético que Enrique Dussel qualifica como negativo e positivo na obra *Filosofia de la Liberación*.

	DIALÉTICO NEGATIVO	DIALÉTICO POSITIVO <i>Analética</i>
PONTO DE PARTIDA	Totalidade	Exterioridade
MEDIAÇÃO	Ciência especulativa	Práxis de transformação
PONTO DE CHEGADA	Negação da negação	Sistema utópico viável futuro mais justo

Fonte. Elaboração própria a partir de Dussel (1977).

A introdução da SE, por sua vez, visou: a) o desdobramento do campo educativo-político sobre o campo científico (e vice-versa), como condição à transformação da realidade que historicamente nega vida digna à População de Rua; b) a elaboração de uma matriz analítica advinda da própria realidade vivida que, uma vez compreendida criticamente, possibilitou o desenho de metas que vislumbraram a construção de projetos utópicos futuros a serem concretizados e caminhos a serem trilhados coletivamente e c) o fortalecimento da prática social estudada, por meio da construção de processos próprios de ação-reflexão-transformação, que buscaram não reproduzir cegamente modelos e conhecimentos produzidos em contextos estranhos a ela.

mediações através do ganho de sentido para os seres humanos, foi surgindo a coisa-cultural, que não é uma mera coisa, mas é ente no mundo.

⁴⁸ Conceito que será tratado na segunda parte do texto.

Sistematização de Experiências como instrumento científico-educativo-político

Diante do desafio de romper com a lógica da totalização da ciência hegemônica que ocasiona a desvalorização e ocultamento de conhecimentos forjados em práticas de luta política de grupos populares, a Sistematização de Experiências cunhada no contexto latino-americano, configura-se como um exercício teórico de formulação de categorias, classificação e ordenação de elementos empíricos, análise e síntese, indução e dedução e obtenção de conclusões como pautas para sua verificação prática. Ela relaciona os processos imediatos com seus contextos, confrontando o fazer prático com os pressupostos teóricos que o inspiram, dando sustentação filosófica sobre o conhecimento e a realidade vivida (HOLLIDAY, 2006).

Sua origem histórica tem relação com uma conjuntura de forte dependência dos países periféricos às nações ricas que exercem dominação sobre eles, principalmente: econômica, política, científica e cultural, expressando um tempo em que os pensadores/as latino-americanos como: Carlos Mariátegui; Paulo Freire; Francisco Gutiérrez; Falls Borda; Anibal Quijano; Enrique Dussel; Leonardo Boff; Max-Neef, dentre muitos outros (MEJÍA, 2007), objetivaram sair do predomínio da ciência eurocêntrica, produzindo abordagens conceituais próprias desenvolvidas e reveladas em distintas disciplinas do saber. Eles e elas produziram e seguem elaborando caminhos e leituras alternativas à transformação das desigualdades que seus países sofrem sob o domínio imperialista, como é o caso de Oscar Jara Holliday⁴⁹ e Marco Raúl Mejía⁵⁰, intelectuais tomados como referência teórica central para a incorporação da SE no

⁴⁹ “*Oscar Jara Holliday* é sociólogo e educador, promotor da educação popular e da sua dimensão política e perito em metodologias de sistematização de experiências educativas. Nos anos setenta alfabetizou zonas rurais e urbanas periféricas no Peru (país de onde é natural) e realizou atividades de educação popular em quase todos os países latino-americanos. No início dos anos oitenta, foi um dos fundadores da Rede Alforja – que opera na América Central – e atualmente é diretor do CEP Alforja (Centro de Estudos e Publicações de Alforja) de San José na Costa Rica e coordenador do Programa Latino-Americano de apoio à Sistematização do CEEAL (Conselho de Educação para os Adultos da América Latina)” (EDU CI GLO, s/a).

⁵⁰ “*Marco Raúl Mejía Jiménez* é educador popular colombiano nascido em Palermo, Antioquia (Colômbia) em 12 de agosto de 1952. Seguidor e continuador da tradição das pedagogias críticas latinoamericanas e aluno de Paulo Freire. Desde estas perspectivas tem realizado propostas metodológicas nos âmbitos educativos formais, não formais e informais que hoje são recorrentes em processos de transformação deles na América Latina. É licenciado em Filosofia e Letras pela Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá. Realizou mestrado em Educação e Desenvolvimento e é doutor do Projeto Interdisciplinar de Investigações Educativas no Chile. Tem uma ampla trajetória e experiência no trabalho educativo com setores populares e marginalizados, assim como no fortalecimento de projetos educativos não institucionais. Já trabalhou com a ONG Planeta Paz, com o Centro de Investigação e Educação Popular (CINEP) e com o Programa de Paz y Desenvolvimento em Magdalena Medio.

estudo como instrumento metodológico que se opõe à corrente positivista de produção de conhecimento científico (HOLLIDAY, 2006). Ambos elaboraram princípios fundamentais da Sistematização (HOLLIDAY, 2006; MEJÍA, 2007), que foram aqui compreendidos como diretrizes para a realização da pesquisa militante, ao passo que buscou:

- 1) Rompimento de dicotomias advindas da ideologia eurocêntrica como: natureza-cultura; público - privado; razão - emoção; conhecimento científico - saber local - saber popular; conhecimento natural - conhecimento social; conhecimento técnico - conhecimento leigo; trabalho manual - trabalho intelectual; sujeito - objeto; pesquisador - pesquisado;
- 2) Compreensão de que ação - saber - conhecimento são elementos substanciais da realidade;
- 3) Desconstrução da maneira de compreender o conhecimento científico e seu sistema de reconhecimentos;
- 4) Reconhecimento de que os saberes têm potência própria para se converterem em teorias ou apontar os caminhos para sua construção;
- 5) Oposição com a orientação positivista;
- 6) Sustentação epistemológica balizada na concepção dialética (positiva) da realidade.

Ao ser adotada como instrumento para a interpretação crítica de experiências educativo-políticas de grupos populares, a partir do: ordenamento e reconstrução dos fatos vividos; descoberta e explicitação da lógica do processo experimentado, bem como, dos fatores que intervieram no processo compreendendo como se relacionaram entre si e porque o fizeram do modo que fizeram (HOLLIDAY, 2006), a SE possibilita, de maneira sistemática, mas não necessariamente nessa ordem:

- a) organizar os conhecimentos anteriormente desordenados e as percepções dispersas;
- b) objetivar o vivido a partir da identificação, classificação e reordenamento: dos elementos que fundamentam a prática social e de suas estratégias que permitem que a prática seja vista e compreendida de maneira mais complexa pelos sujeitos nela engajados;

Além de ter trabalhado na consultoria da Presidência da República de seu país e no Ministério de Educação Nacional para o programa Escola e Comunidade - Setores marginalizados urbanos” (WIKIPEDIA, 2011, *tradução minha*).

c) interpretar os acontecimentos, comportamentos e sua evolução, para que sejam compartilhados, debatidos e confrontados coletivamente pelos sujeitos e;

d) produzir conhecimentos novos sobre o vivido, na medida em que promove a compreensão conceitual de práticas sociais que no processo, transcendem-se.

Os teóricos da SE que aportaram o estudo, alertam sobre o cuidado que se deve ter para que esse instrumento de compreensão da prática social não seja confundido com processos de investigação ou de avaliação, nem seja visto como algo tão complexo, que demanda a intervenção de especialistas externos a ela, inviabilizando sua concretização. Nem por isso, a SE deve ser tratada como ferramenta a ser aplicada sem uma fundamentação filosófica clara.

Holliday (2006, p. 17-18, *grifos do autor*) constata que, “o que muita gente busca, enquanto método, é uma ‘receita’ que possa ser aplicada rápida e facilmente a qualquer experiência, não importando seu contexto”. Para ele, o que se pensa é que os assuntos referentes ao método “referem-se simplesmente, a uma lista de passos ou tarefas que se tem que seguir” e que “não é comum o reconhecimento da complexidade do *metodológico em seu sentido mais profundo*”, requisito que implica:

[...] sustentar teoricamente e organizar de forma rigorosa uma determinada sequência de momentos, que seja coerente com uma fundamentação teórico-filosófica e que se execute de forma criadora (de acordo com as características de cada experiência e as particularidades do contexto) (HOLLIDAY, 2006, p. 17-18).

Diante disso, na busca por contribuir com o trabalho de sistematização de práticas sociais diversas, Holliday (2006) sugere sua organização em 5 tempos. Cada um deles desmembram aspectos, como: condições para serem realizados e objetivos, cujas especificidades demandam a instauração de procedimentos próprios (Quadro 3), visando garantir coerência com os 6 princípios anteriormente mencionados, além do: alcance de compreensão mais profunda das experiências para a melhoria da própria prática; promoção de troca de ensinamentos com outras experiências e condução dos conhecimentos produzidos à reflexão teórica, conseqüentemente, à construção de teoria.

Quadro 3. Proposta de organização do trabalho de Sistematização de Experiência.

TEMPOS DA SE	CONDIÇÕES CONSTITUTIVAS (O que é necessário na SE)	OBJETIVO	PROCEDIMENTO Estratégias de realização
PONTO DE PARTIDA	Ter participado da experiência; Ter registro da experiência.	Permitir a busca rápida por informações produzidas no lapso da experiência e uma melhor visão do desenvolvimento real dos processos.	Buscar formas diversificadas de registro da experiência.
PERGUNTAS INICIAIS	Definir objetivo da SE; Definir o objeto a ser sistematizado; Definir o eixo de sistematização.	Definir de maneira clara e concreta, o sentido, a utilidade, o produto e o resultado esperado da sistematização.	Escolher a experiência a ser sistematizada, claramente delimitadas em tempo e lugar; Precisar o enfoque da sistematização, para não se dispersar.
RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO	Reconstruir a história; Ordenar e classificar a informação.	Permitir visão global dos processos que se sucederam no lapso da experiência, normalmente postos de maneira cronológica; Localizar os diferentes elementos do processo; Permitir reconstruir, de forma precisa, os diferentes aspectos da experiência, vista já como um processo	Consultar os registros da experiência e elaborar uma cronologia; Fazer gráfico para que seja possível visualizar a sequência dos fatos ou reconstruir a história com imagens, em forma de conto ou narração; Incorporar, na reconstrução da experiência particular, os acontecimentos do contexto (local, nacional ou internacional) que se associam a ela; Fazer constar as diferentes interpretações que se apresentem na reconstrução histórica; Construir roteiro de ordenação: um quadro ou uma lista de perguntas, que permitirá articular a informação sobre a experiência em torno dos aspectos básicos que interessam; Levar em conta, de acordo com o eixo de sistematização, tanto as ações como os resultados, assim como as intenções e opiniões.
REFLEXÃO DE FUNDO	Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.	Compreender porque aconteceu o que aconteceu no lapso da experiência sistematizada; Penetrar por partes na experiência, fazer exercício analítico, localizar as tensões ou contradições que marcaram o processo; Realizar síntese que permita elaborar uma conceitualização a partir da prática sistematizada.	Elaborar roteiro de perguntas críticas que interroguem o processo da experiência e permitam identificar os fatores que intervieram durante o processo e explicitar a lógica e o sentido da experiência.
PONTOS DE CHEGADA	Formular conclusões teóricas e práticas; Comunicar a aprendizagem.	Responder aos objetivos propostos no início da SE; Voltar ao ponto de partida enriquecido com a ordenação, reconstrução e interpretação crítica da experiência sistematizada.	Tomar como referência, o eixo de sistematização formulado; Formular conceitos para as conclusões teóricas; Usar as conclusões práticas como guias para a melhoria futura da prática, tanto própria quanto alheia.

Fonte: Elaboração própria a partir de Holliday (2006, p. 71-92).

Ao possibilitar o resgate do vivido, a descrição e análise dos fatos decorridos e a interpretação crítica das experiências à luz das teorias adotadas, a SE contribui com a compreensão essencial sobre os motivos pelos quais acontecimentos passados se sucederam em etapas, suas continuidades e descontinuidades no seio da prática social. O nível de compreensão que passa da aparência do fenômeno a sua essência, é indispensável frente ao desafio que os atores sociais em movimento assumem, objetivando não perder de vista o sentido das ações que produzem, uma vez que, diante delas, criam possibilidades de questionarem a eficácia e a coerência em relação aos propósitos traçados (MARX, 2011, HOLLIDAY, 2001, 2006).

A sistematização possibilita também que os sujeitos das práticas as reconheçam como “epistemologicamente vivas” (MEJÍA, 2007, p. 3) e que, ao disporem de todos os seus dispositivos, que contribuem para que se constituam em experiências educativa-políticas, esse instrumento é capaz de ajudar em sua construção subjetiva e intersubjetiva, de fazer visíveis suas finalidades e de construir o nó relacional desde as ações que a constituem. Relações que se forjam na interação do sujeito com o mundo, que faz com que estes sejam complexos, reflexivos, inovadores, empíricos, mas, acima de tudo, produtores de saber e de teoria (MEJÍA, 2007).

Subsidiado pela opção política de aplicar o aporte teórico metodológico aqui construído, o trabalho de campo foi iniciado em novembro de 2015, a partir da organização de sua execução em etapas que guardaram interdependência entre si (Quadro 4). Ademais, para cumprir com o rigor e a qualidade da produção acadêmica que se pretende instrumento de reflexão e ação educativa-política transformadora da realidade de dominação que acomete o a População de Rua, foram colocados em movimento diversos procedimentos metodológicos que contribuiriam com a coleta, organização e análise dos dados, como apresentarei no tópico subsequente ao quadro.

Quadro 4. Etapas do trabalho de campo do doutorado desenvolvidas entre novembro de 2015 e janeiro de 2017.

		ETAPAS	OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO		I. Participação na prática social de luta política	Desenvolver convívio dialógico com sujeitos com e sem trajetória de rua, participantes da prática de luta política da População de Rua em diferentes municípios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação nos encontros e reuniões dos Fóruns de Campinas e de São Carlos; 2. Participação nas reuniões, no curso de formação e no Congresso do MNPR; 3. Apoio às ações estratégicas realizadas no seio da prática política da População de Rua nas diferentes cidades.
		II. Coleta de dados	Registrar informações produzidas nos procedimentos da etapa 1.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilização de diário de campo em todos os momentos de inserção e participação na prática; 2. Utilização de gravador de áudio, máquina fotográfica e filmadora quando autorizado pelos participantes; 3. Realização de entrevistas semiestruturadas individuais e/ou coletivas com sujeitos da prática social.
		III. Organização dos dados	Ordenar e classificar os dados coletados.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Leitura dos diários de campo e extração de temáticas amplas sobre a prática social estudada; 2. Transcrição e leituras das entrevistas; 3. Identificação de categorias analíticas; 4. Preparação para o tempo da “reflexão de fundo” da SE.
		IV. Interpretação crítica dos dados	Realizar reflexão de fundo sobre a experiência do Fórum de São Carlos; Produzir conhecimento a partir dela.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do estudo aos sujeitos da prática social; 2. Discussão das categorias; 3. Análise crítica da experiência a partir de seus processos de institucionalização.

Fonte: Elaboração própria.

Coleta, organização e análise dos dados

No percurso do trabalho de campo, que invadiu o terreno da memória e dos sentidos que os sujeitos produziram ao longo de suas experiências de vida e luta política, foram adotadas estratégias de tratamento dos dados, realizadas em dois momentos distintos: 1) *momento da Analítica* e 2) *momento da Sistematização da Experiência* que, no percurso do trabalho de campo, e de diferentes modos, aconteceram simultaneamente, complementando-se (Quadro 5).

Quadro 5. Momentos do trabalho de campo

ETAPAS DA PESQUISA	MOMENTO 1	MOMENTO 2
	Analítica	Sistematização da Experiência
Sujeitos participantes	Haydée; Célia e Camilo	Cláudio e participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos.
ESTRATÉGIAS DE TRATAMENTO DOS DADOS		
Coleta	Entrevistas semiestruturadas; Gravação de áudio.	Entrevista semiestruturada; Participação e registro dos processos de institucionalização do Fórum: encontros mensais; reuniões de planejamento; articulações com outras práticas de luta política e ações estratégicas.
Organização	Transcrição das entrevistas	Transcrição da entrevista; Produção de documentos do Fórum, como: atas; ofícios; relatórios; diagnósticos; panfletos; imagens fotográficas.
Análise	Adoção de procedimentos da Análise de Discurso e de Conteúdo	Adoção de procedimentos da Análise de Discurso; Encontros entre pesquisadores militantes do Fórum para análise crítica da experiência.

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro momento focou a construção do corpo teórico do estudo que, seguindo os pressupostos da Filosofia da Libertação, exigiu a escuta do que Enrique Dussel (1977, 2000,

2007b) sintetiza como a voz do outro vitimado. Já o desenvolvimento do segundo momento objetivou criar condições para a interpretação crítica da prática de luta política instituída no Fórum da População de Rua de São Carlos, a partir do ordenamento e da reconstrução de sua experiência, procedimento usado tendo em vista o desvelamento da lógica do processo vivido, dos fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram do modo que fizeram (HOLLIDAY, 2006).

A fim de realizar as quatro entrevistas nos 2 momentos do trabalho de campo, foram elaborados roteiros semiestruturados diferentes⁵¹. Para os 3 sujeitos participantes do momento 1, foi feita a seguinte provocação: *compartilhar a trajetória de vida desde a infância, até as experiências adultas*. Com ela, objetivei organizar uma narrativa militante, de onde pudessem ser identificadas categorias teóricas capazes de explicar a prática de luta política da População de Rua e seus processos de institucionalização.

A entrevista contemplada no momento 2, foi auxiliada por um guia diferenciado, dado que o intuito foi descrever o contexto de fundação do Fórum da População de Rua de São Carlos em novembro de 2015. Para tanto, o roteiro foi composto pelos eixos problematizadores: 1) Cenário político e social de São Carlos; 2) Participantes; 3) Processos de organização e 4) Impactos (Apêndice III), e possibilitou conectar o contexto de emergência do Fórum à conjuntura política e econômica nacional e mundial, ampliando a compreensão sobre os motivos de sua origem e constituição.

Para a seleção dos entrevistados, que a princípio não sabia quantos seriam, foram adotados critérios (Quadro 6) que corresponderam ao objetivo da pesquisa de organizar e analisar a teoria que emerge da ação política protagonizada pela População de Rua visando contribuir com a educação de sujeitos que, ao lutar, afirmam-se criadores de processos de transformação da realidade e não da reciclagem de políticas que têm se mostrado ineficientes à conquista plena dos direitos do grupo.

⁵¹ A realização das entrevistas contou com aprovação do Conselho de Ética da UFSCar (Anexo I) e foi feita mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos entrevistados (Apêndice IV).

Quadro 6. Critérios de seleção de participantes nos momentos 1 e 2 do trabalho de campo.

MOMENTOS	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE SUJEITOS
1 - ANALÉTICA	<ul style="list-style-type: none">- Estar engajado na luta política da População de Rua, tendo ou não trajetória como tal;- Ter desenvolvido processo de convívio dialógico com a autora do estudo;- Aceitar participar da pesquisa.
2 - SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none">- Ter participado do processo de organização do Fórum Permanente da População em Situação de Rua que aconteceu entre os dias 25 e 27 de novembro de 2015 e desencadeou na fundação do mesmo;- Aceitar participar da pesquisa*.

* Três organizadores do evento mencionado foram convidados a dar entrevista, porém, apenas um aceitou o convite. **Fonte:** Elaboração própria.

Entrevista com Haydée

Conheci Haydée em abril de 2016 na Praia Grande, litoral de São Paulo, durante um curso de formação de novas lideranças oferecido pelo MNPR/SP para o qual fomos convidadas⁵². Quando Haydée disse quem ela era na rodada de apresentações, chamou-me a atenção sua voz: grave e confiante, usada em volume alto para expressar experiências de vida como mulher trans negra, moradora de rua há mais de 15 anos em Campinas/SP e militante política. Desde o primeiro momento em que a ouvi, senti-me impelida a conversar com ela sobre o problema de pesquisa.

A entrevista com Haydée aconteceu no dia 20 de julho de 2016 nas escadas do Museu de Imagem e Som (MIS) em um começo de tarde fria em Campinas, quando ela relatou ter sofrido durante a madrugada inteira sem agasalho suficiente. Desde o nosso primeiro contato, em abril de 2016, Haydée tornou-se vice coordenadora do MNPR/Polo Campinas/SP⁵³, fundado em 10

⁵² O Movimento Nacional da População de Rua organiza, esporadicamente, encontros de formação de novas lideranças para a instituição de polos do movimento nos municípios. Em um deles, que aconteceu entres os dias 29 de abril e 01 de maio, conheci Haydée.

⁵³ Fomentado pela iniciativa do MNPR no estado de São Paulo em criar núcleos municipais e disseminar suas atuações em rede.

de junho de 2016. Dialogamos por duas horas e antes de iniciar a conversa, expliquei à Haydée que ela se organizaria em dois momentos. O primeiro objetivou conhecer aspectos de sua história de vida, que possibilitou a identificação de processos pelos quais uma mulher trans em situação de rua passa, até iniciar trajetória política.

Haydée compartilhou comigo seus percursos de vida desde a infância, sem reservas, na medida em que entendeu que, ao disseminá-los, estaria me ajudando a retornar ao Fórum de São Carlos, melhor preparada para auxiliar nos processos de institucionalização da prática, que seria compreendido mais tarde como pedagogia do exemplo⁵⁴. O segundo momento da entrevista, tratou questões mais pontuais de sua experiência militante no Fórum da População em Situação de Rua em Campinas⁵⁵ e no MNPR/SP⁵⁶, conjunto de informações que, articuladas às demais trajetórias de vida e militância, proporcionaram o entendimento teórico dos conceitos chave da tese, compondo a segunda parte do estudo que trata os processos de educação da rebeldia.

Quatro meses se passaram até que conseguíssemos concretizar essa conversa, resultado do processo de convívio dialógico estabelecido entre Haydée e eu, o que exigiu viagens a Campinas a fim de participar de reuniões com os militantes de lá. Naqueles momentos, tive a oportunidade de aprofundar os laços de confiança com outros militantes, como aconteceu com Camilo e Célia.

Entrevista com Camilo

Conheci Camilo junto com Haydée na formação de novas lideranças mencionada, em abril de 2016. Antes do contato pessoal, ouvira falar dele como uma das principais referências do Fórum de Campinas, mesmo não tendo trajetória de rua, motivo pelo qual me interessei em convidá-

⁵⁴ Definida por meio de atos do sujeito que opta por vivenciar dadas experiências se espelhando na mesma ação anteriormente empreendida por uma ou mais pessoas próximas a ele. No campo da luta política aqui estudada esse modo de aprender é comum, dado que a prática social é potencializada quando militantes com trajetória de rua estimulam seus pares, como poderá ser visto no quadro 11, capítulo 2.

⁵⁵ Para mais informações ver: <https://www.facebook.com/forummsruacampinas/?fref=ts>

⁵⁶ Para mais informações ver: <https://www.facebook.com/search/top/?q=mnpr%20-%20sp>.

lo a participar da pesquisa. Além de ser apoiador da prática de luta política da População de Rua, Camilo tornou-se servidor público municipal em 2013, cargo assumido como assistente social no Centro Pop do município.

A entrevista com Camilo aconteceu no dia 19 de julho, de manhã, quando fui recebida em sua casa para um café da manhã acolhedor. Nossa conversa durou cerca de 2 horas e seguiu o mesmo roteiro construído para Haydée e Célia (que apresentarei adiante), ao passo que os três atenderam os mesmos critérios de seleção (Quadro 6). A partir da interpretação de sua narrativa, foi possível evidenciar aspectos presentes na identificação e aproximação entre pessoas sem e com trajetória de rua, processo que pode levá-las a se engajar, juntas, em práticas de luta política, como será teorizado adiante.

O encontro com esse militante foi um marco para mim, e não tardou a se transformar em amizade. No percurso da pesquisa de campo, dialogamos intensamente sobre a prática de luta política da População de Rua, seus modos de organização, seus atores, suas ações. Desde nossas primeiras conversas, Camilo convidou-me a participar do Fórum em Campinas, como fiz a partir de maio de 2016 e na inserção mais longa em que passei uma semana completa em Campinas, pude acompanhar as agendas cheias dos militantes, inclusive a dele. Participei de reuniões e articulações, fiz visitas a equipamentos de acolhimento e em outros locais de interesse da População de Rua para instalação de novas instituições ligadas à política de assistência, como o maleiro⁵⁷.

⁵⁷ No dia 19 de julho de 2016 participei de mais um encontro do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas e nesse dia uma das pautas era a estruturação de um maleiro - para guarda de pertences da população de rua da cidade - que seria sediado pelo Centro Pop embaixo de um viaduto onde houvera sido a sede da Guarda Municipal ou como as pessoas chamam: na “guardinha”. Durante o debate Haydée enfatizou a importância da População de Rua participar do processo de instituição desse equipamento, oportunidade de construção coletiva que o MNPR/Campinas havia conseguido em diálogo com representantes da política de assistência da Prefeitura. Esse encontro foi especialmente interessante porque muitas pessoas manifestaram suas vontades, ideias, dúvidas, creio que por se tratar de uma necessidade premente das pessoas que vivem na rua e são obrigadas a carregar malas, carrinhos e outros objetos grandes e pesados nas costas. Também por dizer respeito a uma possibilidade concreta já que a Prefeitura havia se comprometido em estruturar o maleiro, a partir de tomadas as decisões no Fórum e em outras reuniões com as lideranças do MNPR sobre: local de instalação, capacidade suporte do maleiro e suas regras de uso e ocupação. Para que o debate encaminhasse decisões objetivas, Haydée e Célia com o apoio de outros atores, como o meu, por exemplo, levaram relatos de experiências de maleiros mais antigos de São Paulo e Curitiba objetivando que os participantes do Fórum pudessem ter subsídios para tomar suas próprias decisões. A proposta que me chamou mais atenção sobre o maleiro, foi sobre a Prefeitura contratar moradores de rua para trabalhar no equipamento, visando oportunizar, por meio da ocupação, novas oportunidades para, quem sabe, alcançar a saída da rua. Para que a contratação se efetivasse, os participantes com trajetória de rua sugeriram uma série de critérios que o candidato da rua precisaria contemplar para que tivesse a oportunidade de concorrer à vaga de trabalho (Diário de campo, julho de 2016).

No ínterim e durante cada uma das agendas, conheci novas pessoas, como Célia, que se comprometiam com as ações do Fórum e do MNPR na cidade, e assumi responsabilidades como “apoiadora”⁵⁸ delas. A semana vivida em Campinas com os parceiros de luta de lá teve muitos “corres”⁵⁹, e minha expectativa foi, além de ajudar, aprender o máximo, a fim de retornar a São Carlos capaz de melhor contribuir com a experiência de constituição da prática social na cidade.

Entrevista com Célia

Célia é campineira, nascida em 1978 e foi viver na rua com 13 anos de idade. Essa experiência transformou sua vida em cenário de duras batalhas, onde as perdas se fizeram presentes em meio aos processos de aprendizagem.

Encontrei Célia pela primeira vez no dia 17 de maio de 2016, quando fui participar, com outros membros do Fórum de São Carlos, da reunião do Fórum de Campinas. Começamos a nos aproximar no dia 21 de maio durante uma reunião do MNPR/SP realizada na sede no Viaduto do Pedroso em São Paulo. Esses dois primeiros encontros entre nós foram rápidos. Eram dias de reuniões com outras pessoas, o que não permitia que dialogássemos exclusivamente sobre quem éramos, sobre nossos intuitos, trajetória e experiências na luta política de que éramos parte. Mesmo assim, a empatia foi forte. Senti que entre nós, assim como com Haydée, poderia originar uma relação profícua de militância feminina.

Essa identificação se deu pelo fato de sermos mulheres, vítimas de múltiplas violências. Principalmente Célia e Haydée, cuja trajetória de vida na rua deixou marcas profundas, pois o lugar das mulheres nessa situação ainda é subalterno em relação aos homens que, com frequência, adotam postura sexista nos corres da rua, obrigando suas companheiras a manguear

⁵⁸ O papel do apoiador, nome usado pelo Movimento Nacional da População de Rua para designar os militantes da prática de luta sem trajetória de rua, será tratado em tópico específico adiante.

⁵⁹ Esse termo é largamente utilizado pela População de Rua para significar as movimentações diárias que empreendem a fim de manter a vida estando em situação de rua. Um “corre” pode significar ir em busca de um local para conseguir alimentação, por exemplo, ou providenciar um documento. Também diz respeito a ir na biqueira comprar droga, no bar adquirir uma bebida ou também manguear que é pedir doação de roupa, comida, dinheiro, etc.

para eles, cozinhar e limpar o mocó. Muitas, ainda, se veem obrigadas a trocar proteção e diversos favores por sexo, dentre outras coisas.

Ao me despedir de Célia, após o segundo encontro, combinamos de conversar melhor no dia 18 de junho do mesmo ano, quando soube de sua nomeação como coordenadora do MNPR junto com Haydée. No decorrer de nossos encontros, a proximidade foi se fazendo maior e minha participação na prática de luta com a População de Rua e seus apoiadores em Campinas cresceu progressivamente. Tanto Célia como Haydée não titubearam ao me pedir para ajudar nas tarefas do Fórum e do MNPR e, com isso, fui me engajando com elas, respaldada sempre pela atenção cuidadosa de Célia que me ciceroneava desde que chegava à cidade, até voltar para São Carlos.

A entrevista foi realizada no mesmo dia que conversei com Camilo (19 de julho de 2016). Conversamos por mais de duas horas em uma sala de atendimento do Centro Pop de Campinas. O ensejo da conversa, assim como com Haydée, foi conhecer sua trajetória de mulher, sem moradia e em processo de luta pelos direitos da População de Rua naquele município.

Finda a etapa de coleta do momento 1, passei à organização e análise dos dados obtidos nas entrevistas, e como estratégia de levantamento dos mesmos, lancei mão de procedimentos propostos pela Análise de Discurso e de Conteúdo (AD e AC, respectivamente). Essas técnicas garantiram a coerência com o marco teórico-metodológico do estudo, uma vez que contribuiu com a tabulação sistemática dos dados e a produção de sentidos das falas e gestos dos participantes da pesquisa, conectados ao seu contexto de vida e de luta política, como orientam Caregnato e Mutti (2016).

[...] pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando ‘pistas’ do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes (CAREGNATO, MUTTI, 2006, p. 680-681).

A AC, por seu turno, possibilitou a organização das informações transcritas em: Eixos Temáticos (ET)⁶⁰; Unidades de Registro (UR)⁶¹ e Unidades de Contexto (UC)⁶² (OLIVEIRA, 2008). Esse procedimento resultou na organização das falas em 2 temas que contemplaram informações relativas ao: 1) percurso de vida e militância e à 2) constituição da prática de luta política no mundo da rua. Cada tema foi desdobrado em 27 UR e 71 UC (Quadros 7, 8 e 9), conjunto que, posteriormente, foi categorizado compondo o escopo teórico do estudo localizado em sua segunda parte.

É nesse sentido que a investigação que frutifica esse estudo teve como principal característica ser uma participação pesquisante que, ao lançar mão de princípios éticos da Filosofia da Libertação, contribuiu para que eu, pesquisadora militante, enxergasse o outro como outro-cúmplice e não mais como o outro-distante ou o outro-distanciado da prática da pesquisa (BRANDÃO, 2003). Não vi os sujeitos da minha pesquisa como aqueles e aquelas que vivem a experiência de vida absolutamente diferente da minha. É certo que não vivo a vida na rua, nem sinto em minha pele a dor que o frio impinge àqueles que dormem ao relento. Porém, reconheço-me como parte de um mundo dependente e periférico dentro de um sistema totalizante e dominador e me responsabilizo, com o Outro, frente a nossa situação coletiva. Essa “experiência vocacional, política [...], tomando-a como campo de militância ou de destino” é “ao mesmo tempo, tema e cenário de ‘minha pesquisa’” (BRANDÃO, 2003, p. 295).

⁶⁰ A definição de temas, aqui denominados Eixos Temáticos, se dá a partir da associação das UR a unidades de significação, ou seja, cada tema será composto por um conjunto de UR, sendo que a maior parte do texto a ser analisado deve ser transformada em UR (OLIVEIRA, 2008).

⁶¹ “Trata-se de uma unidade de segmentação ou de recorte, a partir da qual se faz a segmentação do conjunto do texto para análise. Essa unidade pode ser defendida por uma palavra, uma frase, um parágrafo do texto; ou ainda o segmento de texto que contém uma assertiva completa sobre o objeto em estudo, seja ele frase, parágrafo ou parte de frase ou parágrafo; o minuto de gravação, o centímetro da notícia de jornal, ou outras” (OLIVEIRA, 2008, p. 571).

⁶² “São unidades de compreensão da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem cujas dimensões são maiores do que aquelas da unidade de registro. São segmentos de texto que permitem compreender a significação das unidades de registro, recolocando-as no seu contexto, tratando-se sempre de uma unidade maior do que a UR. Ex. a frase para a palavra, o parágrafo para o tema” (OLIVEIRA, 2008, p. 571).

Quadro 7. Análise da entrevista com Haydée.

EIXO TEMÁTICO	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEÚDO
PERCURSO DE VIDA E MILITÂNCIA	<i>Criança institucionalizada</i>	Mãe pobre, pai morto
	<i>Criança de rua</i>	"Menino bandido"
	<i>Insurgência feminina</i>	Insurgência militante
	<i>Crescer de cima para baixo</i>	Prática sobre a PR PR não participa
CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DE LUTA POLÍTICA NO MUNDO DA RUA	<i>Manipulação pelo Poder Público</i>	PR acredita no Poder Público Poder Público fala, mas não resolve Poder Público não cede, não trabalha para a PR
	<i>Percepção da negação</i>	Célia, Haydée e outros Falta atitude que só a PR pode ter Política de AS não é boazinha
	<i>PR foi tomando propriedade</i>	Por convite ou por chamamento Percepção que PR precisa participar Ação tem que produzir resultados Droga atrapalha participação
	<i>Rua forma o sujeito para a luta</i>	Violência, desilusão, "fantasista", frustração, risco PR tem propriedade dos espaços PR é viciada em ouvir "sim" PR precisa brigar para viver PR não permite ser enganado pelas aparências
	<i>Criação do polo do MNPR</i>	Uso moderado de drogas (em especial o crack) Não estar envolvido no crime Não ter medo da morte Ter o pé no chão Não permitir abusos de autoridades Cumprir compromissos Ter trajetória de rua
	<i>Ser representante da PR</i>	Mandar obedecendo

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8. Análise da entrevista com Camilo.

EIXO TEMÁTICO	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEÚDO
PERCURSO DE VIDA E MILITÂNCIA	<i>Experiência de pobreza</i>	Pais e filhos migrantes
	<i>Percepção da situação limite</i>	Casa autoconstruída em comunidade sem saneamento básico
	<i>Consciência de classe</i>	Trabalhador precarizado
	<i>Trajetória de estudos</i>	Crença de que o estudo era caminho promissor
CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DE LUTA POLÍTICA NO MUNDO DA RUA	<i>Ingresso na universidade</i>	Ciências Sociais e Serviço Social
	<i>Trabalho em ONG</i>	Assistente Social graduado
	<i>Identificação com População de Rua</i>	
	<i>Educação da Rebeldia</i>	Demissão da ONG, outros percursos profissionais
	<i>Servidor público</i>	Centro Pop de Campinas
	<i>Militância no Fórum da População</i>	Apoiador do MNPR

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 9. Análise da entrevista com Célia.

EIXO TEMÁTICO	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEÚDO
PERCURSO DE VIDA E MILITÂNCIA	<i>Criança institucionalizada</i>	Mãe usuária de crack, pai preso
		Agressão / muita violência
		Fora da escola
		Sem alimentação regular
		Separação dos irmãos
		Fugas do abrigo / Falta de proteção do Estado Autocriação
	<i>Adolescente adotada</i>	"Senhora cuidou (marido e 1 filho)
		Troca de nome
		Tentativa de nova vida
	<i>Adolescente de rua</i>	Perseguição da mãe biológica, Fuga da casa da "senhora"
		Falta de oportunidades, de perspectiva, incertezas Depressão, trabalhos temporários, fome, frio, prostituição, gravidez
	<i>Mãe de rua</i>	Pai da criança preso
		Outro relacionamento, segundo filho
		Situação precária, risco de perder os filhos
		Doação dos filhos para "senhora"
		Tentativas de sair da rua, frustração, depressão Revolta
INSTITUIÇÃO DA LUTA POLÍTICA NO MUNDO DA RUA	<i>Educação da Rebelião</i>	Críticidade
		Respeito pelo outro
		Autocontrole
		Saber se portar, o que falar em cada contexto
		Percepção sobre humilhação sofrida
		Não se submeter
	<i>Participação política</i>	Sonhar
		Curiosidade
		Ida em eventos sobre política pública
	<i>Representante da rua</i>	Conheceu Camilo
		Tirar a venda dos olhos dos outros
	Obter respeito e maior autonomia	

Fonte: Elaboração própria.

Entrevista com Cláudio

Foi Cláudio – sociólogo e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbanas *Na Margem*⁶³ – quem compartilhou comigo informações sobre a organização do evento realizado no final de novembro de 2015, como foi dito na seção que apresenta o estudo. Ele foi um de seus protagonistas, dada a experiência de coordenação, entre os anos de 2009 e 2011⁶⁴, da divisão de atendimento ao grupo social, alocada na Secretaria de Cidadania e Assistência Social da Prefeitura de São Carlos. Entre 2010 e 2011 Cláudio foi meu chefe, quando trabalhei como educadora social de rua no Centro Pop. Nessa época o convívio com ele produziu importantes aprendizados para mim em torno da gestão da política para a População de Rua no município.

Conversamos durante uma hora pelo *skype*, no dia 19 de setembro de 2016, quando expliquei o objetivo da entrevista, que era compreender o contexto de organização do evento mencionado. Diferente do tratamento dos dados no momento 1 do trabalho de campo, as informações elaboradas por Cláudio foram interpretadas sem antes passar pela organização em unidades de registro e de conteúdo. O motivo pelo qual adotei apenas a AD na análise da entrevista do momento 2, correspondeu ao tempo de recuperação do processo vivido da SE, que sugere a incorporação dos acontecimentos do contexto (local, nacional ou internacional) na reconstrução da experiência particular sistematizada, que no caso desse estudo, compõe sua terceira parte.

Antes, na articulação conceitual da tese que desdobra sua segunda parte, a luta política e a educação da rebeldia constituem-se nos pilares à construção das categorias teóricas que pautaram a sistematização da experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos. No bojo dessa articulação, a luta e a educação evidenciam-se como o cerne dos conceitos de prática social e processos educativos aqui materializados.

⁶³ O Núcleo está sediado no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (DS/UFSCar) e desenvolve pesquisas vinculadas ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Para mais informações ver: <http://www.namargem.ufscar.br/>.

⁶⁴ Esse período foi abrangido pelo último ano de gestão do Partido dos trabalhadores (PT) que esteve à frente da Prefeitura da cidade entre 2001 e 2012. A política de atendimento à População de Rua foi implantada no município a partir de 2008.

PARTE II.

A educação da rebeldia

CAPÍTULO 1. Vontade de viver e necessidade de lutar

Transtornos familiares, transtornos do pai, transtornos da mãe; período institucional; transtornos familiares, que foram as estadias na casa da minha vó e também o período que minha mãe me trouxe para morar com ela; outro período institucional, que foi o período nas instituições daqui de Campinas; e a rua em si. Para ser a Haydée que eu sou hoje, aos 17 anos, eu tive a grande sacada de pensar que eu tenho esse corpo masculino, mas eu não sou esse menino louco, bandido. Eu fui tomando conhecimento de causa, porque eu era assim. Daí, então, a descoberta, o “assumir” a identidade feminina, mesmo com uma genitália masculina. Foi esse momento também da descoberta que fez a Haydée que eu sou hoje”
(Haydée, 20 de julho de 2016).

“Quando eu era criança, passei muita necessidade, mais do que eu passei quando estava na rua. Você comer fubá com água, abrir a geladeira e não ter nada. Só para dizer que tinha, tinha uma garrafa de água. E desde criança eu fui assim: o certo é certo. Eu já nasci com isso, não sei por quê. Eu vim de uma família toda louca, nem entendo por que eu tenho essa mente que eu tenho. Aí, eu fui crescendo, fui sobrevivendo, fui vendo outras pessoas morrerem...”
(Célia, 19 de julho de 2016).

“Eu vim da Paraíba com 3 anos. E lá é seca, lá é pobreza. [...] a renda lá é escassa mesmo, a luta é por sobrevivência também. Aqui e lá a luta é por água, eu entendi um pouco porque as pessoas vêm de algumas partes do Nordeste, porque lá em especial, não tem água. Não chove sempre e eles não têm condição de plantar e construir um pouco da sua caminhada maior. Então, é por isso que as pessoas vêm. Eu entendo que se lá tivesse água em abundância como tem em São Paulo, as pessoas não viriam muito para cá. Elas conseguiriam construir uma trajetória. Isso eu vi depois de mais de 30 anos que eu vim de lá. Eu vim de lá com 3 anos e meu pai morava aqui e veio a família toda, são 4 irmãos. Nós fomos morar primeiro no apartamento de um tio, apartamento alugado, e depois a gente foi construir o nosso barraco, barraco de tábuas mesmo, numa parte de Santo Amaro, na Pedreira - bairro da Pedreira – e aí foi um dos primeiros barracos onde se deu a fundação de uma favela”
(Camilo, 19 de julho de 2016).

Essa seção constitui o chão teórico que pavimentou o percurso analítico do estudo. Para construir as articulações conceituais que seguem pelos capítulos 2 e 3 recorri a reflexões de intelectuais que, na academia e/ou na luta política, elaboram um referencial relevante a práxis de grupos que se movimentam buscando romper situações de injustiça e iniquidade social.

A vontade-de-viver (DUSSEL, 2007b) é o impulso humano necessário à constituição da luta política de acordo com a Filosofia da Libertação, e quem ajudou a construí-la conceitualmente no capítulo que aqui se inicia foi a narrativa dos militantes que participaram do momento

analítico do trabalho de campo⁶⁵. Ouvir as vozes das militantes – Haydée e Célia – sobre suas experiências de sofrimento e início da insurgência no processo de negação da negação, permitiu problematizar como a luta política é instituída a partir da força motriz gerada pela vida na rua. Conhecer o percurso de formação do assistente social – Camilo – possibilitou teorizar a tarefa de quem trabalha e milita com a População de Rua, atuar sem ser conivente com a negação de direitos e com ousadia de se arriscar.

Dussel (1977) e Freire (1983) afirmam que o ser humano está no mundo e *com* ele, experimentando ativamente as suas circunstâncias. O mundo não é apenas suporte, é espaço-tempo de produção vívida de cultura, política, economia, educação, etc., campos práticos onde os indivíduos atuam em prol da manutenção e desenvolvimento de sua existência material e simbólica. Nesses movimentos, vão compreendendo os entes que os rodeiam, incorporando-os ao mundo que vai sendo (re)formulado e transformado no *locus* da atuação mediatizada para o alcance de seus objetivos (DUSSEL, 1977).

Os processos de conscientização se dão no cotidiano passando pela compreensão pré-conceitual ou ingênua da realidade que dá base e fundamento aos modos de compreensão conceitual e crítica dela como totalidade (DUSSEL, 1977; FREIRE, 1980). A realidade que não é fragmentada, mas histórico-social formada como um todo integrado em seus campos ou partes (econômica, social, política, cultural; individual, local, nacional, internacional; objetivo, subjetivo, etc.) não pode ser entendida isoladamente, mas por meio da articulação interna de todas as suas múltiplas relações que não se resume à soma aritmética de seus campos isolados.

Nessa passagem é que está a essência da educação como potência capaz de levar o ser humano a se compreender como ser de criação e deslocamento, não de fixismo. Ao agir conscientemente, o sujeito de ação e reflexão se movimenta em torno da conservação da estrutura vigente ou objetivando sua transformação. E, ao ter clareza sobre sua própria atuação no mundo pelo processo de reflexão, insurge como ator político, construtor de projetos e ações estratégicas.

⁶⁵ Rever quadro 5.

A JUSTA IRA E OS (DES)CAMINHOS DA POLITIZAÇÃO

Para que mulheres e homens promovam mudanças na realidade perfazendo, simultaneamente, as condições para humanizarem-se, é preciso que se indignem com a realidade vivida, conscientizem-se sobre seu inacabamento e se movimentem em busca do *ser mais* que, na conjunção desses três fatores, define-se como a vocação para o alcance desse propósito (FREIRE, 2005). O processo de indignação, conscientização e engajamento não se dá espontaneamente no contexto em que a alienação se impõe. Sua conquista deve ser feita por meio de processos educativos que habilitam o sujeito a lutar por vida digna, já que estão em um mundo permeado por injustiças onde quem ocupa posição de privilégio não irá desocupá-la voluntariamente⁶⁶, e onde a premissa de que, para que poucos tenham muito, muitos não podem ter nada, é imperativo substancial.

A luta, nesse sentido, é compreendida como o movimento forjado sobre o sentimento de que a vida está sendo negada em suas dimensões fundamentais, como o acesso à moradia, educação, trabalho, esporte, cultura, além de outros direitos postos em nossa legislação que preconiza sua garantia em condições de dignidade. Além da percepção de se estar em meio a condições de vida submetidas pelo machismo, pela homofobia, pela xenofobia e outras ideologias que colocam em relação de desigualdade, submissão e violência umas pessoas em face de outras. Em síntese, a negação da vida é ocasionada “pelo capitalismo que provoca a questão do ter, da individualidade, do consumismo”. Também “de não olhar o outro, se fechar no seu mundo, viver só com os pares e estar alheio às questões sociais e suas expressões que estão postas” (Camilo, 2016).

Ao sentirem na pele a desgraça da negação, mulheres e homens criam as condições favoráveis à educação como prática na qual se conscientizam como seres vitimados por situações-limites⁶⁷

⁶⁶ “Vale dizer, pois, que reconhecerem-se limitados pela situação concreta de opressão, de que o falso sujeito, o falso “ser para si”, é o opressor, não significa ainda a sua libertação. Como contradição do opressor, que tem neles a sua verdade [...], somente superam a contradição em que se acham quando o reconhecerem-se oprimidos os engaja na luta por libertar-se. Não basta saberem-se numa relação dialética com o opressor – seu contrário antagônico – descobrindo, por exemplo, que sem eles o opressor não existiria [...], para estarem de fato libertados. É preciso, enfatizemos, que se entreguem a práxis libertadora” (FREIRE, 2005, p. 39).

⁶⁷ As situações-limites são, na teoria pedagógica freireana, as circunstâncias permeadas por contradições em que estão envolvidas mulheres e homens vítimas de processos de marginalização. Nelas, muitas vezes, as pessoas

e responsáveis por sua superação. É essa modalidade educativa que potencializa o reconhecimento da condição de opressão, abre os caminhos para a transformação da realidade de forma colaborativa e organizada, perfazendo a educação da rebeldia. Ela desperta o sujeito para o fato de que não basta que subjetivamente se conscientize sobre a exploração sofrida ou que compreendendo a situação de opressão, revoltam-se cegamente. Ela defende a necessidade do engajamento sistemático em processos de superação da negação da vida, a partir da análise crítica e da síntese dos mecanismos de dominação, processo que perfaz a passagem da ingenuidade à clareza sobre a realidade enquanto totalidade e da consciência crítica à luta política.

Esses processos de passagem não se excluem permanentemente ao se concretizarem. Eles vão se sucedendo ao longo da vida humana sem cessar. Também não se dão diacronicamente. A ingenuidade e a criticidade frente ao mundo se articulam por meio de processos educativos que tanto podem impulsionar a atuação pela transformação da realidade compreendida, como provocar abalos de consciência que a tornam fanática, própria daqueles que são massificados⁶⁸.

veem-se em condição de aderência aos fatos, não conseguindo se movimentar para modificar a própria realidade. Um exemplo dessa situação é a condição de miséria que, segundo Freire (2007), dificulta a mobilização dos sujeitos que não acreditam no seu poder de transformação. Outro exemplo é o silenciamento, processo substancial à manutenção das situações-limites que, em consequência dele, não podem ser denunciadas (FREIRE, 2005). Contudo, Freire (2005) afirma que as situações-limites são produtos de condicionamentos perpetrados pela lógica de vida a que estamos submetidos, portanto, o ponto de partida do movimento para sua superação. Afirma o educador: “É a partir desta situação que lhes determina a própria percepção que dela estão tendo que podem mover-se. Para fazê-lo, autenticamente, é necessário, inclusive, que a situação em que estão não lhes apareça como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora que apenas os limita” (FREIRE, 2005, p. 85).

⁶⁸ “Basta ser humano para ser capaz de captar os dados da realidade. Para ser capaz de saber, ainda que seja este saber meramente opinativo. Daí que não haja ignorância absoluta, nem sabedoria absoluta. O ser humano, contudo, não capta o dado da realidade, o fenômeno, a situação problemática pura. Na captação, juntamente com o problema, com o fenômeno, capta também seus nexos causais. Apreende a causalidade. A compreensão resultante da captação será tão mais crítica quanto seja feita a apreensão da causalidade autêntica. E será tão mais mágica, na medida em que se faça com um mínimo de apreensão dessa causalidade. Enquanto para a consciência crítica a própria causalidade autêntica está sempre submetida à sua análise – o que é autêntico hoje pode não ser amanhã – para a consciência ingênua, o que lhe parece causalidade autêntica já não é, uma vez que lhe atribui caráter estático, de algo já feito e estabelecido. A consciência crítica ‘é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais’. ‘A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada’. A consciência mágica, por outro lado, não chega a acreditar-se ‘superior aos fatos, dominando-os de fora’, nem ‘se julga livre para entendê-los como melhor lhe agrada’. Simplesmente os capta, emprestando-lhes um poder superior, que a domina de fora e a que tem, por isso mesmo, de submeter-se com docilidade. É próprio desta consciência o fatalismo, que leva ao cruzamento dos braços, à impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos, sob os quais fica vencido o homem (e a mulher). Por isso é que é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é sua superposição à realidade. [...] para a consciência fanática, cuja patologia da ingenuidade leva ao irracional, o próprio é a acomodação, o ajustamento, a

Em síntese, não há um momento exato em que o sujeito adquire consciência crítica sobre um determinado fato ou realidade, mas, uma questão é certa: avançar sobre processos de compreensão clara sobre ela, significará ao sujeito negado o primeiro passo rumo à desestabilização do que a ele está dado, e ao sistema que massifica, o anúncio da possibilidade de sua destruição.

Do “*menino bandido*” à militante transexual, negra e moradora de rua

Haydée começou a ter clareza sobre os propósitos de sua caminhada no mundo, a partir das vivências entre uma instituição de acolhimento e outra, durante a infância e a adolescência. Elas foram desencadeadas pelos vínculos familiares e comunitários que interrompidos, não tiveram o tempo necessário para se fortalecer, em consequência das mudanças constantes de lugar.

Minha trajetória de vida, pelo que me lembro do primeiro momento, foi na instituição. E minha mãe ia visitar a gente nas instituições. Eu sempre fui criado em orfanato. O princípio de tudo é que meu pai tinha falecido, foi assassinado lá em Pernambuco. Minha mãe ficou muito louca e tal e partiu para a região do Rio de Janeiro. Não consegui cuidar da gente e acabou nos pondo nas instituições, minha irmã em uma separada e eu e meu irmão em outra masculina. Então ela ia nos fazer visita. Tinha aqueles momentos de confraternização. Tinha também os momentos que íamos para casa da família, para a casa de algum parente. Passamos por diversas instituições e isso foi indo, foi indo, até que cheguei na última instituição, Frei Luiz, lá do Rio de Janeiro (Haydée, 20 de julho de 2016).

Transitar por uma instituição e outra, eis uma característica comum de quem é levado a viver na rua. Haydée passou períodos na casa de familiares: tios e tias e da avó paterna que acolheu os três irmãos, uma menina e dois garotos, por se sentir sensibilizada pela situação e querer ajudar. Ela relatou: “nos primeiros dias já levei uma surra terrível, não me lembro por que” (Haydée, 2016) e contou que não se conformou em ter apanhado de uma pessoa com quem não tinha convívio ou proximidade.

adaptação. Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação” (FREIRE, 1969, p. 105-106).

Quem é ela para bater em mim? A pessoa chega do nada e já vai encostando a mão em mim. E aí nós ficamos três anos na casa dela, mas, assim, foi um inferno. Teve diversas experiências péssimas, foram poucas as boas. As únicas experiências boas que eu me lembro dali foram de sexo que eu fiz com os meus primos. Foi a única coisa boa que eu me lembro, mas que teve também suas consequências. Enfim...

Ligamos pra mãe e falamos que se ela não fosse lá a gente ia fugir, ia pra rua. Então, desde antes já tinha essa coisa de “Olha, vou escapar”, “Cuidado, vou escapar!” Daí ela foi, nos trouxe para o Rio de Janeiro e depois trouxe pra Campinas, mas quando chegamos aqui não foi muito legal, não teve muito apoio nem muita concordância porque, eu e minha mãe não tínhamos vínculos familiares. É como, assim, se ela fosse alguém mais como uma pessoa que a gente conhece do que uma amiga ou uma mãe. Uma amiga, talvez, mas uma “mãe” mesmo, não dá para dizer que eu vi assim. Aí ela buscou as instituições novamente aqui em Campinas, em diversas instituições daqui da cidade. A última delas foi a Cidade dos Meninos. Depois eu saí de lá, fugi aos 12 anos de idade, fui para a rua. Pouco tempo depois de ter fugido, ainda aos 12 anos de idade, eu presenciei um homicídio. Eu estava até junto dessa pessoa que cometeu o homicídio e por eu estar na companhia dela fui considerado cúmplice. Aí fui para a Fundação do Bem Estar do Menor, a FEBEM, e fiquei lá um período grande. Dentro desse período eu sempre tive muita predisposição artística, sempre soube tocar pandeiro, coisas que eu aprendi lá na casa dessa avó “maldita”, pois os tios eram todos repentistas, era uma família de repentistas. Daí eu participei de um festival dentro da FEBEM. Foi legal, ganhei em primeiro lugar concorrendo com as FEBEM’s de todo o Estado. Foi um momento legal, assim, da pré-adolescência.

Depois que eu saí da FEBEM eu tive esse pensamento que eu era um menino bandido. Então eu era menino e era bandido. Eu era bravo, eu fazia e acontecia. Para provar isso, eu tomava algumas atitudes que pudessem me dizer, me fazer acreditar que eu era esse menino bandido, que era aceito naquele meu mundinho ali. Mas logo me enjoei. Vivi isso dos 12 aos 17 anos, foram diversas passagens pela FEBEM, até ter a sensação de que sou uma mulher (Haydée, 20 e julho de 2016).

Nos percursos entre a infância e a adolescência, Haydée caiu na rua e viveu nela a experiência do crime, tendo sido julgada cúmplice de um homicídio. Esse foi um traço marcante em sua vida porque a levou à compreensão, dentro de uma instituição para menores infratores e, posteriormente na rua, como “um menino bandido” (Haydée, 2016). Até esse ponto de sua narrativa Haydée contrai os verbos no masculino: “fui criado”; “fui considerado”. Na medida em que avançou em sua própria história, eles foram modificados. O amadurecimento pessoal transcorrido nos percursos entre acolhimentos institucionais, casa de familiares e, especialmente, na rua – seu “*habitat* natural” (Haydée, 2016) – a levou a se reconhecer mulher em corpo de homem no contato com o mundo do crime.

Não tem condições, eu sempre tive desejo por homens, sou muito sensível, tem coisas que “eles” falam que não tá legal pra mim, sabe? Então, fui me identificando com essas coisas que são diferentes das do gênero masculino e que estão presentes em mim. Fui observando muito essas diferenças e aí eu deixei de ser desse mundinho do crime para não me arriscar, porque nesse mundo não tem muito espaço para pessoas do público LGBT, não existe. Existe, sei lá, uns “favores” que o público LGBT faz e por conta disso acaba sobrevivendo, mas não existe um respeito digno que se dê ao público LGBT. E outra, só se oferece risco. Então eu saí daquele mundinho, parei de roubar, parei de fazer vandalismo e essas coisas que eu fazia. Fui ficar bem. Saí da FEBEM com 17 anos, fiquei na rua. Algumas das vezes que eu estava na rua, para não dizer assim que eu fiquei sempre na rua, eu oscilava muito entre instituição, rua, casas de recuperação e casas de parentes, tios e tias.

No processo em que foi aprofundando a consciência sobre si, o uso de drogas como o crack se fez presente. Porém, no caso de Haydée, ela sentiu que precisava parar para que outros percursos fossem traçados. O motivo pelo qual tomou a decisão de controlar o uso pela primeira vez foi a necessidade de continuar o processo de afirmação subjetiva. Foi ele que a impulsionou a colocar o crack em segundo plano para buscar adquirir novos conhecimentos, oportunidades de estudo, encontro com pessoas dispostas a lhe ensinar algo diferente.

Então, eu fiquei assim, muito oscilando. Mas como eu usava droga, e eu usava muita droga, eu era da nória e da maconha, comia maconha no café, no almoço e na janta, então eu vivia em casa, mas não conseguia ficar muito tempo sem a droga. Então eles foram se enjoando, eu não respeitava ninguém como parente. Eles falavam “Tô te ajudando” e tal, mas eu não via naquela época ajuda como “ajuda”. Nem sei se era ajuda da maneira correta e ainda ficavam passando na cara que me faziam favores. Era como se eu estivesse dependendo e eu nunca gostei de depender de ninguém, sabe? E eu sempre fugia da casa, mas na última vez, com 18 anos, eu fui posta para fora. Então foi diferente entre você estar saindo porque quer do que você estar saindo porque “tem” que sair. Esse momento foi uma grande coisa. Para mim bateu bem esse negócio assim de estar saindo porque tem que sair. Não gostei, porque eu gosto, assim, que “eu” dê a última palavra. Eu sou muito orgulhosa, capricorniana, sou terrível.

E por eu querer muito esse negócio de “conhecer” e tudo, eu fui tomando muito conhecimento e para mim é muito louco, porque para mim o conhecimento, a partir desse negócio de cursos, estudos, bibliotecas e conversas com pessoas pela cidade... Bom, eu falo muito, falo pra caralho. Então, se eu vejo uma pessoa na rua e vou pedir dinheiro, eu falo pra caralho com ela. Eu converso, descubro o nome da mãe, do pai, como funciona o serviço dela. Nesses encontros meus com a sociedade eu obtenho muitas informações de pessoas instruídas, já formadas também, professores de faculdade e tal, e que vão me dando algumas instruções.

O conhecimento me fez não aceitar algumas coisas porque eu já conhecia. Para mim não está legal porque eu conheço, eu não vou fazer, né? Eu já sei o que isso é certo e aquilo é errado, então eu não vou deixar acontecer o errado, você está me entendendo? Principalmente, com respeito às leis, essas coisas, abuso de autoridade é o que mais pega, e o que mais te chama porque é o que é mais agressivo, que é mais visto é essa coisa da violência. Quando você descobre que a pessoa está abusando da autoridade, você acaba falando: “Pôxa, isso não está certo” (Haydée, 20 de julho de 2016).

No caso de Haydée e de tantos outros militantes políticos, como Célia, de quem falo na sequência, a trajetória de vida na rua foi a experiência dura e arriscada que levou à consciência de ser mulher trans, negra e sem direito à moradia e aos demais direitos fundamentais.

Mãe da rua sem seus filhos

Célia, assim como Haydée, descreveu os roteiros de sua vida entre o abandono da mãe que não teve condições de criar os 7 ou 8 filhos pequenos por ser usuária de “pedra”. Nas experiências de criança, seu pai esteve preso. “Ele roubava muito” (Célia, 2016). As lembranças que tem de quando o genitor estava livre foram congeladas em episódios de agressão contra a mãe, de “muita violência”, mas ela não tem a memória contra quem fora direcionada. Durante a infância, Célia e seus irmãos não frequentaram a escola com regularidade, nem se alimentaram de acordo com condições dignas de vida. Esses acontecimentos foram sendo percebidos por vizinhos da família que denunciaram os maus tratos e a precariedade da casa. Célia, em um primeiro impulso reflexivo após tecer essa compreensão sobre a família biológica, questionou como poderia ter a cabeça que tem, vindo de onde veio, pois, sua família “era meio do mal”. Ela afirmou que era uma família “totalmente desestruturada, uma família toda louca” (Célia, 2016).

Passado um período em abrigos institucionais infantis separada de todos os irmãos – “antigamente podia separar os irmãos” (Célia, 2016), Célia com mais ou menos 11 ou 12 anos foi adotada por uma senhora. “Ela cuidou de mim” (Célia, 2016). Ela não chegou a revelar o nome da responsável pela adoção, nem se referiu à senhora como mãe, e no meio da história desabafou que seu próprio nome “não era nem Célia, era Estela Nascimento” (Célia, 2016). Célia não expressou mágoa sobre o fato de ter tido o nome trocado, mas denunciou a falta de

zelo, de justiça e celeridade do sistema na resolução das adoções. Juízes, promotores e outros agentes do poder judiciários “não ajudam as crianças de abrigo a terem famílias novas. Eles ficam averiguando, averiguando, averiguando, e nisso, a gente cresce, cresce, cresce depois não arruma nem um pai, nem uma mãe” (Célia, 2016).

Durante as tentativas de iniciar uma nova vida com a família adotiva formada pela “senhora”, o marido e um filho biológico, a progenitora de Célia descobriu que ela havia sido adotada e começou a perseguir os passos da nova família da filha a fim de extorqui-la. Para conseguir dinheiro e sustentar o vício, Célia contou que “a mãe chegou a leiloar a gente para fazer prostituição” e reconheceu: “uma das maiores destruições da minha família foi a droga por causa da minha mãe que usava muito crack e minha tia que usa muito álcool, minha avó que fuma maconha: era tudo doidera” (Célia, 2016).

Minha mãe biológica descobriu e começou a ameaçar a senhora que me adotou querendo dinheiro porque, até então, ela tinha uma condição normal, uma família normal. O marido dela trabalhava, ela trabalhava, tinham um filho, eles não queriam mais ter filhos e ainda adotaram. Aí teve esse imprevisto, tipo dela ir lá, ameaçar.

Aí eu fugi, fugi da casa dela com medo que acontecesse alguma coisa, de dó porque ela era uma boa pessoa, ainda é, não tenho o que falar. Aí convivi com a violência, com a fome, com a necessidade de você se esquentar nessa cidade, de você arrumar um dinheiro porque os órgãos públicos, eles ajudam, mas ao mesmo tempo te tiram porque eles te dão uma situação em relação a dar um pão com leite, uma fruta, mas eles não trabalham com você em relação a arrumar um emprego. Você vai procurar serviço e se você não tem moradia fixa em relação a endereço fixo, você não arruma emprego. A pior coisa é você dormir nas incertezas. Você acordar e olhar assim, puxa e hoje, como vai ser, o que eu vou fazer? Aí dá 6:00 horas da manhã, você acordou, aí você fica olhando todo mundo com seu objetivo: indo trabalhar, indo para casa. E você? Vai fazer o que? Nossa, é horrível.

Eu falo assim, eu sou o que eu sou hoje em dia, porque eu sempre pego o que de melhor tem nas pessoas e tento chegar a fazer uma junção para fazer uma identidade em mim. Minha mãe de criação que eu falo foi uma grande parte na minha história porque também ela me instruiu também bastante, me deu o básico. E aí eu escolhi sair da casa dela porque eu não aguentava. Ela já é uma senhora, bem senhora. Eu não tinha como ver essas coisas acontecerem, tinha medo [...] tinha medo que afetassem uma pessoa totalmente inocente que tentou fazer um bem. E aí eu escolhi, vou ficar, vou batalhar e vou sobreviver (na rua) (Célia, 19 de julho de 2016).

Na rua aos 13 anos de idade, Célia compreendeu que as mulheres, mais que os homens que vivem na rua, precisavam se agrupar com outras pessoas devido às violências e abusos que sofrem quando estão nessa situação. Ela também aprendeu a tirar algum proveito da situação⁶⁹. Nesse percurso conheceu um rapaz da mesma idade e, juntos, tornaram-se pais adolescentes. Na época os relacionamentos amorosos que viveu frutificaram dois filhos que perdeu para o sistema judiciário: “eles tiram mesmo, sem por que, sem explicação” (Célia, 2016). Ela disse ter nutrido o sonho de encontrar um príncipe para casar, ter filhos e viver feliz para sempre, porém, a cada romance que viveu o sofrimento foi pior. No primeiro o pai da criança foi preso em uma instituição para menores infratores, no segundo o companheiro não assumiu o compromisso como ela esperou.

Na tentativa de permanecer com a guarda dos dois filhos, Célia comprou um terreno e investiu todo seu dinheiro na construção da casa que não chegou a ser concluída. Nesse ponto se deu um sem número de passagens por pensões e casas de aluguel que acabaram com toda sua economia, forçando Célia a ficar na rua novamente e abrir mão de seus filhos.

A outra pessoa que conheci que eu pensava que fosse meu príncipe encantado que ia me assumir, muito pelo contrário, sofri ainda mais. Porque ele também era usuário de droga, de crack, mas ele era totalmente compulsivo, deixava de viver para fumar. Mas eu não imaginava assim, que fosse assim, acreditei no conto do vigário, como a gente fala. Às vezes a gente não gostaria de sentir o que sente, mas a gente sente, né? Eu fiquei também com ele 8 anos, eu batalhei muito para ele sair dessa vida. Tive uma filha também, mais uma filha. E eu estava numa situação bem precária mesmo, que a guarda estava querendo tomar a guarda dos meus filhos. Eu já estava com busca e apreensão para pegar meus filhos, e aí cheguei e joguei nas mãos da senhora que me criou. Foi a única saída que eu tive. E ela pegou a guarda.

Se eles tivessem comigo, não ia poder tê-los. Eles tiram mesmo, sem explicação. Eu tinha até um lugar onde morar, só que meu ex marido e eu não demos mais certo. A gente vendeu onde a gente estava, aí eu comecei a fazer um lugar para morar, uma estrutura lá no Campo Grande, mas deu tudo errado, eu tive que pagar os pedreiros, não podia deixar de pagar, no final eu vendi o pedaço que eu tinha feito lá. Era um terreno que eu tinha comprado e aí comecei a viver de aluguel, pensão, essas coisas. Acabou o dinheiro, fiquei na rua. Eu não ia bater na casa dessa senhora mais uma vez, sendo que ela já me

⁶⁹ “Tinha os velhos que eram ricos e que às vezes me bancavam. “Ah, eu te pago um lanche”. Sabe aquela coisa de homem que gosta de menininha nova? Então, eu aproveitava mesmo esses velhos. E, assim, eu aprendi muito com as meninas que andavam comigo, a gente ia pras favelas. E, como eu posso te dizer? Cada etapa foi, assim, um aprendizado” (Célia, 19 de julho de 2016).

ajudou perfeitamente com essas duas crianças, que já é uma benção. É tudo porque, imagina, dois filhos num abrigo? Com ela ainda posso vê-los, visitá-los, a partir do momento que está no abrigo você não tem direito algum, você perdeu e acabou. Aconteceu com meus sobrinhos, com meus irmãos e não era esse fim que eu queria, aí eu mandei até operar para não ter filhos assim, porque para ter filhos a gente tem que ter condição. Eu que sou assim filha de 7, 8 irmãos, fora os abortos que ela fazia e dava risada (Célia, 19 de julho de 2016).

Ao desenhar sua trajetória, Célia constituiu uma narrativa entremeada de denúncias sobre os sofrimentos que a vida de uma menina institucionalizada, adotada, depois adolescente e mãe na rua sofre. Ela escancarou a ferida aberta pela negação que acomete as mulheres em situação de rua no Brasil que não têm o direito de engravidar com segurança, muito menos criar e permanecer com seus filhos, como se a responsabilidade por viver na rua fosse exclusivamente delas. Nesse processo ela foi se conscientizando sobre seu lugar no mundo e a responsabilidade pela construção de sua própria história.

As experiências apreendidas nos processos entre a “casa amarela”, a “casa verde”, o “cortiço”⁷⁰ e na rua, sempre junto com outras pessoas na mesma situação, levaram Célia com aproximadamente 25 a 26 anos, a se movimentar para mostrar que a vida na rua era mais do que se pensava e se falava: “de que quando se está mal vestida, você é moradora de rua, você é usuária de drogas, você é tudo de pior” (Célia, 2016). Na iniciativa pela afirmação de si, ela buscou o trabalho como uma alternativa de melhora, pois “quando você está bem vestido, você para eles, para os olhos deles, você não é morador de rua” (Célia, 2016). Contudo, como trabalhar em lojas não durou muito, não houve tempo para se reestruturar⁷¹. A rua continuou sendo o local de produção precária da vida de Célia. Fora ela também, o palco em que outras percepções sobre a própria realidade e o caminho para a melhora a iluminou, permitindo pensar

⁷⁰ Nomes de instituições de acolhimento da População de Rua jovem e adulta que existiam em Campinas antes do Centro Pop, segundo Célia.

⁷¹ “[...] de um tempo para cá, nos 25, 26 anos, a gente começou a, sabe, tem que ter um jeito de melhorar, tem que ter um jeito de enxergar de melhor forma. Aí, fui lutando pelo meu ideal. Trabalhei – falar que eu nunca trabalhei – trabalhei em várias lojas, só que a maioria não dava certo. Uma porque eu estava em uma situação bem precária. Teve uma vez que fui trabalhar e os outros, tal: “Nossa, ela está suja”. Sofri muita depressão também. Tem todas essas coisas” (Célia, 19 de julho de 2016).

e agir em outro patamar. No processo de negação da negação, de revolta e indignação, Camilo cruzou seu caminho, contribuindo para que Célia insurgisse com ousadia de lutar.

Menino migrante, trabalhador militante

De origem paraibana, filho de migrantes que o trouxeram para o estado de São Paulo quando tinha apenas 3 anos, Camilo disse que o fato de se reconhecer membro da classe popular decorreu do processo de “olhar ao redor”, compreendendo o lugar de onde veio, os motivos pelos quais seus pais migraram para viver com os filhos em condições precárias em Santo Amaro morando em barraco de Eucatex, primeiro, depois reforçado com madeirite. Aos 14 anos Camilo mudou-se com a família para Santa Izabel no Alto Tietê onde começou a trabalhar na indústria têxtil. Nesse percurso não abandonou os estudos, pois acreditou que esse era um caminho promissor.

Nesse processo eu queria fazer faculdade e tinha duas propostas em mente: história ou letras. Literatura era o que eu mais curti. Aí eu vejo que as pessoas são importantes na nossa caminhada. Elas também nos auxiliam e eu acho que nada é por acaso também. Uma amiga que me falou assim (porque ela fazia sociologia e política): “olha, sociologia atende a essa expectativa que você tem” Então ela foi me mostrar a faculdade de sociologia e política de São Paulo que eu já gostei da estrutura porque era um prédio antigo e eu falei: “putz é isso! É aqui!” Mas a questão antes de eu decidir fazer, é que eu comuniquei meus pais que eu estava indo fazer sociologia, só que eu teria que voltar pra São Paulo, mais no centro da cidade e meu pai tinha trazido consigo a imagem de São Paulo de violência e ele dizia para mim, o seguinte: “o que você vai fazer em São Paulo? Porque lá é violento e pra que faculdade enquanto as pessoas estão aí na rua, desempregadas mesmo com faculdade?” Ele tentava fazer com que alguns amigos meus me convencessem para que eu não fosse. Eu até provoquei ele. Eu falei assim: “vai ser bacana”. E ele me perguntava porque eu não era igual ao meu irmão. Essa coisa dos pais se espelham em outras pessoas, às vezes nos próprios filhos. E ele falou assim: “seu irmão tem um carro, uma casa e é casado”. Na época eu estava separado e tinha trabalho, mas não tinha casa. “Amanhã vão passar pelo senhor e perguntar: Oh Seu Zé, e seu filho? E aí você vai falar: Ah! Aquele que é casado tem uma casa e um carro? Aí a pessoa vai falar para o senhor: Não, o sociólogo”. E eu trazia isso porque a gente não tinha experiência na nossa família de alguém que tinha feito faculdade. Hoje talvez seja mais fácil por causa dos programas de educação. É preciso avançar. Ainda é muito frequente na população mais pobre que o acesso à universidade não tenha nenhuma

referência próxima. Não tem nos meus primos de primeiro e segundo grau, quem tivesse feito faculdade. E na família não tinha mesmo.

Eu fui o primeiro. E aí eu ousei, e foi desgastante porque era uma caminhada, mas foi um momento de contato com a universidade que me iluminou. Tem um filósofo que ele foi importante nesse processo porque a gente também traz junto da gente alguns fardos da questão moral, da questão religiosa, da nossa cultura, e às vezes como a gente é educado. E eu trazia isso presente. Eu queria romper, mas não sabia como. E foi o filósofo Nietzsche que foi significativo. Em uma das aulas o professor trouxe ele na discussão e ele trazia que a gente tem três etapas: uma que é do camelo que é aquela quando estamos com os fardos nas costas, andando com um monte de fardos nas costas que não nos pertence, mas que temos que carregar; outra do leão que a gente rugir e fala que não quer isso e começa a rugir e a outra é da criança que a gente volta a questionar e a querer um processo de liberdade sem fardos nas costas. E aí foi um pouco nesse sentido que eu falei assim: “Não, isso não me pertence”. Claro que não foi ali e tchau, foi a primeira aula e foi um processo também, mas foi algo que eu sabia que era significativo para mim. Então a questão moral eu comecei a romper ali. A questão religiosa comecei a romper. [...] Foi um primeiro momento de falar assim: “Vou caminhar” e Nietzsche também falava da vontade de potência. Que há possibilidades, é possível. E você tem que caminhar em busca.

As expressões da questão social já me tocavam. Não por eu viver aquilo diretamente, mas por enxergar também a minha volta toda aquela realidade. Nem imaginava que um dia iria ser assistente social, trabalhar na área social, mas eu sabia que esse era um campo que me tocava e tocava também essa leitura - não tinha a leitura de classe – mas que era que a população mais empobrecida, os trabalhadores que eu iria estar me firmando. Então eu já tinha um pouco uma repulsa assim, da burguesia, mas uma coisa de saber que a galera estava fechada nos seus condomínios e alheia a todas aquelas violências e aquelas desigualdades (Camilo, 19 de julho de 2016).

A trajetória construída desde o momento em que Camilo decidiu ir para a universidade cursar uma graduação no campo das ciências humanas, foi o marco da percepção mais clara sobre ser sujeito negado. Além dos estudos universitários, do convívio com outros estudantes, das vivências na periferia urbana onde “saneamento não existia” (Camilo, 2016) e da experiência de trabalho operário que o obrigou a abandonar o curso de sociologia, voltando ao ensino superior mais tarde para cursar serviço social, Camilo fez um estágio como educador popular em uma entidade filantrópica ligada à igreja católica. Durante as tarefas educativas desenvolvidas na instituição que atendia portadores de HIV e também pessoas em situação de rua, reconheceu que alguns colegas não incentivavam os “usuários” do serviço a participarem de espaços de fala e de decisão sobre os rumos da organização. Também não passavam as

informações adquiridas nos mesmos espaços, até então reservados exclusivamente aos técnicos e profissionais da Entidade.

O primeiro processo que a gente tentou fazer foi para que as pessoas começassem a participar. E o primeiro exercício foi no próprio serviço. A gente tinha no serviço um espaço que entregava cesta básica e na cesta básica tinha uma aproximação de ouvidoria. O próprio usuário do serviço ouvia as demandas dos outros nesse dia e depois socializava para a coordenação. Nesse primeiro período eles só falavam da cesta básica: “precisava melhorar a cesta básica”. E quando a gente estava construindo o grupo de cidadania a gente questionou isso: “vem sempre essa demanda? É só essa demanda que está presente aqui?” Aí as pessoas que estavam participando do grupo disseram que não e que eles tinham a proposta de ter assistência jurídica no espaço. Sabendo que era população pobre também, da periferia, que tinha algumas questões que pegavam, eu falei assim: “então é isso, esse é o primeiro passo que a gente pode construir aqui. Então vocês dialoguem nos outros grupos” – porque tinha vários grupos sócio educativos – “para levar essa proposta para mobilizar as pessoas para que no dia da ouvidoria, se elas concordarem, elas mencionem essa demanda”. Deu certo. A cesta básica caiu significativamente. Veio a assistência jurídica e outras propostas. Só que como a coordenação ainda não tinha um papel participativo, me chamaram para um conversa: “tinha essa demanda, agora tem essa, como surgiu isso?” E eu não entendi o questionamento. Eu coloquei que “o primeiro exercício da cidadania é interno, depois a gente vai para prática maior em espaços externos”. Eu respondi isso, mas não entendi o questionamento, enfim, e continuei no trabalho (Camilo, 19 de julho de 2016).

Camilo arriscou-se ao perseguir a construção da participação popular como princípio de sua atuação como educador. Para conseguir fomentar o processo, ele chegou a fingir que não ouvia certas argumentações, quando foi repreendido: “Camilo, os espaços não são para participação da população”, e ele rebateu: “Esse espaço não é para a população? Imagine então, é um espaço que dialoga sobre a população, mas para muitas pessoas, o espaço é da instituição, é dos trabalhadores, e não era” (Camilo, 2016). Diante das provocações mudou de setor dentro da própria instituição, mas os conflitos com os colegas de trabalho não cessaram.

Lá fui atuar como assistente social e as brigas permaneceram quando eu deixava nítida a constância na defesa dos direitos da população e as pessoas às vezes mencionavam: “Você só defende a população”. [...] às vezes para mim fica muito claro que os serviços precisam entender a dimensão que eles estão postos que é de defesa de direitos e garantia de direitos e às vezes isso não vem muito claro. Não se reflete muito sobre isso.

E eu trabalhei lá com a população, foi minha primeira atuação como assistente social e eu já tinha essa perspectiva de participação do movimento da população de rua e dos catadores. Aí fiquei um ano, deu para construir umas coisas bem legais. [...] Me tornei coordenador depois. Assistente social e coordenador e numa perspectiva mais de formação política. Só que no final, num dado momento, a instituição não queria mais essa proposta de formação cidadã, formação política. Quando as pessoas começaram a se apropriar dos seus direitos, elas perceberam que não dependiam tanto da instituição, dos serviços, daquela cesta básica ou mesmo dos trabalhos que tinham lá de convivência. Elas começaram a saber que podiam ir atrás de outros espaços. Com isso, o espaço passa a ter um número menor de pessoas. Então, numa perspectiva de efetividade que as pessoas começam a se apropriar de seus direitos e avançar em outras lutas. Por outro lado, o número menor de pessoas usando o serviço, participando do serviço, isso mexe com a instituição porque a instituição era filantrópica e ela ganhava recurso a partir da quantidade de pessoas que atendia para mostrar para empresários, para outros órgãos, quer dizer, o recurso começa a ser menos porque não tem tanta população para mostrar. Isso também é uma questão louca do terceiro setor porque se sustenta pela quantidade de pessoas que estão ali no serviço e em que momento de fato ela vai trabalhar na perspectiva de que a pessoa esteja mesmo exercendo sua cidadania e possa falar assim: “olha, não dependo mais do serviço, estou indo”. Então essa é uma discussão ainda do terceiro setor. [...] Dentro dessa linha, foi quando a instituição chegou para mim e falou: “A gente não quer mais essa linha política e a gente quer só construir um espaço de convivência” (Camilo, 19 de julho de 2016).

Ao não ser conivente com o novo direcionamento da instituição, Camilo pediu demissão e passou 8 meses desempregado. Posteriormente, foi convidado para atuar como assessor de um vereador da comunidade de Santa Izabel, experiência que o ensinou sobre a estrutura e funcionamento do sistema legislativo permitindo que ele traçasse novos percursos. Mesmo empregado, o assistente social graduado quis voltar a trabalhar com grupos marginalizados, desejo que se somou à necessidade de maior estabilidade financeira e o levou a prestar concurso público na Prefeitura de Campinas a fim de preencher cargo como assistência social no atendimento à População de Rua. Camilo ingressou no quadro de servidores do Centro Pop do município em 2013, mudando-se para Campinas onde, até 2018, vive e trabalha.

O Centro Pop foi fundado em outubro de 2013 e eu já compus essa equipe onde já trazia a proposta de participação política e de atividade com grupo socioeducativo. Desenvolvi alguns grupos, ainda desenvolvo grupo de cidadania e participação popular, cineclubes e outras atividades. Eu fui o primeiro a começar a desenvolver atividades de grupo. Também percebi assim, não sei se é em muitos espaços que acontece isso, mas ainda há uma carência das pessoas que gostam ou querem desenvolver um trabalho mais

coletivo e em uma perspectiva mesma de formação cidadã, formação política (Camilo, 19 de julho de 2016).

Nos deslocamentos que construíram a trajetória de vida de Camilo, o assistente social vem se constituindo militante das causas populares, especialmente da População de Rua, cujas razões e consequências da problemática ele mesmo vivencia no dia-a-dia como trabalhador precarizado. Ele apreendeu na situação de vida em sua comunidade, morando em barracos autoconstruídos na periferia que não contava com estrutura de urbanização mínima, e sentindo na própria pele a dor que o outro vitimado sente. Ao ousar continuar os estudos vindo a se graduar assistente social, entendeu que “a política pública não está só para a População de Rua. Ela está para toda a sociedade e é um meio da gente poder superar um pouco essa realidade que a gente vive: é a efetivação das políticas” (Camilo, 2016). Para Camilo “não é que a gente rompa com esse sistema capitalista que está posto, mas a gente entende que é um meio, não é o fim. A política pública é um meio para que a gente possa ter maiores condições de superar esse sistema que gera tudo isso” (Camilo, 2016).

Os processos de insurgência de Haydée relacionaram-se aos percursos que também educaram Célia. As duas, igualmente, se reconheceram na trama de múltiplas violações que vitimam as mulheres que vivem na rua e a partir da percepção sobre ocuparem esse lugar, engajaram-se na luta política onde se comprometeram com a condução de mudanças para si e para outras mulheres e homens que compartilham a mesma situação. Elas também contaram com o apoio de Camilo para andarilharem, juntos, na esperança por dias melhores.

De um tempo para cá conheci o Camilo, acho que foi há uns dois ou três anos, não sei, mas ele foi uma das pessoas que mais me deu apoio para lutar pelo que era correto (Célia, 19 de julho de 2016).

Para poder entrar no movimento político, movimento popular, sei lá, eu deveria explicar que, depois de eu ter diminuído o uso de crack e abolido o uso da maconha, eu fui ficando muito, assim, “trans mulher”. Não roubo, quis muito me educar, consegui terminar meus estudos na rua, eu busquei outras coisas também. Comecei a fazer um movimento contrário do que eu fazia antigamente obtendo esses benefícios de concluir curso, estudo, ensino médio, dialogar bem com as pessoas, falar bem pouco em dialetos seja eles quais forem: pajubá, górias. Eu não tenho muito aptidão de falar desses jeitos, não gosto muito. Então, as pessoas que me veem acham isso um diferencial – “Ah, você fala bem”, “Você se comunica bem”, tal. Frescura. Qualquer um poderia fazer isso, não faz porque não quer (Haydée, 20 de julho de 2016).

E estou aí, lutando, tentando tirar a venda de muitos que acham que a rua é uma aventura, muitos pensam que é. Tem muitos que são moradores de rua, mas são porque querem, tem pessoas que são acomodadas, ali ganham uma boia. Mas que condição mais horrível, né? Você depender, não poder abrir sua carteira e ter o seu dinheiro, escolher o que você quer comprar e não o que os outros querem te dar. A pior coisa é você se submeter a isso (Célia, 19 de julho de 2016).

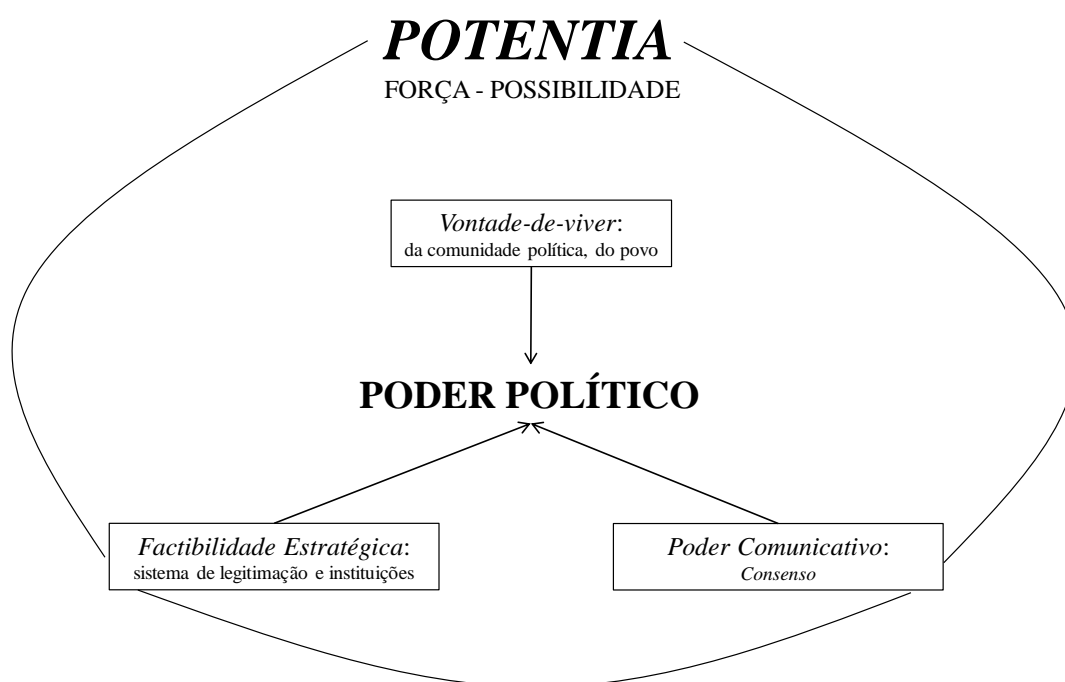
Os processos de conscientização crítica e engajamento político narrados nas andarilhagens dos três militantes foram impulsionados pela vontade de viver podendo gozar os direitos fundamentais a que todos e todas somos construtores e destinatários. Na construção de seus percursos de vida como mulher trans e negra, mãe que não pôde criar seus filhos, moradoras de rua e filho de migrantes vítimas da seca e da precariedade vivida na periferia urbana, Haydée, Célia e Camilo se deram conta de que a superação da negação, que não pode prescindir do engajamento político, não é processo que se conquista no isolamento, assim como seu campo nunca é construído simploriamente⁷².

Diante dos desafios da perpetuação e manutenção da vida onde são disputados projetos que: ora apontam o futuro como conservação do passado; ora o guiam à construção de novas possibilidades por vir, os grupos necessitam se afirmar e se unir para buscar acordos pautados nas necessidades e “vontades para um bem comum” (DUSSEL, 2007b, p. 27). É na linguagem⁷³

⁷² Dussel (2009) explica que a política enquanto poder e campo de produção, reprodução e aumento qualitativo da vida, não pode ser concebida a partir da análise de suas dimensões isoladas, ou seja, somente da ação estratégica como meta instrumental meio-fim ou como o campo de relações de forças que se dá entre amigos e inimigos. Tampouco se compreendida como hegemonia, consenso discursivo, espaço de negociação de acordos para resolver conflitos, supraestrutura da economia ou completamente independente do campo econômico. A política ainda, segundo o autor, não se limita a uma referência exclusiva ao Estado (como tomada do poder) ou como luta pela dissolução do Estado. Nem simplesmente como comunitarismo do republicanismo conservador, que como afirma Dussel (2009, p. 35-36) “exalta a importância da comunidade, dos direitos do povo, que desconfia da representação, do Estado, das instituições intervencionistas liberais na vida do grupo. Porém, contaminados por certos pressupostos capitalistas, admite este sistema econômico como quase-natural. Além disso, tem apenas uma experiência metropolitana (não colonial ou periférica)”.

⁷³ “A linguagem, como define Freire, tem um papel ativo na construção da experiência e na organização e legitimação das práticas sociais disponíveis aos vários grupos da sociedade. A linguagem é o ‘verdadeiro recheio’ da cultura e constitui tanto um terreno de dominação quanto um campo de possibilidade. A linguagem, nas palavras de Gramsci, era tanto hegemônica quanto contra-hegemônica, servindo de instrumento tanto para silenciar as vozes dos oprimidos quanto para legitimar as relações sociais opressivas. Ao universalizar determinadas ideologias, procurava subordinar o mundo da ação e da luta humanas aos interesses dos grupos dominantes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem também era encarada como o terreno sobre o qual os desejos, aspirações, sonhos e esperanças radicais ganhavam sentido pela incorporação do discurso da crítica e da possibilidade” (FREIRE; MACEDO, 1990, p.8).

onde se dá a comunicação dos argumentos que proporcionam que uns deem razões aos outros para construir os consensos que são as deliberações tomadas pela maioria, fruto da participação simétrica nos espaços de negociação e decisão política (DUSSEL, 2007b). Quando a articulação entre a vontade-de-viver e o consenso, aliada à existência de condições concretas de busca e alcance dos objetivos e metas estrategicamente pensadas é gestado “desde baixo” (DUSSEL, 2007b, p. 128), ou seja, pelas vítimas da negação da própria vida, a política se conforma sob uma perspectiva positiva, ontológica, última referência da pulsão da *potentia* como poder para transformar (Esquema 2).



Esquema 2. Conjunto formado pelo trinômio vontade-consenso-factibilidade que gesta a política como campo e poder de lutar.

Fonte. Adaptação do esquema elaborado por Dussel (2007b, p. 29).

Dussel afirma que a “*potentia* é, então, o ponto de partida”, mas que o mero poder que tem as pessoas comunitariamente⁷⁴, intersubjetivamente, “não possui ainda existência real, objetiva,

⁷⁴ “O ser humano é um ser vivente. Todos os seres vivos animais são gregários; o ser humano é originalmente comunitário. É assim que comunidades sempre acoçadas em sua vulnerabilidade pela morte, pela extinção, devem continuamente ter como uma tendência o instinto ancestral de querer permanecer na vida. Este querer-viver dos

empírica. A vontade de viver e os consensos coletivos permanecem inicialmente indeterminados, *em-si*” (2007b, p. 31-32, *grifos do autor*). Haydée relatou que encontrou um novo projeto de vida no momento em que começou a participar do Fórum e do MNPR. Naqueles espaços aprofundou processos de insurgência política construindo laços comunitários que foram sendo estabelecidos no sentido de uma luta em combate à dura realidade vivida pelas pessoas que não têm onde morar, onde cuidar de sua saúde, onde trabalhar, onde fruir da cultura e dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Quando eu encontrei apoio dentro do Fórum e outros espaços políticos que eu visitei e observei, o apoio que as pessoas se dão por conta da luta unânime por um motivo em comum, eu percebi que elas se ajudavam e que com isso ganhavam força. Eu vivia sozinha na rua, defendia todo o meu comboio, a minha maloca, quando tinha maloca. Eu não estava sozinha, mas em muitos momentos na rua eu estava sozinha. Então eu sempre defendia e nunca permitia que as autoridades abusassem porque eu tenho conhecimento. Então, com conhecimento e instrução você não se permite ser passada para trás, não se permite ser feita de boba, senão você fica até com a consciência pesada. Com isso aí eu fui ganhando mais força, fui me interessando mais, fui encontrando no Fórum, fui encontrando algumas pessoas com esse interesse de falar: “Não, basta! Cadê o acesso à educação, à habitação?”. Tem vários tipos de violência que são sofridas. Aí eu comecei a me engajar nessa luta que estou até hoje, de militância (Haydée, 20 de julho de 2016).

Em nossa realidade, possuir poder político não significa alcançar os propósitos almejados. A legislação brasileira, por exemplo, preconiza que todos têm direito à moradia, porém, concretamente, cada grupo dispõe de meios diferenciados para satisfazer essa necessidade que é fundamental à existência digna (MAX-NEEF, 1993). Conclui-se, com isso, que em nossa sociedade, possuir direitos não significa tê-los garantidos necessariamente⁷⁵. Esse modo de organização sistêmica torna o valor do bem como um fim em si mesmo obscurecendo a possibilidade de que todas as pessoas e grupos possam satisfazer suas necessidades básicas

seres humanos em comunidade denomina-se vontade. A vontade-de-vida é a tendência originária de todos os seres humanos” (DUSSEL, 2007b, p. 25).

⁷⁵ “Na América Latina, África, Ásia e na Europa oriental (desde 1989) o ‘estado de direito’ é extremamente precário e a mera sobrevivência não está de nenhuma maneira garantida para a maioria da população nos limites territoriais de cada Estado. Nesse contexto descobrimos a necessidade de uma reflexão crítica dentro do horizonte da filosofia política atual (DUSSEL, 2009, p. 17).

igualmente. Para saná-las, não se pode prescindir da conscientização sobre o que falta na vida para que seja plena, da revolta frente ao sofrimento vivido e da ousadia para mudar. Como fez Haydée, que vivenciou na experiência desses processos e na inserção no Fórum – “luta comum, unânime e forte” como ela definiu – a instituição da luta política pautada na união, no consenso e na ação.

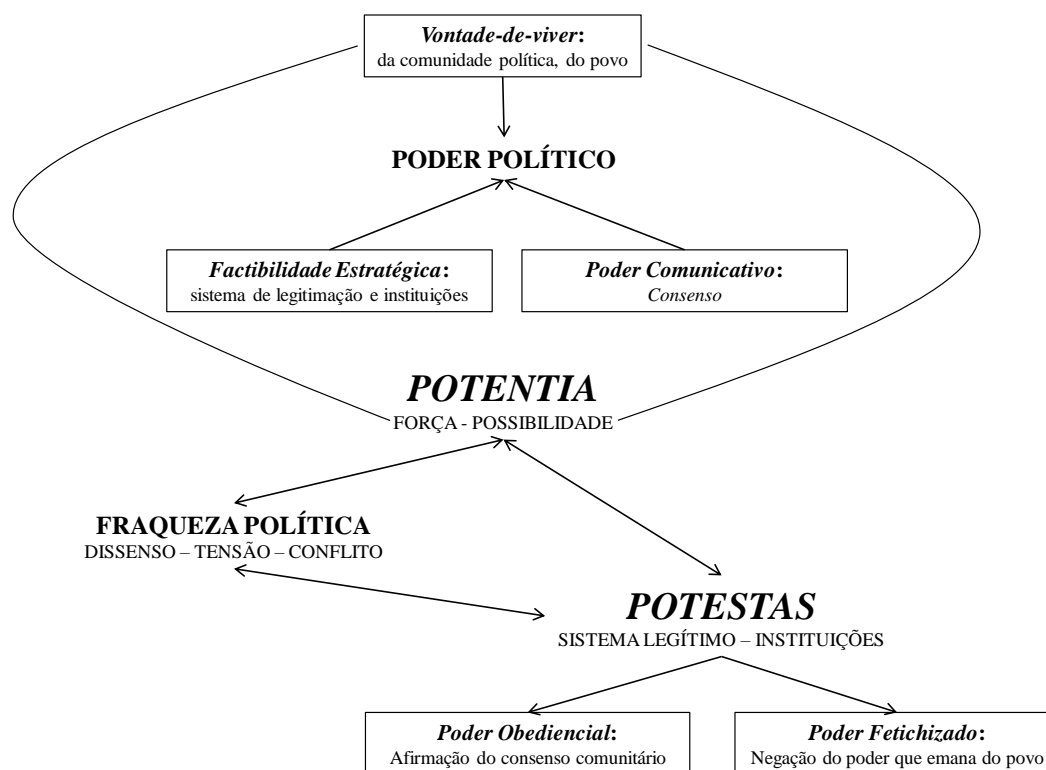
Para que esse modo de agir se desdobre o campo prático em toda sua complexidade, deve-se conceber a luta política nas partes que Dussel (2007b) postula como: da ação estratégica; das instituições e dos princípios que conduzem seus percursos de atuação. Ao defini-la e analisá-la tomando em conta essas três dimensões, torna-se possível vislumbrar para que horizontes apontam a atuação dos atores da prática política, se sua luta persegue mudanças no nível parcial e/ou radical⁷⁶ (DUSSEL, 2007b).

A dimensão da ação estratégica é o nível da prática em que são formuladas as metas para o alcance dos objetivos consensuados. Sua elaboração dependerá, primordialmente, das demandas identificadas coletivamente. Por isso Dussel (2007b) enfatiza que a ação está situada na dimensão singular da política (DUSSEL, s/a; DUSSEL, 2007b). Quer dizer que, a cada experiência, contexto, situação, objetivo, corresponde uma ou mais ações. Elas não se dão meramente no âmbito instrumental, afirma o autor, “como a ação técnica que transforma a natureza” (DUSSEL, 2007b, p. 52). Emergem da força, da unidade e do poder de alcançar as intenções do grupo, motivos pelas quais são criadas.

As instituições são mediações da luta política e também resultados dela. Elas se situam no nível específico da política diferenciando-se de uma experiência ou contexto social a outro, sendo estritamente necessárias à concretização dos projetos consensuados. Elas também oferecem as

⁷⁶ Na obra “20 Teses de Política”, Enrique Dussel explica na Tese 17 intitulada “Transformação das instituições políticas. Reforma, transformação, revolução. Os postulados políticos” que as instituições são perecíveis no tempo, ou seja, elas se modificam ao longo do tempo podendo inclusive ser subsumidas na história, a partir de processos gerados por reformas ou transformações. Diferentemente de Rosa Luxemburgo que coloca a reforma e a revolução como pares opostos, Dussel complexifica os conceitos opondo a reforma à transformação. Para o autor, a *reforma* é ação que “aparenta mudar algo, mas fundamentalmente a instituição e o sistema permanecem idênticos a si mesmos. A totalidade do sistema institucional recebe uma melhoria acidental sem responder às novas reivindicações populares” (DUSSEL, 2007b, p. 134). A *transformação*, por sua vez, acontece a partir de dois processos: *parcial* e *radical*. De acordo com o autor, “A ‘transformação’ política significa [...] uma mudança em vista da inovação de uma instituição ou que produza uma transformação radical do sistema político, como resposta às interpelações novas dos oprimidos ou excluídos. A transformação se efetua, embora seja parcial, tendo como horizonte uma *nova* maneira de exercer delegadamente o poder. As instituições mudam de forma (*transformam*) quando existe um projeto distinto que renova o poder do povo” (DUSSEL, 2007b, p.135).

condições às ações presentes e futuras no percurso da luta política não se reduzindo somente a elas, mas se estendendo à constituição de estruturas institucionais (Dussel, 2007b). Dussel (2007b, p. 31-32, *grifos do autor*) coloca que, “se a *potentia* for o poder em-si, a *potestas* é o poder fora-de-si” e que “o processo de passagem de um momento fundamental (*potentia*) a sua constituição como poder organizado (*potestas*) começa quando a comunidade política se afirma a si mesma como poder instituinte”, decidindo se dar “uma organização heterogênea de suas funções para alcançar fins diferenciados”. É como a semente (poder agir) que necessita da terra, do adubo, da água e do sol (que representam a ação em si) para desdobrar seu conteúdo tornando-se árvore (resultado da ação) com todos os seus elementos: raízes, troncos, galhos, folhas e frutos (DUSSEL, 2007b) (Esquema 3).



Esquema 3. Conjunto que institui a *Potestas* que pode distorcer o poder do povo ou confirmá-lo.
Fonte. Adaptação do esquema elaborado por Dussel (2007b, p. 29).

As instituições possuem modos de organização próprios, sendo que sobre eles incidem outros campos necessários à manutenção da vida coletiva (DUSSEL, 2007b). E elas nunca são

perfeitas, chegando “sempre o momento em que devem ser transformadas, trocadas ou aniquiladas” (DUSSEL, 2007b, p. 32 e 61; DUSSEL, s/a), especialmente quando não atendem as reivindicações que as originam, como se verá no capítulo seguinte.

O Estado banca, o seu imposto banca; uma bala que eu compro é o imposto que eu pago, nada é de graça. Aos olhos de muitos funcionários públicos, eles acham que estão fazendo uma ajuda. O prefeito aqui de Campinas falou que não é para dar esmolas, mas vou fazer o quê? Não dão frente de trabalho, quer que a gente fique dependendo de um pão com manteiga para o resto da vida, de um banho de cinco minutos? Jamais, mano. Para eu guardar meus baratos, eles logo falam: “Olha, mas tem que tirar depois”. A gente não é débil mental, a gente sabe que tem que tirar, a gente não deixa lá, e muitos acham que a gente é otário. O tratamento dos funcionários aqui do Pop é um descaso. Eles falam que são cinco minutos, mas o cabelo dela é grande, então não dá tempo. Ontem as meninas gritavam: “Está na hora! Já venceu!”, e eu tomando banho, mas a sujeira não parava de descer, eu passava mais xampu, mais sabonete e ela gritando lá fora. Eu saí e quase que agarrei ela pelos cabelos de tão nervosa que eu saí. É um descaso mesmo. O Pop, eu vou te falar, se não der um jeito naquilo, tem que jogar uma bomba lá dentro. Se não presta, fecha! (Militante do Fórum e MNPR/Polo Campinas, notas de campo: 21 de junho de 2016).

Quando o conjunto apresentando no esquema 3 é atravessado pelo conflito, pode gerar o desmantelamento dos processos de afirmação e organização da luta política que a *potentia* impulsiona⁷⁷. Por outro lado, também, pode fortalecê-la, potencializando a proposição de institucionalização de novos mecanismos de garantia da vida digna.

Eu penso assim. Porque às vezes você vai, olha só que absurdo, existe um Centro Pop aqui em Campinas. Melhorou? A gente tem e melhorou bastante do que a rua era antes. Porque antigamente o pessoal pegava na perua e mandava tudo para o SAMIM, para o albergue e ficava aquele lixo lá, todo mundo lá. Só que até então eles tinham que fazer de uma forma: “não, vamos fazer um Centro Pop? Vamos! Mas vamos fazer de uma forma que seja para todos. Mas não está dando para todos? Então vamos fazer mais um”. Aqui você tem que ficar desde às 6 horas da manhã para dar 70 vagas de manhã e depois de tarde, você não entra lá de novo. Então essas e outras coisas tem que ser mudadas. Maleiro? Tinha que ter. Num município como Campinas, uma cidade grande quase como São Paulo, tinha que ter um maleiro. Tinha que ter

⁷⁷ “A simples passagem à mínima institucionalização ou organização de alguma função heterogênea de um membro com respeito ao outro produz já uma ‘determinação’, [...] começa a possibilidade da existência real, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade da “distância” do representante com relação ao representado, da instituição ao institucionalizado, do exercício delegado do poder (*potestas*) que não é já simplesmente o poder consensual ‘de baixo’ (*potentia*)” (DUSSEL, 2007b, p. 29).

uma frente de trabalho. Não são todos que são acomodados. Existem pessoas boas e existem pessoas ruins em todos os lugares (Célia, 19 de julho de 2016).

É simplória a concepção de luta política que declara não transformáveis as instituições que se concretizam nela, ou que as concebem unicamente como instâncias de opressão (DUSSEL, 2009). Para que essa prática se efetive seguindo rota contrária a essa ideia, é preciso organizar as demandas dos sujeitos negados através de projetos e postulados políticos que devem ser contextualizados e não reproduções impensadas de outras experiências e contextos. Os projetos políticos, de acordo com Dussel (2007b, 2009), são elaborações viáveis, factíveis no curto, médio e longo prazo. Já os postulados compreendem horizontes utópicos possíveis de serem pensados, mas irrealizáveis empiricamente. A elaboração do postulado e do projeto, assim como a formulação das ações que possibilitam a concretização das instituições, não pode deixar de lado os princípios normativos que ora estão implícitos, ora explícitos, devendo ser comunicados aos membros da prática para que possam atuar de acordo com suas premissas.

Os princípios, por isso, encontram-se no nível universal da política (DUSSEL, 2002, 2007b). Eles se fixam definindo a esfera do cumprimento do conteúdo postulado e delimitando o foco da atuação política prática (DUSSEL, s/a). Um exemplo do papel desempenhado pelo princípio político é a regra emanada pela máxima “Não matarás seu adversário”, pois a “ação violenta que exclui o Outro, não é política, é irracional, injusta; é negação da fraternidade” (DUSSEL, 2002, p. 5). Uma vez identificados, os princípios deverão ser cumpridos por todos, mantendo a máxima coerência com o consenso alcançado na prática comunicativa da luta política.

O aumento qualitativo da vida articulada a sua produção e reprodução é o princípio concreto fundamental da luta política (DUSSEL, 2007b) guiando a prática de sujeitos comprometidos em organizar projetos cujo objetivo seja o acesso aos bens necessários e almejados. Para o cumprimento desse propósito, não se pode prescindir de condições materiais favoráveis, pois, todos os processos que as possibilitam e que passam pelo reconhecimento e pela concretização do humano como *ser mais*, conformam a vocação que não pode se realizar na inexistência de ter, na indigência. “Liberdade, possibilidade de decisão, de escolha e de autonomia” são demandadas e “para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento dessa vocação” e na realização de seu futuro, “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais e econômicas em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias” (FREIRE, 2007, p. 14-15).

Embora seja a expressão máxima da privação de direitos hoje presente em nosso país, a vida na rua fomenta a formação de um campo profícuo de luta política como afirmou Haydée.

Às vezes esse “eu moro na rua” sai com orgulho porque não é qualquer um que sobrevive na rua. Então, se eu digo que eu sobrevivo na rua, já tô dizendo muita coisa sobre mim. Se eu digo que sobrevivo na rua, já se sabe que eu não sou uma pessoa muito boba, já se sabe que eu não sou uma pessoa inocente, sou experimentada, porque a rua é violenta, é desilusória, é fantasista, é frustrante. Ela tem uma gama de acontecimentos, de situações arriscadíssimas e limites que te fazem ficar uma pessoa mais, assim, enxuta, né? Mas também não quer dizer que ela tira a essência de ser humano, porque eu também sou emotiva, sou emocional, [...] sei lá, tem alguns sentimentos de fraternidade, é lógico, como todo ser humano, mas também existe aquela questão de ser muito experimentada pela vida, ser uma pessoa calejada (Haydée, 20 de julho de 2016).

Os processos de formação política desencadeados na participação no Fórum e no MNPR foram potencializados pela trajetória de Haydée vivida na rua em meio a uma “gama de acontecimentos, de situações arriscadíssimas e limites, te fazem ficar uma pessoa mais enxuta” (Haydée, 2016). Segundo ela a rua capacita o sujeito a lutar pela sobrevivência, processo que exige “que não seja bobo”, nem inocente e que não perca a noção de sua humanidade, principalmente no trato com outras pessoas, mesmo que mergulhado nesse contexto adverso à conformação de valores humanitários. É a vida na rua que desumaniza e gera a força para os sujeitos se humanizarem. Isso não quer dizer que quem não tenha trajetória de vida na rua não possa lutar pelos direitos de quem nela vive. Pelo contrário, baseando-se em Franz Fanon, Freire (2005) afirma que os condenados da Terra devem “contar com o apoio daqueles que lhes ofereçam a sua solidariedade” (RIBEIRO, 2010, p. 249) sem jamais lançarem mão dos métodos do opressor durante a atuação, atitude que desconstruiria o propósito de libertação buscado.

Em meio às condições materiais precárias e ao desafio de libertarem-se do jugo da dominação, em que a vida digna foi negada, Haydée, Célia e Camilo afirmaram que é preciso indignar-se e lutar pela conquista de direitos. Ao conscientizarem-se e se comprometerem com a mudança dos rumos da história, educaram a rebeldia, ingrediente fundamental para a insurgência de sujeitos que, ao sofrerem as agruras de viver na rua ou em moradias precárias, necessitam se movimentar para conquistar o que lhes é negado, constituindo, com isso, a luta política como prática social que educa e transforma.

A compreensão sobre seus percursos formativos como atores políticos e militantes, ancorada nas proposições teóricas da Filosofia da Libertação e da Educação como práxis política, foi possível compreender como pessoas distintas com trajetórias de vida *sui generis* desenham os contornos essenciais da luta política impulsionada pela vida na rua. Nessa vivência que desumaniza gerando a ousadia para humanizar, materializa-se uma prática social complexa que tem na vontade de viver e na necessidade de lutar sua essência constitutiva. Nela, os sujeitos em comunhão trilham os caminhos ilustrados no esquema 3 que vão da *potentia* à *potestas*, criando condições a sua institucionalização. A partir de diferentes níveis organizativos, desdobra-se a prática de luta política *para* a População de Rua ou *da* e *com* ela, categorias analíticas qualificadas nas seções seguintes.

CAPÍTULO 2. Entre o domínio e a libertação

PRÁTICA DE LUTA POLÍTICA NO MUNDO DA RUA

Essa seção é a sequência da articulação conceitual iniciada no capítulo 1 e se estende até o capítulo 3. Nela, o objetivo foi identificar os percalços observados pelos colaboradores da pesquisa e sistematizados como categorias analíticas quando da transição entre fazer política *para* (manutenção da ordem) para fazer política *da e com* a População de Rua.

As ações identificadas no cerne da luta política estudada apontaram o desenvolvimento de processos de instituição para dois horizontes. O primeiro é o da manutenção da ordem estabelecida que tem na conquista, no silenciamento, na alienação e na manipulação, os processos constitutivos de uma prática social forjada para fomentar a dominação do grupo em questão. O segundo horizonte, que persegue rota contrária, é a transformação estrutural sistêmica, cujos processos de ocupação dos espaços de construção da política, de participação popular, do “despertar” daqueles que estão mergulhados na ideia de que não têm capacidade de transformar e da efetivação de resultados positivos ou negativos buscados pelas ações estratégicas, desdobram a prática de luta política em outras duas possibilidades constitutivas, como se verificará.

A articulação dos processos, no âmbito do segundo horizonte, define a luta política como instrumento de libertação das vítimas da negação da vida na rua, definida pela narrativa militante como “complicada” e “arriscadíssima” (Célia, Haydée, 2016), como conjunto de situações que acometem injustamente pessoas que sem acesso à moradia, ficam sujeitas à: doença física e psicológica; ausência de oportunidades dignas de se desenvolver; falta de perspectivas de futuro; incertezas; desemprego; abandono; violência; fome; frio; exposição forçada de si e falta de privacidade; além de desproteção; preconceito; discriminação e morte prematura. O fato de serem, as negações, condicionamentos e não situações imutáveis, permite que os sujeitos se movimentem entre duas condições: a *produção da vida na rua nela mesma* e em seus *entre lugares*. Em ambas, são disseminados processos educativos diversos, cujo desenvolvimento e transmissão se dão sob a lógica que não combina acumulação de capital e reprodução de valores civilizatórios da sociedade, como da solidariedade ou da distribuição igualitária de riquezas. Por isso mesmo, a instituição da prática de luta política nesse contexto, é essência substancial da vida de quem vivifica a rua.

Célia (2016) explica que a “a rua ensina viver, sobreviver forçadamente; ou você vive ou você vive; não tem essa de você ficar acomodado em algum lugar porque ninguém vai te ajudar”. Os recursos que faltam não são apenas materiais. A escassez invade o terreno da alteridade que Célia ilustra com situações em que as pessoas são olhadas “com indiferença, com olhar de discriminação, com nojo, que é o que a maioria da sociedade faz” (Célia, 2016). Ainda, explica que a vida na rua produz outro tipo de ser humano, porque não é tratado de maneira igual ou no mesmo patamar de respeito e dignidade do restante da sociedade. A População de Rua, no sentido do que teoriza Célia, corresponde a uma “outra humanidade”, como defende Kowarick (1994, p. 102), referindo-se aos homens livres da escravidão, mas desocupados do período pós-colonial. Ou, ainda, ao que postula Arendt (2012) em relação às mulheres, homens, crianças e idosos judeus, aos olhos dos nazistas.

Diante dessa realidade, a primeira possibilidade de movimentação das pessoas que vivem na rua, materializa-se sobre o processo de afirmação de si e da vida nessa condição, descortinando a segunda possibilidade que se dá no desdobramento de horizontes entre a rua e as instituições públicas e privadas que compõem a política de atendimento ao grupo social no Brasil ou que fazem caridade. Nesses *entre lugares* os sujeitos sentem e compreendem que as instituições filantrópicas e os equipamentos de acolhimento da rede de assistência social não dão conta de garantir os direitos básicos instituídos a partir de 1988. Muito menos do que as próprias pessoas que vivificam a rua julgam necessárias para si e para seu grupo. Com isso, faz-se necessário continuar aprendendo e ensinando maneiras de viver e lutar pela conquista de direitos.

Célia compartilhou esse aprendizado em uma de nossas conversas, quando explicou que “morador de rua tem no ‘galo’⁷⁸, pelo menos uma toalha de banho”. Além, claro, de itens básicos de higiene pessoal e alguma troca de roupa que, eventualmente, lhes são doadas. A demanda pelo mínimo de autonomia cresce, na medida em que as pessoas vão se educando, tomando consciência da precariedade da vida na rua e negando a negação, como fica evidente nos excertos de sua fala.

⁷⁸ O *galo* é o lugar onde o morador de rua leva seus pertences. Em geral são bolsas, sacolas, malas de viagem, mochilas ou outros objetos de fácil transporte e manuseio para os deslocamentos na cidade que são muitos.

Onde já se viu em um banho: Oi, vamos! Está na hora! Vamos! Humilhação demais. Eu às vezes nem venho muito aqui porque eu na rua consigo me virar mais. Como que eu consigo me virar assim? Como que eu sempre consegui me virar? Porque eu encharco, eu vendo balinha no farol, se eu estou com fome eu peço para uma pessoa. Não peço nem dinheiro. Moço paga um prato de comida? Não quero seu dinheiro. Só um prato de comida. A pessoa vai me paga. Ou senão vou numa farmácia, preciso de um pacote de absorvente, eu não posso ficar no Centro Pop esperando por 2 ou 3, eu tenho fluxo muito grande. Não posso chegar a ficar toda hora me humilhando, vindo aqui pegar 2 ou 3 absorventes. O tanto que ela quer me dar, o que ela acha que quer me dar, a funcionária pública. Porque tem as normas dentro da casa, do equipamento. Não! Eu vou na frente numa farmácia: “Moça me dá um absorvente? Sou moradora de rua, você não pode comprar?” Pronto a pessoa vai lá e compra. Mas nem todos. É por isso que entrei aqui na militância (Célia, 19 de julho de 2016).

A argumentação de Célia evidencia que as instituições humilham mais do que acolhem, levando a uma movimentação nos *entre lugares* da vida na rua. A despeito do estranhamento com essas instituições forjar uma ação individual, a reflexão sobre tal comportamento é o ponto de partida para a crítica do que a rede formada por entidades estatais e privadas representam. A crítica levada aos espaços coletivos de ação, representada nos conflitos entre as pessoas em situação de rua e os membros do poder público, é o objeto desse capítulo, desdobrando nas categorias analíticas de práticas *para, da e com* a População de Rua.

“Tentei expressar opinião como População de Rua, a ideia foi silenciada”: a prática para a População de Rua

“Essa porra aqui é o quê?”; para que serve esse caralho aqui? É Fórum do quê?”
(Haydée, 20 de julho de 2016).

O questionamento de Haydée expressa a materialização da categoria cunhada no título desse tópico. Silenciar o sujeito vitimado é processo de opressão que perfila uma prática política guiada pelo princípio do impedimento a quem tem trajetória de vida na rua de conquistar o protagonismo da condução de sua própria história. A interpelação que inaugurou a seção foi o disparador da identificação dos elementos que instituem a prática social que tem como horizonte o fortalecimento da dominação. Todos eles, que são parte da narrativa militante,

também foram denominados por Freire (2005) como processos de conquista, de silenciamento, de alienação e de manipulação. Segundo o autor, o antidiálogo que é dominador,

[...] nas suas relações com seu contrário, o que pretende é conquistá-lo, cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis, das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo. Todo ato de conquista implica um sujeito que conquista e um objeto conquistado. O sujeito da conquista determina suas finalidades ao objeto conquistado, que passa, por isto mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador. Este, por sua vez, imprime sua forma ao conquistado que, introjetando-o, se faz um ser ambíguo. Um ser [...] ‘hospedeiro’ do outro. Desde logo, a ação conquistadora, ao ‘reificar’ os homens (e mulheres), é necrófila (FREIRE, 2005, p. 157).

“Tentaram me silenciar” (Haydée, 2016) foi a denúncia impulsionada pela revolta sentida por Haydée quando teve sua palavra interrompida ao iniciar participação no Fórum em Campinas. Ela disse que sentiu raiva, sentimento comum na trajetória de quem vive na rua dadas as dificuldades que ela imprime no dia a dia dos sujeitos. Ao mesmo tempo, essência da rebeldia que é “parte de um processo de transitividade de consciência e de transição para outra sociedade” (MORETTI, 2010, p. 345), podendo, como já foi dito, converter-se em motor da luta política. Esse ingrediente pode ser usado para retroalimentar a própria opressão orientando a prática pelos caminhos da manutenção do *status quo*. Essa é a intenção de atores e instituições que, ao não contribuírem com a abertura de espaços participativos como os Conselhos Municipais, os Fóruns, as assembleias nos equipamentos de acolhimento da Assistência Social, dentre outros, deixam de democratizar os processos de reflexão e decisão política, enfraquecendo a insurgência de sujeitos com trajetória de rua capazes de elaborar projetos coletivos próprios.

O Fórum de rua que a gente tinha aqui em Campinas cresceu de *cima pra baixo*. Técnicos e poder público fazendo Fórum sobre População de Rua em que a População de Rua nem participava. Depois a População de Rua foi tomando propriedade desse Fórum por chamamento, por convite, mas eram muito poucos. Não era um Fórum *da* População de Rua. Quando a gente começa a participar do Fórum, eu, Célia e outras pessoas, a gente começou a perceber que não estava legal, não estava da hora, sabe? Poder Público fala, fala, mas não resolve porra nenhuma. Antes da gente começar com ação efetiva, por exemplo, contra a Guarda Municipal, o Fórum já tinha discutido esse assunto há milhares de séculos e não tinha resolvido. Nós conseguimos

dentro de seis meses. Tipo assim, o que é que estava acontecendo no Fórum que não estava resolvendo? (Haydée, 20 de julho de 2016, *grifos meus*).

Para quem está com o corpo mergulhado na dimensão política da rua, como os colaboradores do estudo, os processos de instituição da prática de luta política com vistas a tratar os problemas da População de Rua a partir de suas próprias demandas e propostas de resolução, não poderiam se originar no sentido: “de cima para baixo” (Haydée, 2016). A instituição nessa direção desencadeia processos como: falar *sobre*⁷⁹ e não *com* os sujeitos da experiência de negação; construir discursos vazios de significado e de ação concreta⁸⁰ sem correspondência com a vida vivida, o que contribui com a manutenção da dominação também através da manipulação como afirma Haydée (2016): “os poucos que iam eram manipulados pelo Poder Público, acreditavam no que o Poder Público dissesse”, processo no qual desdobra o ato da prescrição “que vem de cima”, como narrou Célia:

Como que a gente vai discutir a política pública da assistência se eles nem falam como um morador de rua? Eles falam com morador de rua em formas teóricas. Eu não entendo nada. Eu fui lá para a Conferência em Brasília como População de Rua. Teve a maior brigaiada, teve tudo. Eu fui com o órgão público daqui de Campinas. Poxa, pode-se dizer o que for, eu achei melhor quando eu fui com a minha População porque, até então, quando eu fui com o órgão público, é uma disputa de poderes tremenda. São palavras que você pensa que são remédios que eles falam que a pessoa que está na rua não vai entender. Não adianta você discutir política pública com morador de rua. Ele não vai querer nem saber o que você está falando em termos teóricos (Célia, 19 de julho de 2016).

⁷⁹ “O técnico, o intelectual que se aproxima deles e leva uma lista de problemas ou críticas e faz discursos em cada contato é um técnico que abstratamente se aproximou. E se torna como o jornal da TV: ele apenas emite, apenas informa sem interagir e sem politizar. Portanto, é um intelectual que não sabe aprender” (FREIRE, NOGUEIRA, 2005, p. 40).

⁸⁰ “Não há nada que mais contradiga e comprometa a emergência popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a. Educação que se perca no estéril bacharelismo, oco e vazio. Bacharelismo estimulante da palavra “fácil”. Do discurso verboso (FREIRE, 1969, p. 93).

Freire (2005) tratou a manipulação em seus escritos como “outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora, tão velha quanto a opressão mesma” e afirmou que:

[...] na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-la e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder. Não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que se significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia. Daí que toda ação que possa, mesmo incipientemente, proporcionar às classes oprimidas o despertar para que se unam é imediatamente freada pelos opressores através de métodos, inclusive, fisicamente violentos. Conceitos, como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas, para os opressores. É que a prática desses conceitos é indispensável à ação libertadora. O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocratização estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam (FREIRE, 2005, p. 160-161).

Muitas vezes esta manipulação, dentro de certas condições históricas especiais, se verifica através de pactos entre as classes dominantes e as massas dominadas. Pactos que poderiam dar a impressão, numa apreciação ingênua, de um diálogo entre elas. Na verdade, estes pactos não são diálogo porque, na profundidade de seu objetivo, está inscrito o interesse inequívoco da elite dominadora. Os pactos, em última análise, são meios de que se servem os dominadores para realizar suas finalidades. O apoio das massas populares à chamada ‘burguesia nacional’ para a defesa do duvidoso capital nacional foi um destes pactos, de que sempre resulta, cedo ou tarde, o esmagamento das massas. E os pactos somente se dão quando estas, mesmo ingênuas, emergem no processo histórico e, com sua emergência, ameaçam as elites dominantes. Basta a sua presença no processo, não mais como puras espectadoras, mas com os primeiros sinais de sua agressividade, para que as elites dominadoras, assustadas com essa presença incômoda, dupliquem as táticas de manejo (FREIRE, 2005, p. 167-168).

Também falou sobre a *sloganização* como processo antidiológico (FREIRE, 2005), em meio à proposição de instituição de seu contrário – o convívio e o diálogo –, o que mantém correlação com as experiências compreendidas pelas militantes.

Exatamente porque não podemos aceitar a concepção mecânica da consciência, que a vê como algo vazio a ser enchido, um dos fundamentos implícitos na visão “bancária” criticada, é que não podemos aceitar, também, que a ação libertadora se sirva das mesmas armas da dominação, isto é, da propaganda, dos slogans, dos “depósitos”. A educação que se impõe aos que

verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 2005, p. 77).

Em meio aos processos que instituem a luta política como prática orientada à manutenção da ordem estabelecida, está implicada sua maior contradição: ser um dos principais pontos de partida para que os sujeitos, antes alienados na condição de opressão, se percebam no “olho do furo” (Célia, 2016) e iniciem processos diferentes de organização coletiva. Haydée comentou que no momento em que pessoas que viviam na rua em Campinas começaram a insurgir nas reuniões do Fórum, os atores sem a trajetória que ocupavam o lugar de protagonismo se afastaram do espaço, onde começaram a ser esboçados novos contornos à instituição da luta política, então com a presença dos seus maiores interessados.

Então eu acredito que, por não gostar desta realidade, de que nós temos a propriedade dos nossos espaços, os Poderes estão saindo um pouco do Fórum. Então, por observar essa necessidade da participação da População de Rua, de um morador de rua estar chamando outro morador de rua, por sentir falta do protagonismo sobre População de Rua nos espaços que lhes dizem respeito, foi revoltante, foi muito chato, e aguçou muito a fundação do Movimento em que só a População de Rua participa (Haydée, 20 de julho de 2016).

Além das pessoas com trajetória de rua, engajaram-se outras sem a experiência e representantes de instituições diversas que se interessaram em apoiar solidariamente o grupo, como o fez Camilo, tão logo iniciou atuação como assistente social no Centro Pop da cidade.

Eu já comecei a participar do Fórum e isso também é significativo porque quando você trabalha a proposta de formação política, não é uma formação só interna, ela se expande, mas as pessoas também analisam se você está coerente com a prática, ou seja, se você dá a formação aqui, se você está de fato mobilizando ela para os espaços e para os atos e se você vai estar lá também. Quando você faz isso e não está presente, as pessoas, não sei, não confiam na sua credibilidade. [...] Fortaleço a participação e estou lá. Eles sabem que eu estou lá. Então há uma coerência da práxis: da teoria e da prática e isso faz com que as pessoas se aproximem e acreditem: “não, não está falando só para nos incentivar, nos agradar ou coisa parecida, realmente há possibilidades”. É

isso que eu sempre menciono. Há desafios, mas há possibilidades e a possibilidade se dá a partir da organização. No Centro Pop teve alguns espaços significativos de construção para fortalecer que é a proposta da assembleia, de dialogar com a assembleia. Só que a assembleia tem o limite da instituição quando vem uma demanda, e mesmo o limite da equipe quando vem uma proposta que é possível, é coerente, mas a equipe não banca. Fica essa linha tênue do tipo: a assembleia não é um espaço deliberativo? Mas se a gente deliberou aqui porque não vai ser executado? Essas brigas estão no cenário do controle social que às vezes é o direito que está posto e o direito não é efetivado porque não corresponde à demanda de um querer político. Vem desde a base até a escala maior (Camilo, 19 de julho de 2016).

A identificação de situações contrárias à ideia de libertação do sujeito que vivifica a rua ajuda a impulsionar o alcance de patamares de compreensão de si e do mundo cada vez mais críticos, consciência que gesta processos potencializadores de jeitos renovados de instaurar o campo da produção, reprodução e aumento qualitativo de quem tem a vida negada.

“Nós somos um”: a prática *da* e *com* a População de Rua

“A gente tem um sentimento de unidade. Na rua, a gente acaba se sentindo muito unidade. Você sofre que nem eu, você passa o que eu passo, você vive o que eu vivo, você é igual eu. Estamos juntos. Nós somos um”
(Haydée, 20 de julho de 2016).

A prática de luta política *com* a População de Rua, tema tocado por Camilo no excerto que encerrou o tópico anterior e a prática de luta política *da* População de Rua, definem-se aqui como a superação racional dos processos que instituem a prática de luta política *para* o grupo, o que se explica com a narrativa de Haydée sobre o processo de transição de uma para outra.

As atitudes não estavam sendo tomadas, faltava muita atitude, coisa que só quem pode ter somos nós. [...] Eles queriam chamar, fizeram um Fórum com a População de Rua, então agora aguenta. É isso. Isso é a População de Rua, essa é a nossa demanda. Se não for outra coisa, nós não queremos. Nós temos essa clareza. Eu quero comer salada e moqueca de peixe, se não tiver eu não como. É isso, é oito ou oitenta. Então, alguns poderes ficam assim porque eles não querem trabalhar, eles não querem ceder porque eles sabem que essa seria a solução do meu problema e se eu encontrar a solução do meu problema eu deixo de dar lucro para o Estado. Porque eu sou uma vida que gera lucro. Tem verba que vem do Governo Federal para todos os Estados para cuidar da

População de Rua e essa verba só alimenta os mais miseráveis de sentimento humano que ficam por cima, nas Secretarias, se alimentando da desgraça alheia. A história do mundo é assim (Haydée, 20 de julho de 2016).

A experiência qualificada na categoria – “*nós somos um*” – potencializa o desdobramento de dois conjuntos processuais instituídos mutuamente. O primeiro conjunto, identificado na narrativa militante, abrange: a ocupação da prática de luta política pelos sujeitos que a constituem, constituindo-se nela também; a participação em espaços ampliados de orientação das políticas como Conselhos Municipais, Orçamentos Participativos, Fóruns, assembleias, dentre outros; o “despertar” (Célia, Haydée, 2016) como processo de rompimento da alienação sobre a realidade que se vive e a efetivação de ações deliberadas nos processos da luta política, sem contar com a ampla divulgação dos resultados alcançados, mesmo que sejam negativos.

O segundo conjunto, sobre o qual está respaldada a materialização do primeiro, foi buscado na Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2005) onde os processos que o formam estão conceituados como: co-laboração; união; organização e síntese cultural (FREIRE, 2005).

Na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração; [...] Se, na teoria antidialógica da ação, se impõe aos dominadores, necessariamente, a divisão dos oprimidos com que, mais facilmente, se mantém a opressão, na teoria dialógica, pelo contrário, a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ela, para a libertação. [...] Enquanto, na teoria da ação antidialógica, a manipulação, que serve à conquista, se impõe como condição indispensável ao ato dominador, na teoria dialógica da ação, vamos encontrar, como que oposto antagônico, a organização das massas populares. A organização não apenas está diretamente ligada à sua unidade, mas é um desdobramento natural desta unidade das massas populares. Desta forma, ao buscar a unidade, a liderança já, busca, igualmente, a organização das massas populares, o que implica no testemunho que deve dar a elas de que o esforço de libertação é uma tarefa comum a, ambas. [...] toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social, ora no sentido de mantê-la como está ou mais ou menos como está, ora no de transformá-la. [...] Isto implica em que a síntese cultural é a modalidade de ação com que, culturalmente, se fará frente à força da própria cultura, enquanto mantenedora das estruturas em que se forma. Desta maneira, este modo de ação cultural, como ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. Neste sentido é que toda revolução, se autêntica, tem de ser também revolução cultural. A investigação dos “temas geradores” ou da temática significativa do povo, tendo como objetivo fundamental a captação dos seus temas básicos, só a partir de cujo conhecimento é possível a organização do conteúdo programático para

qualquer ação com ele, se instaura como ponto de partida do processo da ação, como síntese cultural. Daí que não seja possível dividir, em dois, os momentos deste processo: o da investigação temática e o da ação como síntese cultural (FREIRE, 2005, p. 191-209).

Sampaio Junior (2016) questiona: “O que fazem os sem-terra quando querem terra? Ocupam. O que fazem os sem-teto quando querem teto? Ocupam. O que fazem os jovens quando querem escola? Ocupam”. Então, “qual é nosso método?” e afirma: “Ocupar o Brasil inteiro”. É o mesmo que Haydée ensina como primeiro passo à constituição da luta *da e com* a População de Rua,

Só a População de Rua tem aquela voz, porque vive na rua, isso é uma propriedade. [...] É bom deixar bem claro que o Fórum hoje tá tendo uma outra configuração. A cada vez a gente vê o Fórum com mais População de Rua e menos Poder Público. Na verdade, eu até agradeço, isso não é uma queda, é um crescimento porque significa que a População de Rua está tomando propriedade, ocupando o espaço que é dela (Haydée, 20 de julho de 2016).

De acordo com a narrativa militante, para se constituir uma prática de luta política voltada às questões que afetam o grupo, também não basta estar ou ter estado com o corpo no mundo da rua. É necessário, sobretudo a partir dessa experiência concreta: não ter medo de denunciar; compor efetiva e responsabilmente os processos de ação e reflexão da prática e anunciar os caminhos a serem percorridos ao alcance da vida a que se tem o direito inalienável de viver.

O movimento foi criado porque, até então, eu participei de todos esses seminários, congressos e o Camilo sempre me incentivou a lutar porque se não tiver luta, não tem o que a gente deseja para as melhorias. [...] Participação, para mim, é uma pessoa falar, a outra escutar e tomar providências. Tomar uma atitude (Célia, 19 de julho de 2016).

Existem algumas pessoas aqui em Campinas que sempre militaram ou que militaram algumas vezes, mas depois entrou um grupo de ação, que busca resultados. Acho que foi isso que aconteceu. O fórum sempre existiu, mas só agora está acontecendo isso porque agora quem está indo ao fórum com frequência somos: eu, a Célia, o Luiz, a população de rua. Então é por isso que agora começou a acontecer, porque foi agora que a população de rua chegou (Haydée, 20 de julho de 2016).

Em meio aos processos desencadeados pela participação que tem forte expressão na ação e na efetivação de resultados, sejam positivos ou negativos, desdobram-se novos horizontes que ampliam a dimensão política da rua. Os sujeitos encorajam-se intersubjetivamente para criar outras experiências de luta política, dessa vez, com características distintas, dado que emergem de baixo para cima e não mais de dentro de escritórios e gabinetes. A prática de luta política sob esse propósito não só insurge na rua, como é dela, é iniciativa própria de seus sujeitos que veem em seus renovados processos de instituição a possibilidade efetiva de protagonizar. A fundação do polo do MNPR em Campinas feita concomitantemente à ocupação do Fórum por pessoas com trajetória de rua, foi a materialização dessa outra lógica de instituição, na medida em que foi formada por processos e critérios que diferenciaram essas experiências, absolutamente, da prática de luta política *para* a População de Rua.

A relação do Fórum para com o movimento hoje tem sido um pouco mais próxima. Desde que o movimento surgiu tem sido próximo porque isso foi construído antes do movimento ser fundado. Então, acontece que hoje o Fórum, a cada dia que passa, vai se tornando um espaço mais acessível à População de Rua, mas o espaço autenticamente nosso é o espaço do movimento, o espaço das nossas reuniões separadas, onde se alguém for participar dessas reuniões, eles vão participar como ouvintes, nunca como “optantes”, “opinistas”. Se quiserem dar apoio, podem nos apoiar, mas não deem opinião porque não conhecem a realidade. Sabe quando alguém pergunta se eu quero comer um salgado, daí eu falo que não e a pessoa fala, então, que eu não quero comer nada. Eu falo: “Eu quero, mas não quero comer o salgado”. Hoje mesmo eu fiz isso com uns “par” de gente. Eu queria comer salada, comprar uma marmita para o menino, e um monte de gente queria me comprar salgado. Então é isso, a gente precisa disso e precisa fazer isso. Existe essa diferença de Fórum e movimento, porque o fórum a princípio, dizia o que você precisava e o movimento diz o que “eu” preciso. As pessoas do fórum não ditam o que eu preciso; “eu” expresse o que eu estou precisando. Essa é a diferença e por isso também que a gente fundou o movimento (Haydée, 20 de julho de 2016).

A nossa reunião, ela é aberta para todos, não temos discriminação, você vai participar. Se você não vai, é só funcionário público, senão é só morador de rua. Não, é para todos. Tanto a sociedade civil, quanto pessoas que trabalham na área pública. A gente não faz discriminação porque até então, eles têm que saber o que está acontecendo (Célia, 19 de julho de 2016).

O olhar detido sobre os processos de instituição da prática social gestada pela vida na rua, ou sobre ela, possibilitou sua organização a partir de elementos característicos capazes de as diferenciar desde os primeiros momentos de formação (Quadro 10).

Quadro 10. Tipos de práticas de luta que podem ser instituídas no campo político contextualizado pela problemática da vida na rua.

CONSCIENTIZAÇÃO	PROCESSOS DE INSTITUIÇÃO DA PRÁTICA DE LUTA POLÍTICA	PRÁTICA PARA	PRÁTICA DA	PRÁTICA COM	
	OCUPAÇÃO	Protagonismo de atores sem trajetória de rua	Protagonismo da População de Rua		
	PARTICIPAÇÃO		Protagonismo da População de Rua	Diversidade de atores	
	“DESPERTAR”				
	EFETIVAÇÃO				
	CONVERGÊNCIAS ENTRE:				
	PRÁTICAS DA POPULAÇÃO DE RUA			PRÁTICAS COM A POPULAÇÃO DE RUA	
	<p>Nunca ser <i>sobre</i> a População de Rua; Ser propriedade da População de Rua e expressão de sua voz; Prevalecer as demandas do grupo social; Primar pelo reconhecimento da alteridade e pela construção da convivência dialógica; Reconhecer e valorizar a unidade na diversidade; Ampliar a luta unânime e buscar o consenso; Romper modos de organização hierárquica; Valorizar ideias dos participantes que devem ser problematizadas, nunca silenciadas; Compor grupos de ação que contenham pelo menos um representante da População de Rua; Promover ações que busquem soluções efetivas dos problemas e que produzam resultados; Promover momentos de reflexão sobre o tempo da política ou sobre eventual demora dos resultados; Fomentar participação assídua dos atores com ou sem trajetória de rua; Promover perspectivas de futuro; Primar pela permuta, nunca pela falsa generosidade entre atores</p>				

Fonte: Elaboração própria.

A compreensão ampla de tais processos, bem como a busca por concretizá-los no campo político em questão, fomenta a instituição de práticas de luta *da* População de Rua ou *com* ela. Diferenças e similaridades estão implícitas nos próprios modos como são instituídas, sendo importante ressaltar que, ao consolidarem processos de convergência, essas práticas já não se constituem dentro do âmbito da opressão. Entretanto, no decorrer da perpetuação das ações que são históricas, as contradições se fazem presentes, como em qualquer prática social

contextualizada em cenários de fortes desigualdades e hierarquização. É o processo de reflexão permanente sobre as ações aliado ao conhecimento das características constitutivas das práticas sociais descritas, que possibilita maior nível de criticidade em torno dos caminhos que a luta política deverá trilhar, sem perder de foco o consenso.

A depender dos problemas históricos contra os quais se luta, os militantes devem optar por disparar ações mais ou menos radicais em termos de transformação da estrutura vigente (DUSSEL, 2007b). Isto porque, antes de se chegar à deliberação, está compreendido o processo de conscientização sobre a causalidade da situação limite em que a prática está engendrada. E as consequências e impactos que as ações estratégicas podem desdobrar, poderão trazer benefícios à perpetuação da prática ou o enfraquecimento dela, até mesmo sua extinção. No caso da luta política protagonizada pela População de Rua, a projeção dos resultados das ações se faz imprescindível, dado que as perdas podem ser maiores do que as anteriormente sofridas, fazendo com que a prática corra o risco de perder credibilidade frente aos maiores interessados pelos resultados positivos das ações. O ganho ou a perda de credibilidade impactam os processos participativos instaurados anteriormente e durante a instituição da luta.

Na narrativa militante eles são colocados como os maiores desafios a serem enfrentados no dia a dia da luta política, sobretudo quando as condições extremas de negação da vida impõem que quase tudo faltará e que a luta pela sobrevivência tenderá a prevalecer sobre a necessidade de se organizar politicamente. Tais fatores tornam difícil crer na real possibilidade de que as pessoas que vivem essas vicissitudes possam delas participar. Ao mesmo tempo, é a materialização da participação na luta política que gera condições de possibilidade para que seus demais processos constitutivos possam instituir-se.

Como mencionei, há processos à instituição da prática social estudada que necessitam se articular para que a participação possa se dar efetiva e concretamente. As anteriores, já mencionadas nos percursos da insurgência militante, podem ser aqui novamente sintetizadas em: carregar as marcas indeléveis perpetradas pelo processo de opressão materializado na negação da vida, e/ou, colocar-se responsabilmente ao lado de quem sofre a partir do reconhecimento da proximidade. Durante a constituição da prática e mesmo quando suas ações se perpetuam no tempo, os desafios postos podem ser sintetizados em aspectos que potencializam a participação e outros que a enfraquecem (Quadro 11).

Quadro 11. Potencialidades e processos que enfraquecem a luta política *da e com* a População de Rua.

POTENCIALIDADES	COMENTÁRIOS
<p>Acreditar que é possível transformar pela participação popular</p>	<p>“Eu lembro de acreditar porque quando eu trabalhava na ONG, eu fiz um processo seletivo, na época, e aí tinha uma pessoa que era assistente social que atuava há muito tempo, como assistente social e uma pessoa que estava chegando agora (essa pessoa agora é minha amiga). Quando a gente fez o processo seletivo teve uma pergunta que foi fundamental, para as duas, que definiu a escolha de uma ou de outra. Era: você acredita em uma transformação dessa realidade que a gente vive, desse sistema? Para a pessoa que tinha muito tempo atuando, ela falou o seguinte: que era ingenuidade a nossa, acreditar. Para a pessoa que estava iniciando, ela falou assim: era o que a movia. Claro, se você acredita na transformação, você vai selecionar a pessoa que está falando que é o que move a luta, a transformação porque essa aqui ela vai manter o processo porque ela não acredita. Então, é isso. Primeiro tem que acreditar (Camilo).</p> <p>“É o seu sonho. Se você não tiver sonho, então você é uma pessoa desmotivada, você não tem ânimo. O que faz você sobreviver são os seus objetivos, o que você tem em mente, para conquistá-los. São seus sonhos. É lógico que você não vai falar que você quer uma mansão, quer ficar com o Brad Pitt (risos), nada a ver, lógico. Mas eu tô falando de sonhos. Sonhos é o que você constrói dentro da sua mente. Se você já começou a construir, é uma coisa, já é uma vitória, porque tem pessoas que até sonhos não tem mais” (Célia).</p> <p>“Acho que tem que sentir, tem que fazer a crítica, tem que acreditar. Se você não acredita não adianta. Se você não acredita vai chegar o momento que você vai falar e não vai ter coerência, porque você não acredita. Agora quando você acredita fica nítido. A atuação fica nítida. E eu vejo que o trabalhador, quando ele tem esse papel de militância, ele tem um diferencial nas equipes. Com certeza ele tem um diferencial” (Camilo).</p>
<p>Construir a política da intersubjetividade, do afeto, da alteridade, conhecer as singularidades, fazer a crítica e ouvir</p>	<p>“Esse aprendizado se dá na troca, na troca com o outro. Tem um episódio que aconteceu no Fórum que me marcou muito e me marca até hoje. Na verdade são dois episódios. Um que a pessoa chega e pede um abraço, pessoa em situação de rua e ele me abraça por algum tempo e fala assim: “faz mais de três meses que eu não abraço ninguém”. Então entender a questão do afeto. A gente é carente né? A sociedade que traz essa questão da individualidade, ela é carente do afeto, da troca com o outro e aí a gente vê vários exemplos por aí da dificuldade do afeto. Então esse foi muito significativo. O outro foi de uma pessoa que me questionou que ele tinha sido suspenso de um serviço por um mês e é louco uma pessoa que está em situação de rua e é suspensa por um mês. E isso é muito significativo também porque como se enxerga o outro? Como enxerga a necessidade do outro? Fecha as portas de um serviço que é de direito? Qual o momento que isso se dá? Por que se dá? Há outra forma de construção que não seja a suspensão?”(Camilo).</p> <p>“O foco maior é o laço mesmo. Laço de amizade que você constrói, como um fator de cativar e de olhar o outro, se reconhecer no outro, de respeitar o outro” (Camilo).</p> <p>“O amor é incondicional, eu faço isso mais por amor, mesmo, porque a cada pessoa tem um carinho. Eu tenho carinho por todos. Tem uns que dão trabalho, tem outros que não, cada um tem a sua personalidade, igual ao que você tem a sua. Eu tenho mais carinhos por eles (moradores de rua) do que pessoas como funcionários públicos” (Célia).</p> <p>“Tem que ter paciência, lidar com ser humano é difícil, e lidar com ser humano que tá em situação de vulnerabilidade é pior ainda porque ele já está doente. Morar na rua não é bom, é doença, te traz doença, te traz tristeza, te traz um desafio grande de você lutar pelo que você vai comer, lutar por onde você vai dormir. Será que você vai sofrer alguma violação? É tudo isso. Não é gostoso morar na rua” (Célia).</p>

	<p>“Primeiro tem que ter essa sensibilidade e essa criticidade, depois, e junto a isso, não depois, a questão da militância, que aí vai de você acreditar nas possibilidades” (Camilo).</p> <p>“Vamos fazer o seguinte: como eles estão frequentando o Centro Pop, ou senão o movimento que agora foi criado, ou se tiver ou não ter a cidadania, que também é um órgão mais ou menos público, eles emprestam lá o espaço. Vamos fazer uma triagem, estudar cada caso” (Célia).</p> <p>“Morador de rua existe diversos; existem aquelas pessoas que sofrem transtorno mentais, tem pessoas que são bipolares, tem pessoas que tem problema com álcool. Você tem que entender todos, tem que tratar como um todo, e cada um de uma forma como ele gostaria de ser tratado. É isso que eu fico muito brava. Muitas vezes eu não vou a lugares públicos, aos equipamentos, por isso. Sou mais pegar uma sopinha ali na praça, uma doação na igreja... Pra ficar me humilhando pra conseguir ser atendida? Isso tem que mudar. Não custa tratar melhor, dar um abraço. Você vai ver como melhora” (Célia).</p>
<p>Desenvolver a pedagogia do exemplo</p>	<p>“Fortaleço a participação e estou lá, eles sabem que eu estou lá. Então há uma coerência da práxis, da teoria e da prática. E isso faz com que as pessoas se aproximem e acreditem: Não, não está falando só pra nos incentivar, nos agradar ou coisa parecida, realmente há possibilidades. É isso que eu sempre menciono: Há desafios, mas há possibilidades” (Camilo).</p> <p>“Ficar só no campo da fotografia ou da visão, acho que não contribui, ou seja, você só ficar sensível por aquilo: ‘Ah, poxa, a pessoa está em situação de rua’, mas você vai pra sua casa, você passa e você vive toda a sua vida e você só se sensibilizou. Você fazer toda a reflexão crítica também, ter toda a dimensão da criticidade, mas também não atuar na perspectiva disso também, acho que não diz muito. Então, ou você fica com a crítica ou fica com a sensibilidade. Então, essas realidades, não só da População de Rua, mas de todos os segmentos que estão em luta te provoca a você ir à luta com as pessoas, entendendo que superar aquela realidade é contribuir com uma sociedade melhor, não só para aquela população, mas para você também, para os seus” (Camilo).</p>
<p>Estimular a curiosidade sobre as causas dos problemas e o conhecimento crítico sobre a situação que se vive</p>	<p>“Igual eu falei, “desvendar”, entendeu? Eu acho, assim, é lógico que eu não vou ensinar tudo, mas o pouco que eu sei, é tudo pra eles que não sabem, às vezes, nada” (Célia).</p> <p>“Quando está nessa perspectiva de participação, eu acho que é quando as pessoas estão entendendo mesmo que ela está ali, naquela situação, não necessariamente, por uma questão de responsabilidade dela, mas por todo esse Estado, esse sistema que está aí posto e que ela, só na participação, só a partir da participação ela vai conseguir superar ou minimizar aquela realidade dela, entendendo seus direitos, enfim, suas responsabilidades. [...] dialogar mesmo sobre esses pares, sobre esses temas, sobre a política pública, sobre as nossas relações mais uma vez. Acho que isso é educar: a partir da poesia, a partir da música, a partir de um ato público” (Camilo).</p> <p>“Tô aí, lutando, tentando tirar a venda de muitos que acham que a rua é uma aventura, muitos pensam que é. [...] Vou tirar a venda de todo mundo e mostrar quem é realmente quem, quem tá com a gente, quem não tá, por que tá acontecendo isso, por que tá essa demora. E agora é época de eleição” (Célia).</p> <p>“Tem gente que confunde, mas a gente procura explicar muito bem para a população de rua. Eu procurei muito, dentro dos fóruns, dizer que aquele era um espaço da população de rua, sempre fui muito firme nisso. Tanto é que alguns serviços não estão gostando mais do fórum porque eles estão vendo que a população de rua está falando” (Haydée).</p>

	<p>“Ah, eu não tenho casa para morar: é na Cohab. Então, cada lugar tem seu papel. Tem que explicar isso pra eles, isso também a gente tem que fazer nas nossas reuniões do movimento. Cada órgão é um órgão, da Secretaria de habitação, da educação, da saúde. Você tá doente? Não é lá, não é na roda de conversa que você vai arrumar, não tem como” (Célia).</p>
Denunciar	<p>“Outra situação também é bem recente que é quando a população toma o microfone em mãos e, bem recente não, porque acontece sempre, mas é quando a população toma o microfone no fórum e faz a crítica da realidade que ele está vivendo e expõe também suas necessidades. Eu acho que também é isso. Tem até o documentário que a gente montou, a comissão de visibilidade que é “Devolva nosso microfone”. E quando eu vejo isso eu vejo nitidamente isso: de você pegar o microfone e falar: o Fórum é para todos nós construirmos, mas eu quero falar primeiro. Eu tenho minhas necessidades, eu passo o dia a dia na rua. Meu cotidiano é a rua e eu quero falar e eu quero ser respeitado na fala, eu quero que me deem respostas sobre a minha fala” (Camilo).</p>
Democratizar os processos de tomada de decisão e romper hierarquias	<p>“Alguns trabalhadores, como dos serviços gerais e da segurança, às vezes eles não são convidados a participar de uma reunião de equipe, então não entender eles como equipe, é manter essa lógica hierárquica. Às vezes você valoriza mais o trabalho técnico do que o trabalho do educador, é também manter isso. Então, superar isso, eu acho que já é um avanço para você provocar essa militância” (Camilo).</p> <p>“Continuo sendo moradora de rua, parceira dos meus parceiros. Não me sinto coordenadora diante da população de rua. Sou a menor de toda a população. É um título que a gente utiliza pra poder fazer diálogos junto ao Poder Público, é um título que a gente tem que usar. Essa colocação social, essa posição hierárquica, serve pra poder dizer pras pessoas que eu sou alguém, porque se eu não disser, dentro de uma Secretaria ou dentro de qualquer espaço que eu sou essa pessoa, eles não vão me dar credibilidade. Tem que dizer que se é alguma coisa nessa sociedade capitalista. Não posso falar que sou só a Haydée. Além de ser humano, tenho que falar que sou coordenadora, vice-coordenadora, presidente... Tem que falar que você tem alguma importância. Mas dentro da população de rua isso não existe, não. Quem coordena o movimento mesmo é a população de rua, eu não faço nada, tô ali só obedecendo. Deu pra ver bem isso ontem, né? Quem queria o respeito na praça não era eu; eu só estava transmitindo a mensagem que eu tava recebendo, mas quem quer o respeito ali é a população de rua, quem quer ouvir o que tá sendo dito é a população de rua. Na rua as vozes são iguais, ninguém fala mais alto. Não tem disso de a minha palavra ter mais peso que a tua, não existe isso” (Haydée).</p>
Ter coerência	<p>“Eu acho que com a População não tem enfrentamento. Às vezes tem enfrentamento só quando a gente tenta superar a questão do próprio preconceito de um para com o outro, ou para com o segmento inteiro. Preconceito do tipo: ninguém quer nada com nada, as pessoas não estão nem aí, as pessoas são usuárias de drogas, simplesmente, tem tanta oportunidade e eles não querem. Sei lá, essas questões. Acho que o conflito com eles é mais quando a gente tenta superar isso, mas não é de toda a população. É de um ou outro que talvez já não tenha tanta leitura da realidade e aí a discussão é da gente avançar nessa superação desses preconceitos e discriminação que está posto dentro deles mesmos. Das relações afetivas entre homens e mulheres, entre a população LGBT, então isso também, tudo está dentro de um mesmo pacote que é de uma perspectiva de uma sociedade mais afetiva, mais participativa, mas que tenha acesso aos direitos. Então eu acho que é um pouco nessa linha que eu enxergo. O maior exemplo que a gente tem é de ser coerente com a nossa fala, a nossa prática ser coerente com a fala, com a teoria, isso diz muito” (Camilo).</p> <p>“Bom, eu tenho aprendido muito sobre dever. Eu tenho aprendido mais sobre “dever” do que sobre direito, porque eu sempre falava sobre direito, direito, direito, mas quando eu resolvi retroceder e olhar pro meu rabinho e pensar qual é o meu dever, foi que eu percebi que também tenho a minha parcela. Eu tenho a parte que me cabe na construção, com a responsabilidade social. Eu tenho a parte que me cabe nesse mundo e eu tenho que cumprir com essa parte. Eu não posso ser egoísta, covarde e não cumprir com o meu papel. Então, quando eu vou entendendo das minhas responsabilidades, dos meus deveres, eu consigo ficar mais garantida ainda dos meus direitos, cada vez mais. Tenho aprendido com a vivência.</p>

	<p>Quando eu vou buscar alguma coisa em algum lugar e eu percebo que não é totalmente do jeito que eu quero que seja, isso é novo pra mim. Quando eu tenho que parar e deixar o outro falar. Eu tô aprendendo muito isso e é o que eu tô tentando ensinar também. Uma resposta responde duas perguntas, é isso que eu tô aprendendo e o que a gente vai aprendendo, a gente quer passar pro outro. Então é isso que eu estou ensinando, eu tento frisar bem a nossa parte, o nosso dever. A gente tem que saber qual é o nosso dever. Não adianta eu conhecer só o que é o meu direito, eu preciso saber o que eu tenho que fazer pra ter esse direito. O que me faz perder meu direito é isso e depois é que eu vou questionar se as pessoas estão abusando da sua autoridade. Mas, no caso de estarem, aí... sem ideia” (Haydée).</p>
<p>Travar parcerias estratégicas</p>	<p>“Aqui em Campinas, as articulações, eu precisei sair do serviço, contato com o Conselho de Direitos Humanos, com Defensoria Pública, com os coletivos de comunicação, com Conselho da Assistência, com movimentos sociais, então assim, com outras pessoas que não estavam envolvidas com nenhum coletivo. Eu precisei sair do serviço porque se eu ficasse só preso no serviço, essas pessoas raramente iriam chegar até nós. Poderiam chegar, para alguma denúncia, mas não em uma perspectiva de parceria. Então, eu precisava sair. Então estar disposto a isso também, a saber, que você cumpre seu horário de trabalho e que você pode até fazer no seu período de trabalho, mas às vezes tem outras organizações, outros espaços que vai depois do seu horário, então estar disposto a isso é um processo de militância” (Camilo).</p> <p>“Enquanto não tiver uma intersetorialidade entre a Secretaria de Trabalho, Saúde e Habitação, vocês não vão conseguir andar. Nem Célia vai andar, nem Haydée, nem ninguém. Ou vocês se unem agora, ou vocês não se unem nunca mais. E agora é época de eleição, essa é a nossa hora” (Célia).</p>
<p>Manter o espaço da prática aberto a todos que queiram se aproximar e construí-la com quem estiver presente</p>	<p>“É igual o que eu falei hoje pra duas pessoas, pro Wagner e o Eduardo, que são duas pessoas que estavam com a gente lá, participando. Tinha uma outra pessoa que tava muito alterada, mas ela tinha o direito de participar. Todos têm” (Célia).</p> <p>“Isso é reflexo da nossa cultura, do Brasil em relação à participação e não é de agora. Por mais que tenham grupos expressivos, movimentos expressivos, mas ainda não é. Acho que é uma continuidade. Manter o espaço e saber que o espaço está sempre aberto, acho que é o que define. E construir com quem está né? Quem está, está pensando na política, está pensando na realidade da população de rua. É evidente que pensar lá não é pensar só entre trabalhadores é pensar com a População. Porque se a população não está não tem sentido ter o fórum, né?”(Camilo).</p>
<p>Manter a prática no decorrer do tempo e criar perspectiva de futuro, desenvolver ações que tragam resultados em curto, médio e longo prazo</p>	<p>“Saber que o caminho está sendo construído, está sendo pautado, e eu estou me transformando dentro do processo, mas as outras pessoas também estão” (Camilo).</p> <p>“E lutar, pra que a gente possa vencer cada vez mais, modificar, melhorar, solucionar os casos e situações, e ter cada vez mais dignidade, respeito, ser cada vez mais humano, cada vez mais visto, mais importante quanto todo o resto da sociedade é. Hoje em dia, o morador de rua não tem importância nenhuma. Devemos lutar para que a sociedade seja igualitária” (Haydée).</p> <p>“Às vezes nem é se inserir nesse sistema. Algumas pessoas não querem, eu não quero. A não ser que seja pra trabalhar do jeito que eu quiser, com o público que eu quiser, aí tá legal. Eu não consigo me envolver nesse sistema, não tenho preparação psicológica, emocional, tolerância pra isso. É muito injusto a pessoa vender a vida dela por uns confortos momentâneos e em busca do quê? (anúncio da exterioridade) O que vai mudar? Não vai mudar porra nenhuma. O que você vai aprender ou deixar de aprender, você vai levar pro plano eterno tendo ou não vivido nesse sistema capitalista, vendido ou não o seu tempo ou parte da sua vida. Não estou dizendo que quem faz isso está errado. A pessoa que foi educada pra isso, legal! Contribui pro crescimento de outras pessoas, como os professores que estudaram pra que eu concluísse os estudos. Eu agradeço. Tem algumas coisas desse sistema que nos beneficia, sim, mas tem algumas coisas que nos prejudicam muito” (Haydée).</p>

<p>Estimular a criação e a participação em outros espaços de ação reflexão, apoiar quem participa, falar a mesma língua</p>	<p>“Tem outros processos, outras instâncias que a gente precisa participar pra reivindicar. Mas só reivindicar uma república no fórum não garante que a república seja efetiva porque tem um espaço de deliberação disso que são as conferências, em especial o orçamento participativo. Então entender que o fórum, ele é uma das células de participação, dos espaços de participação e precisamos avançar em outros espaços de deliberação mesmo, que o Fórum tem o caráter deliberativo para na hora de pensar algumas ações. Mas ele é consultivo para a política, para a política pública. Pro Conselho de Assistência, enfim, e de outros Conselhos. Então acho que entender isso também, a População estar esclarecida, olha, a gente está construindo aqui, mas têm outras instâncias, outros espaços que a gente vai provocar novamente e deliberar lá” (Camilo).</p> <p>“De um tempo pra cá, conheci o Camilo, acho que foi há uns dois ou três anos, não sei, mas ele foi uma das pessoas que mais me deu apoio a lutar pelo que era correto” (Célia).</p> <p>“Tem coisas que eu aprendo com o Paulo Mariante, com o Camilo, aprendo com outro morador de rua que foi lá mais informado do que eu. Então, tô sempre aprendendo. E ensinando também” (Haydée).</p>
<p>Melhorar atendimentos nos equipamentos da rede pública direcionados à População de Rua (Saúde, educação, trabalho, etc.)</p>	<p>“Quanto mais gente for vindo, a tendência é só melhorar. E quando isso aumentar, a gente pode fazer polo nos bairros, a gente pode diminuir o uso do crack, a gente pode aguçar o setor da Saúde de dar mais atenção aos usuários de crack, que são doentes. Eu sou doente, eu sou uma “casqueira”, uma usuária de crack, sou uma doente. Que atenção eu recebo da área de Saúde?” (Haydée).</p> <p>“São conflitos de ideias. Você não viu que teve conflito de ideias? Isso é muito bom. Isso eu adoro. Tem conflitos de ideia, eu amo isso. Porque ninguém é bobo pra pensar igual e através desses conflitos de ideia que a gente num denominador comum, a gente começa a fazer com que essa pessoa pense daquele jeito. Vamos dar uma luz pra ela pensar daquele jeito. Será que desse jeito não vai ser melhor pra ela? Será que, daquele jeito, não seria melhor orientar? Se realmente fosse do jeito que fosse, “a” maravilha, os equipamentos em geral, não tô falando só do Centro Pop, todos iriam saber em qual lugar e o que perguntar corretamente pra cada técnico. Ninguém ia ficar com a cabeça avoada, perguntando daquilo ou daquilo. Se cada técnico chegasse, ou psicólogo, chegasse assim: ‘Oi, tudo bem? Boa tarde, meu nome é Sara, eu tô aqui pra te atender, eu preciso saber o que tá acontecendo com você’. Daí você chega, fala tudo, ‘Olha, tô precisando disso, disso, disso’. Daí você fala: ‘Você tem esse, esse direito, tem esse, esse, esse lugar pra recorrer, e você tem esse dia pra me procurar, e esse, esse dia vou conseguir fazer’. Acabou, acabou, é simples, não tem aquela enrolação toda” (Célia).</p>
<p>Manter o desafio da participação como pauta central da prática e convidar constantemente para participar</p>	<p>“Teve um serviço social que a galera entendia que tinha que vivenciar, mas depois voltou atrás. Mas você se sensibilizar, entender toda a questão, acho que isso é o significativo. E o processo mesmo, a tomada de consciência ela não se dá da noite pro dia, de você acordar e: “to aqui”. Não. Mas a realidade diária te faz isso. Então é você sempre tem que estar trazendo para as pessoas, porque às vezes um vai despertar, vai querer, não naquele momento, mas vai querer depois. Quando você não traz isso talvez o alcance das pessoas seja mais difícil” (Camilo).</p> <p>“O Camilo, ele foi um técnico, uma pessoa excepcional, não tenho o que falar dele, porque ele sempre me chamava pra participar disso, daquilo, sempre foi bem atencioso, sempre foi a pessoa que mais motivou por me interessar mais por políticas públicas de Assistência, porque antes eu debatia, eu sou muito curiosa, eu quero saber, entendeu? Mas é assim, eu preciso entender por que que isso não funciona, preciso saber por que que é assim, por que esse pode e aquela não pode. Então, tem que ter porquês? Tem que ter uma resposta. Eu sou muito cheia de porquês” (Célia).</p>

<p>Romper o imediatismo, desenvolver a paciência impaciente</p>	<p>“Eu percebo que quando a pessoa começa também ter essa perspectiva da cidadania, ela cria um poder maior. Tem esse termo empoderamento (eu não curto muito ele), mas é isso, ela se empodera e começa a ter outra visão sobre si, sobre a realidade e sobre o futuro. Ela começa a se projetar, assim, pelo que eu percebo, ela começa a se projetar e ver que há possibilidades, claro, que sempre entendendo as dificuldades também” (Camilo).</p> <p>“São essas e outras coisas, diante desta conversa que eu tô tendo com você, que fez eu lutar sempre pelo que eu acho que é o mais certo. É lógico que não é atropelando. Nada é da noite pro dia, é anos e anos de luta. Só que temos que acordar, eu vou acordar todas essas pessoas. Antes era só eu e o Luiz, agora já é uma outra pessoa, mais outro, mais outro, até um dia que eu conseguir fazer a mente de todos” (Célia).</p> <p>“Infelizmente demora, igual ele fala, é horrível isso. Essa palavra é a pior coisa. Demora, tudo burocrático. Isso é que mais desanima qualquer ser humano que tá na rua. Mas, fazer o quê? Temos que no mínimo acordar eles, no mínimo acordar todo mundo. Vou tirar a venda de todo mundo e mostrar quem é realmente quem, quem tá com a gente, quem não tá, por que tá acontecendo isso, por que tá essa demora” (Célia).</p>
<p>FRAGILIDADES</p>	<p>COMENTÁRIOS</p>
<p>Dicotomia entre trabalho e militância</p>	<p>“A gente tem nossos horários que está posto no campo de trabalho, só que não há uma distinção da militância e do trabalho. Porque às vezes também tem isso, os trabalhadores entendem assim: Ah, eu só atuo aqui como trabalhador. Eu não milito. Como se a militância não estivesse ali intrínseca no trabalho” (Camilo).</p> <p>“Tem alguns trabalhadores que trabalham e tem a sua família e vai fazer esse movimento sempre. Trabalha aqui e tem a família e sempre vai voltar para sua casa para sua família. E todas essas coisas que estão postas na sociedade, ele não enxerga. Também é uma luta pela sobrevivência. Mas aí eles não enxergam, eles não participam, eles não constroem. E aí bebem, geralmente, só da mídia hegemônica que está posta, que gera preconceito, discriminações, enfim, então são essas coisas. Estar disposto a isso eu acho que é um grande desafio” (Camilo).</p>
<p>Não haver laços afetivos entre as pessoas, importar-se apenas com ganhos individuais e perder a dimensão coletiva da luta</p>	<p>“É criar um laço entre o técnico e o morador de rua, porque não existe um laço que faça incorporar mais os dois, existe uma certa distância que o próprio técnico, na maioria das vezes, faz com a pessoa. Ela não faz a pessoa ficar à vontade quando eu tô com você e me expressar da forma que eu quero. Ele faz te enxergar que tá lá na cadeira só pra atender mais um” (Célia).</p> <p>“Não tem um diálogo. Até tem um diálogo, mas é muito informal. Não sei bem qual a palavra certa, mas muito frio. Não custa chegar e perguntar ‘tudo bem com você?’. É, o que que é um abraço? Quando a gente foi pra Brasília, teve um cara que chorou, ele só queria um abraço, era só isso. Tem gente que não sabe nem fazer isso, trata você feito uma geladeira. A pessoa é um ser humano. Você tá bem, mas amanhã você pode estar mal, pode tá travado na cama, você não sabe o seu amanhã. Seu futuro só a Deus pertence. Amanhã você pode levar uma bala perdida e ficar o resto da sua vida numa cadeira de rodas. Quem é você pra chegar e julgar a pessoa, que ela é menos que você? Isso aqui, infelizmente, em geral – e não tô falando só de Campinas – em geral acontece. E esse relacionamento entre o técnico e o morador de rua não pode ter, isso é errado. A partir de que uma pessoa não sabe lidar com uma pessoa que é moradora de rua, ela não é apta pra trabalhar com moradores de rua. Procura outro serviço porque você não gosta de gente assim. É isso que eu falo, eu bato de frente mesmo. Por que você tá aqui? Pede pra ser transferido se você não gosta de morador de rua. Vai pra uma salinha ficar carimbando papel e acabou. Você não é apto, você não tem capacidade pra tratar com seres humanos” (Célia).</p>

	<p>“Antes de você estar aqui porque você quer, você não pode estar porque você quer em relação ao seu dinheiro, o seu salário de um funcionário público, mas sim porque você tem amor no que você faz. Essa pessoa que está em uma condição um pouco abaixo que a sua, ela não tem culpa, você não tem que tratar ela mal. Estou falando em funcionário público geral” (Célia).</p>
<p>Desvalorização do saber de experiência do outro</p>	<p>“A população de rua levou muito pra participar. Quando eu fui participar do fórum, eu tentei expressar uma opinião como população de rua, porque era um fórum da população de rua e essa ideia foi silenciada. Quando isso aconteceu eu fiquei revoltado e perguntei: ‘Essa porra aqui é o quê? Pra que serve esse caralho aqui? É fórum do quê?’ (Haydée).</p> <p>“Tem psicólogo que atende morador de rua que pensa que ele é débil mental. O cara não tem problemas mentais, você tá atendendo um ser-humano, um cara já de 40, 50 anos, ou 37, 36, 18, 17, cada qual com as suas dificuldades. O cara não é otário. Tem que conversar, saber o que tá precisando. Pronto. Fala, anota tudo e agora vamos ver o que a gente pode te fazer. ‘Precisa de documentos? Tá, vamos te encaminhar, faz um documento, só que terça-feira quero ver seu documento aqui’. Começar a acompanhar verdadeiramente a pessoa. Não é só atender tantas pessoas pra fazer um relatório” (Célia).</p> <p>“Não é você que tem que definir o que o morador de rua quer, no que ele quer trabalhar. Tem muito morador de rua que tem profissão. Você não viu o rapaz lá que é cabeleireiro? O outro não falou que é pedreiro? Então, cada um tem sua profissão, ele não vem de paraquedas. ‘Ah, eu sou morador de rua e tenho que aceitar o que eles querem’. Você tá entendendo minha visão? É assim, é muito fácil. Tá, é burocrático? É, mas se todos pensassem como o Camilo, o Felipe, a Sara, a Damaris, nossa!” (Célia).</p>
<p>Manutenção da alienação</p>	<p>“A gente precisa de informação. A gente sabe que a gente é morador de rua, a gente sabe que temos os nossos deveres também. Então, vamos lá, me fala quais são os nossos deveres. ‘Olha, seu dever é esse, esse, esse. Seu dever é aquele, você tem direito disso, disso. Não adianta você querer procurar habitação, saúde, escola, trabalho, que aqui a gente não fornece. O que a gente pode fornecer é onde você vai poder pegar sua vara e pescar’. Vamos supor, tem a frente de trabalho, então eles teriam que fazer um conjunto em que a Assistência, o Trabalho e a Habitação se unissem todos pra dar certo. Não adianta a Assistência se esforçar se a Habitação não se esforça” (Célia).</p> <p>“A gente tem, temos direitos e deveres, mas como que a gente vai discutir a política pública da assistência se eles (técnicos da assistência) nem falam como um morador de rua? Eles falam com morador de rua em formas teóricas. Eu não entendo nada. Eu fui lá pra Conferência lá em Brasília, eu na da população de rua, que foi aquele auê que te contei, tá? Teve maior brigaiada, teve tudo, e eu fui com órgão público daqui de Campinas, poxa, pode-se dizer o que for, eu achei melhor quando eu fui com a minha população, porque até então, quando eu fui com o órgão público, é uma disputa de poderes tremenda. É uma disputa são palavras que você pensa que são remédio que eles falam, que a pessoa que está na rua não vai entender, não vai entender. Não adianta você discutir política pública com morador de rua. Ele não vai querer nem saber o que você está falando em termo teórico” (Célia).</p>
<p>Imposição e sofrimento de represálias</p>	<p>“Teve um momento que a gente percebia que o pessoal dos serviços gerais participava, só que eles não falavam porque eles tinham medo de represália. De falarem, criticarem e depois não serem bem entendidos. E eu não estou falando por mim, nada, mas eu lembro que a primeira reunião que eu chamei e eu coloquei que todos tinham o mesmo peso ali nas discussões, uma das pessoas que antes não falavam em outros processos de coordenação, ela falou. E ela mencionou isso: o quanto era significativo aquele momento, o quanto ela sentia livre de estar falando e saber que a fala dela ia ser ouvida e ia ser dada resposta” (Camilo).</p>

<p>Excesso de burocracias</p>	<p>“Quando eu falo, significa que a minha voz deve valer, significa que eu tô expressando a necessidade da população de rua. Se eu sou a única pessoa em situação de rua presente nessa reunião, quer queira quer não, eu estou falando por todos. ‘Ah, mas você não é representante deles formalmente’. Foda-se! Vai lá na praça e fala que eu não sou. Eles não têm essa autonomia de chegar na praça e dizer que a Haydée Cavalcanti, com o conhecimento que eu tenho, não pode falar pela população de rua. É capaz de tomarem um pau ali na Catedral porque as pessoas conhecem, já sabem mais ou menos a minha pegada” (Haydée).</p> <p>“A pessoa nunca pode te atender. Primeiro lugar, minha técnica chegou às 11h da manhã. Meio-dia você tem que comer. Aí, ela chega, sobe pra escada lá em cima e volta depois de meia-hora. Ela chega, conversa, escuta tudo o que você tem pra dizer. Ela vai escutar todo o dia a mesma história. Perde o tesão de vir aqui conversar, tanto com o técnico, psicólogo, com quem for. É uma burocracia total pra você conseguir algo, entendeu? Então, é igual eu falei mesmo no dia do movimento: teve uma vez que eu precisava ter um lugar pra eu ficar, eu e meu marido, eu tive que falar que eu era usuária de crack pra me arrumar, daí me arrumaram, mas pro meu marido não. Daí eu falei: ‘Então deixa’. Eu fico na rua, mas meu marido vai comigo. Eu não vou deixar ele na rua” (Célia).</p> <p>“Sem participação não existe movimento, sem participação não existe coordenadora, sem participação não existe, sem participação não existe nem um passo adiante. Primeiro a participação de um todo. Tá devagarzinho? Tá. Mas isso é só o começo. Mas, por quê? Por causa da lentidão” (Célia).</p> <p>“Isso é coisa da instituição capitalista, de achar que se eu sou tal coisa, então minha voz tem mais peso que a sua. Foda-se! Na rua a gente não vive essa hierarquia, entendeu? Eu não vejo o William, por exemplo, como alguém importante dentro da Prefeitura; eu o vejo como alguém que pode fazer alguma coisa, então vai fazer. Não vejo a Jane, o Jonas Donizete, como ninguém e por vê-lo como ninguém e vendo ele fazendo o que faz é que eu fico revoltada. [...] a gente não aceita essa hierarquia, a gente vive na rua porque não aceita essa hierarquia. Não que sejamos “comunistas” de totalidade, mas esse sistema capitalista extremo que a gente vive, a gente não se adapta às regras do sistema. Falando de mim, eu sou uma moradora de rua antissistema e por isso que não consigo me encaixar no mercado de trabalho. Vivo à sombra do capitalismo? É óbvio que vivo, sabe por quê? Privatizaram a nossa área, privatizaram a natureza, aquilo que nós poderíamos buscar como recurso, privatizaram as terras, nos viciaram com a química, fuderam com a nossa vida. Então, vamos viver do jeito que der” (Haydée).</p>
<p>Discurso descolado da prática</p>	<p>“Quando eu vim pra Campinas, a galera colocava muito Paulo Freire, citavam Paulo Freire e eu falei: ‘putz, estou no lugar que é um espaço bacana’. Mas eu acredito também que não é só citar, você tem que acreditar também, entender aquilo que ele está falando e acreditar porque senão ficam só frases vazias né? Porque na prática mesmo às vezes elas não se sustentam. Eu também aprendi isso: minhas expectativas de início foram por água abaixo, mas eu tento também a partir desses aprendizados com as pessoas contribuir nesse sentido. De não falar frases vazias, frases feitas e sabendo que a prática, às vezes é totalmente contraditória. Eu também aprendi isso” (Camilo).</p> <p>“O fórum não tem nada a ver. Pra mim, fórum é fórum, movimento é movimento. O fórum articula os direitos e os deveres que a população tem, e a população tem o livre acesso de falar o que quer pra quem estiver lá. Eu, particularmente, não gosto muito do fórum porque, até então, é um blá-blá-blá, nunca sai do lugar. Não vejo um órgão público chegar, se intrometer, pra fazer algo diferente. É a minha visão” (Célia).</p>
<p>Falta de oportunidades</p>	<p>“O verdadeiro morador de rua, infelizmente, é pai de família, pessoas que não tiveram uma luz, que não tiveram uma oportunidade e não tão tendo oportunidade e tão na rua porque não tem onde morar. Quem vai conseguir bancar um aluguel de R\$ 800,00, R\$ 500,00 com um salarinho de bolsa família de R\$ 79,00? O que você vai fazer? Bolsa família pra mim é mais pra você comprar um produto de higiene ou mistura, porque pra você manter uma família inteira, tá! Mas essa pessoa, ela já tem um habitat? Ela já tem um lugar pra chegar onde ela vai investir esse dinheiro? Eu nunca</p>

	vi isso? Dar Bolsa família pra morador de rua pra ficar na rua? Sendo que eles tinham que rever habitação pra eles pra depois dar Bolsa família. Ou senão auxílio aluguel” (Célia).
Desorganização	“Quem ajuda o fórum, quem faz o fórum é o pessoal do Poder Público. Eles abrem pra ir ao fórum, é uma demagogia, pra dizer que todos podem falar. Pra mim, é uma ironia. Até então, tem muita gente que está lá querendo ir atrás de um negócio para comer, aí vem o pessoal da igreja, aí vem aquele cara que bebeu pra caramba, tem aquela pessoa que tenta falar o que tem vontade, de expressar, ele fala mas não sabe a quem recorrer. Pra mim, de uma forma ou outra, ao meu ver, acho um pouco bagunçado” (Célia).
Desistência da luta	“Ela não participa muito porque, até então, não acontece nada. Eu desmotivei, de uma forma ou outra. Estou participando mais do fórum agora porque agora a gente tem o movimento e tem que associar uma coisa com a outra, mas eu, particularmente, nem participaria. Para mim, eu não gosto. Podia ser bem melhor, podia ser bem mais organizado. Não adianta, não muda, faz mil anos que o cara vai lá, tal, tal, tal, “tô com esse documento que eu preciso tirar e não consigo...”. Não tem lógica. Tipo, “eu fui lá e fui maltratado” (Célia).
Falsa generosidade	“Porque aqui em Campinas sempre foi assim, alguns funcionários bonzinhos da Assistência Social faziam parecer que a Secretaria de Assistência, que a política de Assistência Social era boazinha. Mas não, porque aquele profissional era bonzinho, não a política. A gente não permite ser enganado pelas aparências, a gente investiga fundo, pessoa a pessoa... Isso é um ganho do caralho, porque as pessoas têm conseguido despertar na rua pra essas coisas. Por enquanto, poucas pessoas, mas eu acredito que isso vai ganhar força. A cada fórum, a cada reunião, a gente vai vendo outras carinhas ali, escutando, observando. Você vê que eles não aparecem lá no fórum, mas eles ficam de longe observando” (Haydée).
Dependência química	“Você viu lá no fórum ontem? Um cara alcoolizado vai falar e não tá num estado são, não tá legal. Não tô desmerecendo o cara que bebe álcool; tô falando que ele é doente e precisa de ajuda, e o drogado também. Você vê se eu fumo uma pedra, dou uma “paulada” e vou lá falar alguma coisa? Não dá, tenho que tá lúcida. A droga com certeza atrapalha. O tráfico atrapalha” (Haydée).
Dificuldade de ouvir crítica	“Não achemos também que essa é uma procura nos serviços, nas gestões, nas Secretarias, de pessoas militantes. Não é. Porque o militante vai questionar o seu próprio espaço. Sua própria atuação ou a atuação da sua equipe. E nem todo mundo está disposto a ouvir críticas dentro do serviço e dentro da equipe. Mas eu vejo que quando isso acontece, quando os espaços estão abertos, o quanto o crescimento é nítido. Desde a relação com a População (de rua), até a relação em equipe mesmo. Também é bem nítido” (Camilo).
Ter que priorizar a luta pela sobrevivência	“Há uma luta pela sobrevivência mesmo da População que é diária, isso é nítido né? E às vezes essa luta é a primeira” (Camilo). “No dia que a gente faz o Fórum é o mesmo dia que à noite tem as pessoas servindo alimento na praça que estão alheias aos coletivos, às ONG’s e ao Fórum. Não dão importância à participação e não se aproximaram ainda do Fórum para poder dialogar. A gente até já travou diálogo com alguns, mas não avança. E aí quando chega a comida, sabendo que a necessidade primeira das pessoas é a sobrevivência, é o alimento, elas vão atrás da comida e a discussão vai ser para depois. Alguns ficam. Mas é a lógica também da nossa sociedade” (Camilo).

Antes da constituição e durante a instituição da prática de luta política protagonizada pela População de Rua, faz-se necessário que todos os envolvidos, especialmente os sujeitos experimentados pela vida nessa circunstância existencial, assumam a responsabilidade de “tirar a venda” dos olhos dos outros com ou sem trajetória de rua para que enxerguem a realidade que nega suas vidas. Além disso, constituir novas possibilidades participativas não significa, definitivamente, excluir as anteriormente existentes e simultaneamente atuantes no campo político. Pelo contrário, é preciso ocupar seus espaços, apropriar-se de seus tempos, problematizá-las e aproveitar o que cada uma tem de melhor em termos de democracia radical e formação de espaços, tempos e sujeitos que, intersubjetivamente, tornam-se capazes de se colocar no terreno de lutas por direitos historicamente negados.

Quanto mais participação os membros singulares na comunidade de vida têm, mais se cumprem as reivindicações particulares e comuns; por convicção racionada, o poder da comunidade, o *poder do povo*, transforma-se em uma muralha que protege e em um motor que produz e inova (DUSSEL, 2007b, p. 27).

A participação, enquanto processo constitutivo e condição *sine qua non* à existência da prática de luta política *da e com* a População de Rua, coloca-se como o principal desafio dos sujeitos que nelas militam especialmente aqueles e aquelas que, ao viverem na rua, ao possuírem trajetória de rua, e também quem não tem a experiência, são chamados a estar *entre lugares*. Esse processo constitutivo que fortalece a instituição das práticas no campo político sempre conta com atores que não possuem experiência de rua e que, em geral, são trabalhadores de instituições que lidam direta ou indiretamente com o cotidiano da vida na rua. Eles também fornecem suportes materiais e muitas vezes subjetivos aos militantes com trajetória, fechando o ciclo construtivo da intersubjetividade da prática de luta, “trama de onde se desenvolve a *objetividade* das ações e das instituições, [...] e é também um *a priori* da *subjetividade*”, dado que “toda subjetividade é sempre intersubjetiva” (DUSSEL, 2007b, p. 21, *grifos do autor*).

CAPÍTULO 3. Sujeitos da luta política no mundo da rua

INSURGÊNCIA DE REPRESENTANTES DA RUA: desafios público-privados

“Quando eu falo, significa que a minha voz deve valer, significa que eu estou expressando a necessidade da População de Rua. Se eu sou a única pessoa em situação de rua presente nessa reunião, quer queira, quer não, eu estou falando por todos. “Ah, mas você não é representante deles formalmente”. Foda-se! Vai lá na praça e fala que eu não sou. E eles não têm essa autonomia de chegar na praça e dizer que a Haydée, com o conhecimento que eu tenho, não pode falar pela População de Rua. Nossa, é capaz de tomarem um pau ali na Catedral, porque as pessoas conhecem, já sabem mais ou menos a minha pegada” (Haydée, 20 de julho de 2016).

No percurso da construção teórica aqui desenvolvida, foram formulados dois apontamentos chave em torno da constituição do sujeito político da rua. O primeiro diz respeito ao fato de que não basta que os indivíduos, coletivamente, tomem consciência da situação de negação da vida. Faz-se necessário haver engajamento no campo da luta política e nele se movimentar em prol da conquista de melhores condições existenciais, sem jamais ocupar o lugar dos opressores. O segundo trata-se de que também não basta ter vivido ou viver na rua. É necessário, sobretudo a partir da experiência concreta de viver nessa situação: denunciar sempre e sem medo; compor o espaço-tempo de ação e reflexão da prática social ativa e responsabilmente para, além disso, anunciar ações factíveis que visem o aumento qualitativo da vida até então negada em sua plenitude.

Esses apontamentos sintetizam, com base na narrativa militante, critérios indispensáveis à constituição em um nível mais elevado da luta política, de representantes da População de Rua. Enrique Dussel, nas *20 Teses de Política*, teoriza a figura do representante do povo que é escolhido “para exercer *delegadamente* o poder da comunidade” (DUSSEL, 2007b, p. 39). Para o autor esse sujeito não é o político profissional que visa ganhos pessoais em detrimento da dimensão coletiva da luta, mas o sujeito vocacionado a mandar cumprindo a função da *potestas*, por isso mesmo, mandar obedecendo, atuando “em função das exigências, reivindicações” e “necessidades da comunidade” (DUSSEL, 2007b, p. 39). Esse é o critério chave para que o indivíduo com trajetória de rua assuma o papel de representante de seu grupo social, que são, além de outros aspectos: estar vivendo ou ter vivido na rua; ter disposição de aperfeiçoar ou iniciar a construção de trajetória militante voltada à defesa de direitos coletivos; ser assíduo/a nos compromissos da luta; compor equipes de ação e reflexão na prática; demonstrar resultados

ao grupo social; se fizer uso de álcool ou outras drogas lícitas e ilícitas que seja moderado; ter bom senso ou o “pé no chão”⁸¹; adotar postura defensiva frente a situações de abuso contra si e contra seus parceiros de vida e de luta; não ter medo de morrer na arena política e não estar envolvido com o mundo do crime, a fim de ter possibilidades de fazer enfrentamentos com a instituição policial com autonomia.

Além desses critérios, Célia (2016) destacou a importância de que o/a representante da População de Rua esteja sempre disposto/a e aberto/a a aprender sobre assuntos que dizem respeito à movimentação política da sociedade e do grupo social de que faz parte para que, assim, esteja preparado/a para “tirar a venda” dos olhos dos companheiros/as para uma consciência mais crítica e também daqueles/as sem trajetória de rua, objetivando despertá-los sobre o modo de vida não ser uma mera aventura, nem uma experiência simples qualquer. A vida na rua é uma luta em si mesma, pois morar nela “não é bom, é doença, traz doença, traz tristeza, traz um desafio grande de lutar pelo que você vai comer, lutar por onde você vai dormir. Será que você vai sofrer alguma violação? É tudo isso. Não é gostoso morar na rua” (Célia, 19 de julho de 2016).

No processo de abertura aos processos educativos da militância que também passam por conviver e trocar aprendizados com sujeitos mais experientes, os representantes em processo de formação devem contar com o apoio de pessoas solidárias, dentre elas, membros representantes de instituições estratégicas para o avanço positivo da luta política. Os limites da contribuição podem se fazer presentes no apoio, a depender de fatores como: amarras burocráticas e projetos políticos ideológicos das instituições de que fazem parte; condições

⁸¹ “Já sabem que o meu uso de drogas é controlado, moderado. Eu tenho muito o pé no chão, sou firme em algumas coisas e não permito que ninguém – Guarda Municipal, Polícia, delegado, Deus, Satanás, Papa – venha usar, abusar do poder que tem contra qualquer pessoa ou contra mim. Aí, filha, eu viro o demônio. Então, as pessoas sabem que eu sou essa pessoa louca. Bato de frente, não tenho medo de morrer, não. Se tiver que bater num policial aí na rua, nós “bate”, não tenho medo de morrer, não tenho esse receio. Inclusive, até encaro a morte se for necessário, e alguns não têm essa predisposição. Mas eu tenho isso também porque eu não roubo, eu não cometo crime nenhum que me faça ter rabo preso com polícia, e nem com bandido. Graças a Deus! Então, isso me dá uma autonomia de leoa. A população de rua também tem esse perfil porque precisa brigar para sobreviver. É assim que a gente ganha as coisas, no dente, na raça, e é assim que a gente vai sobreviver dentro da política também, na raça. Da mesma maneira que a gente nasceu sem aceitar um não na calçada, a gente também não vai aceitar um não na Prefeitura. O vício do morador de rua é escutar “sim”. Então, vamos lá, vamos saciar nosso vício. Então, é assim que o pessoal foi lá e fundou o movimento. É lógico que teve toda uma mobilização e o apoio de alguns profissionais da rede social - não do Poder Público, não pertencentes ao Poder Público. Pertencentes da rede social” (Haydée, 20 de julho de 2016).

materiais e psicológicas que apresentam; contextos familiares vivenciados; disposição para aprender e ensinar com o outro; disponibilidade para se dedicar e permanecer na prática e visão de mundo particular que pode confrontar outras.

O Anderson veio aqui, no seminário e a gente conheceu ele. Nem sabíamos que tinha o movimento, e aí a gente foi adentrar no movimento pelos convites que ele fazia pra gente participar: que ia ter o ‘Fala Rua’⁸², ia ter o congresso no MNPR para as pessoas de rua lá em Brasília. Então a gente começou a participar mais e entender mais o movimento. Aí, a gente conversou entre nós e decidimos montar o polo de Campinas para gente ter mais autonomia de conseguir buscar os nossos direitos, mas, ao mesmo tempo, convocar sempre todos pra participar (Célia, grifo meu).

Tem aquela questão de que, quando você se posiciona, você compra briga com aqueles que querem manter o sistema do jeito que está posto, a organização do jeito que está posta e aí muitas vezes o enfrentamento é com um trabalhador. Eu acho que com a População não tem enfrentamento. Às vezes tem enfrentamento só quando a gente tenta superar a questão do próprio preconceito de um para com o outro, ou para com o segmento inteiro. Preconceito do tipo: ‘ninguém quer nada com nada’, ‘as pessoas não estão nem aí’, ‘as pessoas são usuárias de drogas, simplesmente, tem tanta oportunidade e eles não querem’. Sei lá, essas questões. Acho que o conflito com eles é mais quando a gente tenta superar isso, mas não é de toda a população. É de um ou outro que talvez já não tenha tanta leitura da realidade e aí a discussão é da gente avançar nessa superação desses preconceitos e discriminação que está posta dentro deles mesmos (Camilo, 19 de julho de 2016).

O sujeito da prática de luta política protagonizada pela População de Rua precisa ter visão de alcance que rompa as barreiras da política como prática de dominação que rende cultos ao que era bom no passado, temerosa pelo devir da libertação. Disseminar o medo pelo futuro é uma das atitudes mais presentes em grupos dominantes, porque eficiente, já que ele se apresenta como possibilidade ao novo (DUSSEL, 1977) e o novo representa ameaça ao passado de dominação que se pretende eterno. Desenvolver processos de ação reflexão sob a lógica do eterno retorno ao passado, significa cultivar apenas pensamentos e ações de curto prazo que deixam para depois a elaboração coletiva de projetos políticos que mirem um horizonte mais

⁸² O “Fala Rua” é um espaço de escuta ampliado criado pelas lideranças do MNPR/SP, cujo objetivo é acolher denúncias e ideias de moradores de rua da capital uma vez por mês, aos sábados, na sede do movimento no viaduto do Pedroso. Soube que em uma dessas assembleias em 2016, aproximadamente 500 pessoas em situação de rua estiveram presentes para participar.

amplo de transformação parcial e/ou radical (revolucionária), para além da reforma ou do disfarce da estrutura de opressão (DUSSEL, 2007b).

Dito isso, fica posto outro grande desafio para as práticas de luta política situadas no mundo da rua, *entre lugares*, cujos protagonistas, essencialmente militantes que possuem trajetória, quase nunca contam com condições favoráveis para viver a dimensão privada da vida e lutar na arena pública, tudo ao mesmo tempo. Como superar essa questão? Eis uma pergunta que daria outra tese e para a qual não encontrei respostas fáceis, mesmo nas conversas mais sistemáticas a respeito.

Sara: E quais são as condições concretas para a pessoa que está em situação de rua começar a participar do movimento?

Célia: Toda pessoa que tiver um sonho e acreditar nesse sonho, ela tem a porta aberta para participar. A partir do momento que você tem um sonho e um objetivo, você pode participar, mas isso você tem que se construir dentro de você.

Sara: O que você acha que precisa concretamente acontecer para a população de rua participar?

Haydée: Resultados. Quanto mais resultados, quanto mais vitórias formos tendo, mais força. Nós temos que ganhar a guerra com pouca arma, para lutar as próximas, para fortalecer a guerra. Então, tem que demonstrar que isso realmente vai para frente. Para a População de Rua tudo é desilusão: família foi desilusão; projeto de vida foi desilusão; planos de concluir estudo foi desilusão. Nada foi para frente. Então, fórum é só mais uma desilusão, movimento de rua vai ser só mais uma desilusão, mais um fracasso, uma perda, uma tentativa em vão. Então, a população de rua realmente não tem essa disposição e eu não posso cobrar, mas quando a gente, vendo que os resultados estão sendo obtidos, isso vai dando muita confiança, vai alimentando um espírito de orgulho, de dignidade, espírito altivo que depois de hidratado, alimentado, não vai cair tão facilmente, fica sólido. O que vai fortalecer esse espírito é ganhar cada vez mais conhecimento, vencer cada vez mais, conquistar benefícios, espaços, viver mais dignamente, ser tratado e respeitado. Quando a população de rua viver esse momento, a gente vai ter uma força abrangedora. E Campinas, como a maior cidade de interior do país, vai ter um grande número. Por enquanto a gente está atuando só na região central, tá fraquinho, tá pequeno, não tem nada de grandioso ainda. A gente ainda não atingiu os bairros, não criamos polos nos bairros... É isso que eu penso. Mesmo que não seja por mim ou pela Célia, que seja por outras pessoas que assumirem esse papel. Nós somos só o pontapé inicial. Quem vai acordar lá na frente que vai fazer com que as coisas fiquem melhores. Vão ser pessoas mais instruídas, mais preparadas, já vão pegar uma realidade de rua mais diferente do que a gente está vivendo hoje. Vão pegar as receitas e vão saber fazer o bolo. Essas pessoas vão levar o movimento mais adiante, vai ganhar muito mais força quando isso acontecer. No momento, a gente está

começando. Então, vamos começar, vamos engatinhar, vamos sonhar alto para que a outra pessoa também possa levar cada vez mais pra frente. Quanto mais gente for vindo, a tendência é só melhorar. E quando isso aumentar, a gente pode fazer polo nos bairros, a gente pode diminuir o uso do crack, a gente pode aguçar o setor da Saúde de dar mais atenção aos usuários de crack que são doentes.

Sara: Eu faço esse questionamento não por uma preocupação quantitativa, mas para dizer que uma minoria participa do Fórum e eu queria saber por que as pessoas não participam?

Camilo: Eu acho que mesma disposição da militância dos trabalhadores pode ser trazida para a População de Rua e tem algo que provoca a participação que é a efetividade das construções. É saber que tem a participação, vai ter a discussão e vai ter resposta. E a População quer uma resposta imediata e às vezes a resposta imediata não está dada. Um exemplo: a gente fez um seminário para discutir a questão da violência, da comunicação e da participação da assistência. A gente não tem prazo para quando isso vai começar a acontecer ou se vai começar a acontecer. A gente fez o seminário para discutir e a gente está em processo de construção. Então é isso e a População quer isso, quer ver isso agora. Por exemplo, elas querem e precisam criar um número de vagas, quer novas casas de passagem, criar repúblicas, e eles falam: ‘queremos isso e a gente fala isso todo mês, mas isso não acontece’. Às vezes é falta de um esclarecimento, eu concordo, do tipo: ‘tem outros processos, outras instâncias que a gente precisa participar para reivindicar isso’. Só reivindicar uma república no fórum não garante que a república seja efetiva porque tem um espaço de deliberação disso que são as conferências, em especial, o orçamento participativo. Então entender que o fórum é uma das células de participação, dos espaços de participação e precisamos avançar em outros espaços de deliberação mesmo. O Fórum tem caráter deliberativo para na hora de pensar algumas ações, mas ele é consultivo para a política pública, para o Conselho de Assistência, enfim, outros Conselhos. Então acho que entender isso também, a População estar esclarecida, olha, a gente está construindo aqui, mas tem outras instâncias, outros espaços que a gente vai provocar novamente e deliberar lá. Eu acho que é isso. E o outro é muito expressivo: no dia que a gente faz o Fórum é o mesmo dia que à noite tem as pessoas servindo alimento na praça que estão alheias aos coletivos, às ONG’s e ao Fórum. Não dão importância à participação e não se aproximaram ainda do Fórum para poder dialogar. A gente até já travou diálogo com alguns, mas não avança. E aí quando chega a comida, sabendo que a necessidade primeira das pessoas é a sobrevivência, é o alimento, elas vão atrás da comida e a discussão vai ser para depois. Alguns ficam. Mas é a lógica também da nossa sociedade. [...] Isso é reflexo da nossa cultura, do Brasil em relação à participação e não é de agora. Por mais que tenham grupos expressivos, movimentos expressivos. Ainda não é. Acho que é uma continuidade. Manter o espaço e saber que o espaço está sempre aberto. É o que define. E construir com quem está. Quem está, está pensando na política, está pensando na realidade da população de rua. É evidente que pensar lá não é pensar só entre trabalhadores é pensar com a População. Porque se a população não está não tem sentido ter o fórum (19 de julho de 2016).

Os desafios de se educar e formar militante, mais que isso, um representante da População de Rua, passa pelo processo postulado por Dussel (2007b): de mandar obedecendo sempre e incondicionalmente, independente do momento ou condição de vida do sujeito que fala e faz pelos outros. Isso significa que, mesmo sofrendo a situação limite própria da produção da vida na rua, esta não deve ser a justificativa para que o poder delegado seja corrompido. Sob nenhuma circunstância o militante político⁸³ deve exercer seu papel na prática tendo em vista interesses privados, ganhos individuais, ignorando a dimensão comunitária da luta política. Essa é a essência primeira da corrupção, causa e consequência dos muitos problemas hoje vividos nas sociedades periféricas capitalistas. Para Dussel (2000, 2007b) a lógica da modernidade eurocêntrica impôs o poder político como dominação e a prática de luta política *da e com* a População de Rua precisa tratar o poder de forma positiva e não corruptível⁸⁴. A fala da militante de Campinas ilustra essa convicção compartilhada com Dussel quando afirma que ao representar o grupo, nada deve mudar.

Não muda nada. Continuo sendo moradora de rua, parceira dos meus parceiros. Não me sinto coordenadora diante da população de rua. Sou a menor de toda a população. É um título que a gente utiliza para poder fazer diálogos junto ao Poder Público, é um título que a gente tem que usar. Essa colocação social, essa posição hierárquica serve para poder dizer para as pessoas que eu sou alguém, porque se eu não disser, dentro de uma Secretaria ou dentro de qualquer espaço que eu sou essa pessoa, eles não vão me dar credibilidade. Tem que dizer que se é alguma coisa nessa sociedade capitalista. Não posso falar que sou só a Haydée. Além de ser humano, tenho que falar que sou coordenadora, vice-coordenadora, presidente. Tem que falar que você tem alguma importância. Mas dentro da população de rua isso não existe, não. Quem coordena o movimento mesmo é a população de rua, eu não faço nada, tô ali só obedecendo. Deu para ver bem isso ontem, né? Quem queria o respeito na praça não era eu; eu só estava transmitindo a mensagem que eu estava recebendo, mas quem quer o respeito ali é a população de rua. Quem quer ouvir o que está sendo dito é a população de rua. Na rua as vozes

⁸³ Seja ele representante do grupo social ou não.

⁸⁴ “Na modernidade eurocêntrica, da invasão e da posterior conquista da América em 1492, o pensamento político definiu em geral o *poder* como *dominação*, já presente em N. Maquiavel, T. Hobbes, e tantos outros clássicos [...], cada um com diferenças conceituais importantes. Pelo contrário, os movimentos sociais atuais precisam ter desde o começo uma noção *positiva* do poder político (sabendo que frequentemente se *fetichiza*, se corrompe, se desnaturaliza como dominação). A ‘vontade-de-viver’ é a essência positiva, o conteúdo como força, como potência que pode mover, arrastar, impulsionar. Em seu fundamento a *vontade* nos empurra a evitar a morte, a adiá-la, a permanecer na vida humana” (DUSSEL, 2007b, p. 25-26).

são iguais, ninguém fala mais alto. Não tem disso de a minha palavra ter mais peso que a tua, não existe isso (Haydée, 20 de julho de 2016).

Sara: Para que possamos encerrar, eu queria saber qual tem sido o maior aprendizado sendo militante do Movimento da População de Rua.

Célia: Eu tenho aprendido que eles olham de uma forma diferente, as pessoas dos órgãos públicos, em relação a ser militante. Você dando uma carteirada: ‘olha, sou coordenadora do movimento de população de rua’, a pessoa já olha com outros olhos. Agora, com relação aos meus companheiros, igual a mim, eu vejo que eu posso conhecer mais pessoas e entender o motivo de cada uma estar onde elas estão e conseguir ajudar elas, passar as informações de direito delas. É isso o que me deixa mais feliz. É de passar o que ela não sabia que ela tinha direito, fazer ela percorrer todo um caminho mais coerente para ela conseguir alcançar o objetivo dela (19 de julho de 2016).

A lógica do macro e micro poder definido por Camilo⁸⁵, por vezes contradiz a constituição do poder do militante ou do representante da rua que não havia imaginado poder trilhar os caminhos da luta política. É certo que a rua é feita de política, é substancialmente política. Entretanto, contraditoriamente, as circunstâncias adversas vivenciadas na rua criam imensos obstáculos e dificuldades à movimentação dos sujeitos nesse campo sem que ocupe o lugar dos opressores em atitudes que por vezes expressam machismo, homofobia, etc. E voltamos ao desafio colocado já na parte introdutória do estudo, sobre como é possível pessoas que não têm onde dormir bem, alimentar-se regularmente, atender as necessidades mais básicas de higiene pessoal, dentre outras demandas fundamentais da vida, fazer a luta política? Dessa vez é Haydée que ajuda a refletir sobre a questão:

Algumas vezes é desgastante, tem vezes que eu quero estar ali na biqueira fumando uma pedra, me esquecendo dos problemas que eu tenho na vida, esquecendo que eu moro na rua – eu gosto, mas não gosto – e eu tenho que tá resolvendo alguma coisa a respeito de movimento, fazendo documento pra não sei quem, aguardando o momento pra ir à reunião, à cultura ou em qualquer outro lugar pra não faltar, porque na rua é muito difícil você ter compromissos, horários e o caramba a quatro. Porque essa liberdade, a gente não vende ela, eu percebi isso, sabe? A gente não vende, não dá e nem empresta. Tipo assim, é minha essa liberdade. Você não quer abrir mão disso.

⁸⁵ “O desafio que eu vejo, eu nem toco no referencial teórico, na proposta de sociedade socialista, comunista, ainda é nossa base de diálogo, é na efetivação da Política Pública, mas ainda o grande desafio que é isso. A gente está dialogando a Política Pública e ainda é o desafio, mas a gente sabe que estar disposto a uma participação ou uma gestão mais participativa é um desafio porque tem a cultura do poder, do micro poder. Então é um desafio para todo mundo” (Camilo, 19 de julho de 2016).

Mas eu faço essas coisas, eu tenho permitido me contrariar nas minhas vontades um pouco para poder ter uns resultados legais, ter autonomia. Hoje, eu tô muito bem, sabe? Ninguém abusa da autoridade com outras pessoas se eu estiver perto. Se um cidadão tiver que falar comigo ou com alguém que estiver perto, tem que falar de igual para igual. Isso tem sido muito bom. Então é isso, essa é minha história de vida, de militância política... É isso (Haydée, 20 de julho de 2016).

Haydée e Célia demonstraram conhecer a dor e a delícia de ser quem são e como são: quando se compreendem criticamente situadas *entre os lugares* da rua. Os desafios estão postos a elas e aos demais militantes e representantes, homens e mulheres com trajetória nessa condição. Uma vez nessa posição, cabe a eles e elas, juntos com os companheiros e companheiras de luta que podem não ter trajetória de rua, romper contradições intrínsecas à luta política e andarilhar com esperança e de maneira ousada no campo da educação concretizando processos formativos que provoquem incômodo sobre a realidade do outro que sofre gerando sensibilidade no restante da sociedade.

Para tanto, é preciso desencadear processos que promovam a criticidade ou o pensar certo (FREIRE, 2005) para além da prática de luta política, ou seja, refletir sistematicamente sobre a própria atuação a fim de garantir seu aperfeiçoamento, além de contribuir com a compreensão crítica da realidade e com o despertar de um espírito de coletividade em quem tem trajetória de rua e quem se solidariza com as amarguras que a vida na rua fomenta.

Eu acredito que todos os espaços nos ensinam, não tem como não ensinar. Estar aqui está me ensinando, daqui a pouco eu aprendo alguma coisa. Acho que o Fórum me ensinou, não sei dizer bem o quê, não presto muita atenção nestas coisas, sabe, eu não paro para meditar nessas coisas, mas me ensinou, com certeza me ensinou sim. Me instruiu. Algumas informações eu aprendo ali, tem coisas que eu aprendo com o Camilo, aprendo com outro morador de rua que foi lá mais informado do que eu. Então, estou sempre aprendendo e ensinando também. Eu tenho aprendido muito sobre “dever”. Eu tenho aprendido mais sobre “dever” do que sobre direito, porque eu sempre falava sobre direito, direito, direito, mas quando eu resolvi retroceder e olhar para meu rabinho e pensar qual é o meu dever, foi que eu percebi que também tenho a minha parcela. Eu tenho a parte que me cabe na construção, com a responsabilidade social. Eu tenho a parte que me cabe nesse mundo e eu tenho que cumprir com essa parte. Eu não posso ser egoísta, covarde e não cumprir com o meu papel. Então, quando eu vou entendendo das minhas responsabilidades, dos meus deveres, eu consigo ficar mais garantida ainda dos meus direitos, cada vez mais. Quando eu vou buscar alguma coisa em algum lugar e eu percebo que não é totalmente do jeito que eu quero que seja,

isso é novo para mim. Quando eu tenho que parar e deixar o outro falar. Eu estou aprendendo muito isso e é o que eu estou tentando ensinar também. É isso que eu estou aprendendo e o que a gente vai aprendendo, a gente quer passar para o outro. Então é isso que eu estou ensinando, eu tento frisar bem a nossa parte, o nosso dever. A gente tem que saber qual é o nosso dever. Não adianta eu conhecer só o que é o meu direito, eu preciso saber o que eu tenho que fazer para ter esse direito. O que me faz perder meu direito é isso e depois é que eu vou questionar se as pessoas estão abusando da sua autoridade (Haydée, 20 de julho de 2016).

Processos que desencadeiem a crença na possibilidade de transformação da dura realidade da vida na rua, a fé e a confiança entre os sujeitos da prática social, além de romper estruturas hierárquicas dando abertura à pronúncia do mundo àqueles que ainda não ousaram fazê-la. Processos de ouvir e ser ouvido e de desenvolvimento de atitude questionadora sobre si e sobre o mundo.

Notoriamente, está sendo relevante aqui em Campinas essa história de uma organização da População de Rua. Uma População que vive na rua, lá no relento, sem recurso nenhum, se organizando para lutar, é filho da puta, sabe? Que caralho! ‘O que que aconteceu ali?’ Um povo que não tem recurso nenhum, não tem motivo para ter esperança nenhuma, estar se organizando, estar batendo de frente. ‘Como é? Intimaram? Como assim?’ ‘Estão fazendo uso do seu direito?’ ‘Acordaram?’ ‘Despertaram?’. Então, esse ‘acordar’ que a gente ainda está nesse despertar, isso tem sido de uma relevância muito grande. Para mim, eu sinto que é a mesma coisa. Eu sinto que é uma fase em que eu também estou acordando para um outro momento junto com esses acontecimentos e tem sido muito impactante. Agradável e desagradável ao mesmo tempo, mas uma experiência ímpar, uma emoção do caralho. Tem sido legal (Haydée, 20 de julho de 2016).

Sujeitos coerentes, conhecedores de seus deveres também, são educados na luta política forjada a partir da negação de quem vive na rua. Nela são desencadeados processos educativos que possibilitam a compreensão da historicidade dessa questão social, de sua dialética, contribuindo com a existência e manutenção da prática social politizadora para que esteja sempre aberta a todos que queiram participar, onde o respeito seja o princípio suleador (CAMPOS, 1999) da práxis que projete horizontes futuros e os olhares dos sujeitos ao infinito, desde a periferia do mundo.

FORMAÇÃO DE APOIADORES: desafios para uma política da alteridade

“Primeiro vou colocar como eu me enxergo. [...] a População de Rua para mim não é estranha, não é estranha no sentido de não de ter um distanciamento. Primeiro, por entender que somos trabalhadores e que vivemos em uma mesma classe. [...] hoje eles são trabalhadores que estão em situação de rua, mas não deixam de ser trabalhadores. Isso já identificando como classe, rompe um pouco esse distanciamento. É como eu me enxergo. Outra coisa é a questão de saber que grande parte da População de Rua é formada por negros ou descendentes de africanos. Então também, isso também não me faz tão distante por saber que eu também sou negro e tenho descendência. Isso também me mostra tão próximo”
(Camilo, 19 de julho de 2016).

A seção trata os processos educativos que constituem sujeitos que, sem trajetória de vida na rua, solidarizam-se com a situação de negação sofrida por quem nela vive, posicionando-se lado a lado na luta política com População de Rua. Esses processos perfazem os caminhos da alteridade e da responsabilidade pelo outro subjugado por um sistema que o reduz a “nada”, “invisível”, “vagabundo”, “sem futuro”, “pilantra”, “biscate”, “nóia” e “usuário” (Notas de campo: 2014). Esses são alguns dos termos usados por quem não compreende a complexidade da vida na rua, exercendo violência simbólica sobre ela.

A alteridade, frutificada na tarefa de interpelação e escuta da vítima sobre o sofrimento da negação, é sustentada pelo afeto e amorosidade, pela humildade, pela fé e esperança, além da confiança no outro (FREIRE, 2005) como ser autêntico, irredutível, ser que nunca será englobável, como teorizou Lévinas (1993, 2005), filósofo francês nascido em uma família judaica na Lituânia em 12 de janeiro de 1906⁸⁶. É na obra do filósofo que passou pelos campos de concentração nazista que

[...] o outro é pensado de fato como uma radical alteridade, a qual sempre me precede e me excede numa relação de intersubjetividade traumática: a subjetividade nasce dessa dimensão intersubjetiva do encontro do outro que sempre requer esforço e trabalho, produzindo dor e sofrimento num processo de abertura e acolhimento do outro em sua alteridade; essa experiência

⁸⁶ Emmanuel Levinas faleceu em Paris em 25 de dezembro de 1995.

traumática do outro implica processos de transformação, deslocamento e reconstituição das partes implicadas (GOMES, JÚNIOR, 2007, p. 149).

De acordo com Dussel (2000), Lévinas transcendeu a ética da modernidade inaugurando uma ética da responsabilidade em que os sujeitos são intimados a posicionarem-se cara a cara no processo de superação da alienação. Essa proximidade provocadora do encontro de alteridades estabelece um discurso a partir do abismo da liberdade do outro, constituindo-se como uma lógica histórica e não evolutiva, analética e não meramente dialética ou científico-fático, ainda que assuma ambas (DUSSEL, 1977).

O outro se revela realmente como outro, em todos os sentidos de sua exterioridade, quando surge como extremamente distinto, como o não habitual ou cotidiano, como o extraordinário, o enorme (fora da norma), como o pobre, o oprimido; o que é a margem do caminho, fora do sistema, mostra seu rosto sofrido e desafiante: -"Tenho fome!, tenho direito, direito de comer!". O direito do outro, fora do sistema, não é o direito que se justifique pelo projeto do sistema ou pelas suas leis. Seu direito absoluto, por ser alguém, livre, sagrado, se funda em sua própria exterioridade, na constituição real de sua dignidade humana. Quando se avança no mundo, o pobre, comove os pilares do sistema que o explora. Seu rosto, pessoa, é provocação e juízo por sua simples revelação (DUSSEL, 1977, p. 59, *tradução minha*).

O rosto do indígena, do negro, dos sem direito à moradia – todos povos oprimidos – suas marcas e cicatrizes, desvelam a história de grupos humanos e não de biografias (DUSSEL, 1977). Não individualiza a experiência do cara a cara, proximidade que emerge na exterioridade da história popular que se refere ao pertencimento a uma cultura. Para Dussel (1977), estar inserido em uma totalidade simbólica e dentro de um momento histórico que enche de sentido a vida e o mundo de quem o significa, não impossibilita a proximidade dos tempos distintos e separados que, ao se convergirem, dissolvem-se na alegria do estar junto e na responsabilidade mútua.

De acordo com Gomes e Júnior (2007), no decorrer de seus escritos Lévinas aprofundou e radicalizou a responsabilização como processo que não resulta em ajustamento perfeito, ao passo que nunca subsumi uma pessoa na outra.

É na dimensão inter-humana, no encontro com o outro em sua radical alteridade numa relação assimétrica, sem preocupação com reciprocidade, que

o eu é interpelado, despertado da sua “embriaguez de si mesmo”, sendo arrancado de sua primordialidade tornando-se responsável, antes de tudo, por esse outro que me convoca. Esse despertar por outrem, o ser capturado, tornando-se refém desse outro que me comanda uma resposta, consiste no encontro ético levinasiano, no qual o eu é interpelado pelo outro numa condição de não indiferença por esse outro que me ordena, sem escravidão ou subjugação, pois é nessa convocação pelo outro que me diz respeito que o eu se descobre e se desperta (GOMES, JÚNIOR, 2007, p. 150).

De fato, “a relação com o outro é traumática, [...] é essencialmente um espaço intersubjetivo no qual alteridades são questionadas e se desestabilizam num movimento de não-incorporação” (GOMES, JÚNIOR, 2007, p. 150). E é justamente o fato de não ser o outro objeto assimilável em meu mundo, o grande desafio da constituição de uma política da alteridade que em síntese demanda: vontade, reconhecimento, conhecimento e responsabilidade, em outras palavras, compromisso crítico e militância, não meramente apropriação da técnica e da burocracia, afinal, quem cria as estruturas é também capaz e está convocado a transformá-las, como enfatiza Dussel (2000, p. 379).

Na verdade, estamos desde sempre situados, antes mesmo do julgar negativamente o sistema (norma, ato, etc.), como atores das mediações que causam as vítimas. Ao assumir o outro sob minha/nossa re-sponsabilidade, voltamo-nos, para remediá-la, sobre uma culpa (embora seja não-intencional) própria. Seja como for, quando assumimos a re-sponsabilidade opera-se uma crise: alguém “oferece a face” pelo outro *perante* o sistema.

Quem tem trajetória de rua e participa da luta política protagonizada por esse grupo relata vivências institucionais contrárias à construção de processos de responsabilização de sujeitos, alheios à proximidade com as pessoas que sofrem na pele a crueza do desprezo, das violências (física e moral), da invisibilidade e da indiferença.

A gente não é nem visto, a gente é apenas mais um diante de um mundo tão grande, da sociedade que nos enxerga como um nada, enxerga a gente como vagabundo, sem futuro. Pra Polícia a gente é isso, é vagabundo, pilantra, biscate, “noia”. [...] muitos equipamentos tratam a gente como bicho, pensam que a gente está implorando. Olha o que eles estão recebendo, funcionário público recebe um valor muito bem recebido para fazer um tratamento com ser humano, não com animal. Eles tratam a gente às vezes como bicho, como se a gente estivesse implorando por um pão, um leite, sendo que é do direito

nosso e do dever deles (Militante do Fórum e MNPR/Polo Campinas, notas de campo: 21 de junho de 2016).

O relato vai ao encontro das afirmações de Camilo sobre processos que fragilizam a institucionalização de práticas de luta política *com* a População de Rua anteriormente conceituada, como a dicotomização entre o trabalho no campo da assistência e a militância: “Eu percebo que tem muitas pessoas que estão nos espaços atuando com a População de Rua e que não têm esse engajamento ou não queria estar ali. É questão de emprego mesmo⁸⁷” (Camilo, 19 de julho de 2016). E ele enxerga que é preciso haver a perspectiva de avançar com o grupo.

[...] mas para isso também, precisa ter uma unidade entre trabalhadores, entre serviços, entre gestões, de quanto a gente ganha isso, e talvez essa é a maior dificuldade. Por entender mesmo a nossa luta e a luta diária, dos movimentos, o quanto ainda são poucas pessoas em luta e isso se expressa nesses campos, quantas pessoas têm lutado nos serviços, projetando isso mesmo. E eu falo, luta, sabendo que você tem um trabalho ali a ser desempenhado, mas aquele trabalho, se a gente não atuar em uma perspectiva maior de crítica, de fazer a crítica àquela realidade, a gente só vai manter. Manter do jeito que está: as pessoas ainda só fazendo uso do serviço sem uma perspectiva de participante e também de não superação. Então, acho que essa angústia para mim é nítida, todos os dias que eu vou trabalhar, de encontrar as pessoas na rua e de encontrar as pessoas no Centro Pop que estão em situação de rua. Angústia por saber que a gente precisa avançar muito ainda, e não é agradável para mim, particularmente, acho que me toca, porque não é agradável ver as pessoas nessa situação e aí me provoca também sobre o que eu estou fazendo para que isso possa ser minimizado ou ser superado?

Está sendo isso, dentro desse espaço a gente já tem uma proposta de fortalecer para a participação no Fórum da População de Rua que é um espaço de controle social para as pessoas poderem falar um pouco da sua realidade e da gente construir proposta de minimizar essa realidade dentro de Campinas (Camilo, 19 de julho de 2016).

Quando a segregação se impõe, via de regra, fortalecida pela própria estrutura da política de assistência social regida por suas normas, tipificações, leis, sistemas e diretrizes, os caminhos para a construção da responsabilidade se alteram, rompendo a possibilidade de construção da política da alteridade. O que antes era o bem para quem vive na rua, como o banho, a marmita,

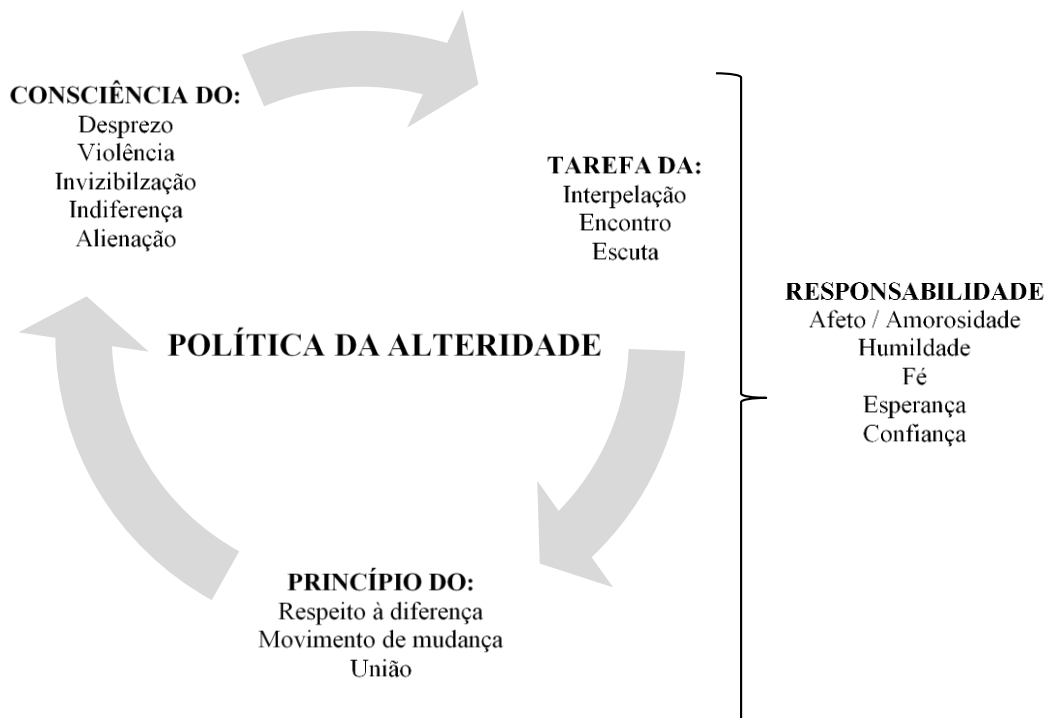
⁸⁷ Rever quadro 11 onde estão sistematizadas as potencialidades e os processos que fragilizam a instituição da luta política *da e com* a População de Rua.

a sopa, o abrigo, converte-se no fruto do mal exercido pelas instituições corrompidas e seus sujeitos coniventes.

O obstinar-se em legitimar (racional e pulsionalmente) o cumprimento tradicional do sistema (o “bem”, os valores [...], as leis [...], as virtudes [...]) que produz vítimas, transforma o bem no “mal absoluto” [...], como efeito do próprio acionar humano possibilitado por sua finitude, mas realizado por sua totalização. É o processo de divinização fetichista do sistema [...]. O reconhecer re-sponsavelmente a vítima como sujeito autônomo em sua corporalidade sofredora, [...], subverte o “mal” e possibilita como futuro o processo de libertação (DUSSEL, 2000, p. 377-378).

A proximidade, o encontro entre sujeitos conscientes da negação da vida digna como bem supremo cria as possibilidades da interpelação e escuta da vítima (tarefas apontadas pelo método analético⁸⁸ como seu ponto de partida e primeiro processo de concretização, respectivamente). Na medida que aumenta o eco das denúncias sobre as práticas do desprezo, da violência, da invisibilização e da indiferença que perpassam a vida na rua, delinea-se o percurso de construção da responsabilidade por parte daqueles e daquelas que trabalham com as pessoas que a experienciam, seja no campo da política assistencial, da ciência ou da filantropia. Esse ciclo, respaldado pelos princípios da convivência dialógica, do respeito às diferenças, do movimento pela extinção das injustiças e da união, perfaz os caminhos de construção da responsabilidade como processo chave para a construção da política da alteridade (Esquema 4).

⁸⁸ Rever quadro 2 onde estão sistematizados os processos que efetivam a Analética no campo científico-educativo-político.



Esquema 4. Ciclo de subjetividades e intersubjetividades que perfazem a política da alteridade na prática social de luta política *da e com* a População de Rua.

Fonte. Elaboração minha.

Para muitos profissionais e técnicos que atuam com mulheres, homens, adolescentes e crianças em situação de rua, a constituição do processo ilustrado no esquema acima pode representar um sacrifício imenso, a renúncia do tempo que poderia ser livre ou o ato de dar tudo de si em prol da luta política. Porém, não se trata desse tipo de abdicação que carrega o pressuposto de que, quem dá deve receber. Erich Fromm (1956) afirma que quem ama dá de si, de sua própria vida sem esperar nada em troca, ação contrária à lógica mercantil que se dispõe a dar somente em troca de receber. Ainda, se opõe à ideia de dar como cumprimento de um sacrifício doloroso quando acredita que “é melhor sofrer uma privação que experimentar alegria” (FROMM, 1956, p. 20, *tradução minha*). Segundo o autor, a conquista da união interpessoal que soluciona o problema da existência que é o isolamento ou a separação entre as pessoas, chama-se amor maduro que significa:

[...] união com a condição de preservar a própria integridade, a própria individualidade. O amor é um poder ativo no ser humano; um poder que atravessa as barreiras que separam o ser humano de seus semelhantes e o une aos demais; o amor o capacita a superar seu sentimento de isolamento e

separação e, no entanto, o permite ser ele mesmo, manter sua integridade. No amor se dá o paradoxo de dois seres que se convertem em um e, no entanto, seguem sendo dois. [...] O amor é uma atividade, não um afeto passivo; é um ‘estar continuado’, não um ‘súbito arranque’. Em sentido mais geral, pode-se descrever o caráter ativo do amor afirmando que amar é fundamentalmente dar, não receber. [...] Na esfera das coisas materiais, dar significa ser rico. Não é rico aquele que tem muito, mas o que dá muito. [...] Porém, a esfera mais importante no ato de dar não é a das coisas materiais, mas o domínio do especificamente humano. O que uma pessoa dá à outra? Dá de si mesma, do mais precioso que tem, de sua própria vida. Isso não significa necessariamente que sacrifica sua vida por outra, mas que dá o que está vivo nela – dá de sua alegria, de seu interesse, de sua compreensão, de seu conhecimento, de seu humor, de sua tristeza –, de todas as expressões e manifestações do que está vivo nela. Dando sua vida dessa maneira, enriquece a outra pessoa, realça o sentimento de vida da outra ao exaltar o seu próprio. Não dá com o objetivo de receber; dar é em si mesmo uma felicidade requintada. Mas, ao dar, não pode deixar de trazer algo à vida na outra pessoa, e aquilo que nasce para a vida é refletido por sua vez; quando realmente dá, não pode deixar de receber o que é dado em troca. Dar implica fazer da outra pessoa um doador, e ambas compartilham a alegria do que criaram. Algo nasce no ato de dar, e as duas pessoas envolvidas se sentem agradecidas à vida que nasce para ambas. No que tange especificamente o amor, isso significa: o amor é um poder que produz amor [...]. Além do elemento dar, o caráter ativo do amor se torna evidente no fato de que implica certos elementos básicos, comuns a todas as formas de amor. Esses elementos são: cuidado, responsabilidade, respeito e conhecimento (FROMM, 1956, p. 19-22, *tradução minha*).

Trata-se de assumir as tarefas e adotar os princípios esquematizados, a fim de se construir a práxis política da alteridade sustentada pela união entre pessoas diferentes que se amam e se tornam aliadas na construção de um projeto de mundo comum potencializando a luta pela libertação, como teoriza Enrique Dussel na Filosofia da Libertação e como afirma Paulo Freire na teoria da educação como prática da liberdade:

Aquele que cumpre com o dever ético de assumir a vítima “a seu cargo” diante do sistema, exercendo o dever da crítica, defronta-se com aquela estrutura que causa vítimas, e, por isso, sua mera re-sponsabilidade manifestada na crítica (que deslegitima) não poderá deixar de receber o embate “perseguidor” – tal como o descreve fenomenologicamente Lévinas, na figura substitutiva do refém. O re-sponsável pela vítima diante do sistema é perseguido pelo poder que a causa. E é aí, quando exerceu o poder da crítica como re-sponsabilidade, que cai prisioneiro como vítima “substitutiva” que “testemunha” (*martys*, em grego) no sistema a presença ausente da vítima (DUSSEL, 2000, p. 381).

A atividade de questionar é sempre fascinante. E como as questões sempre levam a outras questões, então aparece a questão da responsabilidade. Eu vim ao mundo não para me adaptar a ele, mas para assumir a responsabilidade de

estar aqui. E estar aqui significa interferir neste hoje, neste aqui. E sem esperança, como eu poderia fazer isso? Se nós seguirmos esta linha de raciocínio nós podemos ser levados a entender, por exemplo, por que a ideologia da opressão sempre injeta um certo fatalismo no oprimido. Este fatalismo é instilado através de levar o oprimido a acreditar que nenhuma solução para ele pode se tornar real, que a realidade não é passível de ser mudada. Ao mesmo tempo, quanto mais o opressor descobre que a realidade não é imutável menos ele consegue dormir bem. Conseqüentemente, uma das coisas a fazer para ajudar as pessoas oprimidas é trabalhar na questão da esperança. É aumentar a esperança, ter esperança apesar de tudo. Porque sem esperança não pode haver luta (FREIRE, 2009, p. 76-77).

A afirmação do processo de responsabilização, que articula os elementos metodológicos que contribuem com o que anteriormente se conceituou como educação da rebeldia, constitui, na perspectiva de quem vive ou viveu na rua, sujeitos solidários com a pauta de libertação e não do fortalecimento da dominação do grupo⁸⁹.

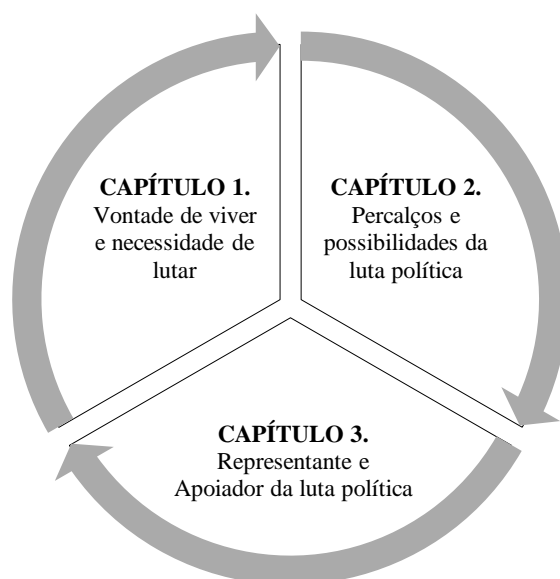
Quando a gente falou dos processos educativos, um que está bem explícito é o convívio de você se aproximar do cotidiano do outro. Não digo que você tem que viver o cotidiano do outro, mas se aproximar. Ou participar dos mesmos espaços onde as pessoas estão. Um exemplo disso é quando você vai às ruas e dialoga nos próprios espaços deles (Camilo, 19 de julho de 2016).

Insurgem, na concretização desses processos, apoiadores/as da prática de luta política protagonizada pela População de Rua, como denominam seus militantes Brasil afora, além de maneiras de construir a política sobre o tema da libertação, não mais como ferramenta de opressão e dominação.

⁸⁹ “Como os temas são infinitos e o tempo é curto, é necessário saber perder tempo para eleger os temas fundamentais da época que nos toca viver. É necessário saber perder tempo para comprometer-se com as lutas dos povos periféricos e das classes oprimidas. É necessário saber perder tempo em escutar a voz do dito povo: de suas propostas, interpelações, instituições, poetas, acontecimentos... É necessário saber perder tempo, do curto tempo da vida, descartando os temas secundários, os da moda, superficiais, desnecessários, os que nada tenham a ver com a liberação dos oprimidos” (DUSSEL, 1977, p. 204, *tradução minha*).

COMENTÁRIOS FINAIS DA SEGUNDA PARTE

O desenvolvimento dessa segunda parte se ateve à construção do marco teórico do estudo. Buscou-se uma aproximação dos autores da Filosofia da Libertação e da Educação Popular com os momentos chave relatados pelos colaboradores da pesquisa no que tange a consolidação da prática de luta política. Dividi esses momentos chave em três capítulos que vão desde a “vontade de viver e necessidade de lutar”, passando pelos percalços “entre o domínio e a libertação” até atingir a formação de “sujeitos da luta política” (Esquema 5).



Esquema 5. Mapa da parte 2 da tese.

A vontade de viver e a necessidade de lutar é construção que sistematiza o elemento presente no cotidiano dos militantes. Ela salienta a importância que tem a preservação da vida para quem está exposto à situação de rua. Mas, essa constatação não enseja em si os elementos para a superação positiva que desemboca na segunda categoria: a necessidade da luta política, é a educação da rebeldia que subsidia essa passagem. Busquei retratar os caminhos sincrônicos e diacrônicos que definem a efetivação dessa prática, possibilitando que os sujeitos superem a realidade como uma angústia individual para uma pauta coletiva. Além de instituir um primeiro nível de organização da luta política.

O alcance desse patamar de organização, ao mesmo tempo que não garante serem ouvidas as demandas da População de Rua, muito menos solucionadas, é também o palco onde novas possibilidades surgem, quando os sujeitos que não são coniventes com a negação de direitos e que não têm medo de se arriscar, tomam as rédeas da condução da institucionalização. Essa dialética da luta política a coloca entre o horizonte do domínio e da libertação, transitando entre a manutenção do *status quo* das políticas paternalistas e alienadoras e da transformação sistêmica. A luta que aponta para o primeiro horizonte é classificada como prática política *para* a População de Rua, e aquela que mira o horizonte da libertação é denominada prática política *da e com* o grupo social.

Na passagem entre um horizonte e outro os sujeitos da luta política se educam, constituindo-se representantes e apoiadores da rua. A caracterização essencial de ambos está assentada sobre aspectos por vezes comuns. Mas uma diferença substancial os singulariza na luta política: ter ou não ter vivido na rua. O representante da rua é aquele ou aquela, cuja trajetória na situação o/a coloca no protagonismo da prática, enquanto o lugar do/a apoiador é ocupado por pessoas que, tanto individualmente quanto representando alguma instituição, estrategicamente contribuem para o avanço das pautas da População de Rua. Essas peculiaridades não colocam os sujeitos da luta política impulsionada pela vida na rua em posições hierarquizadas. Contudo, faz-se importante a demarcação de suas diferenças na arena política a fim de fortalecer e reafirmar a centralidade da População de Rua na disputa por direitos.

A construção dessa seção do estudo realizada sobretudo a partir da voz de quem tem a vida negada, mostrou três aspectos sobre a política impulsionada pela vida na rua. O primeiro é que, mesmo no campo de luta organizada, a População de Rua enfrenta o jugo da alienação, fomentada por sujeitos influenciados pela lógica do individualismo e da segregação. Alienação que pode ser mantida, inclusive, por seus próprios representantes. O segundo aspecto é que, os maiores responsáveis pela superação dessa situação, é a População de Rua, que deve contar com sujeitos que podem fornecer recursos necessários à busca da solução desse e de outros problemas enfrentados cotidianamente. O terceiro, por fim, é que a articulação entre a Filosofia da Libertação e a Educação Popular contribuem para que os sujeitos andem com esperança em uma vida melhor, percorrendo com clareza e sistematicamente as rotas que os levam da vontade de viver à luta política, e dessa, à conquista da libertação.

PARTE III.

Organização da raiva

CAPÍTULO 4. Fórum da População de Rua: “a favor de quem, contra quem está?”

“A sistematização é realizada por um grupo que realizou a prática. Partem de um relato, no qual reconstruíram a história da experiência, logo realizam um esforço para ver a unidade do processo, ao qual se agrega uma relação mais ampla ao contexto. A análise e as categorias emergem das linhas força produzidas ao longo do processo sistematizador, as quais serão o fundamento dessas categorias que se dão durante a experiência, enquanto surge de um processo de conceituação e reconceituação da prática. [...] Nesta concepção se busca experimentar coletivamente a produção de uma nova mirada sobre a prática, que trata de tornar visíveis aqueles processos e práticas que estão presentes nela. Por essa razão busca dar conta de que a prática seja lida desde múltiplas miradas e expressada desde múltiplas vozes, não necessariamente homogêneas, enquanto considera que a sistematização é um esforço por produzir poder e empoderamento dessa polifonia” (MEJIA, 2007, p. 16-17).

Antes de passar à análise da experiência política do Fórum da População de Rua de São Carlos, importa enfatizar dois aspectos fundamentais em torno do processo de sistematização empreendido. O primeiro aspecto vincula-se ao fato da experiência tomada como caso ser dinâmica, “em permanente mudança e movimento” (HOLLIDAY, 2006, p. 21). Sua complexidade envolveu fatores que se articularam contraditoriamente, como as condições do contexto da experiência, as situações particulares que enfrentou, as ações estratégicas realizadas visando um certo fim, as percepções, interpretações e intenções dos sujeitos que intervieram nela, os resultados esperados e inesperados que despontaram e as relações e reações entre seus participantes e deles com atores externos que se relacionaram com a experiência em algum momento (*ibidem*, 2006).

O segundo aspecto se refere ao fato do presente trabalho não significar o fim do Fórum, pelo contrário, a metodologia foi aplicada com a intenção de fortalecer a experiência política fundada em novembro de 2015 e efetivamente iniciada em fevereiro de 2016. Esse fortalecimento visou o alcance do objetivo do Fórum de *construir princípios e práticas baseadas no respeito, na solidariedade e no atendimento efetivo das demandas urgentes do grupo no município*. Mesmo que a experiência, no futuro, continue de outra maneira, terá valido a pena o esforço em sistematizá-la. Essa foi a avaliação feita pelos cinco pesquisadores militantes⁹⁰ que chegaram ao final do processo.

Dito isso, propomos⁹¹ nessa parte do estudo capítulos que representam o mergulho na experiência vivida na atuação política do Fórum da População de Rua de São Carlos, na essência de seus encontros, de suas articulações e ações estratégicas, buscando contribuir não apenas com o registro histórico dessa movimentação pioneira no município de São Carlos, mas, fundamentalmente, com a organização e disseminação de um conjunto de conhecimentos que foram gerados coletivamente em torno de maneiras de se instituir a luta política *com* a População de Rua e não *para* ela.

⁹⁰ Os/as pesquisadores/as militantes são identificados como: MP1; MP2; MP3; MP4 e MP5 e os setores representados por ele e elas são: a População de Rua; a Defensoria Pública e a Universidade.

⁹¹ Na sequência do estudo os verbos serão escritos no plural por se tratarem de ações realizadas pelos participantes do Fórum, senão todos, ao menos as pessoas que foram mais assíduas na prática no período sistematizado: fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

PROCESSOS DE INSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA SISTEMATIZADA

A construção dessa seção do estudo, que segue pelos capítulos 5 e 6, perseguiu a trilha aberta por Dussel (2007b, p. 119-120, *grifos do autor*) quando afirma que “para cumprir com a Vontade-de-Vida, os movimentos populares, o povo, deve se organizar” e que a “organização é já uma passagem da *potentia* (o poder do povo, dos movimentos sociais) para a *potestas* (o poder que se dá instituições para exercer delegadamente o poder concretamente)”. Para o autor,

Sem essa separação, sem esse desdobramento (poder *em-si* potencial e poder *para-si* institucional), sem organização, o poder do povo é pura *potência*, possibilidade, inexistência objetiva, voluntarismo ideal, anarquismo”. É “na organização que a comunidade homogênea e indiferenciada, e, portanto, impotente [...], alcança a possibilidade do exercício do poder. Torna-se *potente*: ‘pode-dispor’ os meios para sua sobrevivência (DUSSEL, 2007b, p. 119-120, *grifos do autor*).

Foi evidenciado na segunda parte do texto que a prática política impulsionada pela vida na rua compreende processos de organização que ora apontam a reprodução da ordem hegemônica, ora indicam movimentos de transformação sistêmica, o que as definem como prática *para, com e da* População de Rua. Para chegar a essa conclusão, não bastou que eu também fizesse parte da experiência política do Fórum da População de Rua de São Carlos como militante. Foi necessário, enquanto pesquisadora da área da Educação, olhá-la a partir da base teórica da Filosofia da Libertação e da Educação Popular, referencial que também contribuiu com a organização de seus processos de instituição.

A tarefa da sistematização compreendeu o período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017 formando o conjunto de processos vividos, registrados e pensados: de 12 encontros mensais; 13 reuniões de planejamento; 22 atividades de articulação (que abrangem a consolidação de parcerias e a participação e organização de eventos) ocorridas em São Carlos/SP, Campinas/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP e Belo Horizonte/MG e 4 ações estratégicas. Além do contexto em que o Fórum foi fundado, recuperado na sequência.

Contexto de fundação do Fórum

Em 2010, enquanto ainda chefiava a divisão de políticas voltadas ao atendimento da População de Rua no município, Cláudio, colaborador da pesquisa no segundo momento do trabalho de campo⁹², desejou realizar um seminário sobre a temática da População de Rua em São Carlos. O objetivo na época era compartilhar os dados das pesquisas acadêmicas outrora desenvolvidas dentro do Centro Pop por pesquisadores e pesquisadoras da UFSCar. No dia 3 de setembro de 2010, porém, a Prefeitura lançou a campanha prioritária da Secretaria de Assistência denominada “Não dê dinheiro como esmola” que atravessou o processo de organização do seminário, fazendo-o permanecer, naquele momento, no plano das ideias.

Os servidores públicos municipais ligados à divisão de atendimento à População de Rua, ou seja, todos os trabalhadores e trabalhadoras do Centro Pop, tiveram que assumir o papel de divulgar e executar a dita campanha. Lembro-me do dia em que a secretária convocou a equipe para iniciá-la efetivamente, e cada um de nós teve que se responsabilizar pela distribuição de centenas de panfletos na cidade e pela mediação de conflitos com pessoas em situação de rua que se posicionaram contra a iniciativa, alegando que sem conseguir manguear⁹³ seria difícil sobreviver na rua, na medida que a Prefeitura não fornecia todos os aparatos necessários à superação digna da situação, longe disso.

⁹² Rever quadro 5.

⁹³ De acordo com Melo (2011, p. 61) a prática do manguerio é desenvolvida por moradores de rua e diz respeito à conquista “de recursos, seja na forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos” que sintetiza experiências de sobrevivência na rua. O autor enfatiza que se trata de um “complexo processo de relação proposto pelas pessoas nesta situação” que precisam aprender para manguer de forma eficiente, uma vez que a prática demanda habilidades discursivas e comportamentais específicas para cada contexto em que se mangueria. O autor coloca que “as falas na atividade do manguerio precisam ser tristes ou dramáticas. É necessário acessar um aspecto sensível do interlocutor, envolvê-lo de modo a convencê-lo – *afetar o psicológico* ou *entrar na mente* – mesmo que para isto seja necessário contar os fatos de maneira que não é entendida como verdadeira – o 171” (MELO, 2011, p. 66). Nem sempre o *mangueador* se sente correto em desenvolver a prática, pois há momentos em que questões morais o colocam à prova, como por exemplo, quando envolve o interlocutor em uma rede de mentiras necessárias para sua própria sobrevivência. Nesse sentido Melo (2011, p. 81) afirma que, “em última instância, o *mangueador* desenvolve uma expertise dos sentimentos e condutas morais. Reconhece e identifica valores em pauta e se utiliza dessa experiência adquirida a duras penas numa gramática em que o que está em jogo é sua própria sobrevivência”. É nesse sentido que o manguerio se diferencia da mendicância em que a pessoa expõe suas dificuldades de qualquer maneira para conseguir algo, enquanto no manguerio o sujeito lança mão de “sua experiência para conseguir convencer o interlocutor a fazer a doação” (MELO, 2011, p. 81), desenvolvendo um certo grau de relação interpessoal com seu interlocutor.

O objetivo principal da campanha, segundo o prefeito da época Oswaldo Barba (PT / 2009-2012), era conscientizar a população são carlense sobre a importância de não dar dinheiro aos moradores de rua que, para ele, o utilizavam para manter seus vícios. O processo de conscientização seria feito, de acordo com o chefe do poder executivo, por meio de folhetos curtos de natureza informativa. Já a secretária da cidadania e assistência social vigente na época reiterou que, ao doar dinheiro aos moradores de rua, a população da cidade não estaria contribuindo com o êxito dos serviços ofertados a esse grupo pela Prefeitura, já que as pessoas nessa condição chegariam à porta do Albergue Noturno⁹⁴ alcoolizadas, recusando-se a entrar no equipamento (SÃO CARLOS OFICIAL, 2010). Muito embora, de acordo com a secretária, não houvesse a obrigatoriedade em que utilizassem o acolhimento oferecido.

O dinheiro, na visão do Poder Público Municipal, serviria para corromper mais as pessoas em situação de rua que deveriam permanecer nos equipamentos públicos de acolhida, ao invés de circular livremente pela cidade *mangueando* (OLIVEIRA, 2012), o que dava a entender que pedir dinheiro de esmola é uma estratégia pouco complicada. Pelo contrário, a População de Rua, de acordo com Melo (2011), sabe que, em geral, os domiciliados não gostam de ser abordados por pessoas estranhas ao seu convívio social, especialmente para um pedido de dinheiro. O mangueio para aquisição financeira,

[...] mexe pelo menos com dois grandes baluartes de nossa cultura. O primeiro deles, diz respeito ao espaço do indivíduo que pode escolher em quais relações pretende se envolver e também exigir que não seja perturbado. O segundo, diz respeito ao valor moral do trabalho e da capacidade de conseguir seu auto-sustento sem precisar de desconhecidos. Constituindo assim, a ideia de que as pessoas que não conseguem ser bem sucedidas neste processo sofrem de algum tipo de desvio moral, são “vagabundas”, e daí em diante (MELO, 2011, p. 74).

Campanhas dessa natureza, que incentivam o cidadão a não dar esmola a quem a pede, reforça esses aspectos, julgando que ações caridosas ou de solidariedade voltadas à População de Rua

⁹⁴ Equipamento de atendimento para alimentação, higiene pessoal e pernoite da População de Rua do município e viajantes. É gerido até os dias de hoje por entidade religiosa subsidiada pela Prefeitura Municipal. Desde 2013, com a gestão do prefeito Paulo Altomani (PSDB / 2013 - 2016), o albergue noturno mudou sua nomenclatura para Casa de Passagem e esse fato teve mais implicações políticas do que propriamente fáticas, o que será analisado com maior profundidade em capítulo específico.

serviriam para alimentar o vício de um grupo que sofreria exclusivamente e unanimemente esses males, estando na rua em consequência dele. A narrativa do Poder Público ganhava ainda mais força quando a doação era interpretada simplesmente como uma maneira de manter o morador de rua na rua, o que poderia aprofundar o mal-estar das pessoas que se viam obrigadas a compartilhar as praças, calçadas, olhares e interpelações daquelas que nela viviam e que dependiam de ajuda alheia para sobreviver na rua. Essa é uma estratégia política que fortalece uma sociedade apartada de princípios de solidariedade em que parte de seus integrantes se eximem da responsabilidade pelo outro vitimado.

A campanha foi reciclada em 2014, como foi possível verificar, sendo disseminada por 30.000 panfletos sob o título “quando você dá dinheiro a uma pessoa na rua, ela deixa de procurar os nossos serviços” (Anexo I). A Prefeitura de São Carlos gerida de 2013 a 2016 por Paulo Altomani (PSDB) se beneficiou da construção argumentativa construída em 2010 por Osvaldo Barba (PT) para continuar justificando os fins da campanha, atualizando algumas de suas entrelinhas que seguiram reproduzindo um jeito de pensar e fazer política para a População de Rua, em que a única dimensão abordada da vida é a dependência química, e a única alternativa de construção de saída da rua é o Centro Pop. A reciclagem de campanhas desse tipo, além do mais, contribuiu com o fortalecimento da negação do direito de ir e vir de sujeitos economicamente desfavorecidos em São Carlos, que tanto na gestão do PT quanto do PSDB encontrou guarida pela via da *culpabilização da vítima* (VALLA, 1996). No bojo desse processo, a política para atendimento de grupos socioeconomicamente vulneráveis, como a População de Rua, as mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, também serviu para expandir o imaginário da comunidade são carlense de que essas pessoas são as únicas responsáveis por sua própria condição.

Foi publicada em um jornal local no início do inverno de 2016, época que exacerbou-se a comoção da sociedade em relação à População de Rua, que cobrou do Poder Público ações emergenciais para o frio.

Com a temperatura baixa a Secretaria tem intensificado as rondas que acontecem diariamente pela cidade para convidar os moradores em situação de rua a pernoitar na Casa de Passagem. No local eles podem tomar banho, jantar, dormir e tomar café da manhã. Entretanto, a secretária diz que muitos rejeitam o convite por causa das regras do local. “No nosso espaço eles não podem fazer o uso de substâncias químicas, entorpecentes, e muitas pessoas

em situação de rua não gostam dessas regras. Por isso que muitos estão na rua”, afirma. Ainda de acordo com Wiviane algumas atitudes de cidadãos também podem corroborar para agravar a procura pelos serviços da Secretaria. “Eu já ajudei muitas pessoas nessas situações. Entretanto, quando as pessoas dão alimento, dinheiro, de um lado isso é bonito; porém, do outro, ele deixa de procurar nossos serviços. Ele só vai buscar quando ele está com fome e frio”, afirmou (A FOLHA, 2016).

A campanha da esmola continuou sendo em 2016 um dos carros chefe da política de assistência à População de Rua em São Carlos, projetando a imagem equivocada sobre o grupo como pedintes que utilizam o dinheiro doado para saciar a dependência por bebida e outras drogas. E a única alternativa para modificar esse comportamento errante, pensado pelos gestores da política, era de submeter quem vivia na rua a situações extremas de fome e frio, correndo o risco, inclusive, de perder a própria vida ao relento, para que o Poder Público pudesse legitimar sua proposta de atendimento social.

Foi neste contexto que emergiu novamente em 2015, o desejo de alguns atores ligados à universidade e ao Centro Pop de organizar um evento sobre a temática na cidade. Sua configuração, assim, uniria o objetivo de informar dados de estudos acadêmicos realizados sobre a População de Rua em São Carlos, como disse Cláudio, expondo o tema diferentemente do que fora também disseminado pela campanha da esmola. Com essa intenção foi organizado o “Fórum Permanente da População em Situação de Rua de São Carlos”, que seria realizado entre os dias 25 e 27 de novembro de 2015.

A ideia era fazer um seminário um pouco maior. Tivemos as dificuldades financeiras e a ideia era que a gente não recorresse a nada da Secretaria. Era uma discussão fora. Não vincular com a Secretaria de Assistência, não buscar recursos com eles porque era mais para **denunciar e mostrar uns equívocos relacionados à gestão**. Mas acabou tendo que fazer uma parceria, pois o grupo de discussão estava dentro do Centro Pop. Então, tiveram que pensar em algumas estratégias, convidar a secretária, ver alguma logística. Mas nós buscamos, por exemplo, não depender de nada financeiramente e da organização da equipe da Secretaria de Assistência. E as dificuldades nessa organização passaram primeiro pelos nomes de pessoas a serem convidadas para falar, datas, mas tinha uma certa preocupação com o que poderia rebater em relação à própria gestão (Cláudio, 19 de setembro de 2016, *grifo meu*).

A ideia inicial era que o Fórum fosse uma iniciativa livre das amarras burocráticas do Poder Público municipal, no entanto, contar com um servidor do Centro Pop na equipe de organização implicou automaticamente a vinculação da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, conseqüentemente, da Prefeitura como um todo. O objetivo de não envolver a Secretaria não foi alcançado e a alternativa foi convidar representantes da Prefeitura responsáveis pela execução da política de atendimento à População de Rua a compor a mesa de abertura. Com isso, aumentou a preocupação de uma das servidoras do Centro Pop que se envolveu na organização do Fórum no sentido de que o evento não caminhasse “para uma coisa tão crítica, pesada, não chegar lá e fazer uma coisa eles contra nós. A ideia não era comparar o governo anterior com agora, porque o anterior fez absurdos também”. O intuito era colocar em questão “o que está colocado agora, o que a política prevê, o que o direcionamento prevê e como está o direcionamento local” (Cláudio, 19 de setembro de 2016).

Segundo meu interlocutor, “o medo dos outros atores envolvidos na organização do Fórum” (Cláudio), representantes da UFSCar e do Centro Pop, “era que poderia virar para um outro caminho, tendo em vista que um dos organizadores – e quem ia falar – era o gestor anterior”. Após semanas de debates, a decisão dos organizadores/as diante dos riscos do evento se configurar como guerra fria entre PT e PSDB no município, foi de assumi-los, tendo em vista a prioridade de colocar a População de Rua “na vitrine”⁹⁵ da política institucional. Assim, a programação do Fórum foi pensada para que no primeiro dia se realizasse a mesa de abertura com a Secretária de Cidadania e Assistência Social vigente em 2015, a primeira dama e também presidente do Fundo Social de Solidariedade “Amai-vos”, o docente da UFSCar e coordenador do grupo de pesquisa Na Margem e um representante da População de Rua.

As intervenções das representantes da Prefeitura se voltaram, basicamente, à divulgação dos serviços públicos para a População de Rua no município. Em sua fala, a primeira dama afirmou que sempre tinha no carro uma bolsa repleta de itens necessários ao dia-a-dia, como uma escova de dente, pente de cabelo, desodorante, etc., para doar às mulheres em situação de rua que eventualmente à abordassem no semáforo. Ela parabenizou a secretária de cidadania porque, até aquela data, ainda não tinha sido interpelada por nenhuma mulher em situação de rua na cidade, como afirmou.

⁹⁵ Essa expressão será tratada adiante.

A Secretária, por sua vez, emendou que a Prefeitura oferecia dois serviços a “moradores em situação de rua”, em suas palavras, “o Centro Pop que funciona durante o dia: no local eles têm profissionais que os acompanham e é oferecido café da manhã, almoço, lanche da tarde, higienização, cursos e laboratório de informática para eles poderem pesquisar. E tem a Casa de Passagem que funciona como um abrigo noturno” (Notas de campo: 26/11/16). Até o final de 2015 esses serviços mantiveram parceria com a UFSCar para o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à População de Rua.

Coincidência ou não, sabe-se que desde que o Fórum passou a realizar encontros mensais em fevereiro de 2016, o que disparou uma série de questionamentos em torno das políticas executadas no município, além das ações empreendidas visando a garantia dos direitos do grupo, como será visto na sequência dos tópicos, o cenário mudou. De acordo com relatos informais de pessoas que atuavam com o grupo via Prefeitura ou universidade, e nas denúncias que chegaram aos encontros do Fórum, soube-se que a Prefeitura rompeu parcerias anteriormente estabelecidas com a Universidade, que desenvolvia projetos de extensão nos equipamentos de acolhimento⁹⁶ e com outras Secretarias como a de educação. Entre 2011 e 2015, o Centro Pop sediou uma sala de alfabetização de adultos (MOVA). Ao longo de 2017 e chegando em 2018, essa atividade continuava funcionando na unidade, além da possibilidade de utilizar o computador uma vez por semana durante 1 hora, que os usuários do Centro Pop tiveram até onde se pôde verificar. Após o evento de novembro de 2015, soube-se que um projeto de extensão desenvolvido pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar no Centro Pop também não recebeu autorização da Secretaria de Cidadania e Assistência Social para continuar ao largo de 2016⁹⁷.

No fechamento da mesa de abertura, quem usou a palavra foi o representante da População de Rua e usuário dos serviços. Como tratava-se de um poeta, ele fez uso da palavra para declamar a seguinte poesia de sua autoria:

⁹⁶ Soube-se nas reuniões do Fórum que a atividade de leitura que era feita na Casa de Passagem às segundas-feiras à noite havia sido interrompida. Quem relatou o ocorrido foi uma das estagiárias do projeto, participante do Fórum no período sistematizado.

⁹⁷ Com a mudança de gestão em janeiro de 2017 até o momento de finalização desse texto, soube-se que parte dos projetos de extensão foram novamente autorizados pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

A gente pode morar numa casa mais ou menos, numa rua mais ou menos numa cidade mais ou menos, e até ter um governo mais ou menos.

A gente pode dormir numa cama mais ou menos, comer um feijão mais ou menos, ter um transporte mais ou menos, e até ser obrigado a acreditar mais ou menos no futuro.

A gente pode olhar em volta e sentir que tudo está mais ou menos...

TUDO BEM!

O que não pode mesmo, nunca, de jeito nenhum...

é amar mais ou menos

sonhar mais ou menos

ser amigo mais ou menos

namorar mais ou menos

ter fé mais ou menos

e acreditar mais ou menos.

Senão a gente corre o risco

de ser tornar uma pessoa

Mais ou menos.

A segunda mesa do evento foi composta pelo Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e por uma das lideranças do MNPR/SP e também Conselheiro Nacional da Assistência Social. Suas falas objetivaram apresentar aos espectadores o panorama nacional sobre os direitos do grupo, focando a importância de quem vive na pele a situação protagonizar os processos de reivindicação e disputa por direitos que devem, ainda, ultrapassar o campo da assistência social, desdobrando-se sobre questões relacionadas ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer.

Antes de iniciar sua fala, a liderança do MNPR/SP convidada pediu que os moradores de rua presentes se levantassem no auditório sem vergonha de se afirmarem como tal e seguiu argumentando que a legitimidade do Movimento está resguardada na presença e na voz ativa de quem vive na carne a situação, único sujeito capaz de compreender e expressar o que realmente é a vida na rua. Entendemos mais tarde que esse é um dos objetivos do MNPR: criar a possibilidade de que as pessoas, com trajetória de rua, aprendam a dizer sua própria palavra. Essa premissa guarda relação com o Ernani Maria Fiori⁹⁸ defendeu no prefácio da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2015):

⁹⁸ Nasceu em Porto Alegre a 17 de março de 1914. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1935, ingressando no magistério. Tornou-se catedrático de história da filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com o movimento de 64, devido à perseguição política, exilou-se no Chile, onde atuou na Universidade Católica, da qual foi vice-reitor. Veio a ser reintegrado à UFRGS, em 1979. Faleceu a 4 de abril de 1985, aos 71 anos de idade (CDPB, 1982).

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática de liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente. [...] A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FIORI, 2005, p. 7).

Ao convidar aqueles que têm trajetória de vida na rua a se levantarem em público, é parte de uma afirmação que subsidiará o engajamento na luta política, processo pelo qual os sujeitos vão ganhando confiança e aprendendo a expressar os temas decorrentes da situação vivida. Nessa dinâmica também vão surgindo e sendo formados os/as representantes/as da prática política instituída no mundo da rua.

Na sequência do evento, no dia 27 de novembro de 2016, foi composta uma mesa de debates sobre a intersectorialidade das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde e Cultura no atendimento à População de Rua na cidade e no país. As intervenções foram feitas, respectivamente, por Cláudio (gestor da política de assistência entre 2009 e 2011), por mim, educadora popular com trajetória de atuação no Centro Pop entre 2010 e 2012 e pesquisadora sobre o tema da População de Rua desde 2010, uma antropóloga com experiência como educadora social no albergue noturno entre 2010 e 2012 e também pesquisadora sobre a temática no campo da antropologia urbana e pela terapeuta ocupacional que coordenava os projetos de extensão da UFSCar realizados nos equipamentos de acolhimento até 2015 e retomados em 2017, como foi mencionado. Dentre as mesas de abertura e de debates ocorridas nos dois dias do Fórum, uma pessoa em situação de rua e usuária dos equipamentos de acolhida fez apresentações artísticas de dramatização e malabarismo, provocando o público a repensar suas concepções sobre a vida na rua ao apresentar cartazes, falar e mostrar sua arte nascida dessa vivência.

Durante o encerramento do evento no dia 27, houve a movimentação por parte de alguns participantes que representavam setores como: Poder Público; Defensoria Pública; Universidade; terceiro setor e a População de Rua, para que o Fórum fosse formalmente

fundado. Até se chegar à elaboração e assinatura da Ata (Apêndice V), houve momentos de tensão, especialmente entre alguns técnicos e profissionais que lidavam com o grupo em decorrência de objetivos divergentes e expectativas sobre o que viria a ser o Fórum dali em diante (Notas de campo: novembro de 2015). Finalizado o debate, dirimido momentaneamente o conflito de ideais, o direcionamento do coletivo fundador foi expressar duas possibilidades futuras em termos de objetivo para a experiência política que seria iniciada em fevereiro de 2016, dando por encerrado o evento de novembro de 2015.

Independentemente do que viria a se transformar, quem fundou o Fórum naquela ocasião e continuou participando de suas atuações até a finalização da sistematização, objetivou provocar impactos e desdobramentos para a política de atendimento ao grupo que, desde sua instituição, vinha sofrendo com o crescente processo de sucateamento de seus equipamentos e funcionários⁹⁹. E esse impacto se deveu em grande medida, segundo análise de Cláudio, à entrada de novos atores sociais na cena política relacionada à População de Rua, como a Defensoria Pública.

Isso foi uma amarração boa porque conseguiu fazer uma coisa diferente. Desvinculou de uma dependência da Assistência, porque se estivéssemos nós tocado há um tempo, seria vinculado ao Centro Pop. Eu não sei, você que está acompanhando, eu estou vendo de longe, mas transitou para um ator novo (Cláudio, 19 de setembro de 2016).

Cláudio reiterou que o intuito de trazer a Defensoria Pública ao evento de novembro de 2015 ao lado da liderança do MNPR, foi “provocar algo para sair da discussão da Assistência. A Assistência é um ponto só. A coisa é muito maior do que esse pontinho da Assistência” (Cláudio, 19 de setembro de 2016). Houve a tentativa, então, de provocar o debate em torno dos direitos humanos e levar o debate para outra direção.

Foi interessante porque repercutiu na continuidade que vocês dão aí em São Carlos por esses atores que estão ligados à rede pública de São Carlos, estatal. Não sei se algum servidor do Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e Drogas está participando. Ou alguém do Centro Pop, mas o ganho que eu vejo é que

⁹⁹ Esse fato não se diferenciou do que as demais políticas sociais, como de Educação e Cultura, sofreram, especialmente, no contexto aqui recuperado. Pode-se tomar como exemplo, os oito Pontos de Cultura que foram encerrados em 2013, sem aviso prévio, já nos primeiros dias da gestão do PSDB em São Carlos.

conseguiu trazer esses novos atores que deram continuidade. Se repercutiu dentro do Centro Pop, no atendimento, não sei. Se repercutiu no olhar da Assistência, provavelmente não porque, para você ver, a Secretária só foi lá, deu “boa tarde”, desconsiderou várias questões criadas por um governo anterior e foi embora. Existe um conflito tão grande dentro da Prefeitura e das Secretarias que alguns funcionários só vieram participar depois que a Secretária saiu. Então, ela foi chamada mais por uma questão de formalidade, de protocolo, mas a ideia era não discutir isso. Eu não fui mais a São Carlos depois daquele evento, então eu não sei se mudou alguma coisa dentro do Centro Pop, não sei se mudou a metodologia, não sei se tem mais voz dentro daquele lugar. O resultado que eu vejo, acompanhando de longe, é positivo porque se desvinculou dessa dependência. Porque, se nós estivéssemos, teríamos enfiado dentro da Assistência (Cláudio, 19 de setembro de 2016).

As questões levantadas no percurso do tempo da “recuperação do processo vivido” (HOLLIDAY, 2006), que contou com a contribuição do Cláudio, de notas de campo e das interpretações de participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos no lapso da sistematização, serão problematizadas ao longo do texto, iniciando pelos registros de 12 de seus encontros mensais e interpretação do primeiro, passando pelo registro de suas 13 reuniões de planejamento e interpretação geral delas, além da recuperação das articulações externas que compreenderam participação e organização de eventos, encerrando com registro e análise mais detida sobre suas ações estratégicas, como segue.

Encontros mensais

O Fórum da População de Rua de São Carlos, diferentemente do que fora pensado em novembro de 2015 – um seminário em formato acadêmico para divulgação dos resultados das pesquisas ora realizadas sobre a problemática da vida na rua pelas universidades locais, e também, onde denúncias poderiam surgir –, hoje figura como um espaço de diálogo entre diferentes atores sociais para a construção de princípios e práticas baseadas no respeito, na solidariedade e no atendimento efetivo às demandas urgentes da População de Rua, além de primar pelo protagonismo desse grupo social.

Trata-se da instituição de um espaço de denúncia e deliberação organizada em diferentes processos que estruturam as ações estratégicas empreendidas, conjunto que teve nos atores participantes seu pilar fundamental (Esquema 6).



Esquema 6. Estrutura de organização do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP.

Os encontros mensais, registrados entre 15 de fevereiro de 2016 e 10 de janeiro de 2017, foram realizados, em sua maioria, em praças públicas no período matutino. Eles foram sistematizados em atas, imagens fotográficas e 1 deles em áudio¹⁰⁰, todos organizados em 3 momentos constitutivos que contemplaram a seguinte estrutura:

- 1) informes e denúncias;
- 2) discussão de assuntos urgentes (pauta);
- 3) encaminhamentos das ações estratégicas.

Nos 12 encontros estiveram presentes em média 20 pessoas representando os setores da: População de Rua; Poder Judiciário; Poder Público Municipal; Partido Político; Universidade; Sociedade Civil Organizada (ONG) e indivíduos interessados no tema.

¹⁰⁰ Os documentos de registro do Fórum que incluem: atas; documentos oficiais; material de divulgação, etc., são de domínio público e estão arquivados na Defensoria Pública de São Carlos/SP.

Durante a realização dos encontros mensais no período da SE, foram criadas duas comissões do Fórum: de representação e de comunicação. A primeira foi formada por um grupo que ocupou outros espaços representando o coletivo, como em reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social ou com o Ministério Público. A comissão de comunicação ficou responsável pela disseminação da experiência do Fórum ao longo de suas atuações, por meio de rede social e e-mail¹⁰¹.

Interpretação do primeiro encontro do Fórum:

O primeiro encontro do Fórum que aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2016 após fundação oficial no dia 27 de novembro de 2015, é o marco dos processos de institucionalização identificados. Ele aconteceu na Defensoria Pública onde estiveram presentes 31 pessoas de diversos setores da sociedade civil e do poder público municipal (Quadro 12; Gráfico 1).

Quadro 12. Participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos no dia 15 de fevereiro de 2016, às 9h na Defensoria Pública do município.

SOCIEDADE CIVIL	ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO
<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas em situação de rua; - UFSCar (membro do grupo de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos; membros do ATHO/DTO e Metuia/DTO); - ONG: Associação Kooperi 	<ul style="list-style-type: none"> Defensoria Pública (Psicóloga e Assistente Social); - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua – Centro Pop (Terapeuta Ocupacional; Psicólogo); - Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD (Psicólogo).

Fonte: Elaboração própria a partir de lista de presença.

¹⁰¹ Facebook <https://www.facebook.com/mnprsc2016/?fref=ts>; e-mail; panfletos; Rádio UFSCar e “boca-a-boca”.

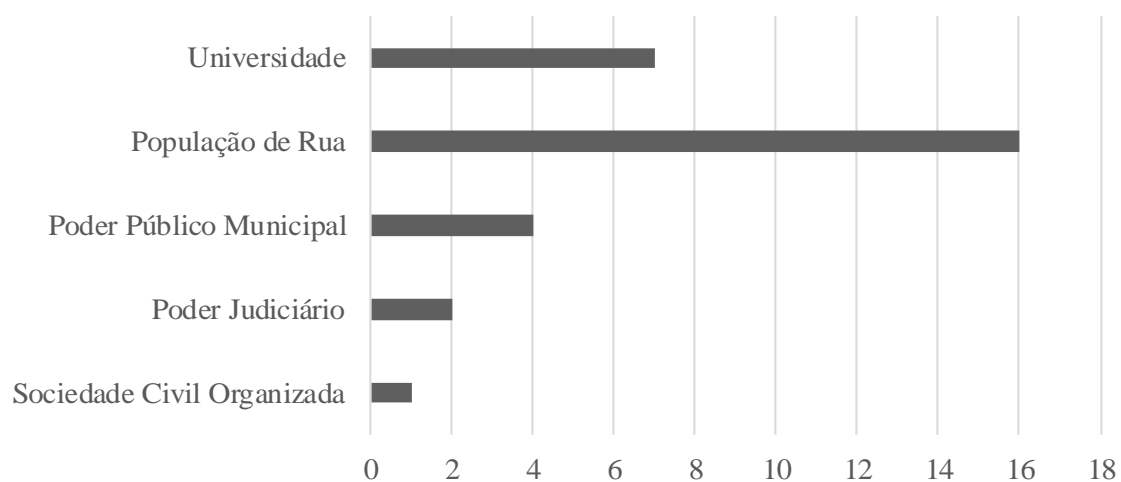


Gráfico 1. Distribuição dos participantes do 1º encontro do Fórum por setor que representavam.

O encontro foi iniciado com as apresentações pessoais e profissionais dos participantes, além de uma breve exposição da expectativa dos setores representados em relação ao Fórum. Nos relatos dos participantes com trajetória de rua surgiu um sem número de denúncias sobre a violência, a negligência e a invisibilidade vivida pela População de Rua em São Carlos, o que possibilitou a composição de uma lista de temas geradores e de situações limite experimentadas cotidianamente, perfazendo o universo vocabular da prática de luta política que nele insurgia.

Como as situações existenciais eram, além de diversas, complexas em termos de sua resolução, e foi posta na mesa a importância de romper com a lógica do mero discurso para que os problemas vividos fossem concretamente enfrentados pelo coletivo, o objetivo consensuado foi eleger um tema prioritário do Fórum, se voltassem a ele. Esse primeiro consenso foi motivado pela esperança de quem vive ou tem trajetória de rua sobre a real mudança da realidade, da necessidade urgente que têm dos desejos e necessidades saírem do papel e se tornarem concretude em suas vidas. O tema escolhido foi a Casa de Passagem, antigo Albergue Noturno.

De fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, os debates, ações e reflexões que movimentaram a prática social em São Carlos estiveram focadas na resolução das situações limite perpetradas por aquele equipamento público, quais sejam: cerceamento da liberdade de ir e vir das pessoas que vivem na rua no município e de itinerantes e a aplicação de castigos que penalizam seus frequentadores que sentem a desvalorização de suas experiências adultas em meio ao processo de infantilização sofrido.

De maneira a primar pelo protagonismo da População de Rua, dentre os debates que se seguiram ao primeiro encontro, tiveram destaque os que enfatizaram a necessidade de que, em cada ação do Fórum houvesse pelo menos uma pessoa que vive ou que tem trajetória de rua. Nessa experiência de luta política, a tônica foi primar pela legitimidade da prática instituída *com* a População de Rua. Os apoiadores assumiram papel fundamental em seus processos de consolidação e fortalecimento, pois deles advieram um sem número de recursos (materiais, psicológicos, educativos, etc.) que a manteve de pé até 2018, ano de conclusão do estudo. Contudo, não foram eles que protagonizaram os percursos de instituição. Nas atas dos 12 encontros sistematizados que seguem no corpo do texto, a concretização desse princípio pode ser observada, dado que em todos os momentos da atuação no campo político, estiveram presentes representantes da População de Rua.

Ata do 1º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **15/02/2016** às **9h**, nas dependências da Defensoria Pública, foi realizado o primeiro encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos. Todos os presentes se apresentaram falando as expectativas em relação ao Fórum. Após as apresentações, o debate foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Levantamento dos principais *temas / problemas* enfrentados pela População de Rua em São Carlos;
- 2) Deliberação sobre a periodicidade dos encontros do Fórum (data e horário);
- 3) Deliberação sobre locais dos encontros;
- 4) Deliberação sobre estratégias de divulgação dos encontros;
- 5) Deliberação sobre o tema a ser debatido no próximo encontro do Fórum e estratégias para o debate.

Temas /problemas. A partir dos relatos dos representantes da População de Rua foram levantados temas geradores e situações limite existenciais.

TEMA	PROBLEMA
Casa de Passagem (Albergue)	- Falta de liberdade; - Aplicação de castigos (como se fossem crianças).
Trabalho	- Dificuldades de conseguir trabalho digno.
Desrespeito	- Nomes que recebem e que expressam o desrespeito (morador de rua, por exemplo); - Guarda municipal (violenta, especialmente nos equipamentos públicos direcionados à População de Rua); - Preconceito.
Dependência Química	- Lacunas na assistência aos finais de semana.
Moradia	- Ausência de políticas que possibilitem acesso à moradia.

Periodicidade dos encontros. Ficou decidido que serão encontros mensais, seguindo a mesma data atual (dia 15 de todo mês ou na semana do dia 15, caso haja algum imprevisto), com duração de uma hora e meia (início às 9h da manhã e término às 10:30).

Local. Os encontros serão realizados em espaços públicos abertos, sendo que dia **15/03/16** o Fórum será realizado na Praça da Catedral. Nesse dia, os participantes irão decidir o local do mês de abril e, assim, sucessivamente.

Estratégias de divulgação. Foram encaminhadas as seguintes estratégias de divulgação:

Meios de comunicação	Viabilização de material / Contato	Responsáveis pela divulgação	Locais de divulgação
Panfletos	Centro Pop e Sara	Participantes	Praças públicas (especialmente da Catedral aos domingos e do cemitério durante a semana); Equipamentos públicos que atendem a População de Rua (CAPS AD; Centro Pop; Casa de Passagem e outros).
Rádio UFSCar	Carla e Representante da População de Rua	Representante(s) da População de Rua	
Cartazes	Centro Pop	Participantes	
Boca-a-Boca	Participantes	Participantes	
Comunidade no Facebook https://www.facebook.com/groups/141698416194097/	Participantes	Participantes	

Tema a ser debatido no próximo encontro e estratégias para o debate. Ficou deliberado que o tema a ser debatido no encontro do dia **15/03/16 (terça-feira)** será a Casa de Passagem (Albergue), sendo que a Soraya (representante da Defensoria Pública) irá pesquisar o dia da próxima reunião do Conselho Municipal de Assistência Social para coletar informações sobre a Entidade. Sara (Educadora / UFSCar) dará suporte nessas questões para que possam levar as informações no próximo encontro. Roberta (Centro Pop) ficou responsável por levar a Política de Assistência (SUAS) para que todos possam conhecê-la no que tange à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, item da qual a Casa de Passagem é parte.

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro, com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Participantes do 1º Encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos (15 de fevereiro de 2016, Defensoria Pública).

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/photos/>

Ata do 2º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **15/03/2016** às **9h**, na Praça da Catedral, foi realizado o segundo encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos. Um dos membros sugeriu que o encontro fosse organizado em 3 momentos:

- 6) Informações gerais;
- 7) Debate da pauta / Encaminhamentos;
- 8) Decisão sobre encontro seguinte e organizadores.

Todos os membros do Fórum concordaram com a organização, e o encontro seguiu como planejado:

1) Informações gerais

Foi montado um arquivo do Fórum contendo: documentos oficiais; relatórios técnicos; Atas dos encontros anteriores; dentre outros, para que os membros possam consultar, estudar o material que desejar e adicionar outros que tiverem acesso. O arquivo foi guardado no Centro Pop e será levado em todos os encontros.

Posteriormente, foi feita leitura da Ata do encontro do dia 15/02/16 para que todos ficassem cientes do que já foi debatido e encaminhado.

2) Debate da pauta e encaminhamentos

CASA DE PASSAGEM (Albergue): Soraya e Sara informaram sobre como conduziram os encaminhamentos quanto ao tema “Albergue”. Os membros verificaram que o convênio disponibilizado pela Prefeitura via Portal da Transparência está desatualizado. Soraya informou sobre a reunião que está agendada com a secretária de cidadania e, diante disso, o coletivo considerou a importância de montar uma comissão de representação do Fórum para ir na reunião que será dia **17/03** às **9h** na Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

Diversas questões foram levantadas sobre o funcionamento e política de acolhimento do albergue, gerando reflexões e aprendizados importantes entre os membros. Dentre as questões debatidas estiveram: Alimentação (café da manhã e marmitas); saúde dos usuários; vigilância na portaria; descumprimento de regras; liberdade x repressão; higiene, etc. Um dos membros esclareceu como a política de acolhimento está estruturada e o coletivo compreendeu que o

albergue funciona como Casa de Passagem, abrigo e república, ao mesmo tempo, configurando uma falha no que tange ao cumprimento efetivo da política para a Pop de Rua em São Carlos.

<i>ENCAMINHAMENTOS</i>	<i>REPRESENTANTES</i>
Comissão de representação do Fórum	Adriano; Clodemir; Carlos; Carla e Sara

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: O coletivo debateu que a comunicação e divulgação do Fórum ainda precisam ser melhoradas, e uma maneira de se alcançar isso, é que os membros assumam o papel de disseminadores das ideias e informações do Fórum buscando articular eventuais apoiadores. Nesse sentido, optou-se por rever as estratégias elaboradas no encontro do dia 15/02/16 que foram encaminhadas da seguinte maneira:

Meios de comunicação	Viabilização de material / Contato	Responsáveis pela divulgação	Locais de divulgação
Panfletos	UFSCar	Carla e Letícia	Praças públicas (especialmente da Catedral aos domingos e do cemitério durante a semana); Equipamentos públicos que atendem a População de Rua (CAPS AD; Centro Pop; Casa de Passagem e outros).
Rádio UFSCar	UFSCar	Carla, Letícia e representante da Pop Rua	
Cartazes	MOVA	Participantes do MOVA e Sara	
Boca-a-Boca	Participantes	Participantes	
Comunidade no Facebook https://www.facebook.com/groups/141698416194097/	Participantes	Participantes	

3) Decisão sobre próximo encontro e organizadores.

PRÓXIMO ENCONTRO DO FÓRUM: Foi debatida a pertinência de realizar os encontros em equipamentos utilizados pela População de Rua ou em espaços públicos abertos como as praças, e o coletivo decidiu continuar se reunindo em praças para que mais pessoas possam se juntar ao Fórum. Também foi decidido por eleger, a cada encontro, um grupo que possa organizar a reunião subsequente da maneira que achar mais pertinente ao bom andamento dos debates, tendo em vista o diálogo aberto e horizontal entre os membros e eventuais participantes.

<i>ENCAMINHAMENTOS</i>	<i>ORGANIZADORES</i>
Próximo encontro: 12/04/16 às 9h na Praça do Cemitério	Adriano; Arlete; Soraya e Sara
O tema a ser debatido será a Política de Acolhimento (Casa de Passagem)	

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.

TEMAS:

TEMAS	SUBTEMAS
Casa de Passagem (Albergue)	- Falta de liberdade; - Aplicação de castigos (como se fossem crianças).
Trabalho	- Dificuldades de conseguir trabalho digno.
Desrespeito	- Nomes que recebem e que expressam o desrespeito (morador de rua, por exemplo); - Guarda municipal (violenta, especialmente nos equipamentos públicos direcionados à População de Rua); - Preconceito.
Dependência Química	- Lacunas na assistência aos finais de semana.
Moradia	- Ausência de políticas que possibilitem acesso à moradia.

Tema a ser debatido no próximo encontro e estratégias para o debate.

Ficou deliberado que o tema a ser debatido no encontro do dia 15/03/16 (terça-feira) será a Casa de Passagem (Albergue), sendo que a Soraya (representante da Defensoria Pública) irá pesquisar o dia da próxima reunião do Conselho Municipal de Assistência Social para coletar informações sobre a Entidade Sara (Educadora / UFSCar) dará suporte nessas questões para que possam levar as informações no próximo encontro. Roberta (Centro POP) ficou responsável por levar a Política de Assistência (SUAS) para que todos possam conhecê-la no que tange à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, item da qual a Casa de Passagem é parte.

ENCAMINHAMENTOS:

CONTATO SCAS (SORAYA / SARA)

REUNIÕES CONSELHO QUINZENAIS (HOJE)

CONVÊNIO (PORTAL TRANSPARÊNCIA)

REUNIÃO SCAS 17/03 - 9h

REIVINDICAÇÕES:

ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ/MARMITA)

VIGILÂNCIA E RELAÇÕES / GUARDA

HIGIENE

NÃO CUMPRIMENTO REGRAS POR PARTE DOS USUÁRIOS EDUCAÇÃO

QUESTÕES DE SAÚDE

Quadro dos temas e encaminhamentos do 2º Encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos (15 de março de 2016, Praça da Catedral).
Fonte: Arquivo do Fórum.

Ata do 3º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **12/04/2016** às **9h**, na Praça do Cemitério, foi realizado o terceiro encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 9) Informações gerais;
- 10) Debate da pauta / Encaminhamentos;
- 11) Decisão sobre próximo encontro e organizadores.

1) Informações gerais

- No dia 17/03/16 foi feita reunião entre representantes do Fórum da População de Rua – Carlos, Clodemir, Carla e Sara – e secretária de Cidadania – Viviane –, cujo objetivo foi apresentar o Fórum para a secretária, bem como estabelecer diálogo com a Secretaria de cidadania. Ao final da reunião, os representantes do Fórum solicitaram os documentos que regem a Casa de Passagem para que seus membros possam se inteirar dos mecanismos de gestão do equipamento e a secretária orientou que o Fórum encaminhasse ofício à Secretaria contendo o pedido do convênio e regimento interno da Casa de Passagem. Viviane também mencionou que o Fórum pode participar das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social que é presidido por ela.

- A Rádio UFSCar abriu espaço em sua programação para divulgação do Fórum que adotou como regra que a comissão de representação conte sempre com um membro de cada setor que participa do Fórum, especialmente da população de rua.

- Um membro do Fórum relatou atitude da coordenadora da Casa de Passagem frente às reuniões do Fórum que ela não concorda em participar, alegando que a população de rua é “barraqueira” e que não vai se submeter a ouvir críticas em praça pública. Ainda, a coordenadora solicitou reunião em particular com participantes do Fórum dentro da Casa de Passagem, argumentando que não compartilharia os documentos do equipamento, já que as regras mudam diariamente em decorrência do comportamento instável dos usuários. Concluído o relato, os participantes decidiram que esse assunto fosse para a pauta, devido a sua urgência e seriedade.

2) Debate da pauta e encaminhamentos

CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO: Adriano, Clodemir, Soraya, Thales, Arlete e Sara levaram a sugestão do Fórum constituir-se como um espaço democrático e não de disputa e autodefesa entre seus membros. Assim, Arlete compartilhou sua experiência em relação à construção do diálogo igualitário, tendo em vista que o importante é a força do argumento de cada pessoa e não a posição social que ocupa na sociedade porque todas as pessoas são indispensáveis e possuem conhecimentos diferentes que enriquecem o debate. Soraya, então, propôs uma dinâmica em que cada pessoa pega um objeto colocado no meio da roda de conversa, indicando que a palavra está com ela. Finalizada a fala, passa o objeto ao companheiro do lado que fica com a palavra, podendo ser ouvida com qualidade por todos até que passe o objeto para o próximo. Todos concordaram com a dinâmica que será utilizada nos próximos encontros e Clodemir completou que a liberdade é aberta, por isso precisamos respeitar regras e que os que vivem na margem precisam ser tratados como cidadãos de direitos e deveres.

CASA DE PASSAGEM: Foram feitas duas rodadas de fala sobre o assunto relatado nos informes, sendo que na primeira os participantes expuseram suas impressões sobre o pedido de reunião fechada entre a coordenadora da Casa de Passagem e membros do Fórum. Um representante da população de rua disse que a coordenadora do equipamento precisaria compreender que quem usa a Casa de Passagem não quer o mal para ela, mas o bem para todos que vivem na rua e que isso deveria ser ouvido por ela em uma eventual reunião. Na segunda rodada os participantes falaram mais diretamente se o Fórum deveria, nesse momento, reunir-se com a coordenadora e o encaminhamento foi que seria importante, antes, serem disparadas outras ações que instrumentalizassem os participantes do Fórum para esse encontro. Nesse sentido o assunto foi encaminhado da seguinte maneira:

<i>ENCAMINHAMENTOS</i>	<i>RESPONSÁVEIS</i>
Enviar ofício para Secretaria de cidadania e Conselho Municipal de Assistência Social solicitando Convênio e Regimento Interno da Casa de Passagem	Soraya, Thales e Sara
Articulação com Movimento Nacional da População de Rua e Fórum de Campinas	Carla e Sara

Divulgação midiática (Rádio UFSCar) do Fórum como ferramenta de fortalecimento do coletivo frente à sociedade São Carlense

Adriano, Arlete, Clodemir, Letícia e Sara

3) Decisão sobre próximo encontro e organizadores.

PRÓXIMO ENCONTRO DO FÓRUM:

Próximo encontro: **10/05/16 às 9h na Praça Santa Cruz.**

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Objetos usados em dinâmica para construção do diálogo igualitário.



Participantes com trajetória de rua.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/photos/>

Ata do 4º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **10/05/2016** às **9h**, na Praça Santa Cruz, foi realizado o quarto encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais;
- 2) Debate da pauta: ofício enviado ao Conselho Municipal de Cidadania e Assistência Social, visita a outros fóruns da População de Rua (Campinas e São Paulo), formação de Comissões / Encaminhamentos;
- 3) Decisão sobre próximo encontro.

1) Informações gerais

- Sara apresentou a Marinéia, participante do Coletivo Kooperi. Em seguida a Marinéia (Néia) fez sua própria apresentação e falou sobre a motivação em querer participar do Fórum e poder contribuir com o movimento.

- Sara informou que o Anderson não pode estar presente por problemas de saúde e falou de sua ida na oficina de formação do MNPR nos dias 29/04, 30/04 e 01/05. Desse encontro trouxe exemplos das várias ações que lá são feitas, como incentivo de que elas possam ser realizadas no Fórum de São Carlos, além de poder criar ideias para outras ações. Sara levou os casos de São Carlos ao MNPR de São Paulo e o Anderson falou sobre o Disque 100. Esse número pode ser acionado por qualquer pessoa e de qualquer telefone, no sentido de denunciar violações realizadas por policiais, equipamentos públicos, etc. aos moradores de rua. A ligação pode ser anônima e quem atender o telefonema irá acolher o caso e levar para a Secretaria de Direitos Humanos de Brasília. Depois da denúncia registrada será apurado o caso para a reparação da infração. Sara disse que em São Paulo esse disque denúncia está funcionando bem. Outra ação importante de ser realizada é estabelecer parcerias com advogados da Defensoria Pública. Outra possibilidade é levar as causas ao Ministério Público.

- Sara informou que dia 21/05/2016 será realizada a reunião do Fórum Estadual da População de Rua em São Paulo que conta com a participação do Fórum de São Carlos.

- Entrou em contato também com o Fórum de Campinas. Este Fórum existe desde 2001 e dia 17/05/2016 terá uma reunião, há possibilidade de que os participantes do Fórum de São Carlos possam ir aos dois eventos, é só preciso ver quem tem o interesse.

2) Debate da pauta

OFÍCIO: Foi entregue no dia 18/04/2016 ao Conselho Municipal de Assistência Social contendo o pedido do convênio e do regimento interno da Casa de Passagem, mas até o momento não houve uma resposta. De acordo com o exemplo das comissões existentes nos Fóruns de Campinas e São Paulo, foi deliberado que se criasse comissões no Fórum de São Carlos, sendo uma delas para a cobrança da resposta da Casa de Passagem em relação à solicitação do ofício. Ficou decidido que nas comissões sempre exista uma ou duas pessoas que vivem na rua a fim de manter a legitimidade do movimento. Sobre a resposta ao ofício foi deliberado que o embate direto não é uma boa opção no momento, e ir na reunião do Conselho Municipal seria importante, pois esse é uma ferramenta de controle social e de fiscalização das políticas públicas e pode ser um caminho, não deixando de lado que o pessoal que mais sofre é o que está em situação de rua. Um representante da população de rua menciona que nesse momento, ainda são fracos, o que justifica a não participação no Fórum decorrente do medo de retaliação. Outro representante da rua lembra que a Casa de Passagem não é para ser uma estadia eterna e sim, que seja para algumas pessoas que precisam no momento até se ajeitarem. Um membro do Fórum lembra do Disque 100 e ressalta a importância de denunciar a violação dos direitos que a População de Rua vem sofrendo no município. Foi deliberado que será feito um novo ofício cobrando do COMAS onde está parado o ofício anterior e colocando um prazo para que seja dada a resposta.

COMISSÕES DO FÓRUM: Foi criada a **Comissão de Representação**, configurada pelos membros: Carlos, Clodemir, Letícia, Sara e Shirlei. A **Comissão de Comunicação** também foi criada, sendo seus membros: Clodemir, Carlos, Fernanda, Letícia, Roberta e Sara.

ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS DA POP RUA NO ESTADO E OUTROS PARCEIROS: Membros do Fórum participarão da reunião do Fórum de Campinas no dia 17/05/2016 às 18h. Também estarão presentes na reunião do Fórum Estadual em São Paulo no

dia 21/05/2016 às 14h. Sabe-se que na Defensoria Pública há oito defensores e eles serão convidados pelo Fórum a demonstrar interesse em apoiar o movimento. Será feito contato com o Ministério Público para marcar uma reunião com o promotor Osvaldo, com o objetivo de que conheça o Fórum e seus objetivos.

3) Decisão sobre próximo encontro

Próximo encontro: **14/06/16 às 9h na Praça XV de Novembro**. Se estiver chovendo o grupo se deslocará para a USP, onde há lugares cobertos.

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Participantes com e sem trajetória de rua.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/photos/>

Ata do 5º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

ENCAMINHAMENTOS (5º encontro do Fórum da Pop Rua)

Reunião no dia 16/06 (quinta-feira) às 9h na Defensoria Pública (R. Belarmino Idalécio de Sousa, 549) para:

- Leitura coletiva do Regimento Interno da Casa de Passagem e do Convênio n. 8/16 entre Prefeitura e Saber Amar;
- Elaboração de documento (abaixo-assinado) que expresse discordância do Fórum em relação às regras excludentes e que ferem os direitos de acesso da Pop Rua ao equipamento;
- Plano emergencial para frio (abordagem noturna; arrecadação de agasalhos e cobertores, etc.);
- Convite oficial para Casa de Passagem participar do Fórum ou reunião entre Fórum e Coordenação do equipamento.

Também foram colocados os eventos que acontecerão nos próximos dias que o Fórum estará presente:

- **18/06 (sábado) às 14h:** Reunião do Fórum Estadual da Pop Rua em São Paulo (Carla fará levantamento de recursos para custear viagem de carro de representantes);
- **24/06 (sexta-feira) às ?h:** Marcha em defesa do SUS (ver detalhes com Fernando)
- **12/07 (terça-feira) às 9h:** 6 Encontro do Fórum na praça dos Pombos (Tema em pauta será "Moradia" e comissão fórum articulará parceria com setor de habitação)
- **13, 14 e 15/07 (dia todo):** FEST RUA em São Paulo (há uma lista de interessados para Fórum correr atrás de transporte via Prefeitura).



Participantes com e sem trajetória de rua. **Fonte:** Arquivo do Fórum.

Ata do 6º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **12/07/2016** às **9h**, na Praça Coronel Salles, foi realizado o sexto encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais (“sobre o Fórum”; notícias e denúncias);
- 2) Chuva de Ideias para compor a pauta de reivindicações a ser apresentada aos candidatos a Prefeitura de São Carlos;
- 3) Encaminhamentos.

1) Informações gerais

- Carlos, assim como o Eder e o Gil falaram sobre a importância do Fórum, da união de todos e das denúncias de abuso sofridas na cidade. Carlos reforçou que o disque 100 deve ser utilizado como um instrumento de denúncia, para que seja mantido, inclusive. Carlos seguiu apresentando os setores que participam do Fórum e os novos integrantes no presente encontro, tais como a USE; Comissão de Direitos Humanos da OAB e pré-candidato à Prefeitura de São Carlos pelo partido PSOL;

- Sara explicou como os encontros do Fórum têm sido organizados de maneira a disparar sempre uma ação concreta que vise a garantia de direitos da População de Rua na cidade. Informou sobre as ações que o Fórum tem realizado em face da Casa de Passagem que culminaram na elaboração de um diagnóstico sobre as violações dos direitos da População de Rua que será apresentado e entregue por membros do Fórum ao Conselho Municipal de Assistência Social nos próximos meses (agosto);

- Sara informou que o FEST RUA que iria acontecer nos dias 13, 14 e 15/07 foi adiado para os dias 24, 25 e 26 de agosto. Confirmou que será mantido na lista de participantes, o nome de quem tinha manifestado interesse em ir ao evento. Salientou que esse tempo será importante para produzirem alguma atividade ou produto que quiserem expor e/ou comercializar no evento. Informou também que a Secretaria de Assistência disponibilizou uma van com 15 vagas para levar e buscar as pessoas em São Paulo. Com o adiamento do evento, ela buscará travar acordo com Secretaria para que forneçam transporte com mais vagas.

- Microfone foi aberto para as denúncias e relatos sobre a vida na rua. Gil Rosa e Tânia relataram a negação de fornecimento de alimentação pela Casa de Passagem na noite anterior, sendo que na manhã seguinte havia várias marmitas fechadas dentro do lixo.

- Após denúncias, Sara reforçou que a alimentação deve ser garantida na Casa de Passagem mesmo que a pessoa não pernoite no equipamento, de acordo com seu próprio Regimento Interno, capítulo III, artigo 7º, item b.

2) Chuva de Ideias para compor proposta de Política Pública para a População de Rua em São Carlos

- A chuva de ideias foi realizada com a participação livre de todos/as participantes e todas as sugestões foram listadas e anotadas em flipchart. A sistematização dos itens levantados será feita pela Comissão do Fórum e será levado para o próximo encontro do Fórum em forma de documento. Posteriormente, será apresentado aos candidatos à Prefeitura de São Carlos no debate que será realizado especialmente para essa ação.

3) Encaminhamentos

- Levantamento de participantes do Fórum interessados em participar da reunião com Conselho Municipal de Assistência Social;

- Reunião da Comissão do Fórum no dia **28 de julho (quinta-feira) às 9h na Defensoria Pública** para elaboração das propostas para compor Política Pública a ser apresentada aos candidatos a prefeito e organização do evento para a entrega aos mesmos;

- Fixação do espaço do Fórum na Praça Coronel Salles por sugestão da Soraya e anuência dos demais participantes, dado que a praça possui local para sentar, visibilidade pública ampla, é um ponto de fácil acesso e palco histórico de movimentos populares da cidade;

- **7º ENCONTRO: 09/08/16 às 9h na Praça Coronel Salles.**

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Participantes com e sem trajetória de rua.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/photos/>

Ata do 7º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos¹⁰²
Sistematização da chuva de ideias feita no 6º encontro do Fórum

REUNIÃO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Resumo Chuva de ideias	
1. TRABALHO	a. Política de emprego b. Oficina de qualificação para emprego
2. MORADIA	c. Política para Moradia e auxílio aluguel d. Endereço fixo para ter referência para conseguir emprego
3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	e. Promoção de espaços e processos educativos que atendam especificamente a População de Rua (ex: Escola Porto Alegre)
4. SAÚDE MENTAL	f. Política para tratamento para dependentes químicos com a criação de mais clínicas g. Política de Acompanhamento para dependente químico
5. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E BENEFÍCIOS	h. Melhoria da infraestrutura da casa de passagem i. Municipalização da casa de passagem j. Lavanderia Móvel (itinerante) k. Garantia do Serviço Público de manter a qualidade de vida da população em situação de rua l. Garantia de Vagas (PSR) m. Abrigo Institucional para idosos (PSR) (EU ACHO QUE ESTA ANOTAÇÃO ESTÁ ERRADA O QUE O GIL SEMPRE FALA É DE ABRIGO INSTITUCIONAL PARA A POPULAÇÃO EM GERAL E NÃO ILPI) n. Intensificação da Abordagem social de Rua (busca ativa a noite) o. Vale Transporte p. Flexibilização no atendimento das instituições que atendem PSR q. Acompanhamento sistemático aos processos de transição da rua para a casa.
6. LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS	r. Censo da população em situação de Rua s. Entrevistadores do censo sendo os próprios PSR (fazer formação)
7. FORMAÇÃO CONTINUADA	t. Formação continuada para os profissionais que trabalham com PSR u. Qualificação para todos os profissionais de forma a incorporar sensibilidade v. Política de Educação para diminuir a discriminação da PSR
8. VIOLÊNCIA POLICIAL E DA GUARDA MUNICIPAL	w. Romper com a cultura da violência contra a população de rua, perpetrada pela guarda municipal e polícia militar no município.
9. DIVERSOS	x. Melhores oportunidades para pessoas em situação de Rua (PSR) y. Criação do comitê Intersetorial z. Orçamento específico para a PSR aa. Contra a violência policial e a guarda municipal bb. Fomento da Organização da Política do Movimento População de Rua cc. Inclusão digital da população de rua

¹⁰² A participante responsável pela ata não a encaminhou ao coletivo. Nesse dia foi apresentada a chuva de ideias realizada no 6º encontro para construção da Carta Compromisso a ser entregue aos candidatos à Prefeitura.

Ata do 8º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

“Conversa com candidatos à Prefeitura de São Carlos”

No dia 20/09/2016 às 9h, na Praça Coronel Salles, foi realizado o oitavo encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo objetivo foi travar conversa e compromissos com candidatos à Prefeitura da cidade. O encontro foi organizado da seguinte maneira:

- 1) *Apresentação do Fórum (objetivos, atores e ações);*
- 2) *Apresentação da Política Pública voltada à População de Rua em âmbito nacional e municipal;*
- 3) *Entrega da Carta Compromisso elaborada pelo Fórum aos candidatos presentes;*
- 4) *Fala dos candidatos;*
- 5) *Debate e encerramento com uma marcha até a Prefeitura.*

1) Apresentação do Fórum (objetivos, atores e ações)

- Um militante com trajetória de rua fez a fala inicial sobre a recente existência do Fórum na cidade e seus intuítos como espaço de controle, fiscalização e ação política em prol da garantia dos direitos da População de Rua em São Carlos.



2) Apresentação da Política Pública voltada à População de Rua em âmbito nacional e municipal

- Duas militantes apoiadoras do Fórum apresentaram a Assistência Social como o campo em que se assentam as diretrizes da política pública voltada ao atendimento da População de Rua brasileira que, por sua vez, deve respaldar os projetos e programas municipais existentes.



3) Entrega da Carta Compromisso elaborada pelo Fórum aos candidatos presentes

- Um militante com trajetória de rua fez a leitura na íntegra da Carta Compromisso elaborada pelo Fórum em encontros anteriores e passou-se a entrega e assinatura das mesmas para os candidatos presentes.



Carta Compromisso produzida a partir da chuva de ideias, a ser entregue e assinada pelos candidatos à Prefeitura de São Carlos



FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS

São Carlos ____ de _____ de 2016

CARTA COMPROMISSO

Sr (a) _____

Candidato (a) a Prefeito (a) Municipal de São Carlos

Nós, Fórum da População de Rua de São Carlos, apresentamos esta “Carta Compromisso” com a finalidade de que Vossa Senhoria tome conhecimento das demandas da População em Situação de Rua deste município. Em concordância com as propostas apresentadas abaixo, solicitamos a assinatura da mesma, com o compromisso de implantá-las caso seja eleito(a).

1. Realizar censo e levantamento do perfil da População em Situação de Rua de São Carlos, capacitando e empregando as pessoas em situação de rua como pesquisadores em parceria com os profissionais designados para esta função, a fim de subsidiar trabalhos e serviços que respondam às demandas reais deste grupo;
2. Elaborar e sancionar a Política Municipal Intersetorial para a População em Situação de Rua, com destinação de recursos específicos e criação do Comitê Gestor Intersetorial;
3. Instituir Política de geração de emprego, trabalho e renda para a População em Situação de Rua, possibilitando a inserção no mercado de trabalho de acordo com a formação e afinidade laborativa;
4. Promover programas de qualificação profissional, levando em consideração as características deste público e as demandas do mercado de trabalho;
5. Criar mecanismos de inclusão nos programas habitacionais para as pessoas em processo de saída das ruas, redefinindo critérios de inscrição, em particular a comprovação de endereço;
6. Fortalecer a Rede de atendimento aos usuários de álcool e outras drogas, através da ampliação da capacidade de atendimento do CAPS Ad e criação de dispositivos inexistentes como o Consultório na Rua e implantação de programas visando a “redução de danos”;
7. Qualificar os serviços de saúde em todos os níveis de atenção de forma para o atendimento à população em situação de rua que respeitem sua situação peculiar e promovam uma rede ampliada de cuidado;
8. Municipalização da Casa de Passagem com a melhoria de sua infraestrutura, garantia de equipe técnica em quantidade adequada e permanentemente capacitada, em atendimento ao disposto na resolução 109/09 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e na NOB RH, garantia de atendimento emergencial 24 horas e criação de abordagem social no período noturno com plano emergencial no inverno;
9. Promover a inserção da População em Situação de Rua nas políticas de cultura, educação, esporte, alimentação, etc., respeitando a complexidade e especificidades desse público, a fim de garantir melhoria em todas as dimensões da vida humana e possibilidades reais de saída da rua;
10. Construir Abrigo Institucional para atendimento à População em Situação de Rua que possa acolher casais e famílias, com infraestrutura adequada, quadro de funcionários capacitados, atendimento emergencial 24 horas e serviço de abordagem noturno com plano emergencial no inverno;

4) Fala dos candidatos



5) Debate e encerramento com uma marcha até a Prefeitura



9º ENCONTRO: 11/10/16 às 9h na Praça Coronel Salles.

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.

Ata do 9º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **11/10/2016** às **9h**, na Praça Coronel Salles, foi realizado o nono encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais;
- 2) Pauta;
- 3) Encaminhamentos.

1) Informações gerais

- Carlos relatou as viagens para Campinas e Mogi das Cruzes. Em Campinas conheceu equipamentos como Albergue, Centro Pop e Secretaria de Cidadania, ressaltando diferenças e semelhanças entre os equipamentos de lá e de São Carlos. Ressaltou que as regras são duras e que a culpa é do sistema. Em Mogi participou de reunião com representantes dos demais municípios (Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo), onde foram tiradas duas agendas:

a) 28 de outubro (reagendada para 31 de outubro): Reunião na sede do MNPR/SP para preparação da formação de novas lideranças;

b) 18, 19 e 20 de novembro: Formação de novas lideranças em Cotia/SP.

Para ambas as agendas, o MNPR/SP disponibilizará passagens de ônibus para que dois representantes da População de Rua participem. Apoiadores que quiserem ir precisarão usar recursos próprios.

2) Pauta:

CASA DE PASSAGEM

- Márcia e Ana (assistente social e coordenadora da Casa de Passagem) compareceram ao encontro e esclareceram que é responsabilidade da Prefeitura reparar danos na infraestrutura da Casa. Sara colocou que no Convênio firmado com PMSC consta que a Entidade possui essa responsabilidade e as dirigentes rebateram que a estrutura da casa é velha e que necessita de grandes reformas. Que não adianta fazer reparos que irão estragar novamente. Também

colocaram que usuários estragam banheiros jogando jornais nos vasos sanitários, além de furtarem lâmpadas novas assim que são colocadas. Carlos mencionou que enquanto estava utilizando a Casa foi impedido pela assistente e coordenadora de usar o transporte, isso o motivou a deixar de frequentar o equipamento. Elas explicaram que o veículo da Casa é para uso exclusivo dos usuários que vão ao Centro Pop, existindo exceções para essa regra;

- Clo disse que levou gancho por não chegar no horário determinado e Ana ressaltou que ele costuma entrar na brecha das exceções por ter problema de saúde;

- Neia perguntou para Ana e Márcia se já houve a tentativa de criarem um espaço entre funcionários, dirigentes e usuários para debaterem as regras da Casa coletivamente, criando acordos conjuntos. Ainda ressaltou que seria importante implantarem essa cultura dentro do espaço para que as pessoas se sintam parte do equipamento e para que todos contribuam com sua manutenção;

- Mediante reclamações de Ana e Márcia sobre a precariedade do equipamento, Sara perguntou o que elas achariam importante haver para que o serviço atendesse integralmente a política pública voltada ao atendimento da População de Rua. Ana respondeu que não sabia e Sara questionou a contradição dela sentir as dificuldades e não saber o que propor para solucionar. Enfatizou que dessa maneira torna-se muito difícil ajudar de alguma forma. Ela disse que seria importante ter um prédio novo em outra localidade, fora da região central, pois a vizinhança reclama muito do comportamento dos usuários, mesmo sendo na saída da cidade;

- Juan e Pedro disseram que abrir a Casa no centro da cidade é um direito dos usuários e que o preconceito da vizinhança e da sociedade em geral tem que ser enfrentado pela Entidade que atende a População de Rua por meio do equipamento;

- Carlos enfatizou que o prazo de validade para pernoite na Casa pressiona as pessoas negativamente por ser muito curto e não dar tempo da pessoa organizar a vida. A justificativa apresentada pelas representantes da Entidade foi que se trata de uma *Casa de Passagem*, cujo prazo máximo preconizado na Política é de 1 pernoite. O que é feito pela Entidade, para além desse prazo, é favor prestado aos usuários;

- Soraya que chegou da reunião do Conselho Municipal de Assistência onde estava representando o Fórum no mesmo dia e horário do encontro, relatou que seus membros sugeriram que o Fórum faça visitas por 2 semanas na Casa de Passagem, permanecendo no

equipamento das 17 às 23h (horário de maior movimento) com o objetivo de conhecer melhor sua infraestrutura e dinâmica de uso e ocupação. Soraya, ainda, dirigiu-se a Ana e a Márcia afirmando que as pessoas não têm que se adequar aos projetos. Os projetos é que tem que atender as demandas reais das pessoas.

3) Encaminhamentos

- Fórum entra em acordo com Entidade Saber Amar sobre as visitas à Casa de Passagem que serão feitas com o objetivo de que seus membros possam conhecer melhor o equipamento, seus funcionários e rotina diária;
- Ana impõe a condição de que ex e atuais usuários da Casa não participem das visitas. Membros do Fórum questionam essa condição e ambas as instituições concordam em avaliar isso entre suas partes, para entrarem em acordo entre si posteriormente;
- Ana e Márcia se retiraram do espaço e o Fórum continuou deliberando o cronograma de visitas que ficou assim estabelecido:

DATA	VISITANTE
19/10 (quarta-feira)	Sara e Neia
20/10 (quinta-feira)	Juan
21/10 (sexta-feira)	Natália
22/10 (sábado)	Juan e Natália
23/10 (domingo)	Soraya
24/10 (segunda-feira)	Soraya
25/10 (terça-feira)	Raquel

- A reunião da Comissão do Fórum será no dia **31 de outubro (segunda-feira) às 14h na Defensoria Pública**. Será feita avaliação sobre as visitas à Casa de Passagem, encaminhamentos sobre a elaboração de relatório a ser publicizado sobre essa ação no décimo encontro para posterior deliberação sobre próximas ações.

- **10º ENCONTRO: 08/11/16 às 9h na Praça Coronel Salles.**

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Participantes com e sem trajetória de rua.

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?tab=album&album_id=1601201063513001

Ata do 10º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **08/11/2016** às **9h**, na Praça Coronel Salles, foi realizado o décimo encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais;
- 2) Pauta (Encaminhamento do Relatório da visita dos membros do Fórum na Casa de Passagem);
- 4) Encaminhamentos.

1) Informações gerais

- Foi dado o informe da Reunião da comissão do Fórum no dia 31/10/2016, onde estiveram presentes: Natália; Shirlei; Gil; Juan; Eder; Soraya e Raquel. A reunião foi rápida, mas falou-se sobre as visitas e sobre as impressões que foram passadas e trocadas por e-mail entre os visitantes. Gil, na reunião, falou sobre o governo que está em transição. Eder falou sobre sua experiência como usuário na Casa de Passagem.

2) Relatório da visita dos membros do Fórum na Casa de Passagem

- A preocupação levantada é que após o dia 01/01/2017 não se sabe o que será da Casa de Passagem. Informou-se que a Wiviane solicitou o Relatório das visitas feitas na Casa de Passagem. Nesse mesmo dia e horário estava acontecendo uma reunião do Conselho de Cidadania, mas a condição para um membro do Fórum participar era ter enviado o Relatório das visitas antes do horário da reunião. Como o relatório precisava ser debatido no coletivo do Fórum não foi possível enviar o relatório e nem participar da reunião.

- Natália, Juan e Shirlei leram o Relatório para ciência dos presentes e iniciou-se uma discussão sobre o fornecimento de talheres para comerem a comida das marmitas na Casa de Passagem. Nesse momento Carlos levantou a discussão sobre a atuação do Fórum. Argumentou que faz um ano que estamos nos reunindo, que todos sabem o que acontece na Casa de Passagem e que

não compreende porque não entramos com ação na justiça contra a Entidade que administra. Ele diz que os que sofrem são os moradores de rua e se nada for feito que ele irá agir sozinho. Carlos ressaltou que está cansado de relatórios, de teorias. Juan explicou para Carlos que lamentavelmente em nossa sociedade registrar tudo é necessário, mas que podemos agir eficientemente com os relatórios. Gil ratificou a colocação de Juan se dirigindo ao Carlos. Juan sugeriu que o documento seja encaminhado pelo Fórum para a Secretaria de Cidadania e pelo movimento também. Natália reforçou que o documento somente não foi levado porque ia ser discutido na reunião do Fórum antes. Sara explicou que o Fórum é o movimento social em São Carlos e que as pessoas em situação ou com trajetória de rua precisam participar de todas as ações, para que sejam legítimas. Que não ter compromisso e assiduidade enfraquece nossas ações e acabamos nos perdendo nos encaminhamentos. Juliano sugeriu pegar um modelo de Albergue para poder apresentar para a Administração e assim ter mais força para reivindicar um local mais adequado. Sara relatou a Juliano que muitos passos foram dados até chegarmos aqui e enfatizou que ações desse tipo precisam ser feitas de forma estratégica e pensada. Que não adianta sairmos fazendo várias coisas impensadas porque estamos lidando com gente corrupta, que sabe o que está fazendo. E disse ainda que o fato do Casa de Passagem e da Secretaria saberem que estamos de olho nas coisas que fazem ou deixam de fazer já é em si um avanço do Fórum. Carlos falou com os ânimos alterados que os apoiadores não estão para ajudar e sim para ganhar dinheiro em cima do movimento. Com isso, alguns participantes foram se retirando, pois, a discussão não avançou em propostas para o que se fazer com o encaminhamento do Relatório e as propostas feitas nele para a Administração da Casa. Shirlei reagiu à acusação de Carlos dizendo que está lá por acreditar na causa, por estar solidária à População de Rua e disse se sentir ofendida com a acusação infundada. Raquel então explicou que para entrar com ação judicial via Defensoria, é necessário dar todos os passos que o Fórum deu até hoje em relação à juntada de provas e relatórios. Que a Defensoria não se baseia em fatos soltos e não comprovados. Carlos então se acalmou.

3) Encaminhamentos

Após a saída de alguns participantes da reunião, deliberaram-se as seguintes ações:

- Solicitação do processo de conveniamento entre a Saber Amar e a Prefeitura;

- Solicitação de informações sobre o novo convênio;
- Propositura da ação judicial apenas após a análise destes documentos e se houver viabilidade;
- Encaminhamento da documentação produzida e da Carta para o prefeito eleito;
- Elaboração de um abaixo-assinado para a População de Rua manifestar o apoio à implantação da Casa de Passagem, a ser entregue junto com a documentação que produzimos ao novo gestor.

O abaixo assinado, na opinião de Raquel, cumpre com dois objetivos:

1) abrir o diálogo com a população em situação de rua que não está frequentando o fórum e conhecer a opinião sobre a implantação de uma Abrigo Institucional, o que será importante caso venhamos a ter uma ação civil pública. Teríamos um documento escrito com a opinião da população.

2) sensibilizá-los para participação no Fórum.

Observação:

- Não foi deliberada data para a reunião da Comissão do Fórum, nem a presença do mesmo na reunião do Conselho Municipal de Assistência no dia 22/11.

- **11º ENCONTRO: 13/12/16 às 9h na Praça Coronel Salles.**

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.



Participantes com e sem trajetória de rua.
Fonte: arquivo do Fórum.

Ata do 11º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **13/12/2016** às **9h**, na Praça Coronel Salles, foi realizado o décimo primeiro encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais;
- 2) Pauta;
- 4) Encaminhamentos.

1) Informações gerais

- Nessa última semana foram encaminhados 3 ofícios às Secretarias interessadas (Cidadania, Saúde e SIN) com vistas a acessarmos mais documentos sobre a Casa de Passagem. O foco principal será o pedido de dedetização do equipamento;

- *Sabatina com Airton Garcia (02/12/16):*

A questão elaborada pelo Fórum foi a seguinte:

Desde 2009 o governo federal instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua (decreto n. 7053) garantindo direitos sociais a esse segmento que tem direito à saúde, à educação, ao trabalho, à cultura, à moradia, como qualquer outro cidadão. O Conselho Nacional de Assistência Social também regulamentou o co-financiamento da política assistencial a fim de estruturar nos municípios serviços especializados de Proteção social especial, ou seja, todo município deve destinar recursos à estruturação do atendimento à Pop Rua.

Hoje São Carlos conta apenas com uma Casa de Passagem e o Centro Pop que não dão conta de atender a todos integralmente, muito menos auxiliar a pop rua a superar a situação de maneira eficaz.

Existem vários motivos que culminam nessa ineficiência, uma delas é a falta de conhecimento dos gestores em relação às especificidades da Pop Rua que muitas vezes são tratados apenas como dependentes químicos, por exemplo.

Ou ainda, como caso de polícia. Sabemos que a Pop Rua na cidade sofre violências diárias, primeiro por não ter onde morar, não contando com direitos básicos de privacidade e proteção social. Segundo por não terem direito a permanecer em lugar nenhum, pois a polícia e a guarda espanca, expulsa, manda circular.

A Casa de Passagem possui 50 leitos, sendo que há mais de 120 pessoas em situação de rua no município. O Centro Pop possui vagas e equipe limitadas, além de atender apenas em horário comercial.

Ao contrário do que se dissemina na mídia ou no senso comum, a Pop rua não está nessa situação por opção. Diversas pesquisas no país demonstram que as condições de extrema pobreza, desemprego e abandono às obriga a viver no relento, formando um círculo vicioso fortalecido pelo preconceito e pela falta de vontade política para fazer com que os recursos que chegam ao município sejam usados de forma eficiente objetivando que as pessoas criem condições reais de saída da rua.

O sujeito que utiliza a Casa de Passagem hoje, tem direito a 1 pernoite. Quem fica mais tempo, sofre castigos ou expulsão que acabam interrompendo os projetos em andamento, como estudo, busca por trabalho, retorno à família.

Quem hoje em nossa sociedade consegue um trabalho tendo tido noites mal dormidas ou indo para uma entrevista sem banho e com roupas sujas por ter ficado na rua?

Nesse sentido, gostaríamos de saber se o futuro prefeito de São Carlos tem formulado planos para garantir e ampliar o serviço público destinado a essa população que ultrapassa mais de uma centena de pessoas em nosso município e que a cada dia estão mais abandonadas pelo Poder Público municipal?

A resposta do futuro prefeito segue transcrita:

“Então, essa é uma preocupação muito grande e eu quero fazer um trabalho em conjunto com promotores, juízes, com padres, com pastores, com assistentes sociais. Eu me preocupo muito com esse negócio da droga. Isso daí, na minha opinião, é o maior problema de São Carlos e as pessoas que mais sofrem com isso são principalmente as mulheres. Então uma senhora de idade ela tá lá na rua e esse pessoal pressiona, esse pessoal constrange e é uma coisa que me preocupa muito isso daí. Então essa Secretaria, ela tem que tirar esse pessoal da rua, mas ao mesmo tempo tem que dar tratamento para essas pessoas.

Uma espectadora interrompe falando que morador de rua tem direito de ficar na rua e futuro prefeito responde:

“Não, tem direito, mas nós vamos tratar dessas pessoas. Ele tem o direito de ficar até o momento que ele não perturba todo mundo. Então nós precisamos tratar dessas pessoas, não é só tirar da rua não. E isso daí é complicado, isso daí tem que envolver toda a sociedade, tem que envolver assistentes sociais de tudo quanto é jeito porque é um problema delicado” (Airton Garcia).

- Uma pessoa em situação de rua presente no fórum comentou que ultimamente a PM e a guarda municipal tem ido ao Centro Pop e à Casa de Passagem procurar pessoas com pendências com a justiça. Segundo ele os equipamentos têm fornecido listas de nomes aos policiais e guardas que já levaram algumas pessoas dos locais nas viaturas. Ele não soube informar o que aconteceu com esses rapazes que já foram levados. (Soraya irá verificar junto à Comissão de Direitos Humanos da Defensoria se essa prática de fornecer nomes à polícia é legal);

- Dois rapazes em situação de rua se aproximaram do Fórum, se apresentaram e também fizeram denúncias sobre o Centro Pop e a Casa de Passagem. Para um deles, o Centro Pop se parece com uma delegacia porque uma vez foi ao serviço pedir roupas e teve que dar documentos e uma série de informações sobre sua vida particular. Por isso nunca mais voltou. O outro rapaz que é de São Carlos disse que a Casa de Passagem está infestada não só de percevejos, mas de pombos que também trazem doenças às pessoas. Ambos elogiaram o trabalho feito pela USE (espíritas) na praça da Catedral aos domingos que não invadem a privacidade, doam roupas e alimentação e rezam juntos.

2) Pauta

a) Últimas providências de 2016 em relação à Casa de Passagem:

Buscar garantir que o prédio seja dedetizado ainda esse ano.

Encaminhamento: dois dos presentes irão cobrar providências.

Caso não seja dedetizada Fórum levará dossiê para Ministério Público no início de janeiro.

b) Avaliação sobre avanços e dificuldades do Fórum em 2016:

Avaliação sobre andamento do fórum foi positiva do ponto de vista dos presentes. Tivemos muitas dificuldades em relação à falta de diálogo da Prefeitura com o Fórum. Essa gestão foi muito fechada, funcionários e gestores não participaram e isso teve consequências no andamento das questões tratadas e deliberadas nos encontros;

Entretanto, o fórum teve visibilidade e conquistas importantes, como a parceria com a Defensoria Pública. O encontro com candidatos à Prefeitura e a marcha foram momentos importantes de aprendizado e de divulgação também;

A consideração de um dos presentes é que estamos vivendo um processo, nada acontece da noite para o dia. É preciso ter paciência para alcançar os resultados;

Além disso, é importante termos sempre em vista ações de curto, médio e longo prazo para atingir dois objetivos centrais: o primeiro é que com as ações de curto prazo, mostramos às pessoas em situação de rua que não participam que é possível mudar aspectos ruins da realidade vivida por eles e elas. O segundo é que com as ações de longo prazo não perdemos o foco de que direitos da População de Rua não se limitam apenas a questões imediatas, mas a projetos mais amplos como programas de moradia própria, por exemplo. Por fim, as ações de médio prazo como a mudança da gestão da Casa de Passagem, a mudança de prédio, etc, também são importantes e precisam ser vistas como processos que podem levar tempo.

Os presentes comentaram que esperam maior abertura da gestão futura e que a oposição ao fórum sempre vai ter. O importante é mantermos o espaço sempre aberto e atuante para que cada vez mais pessoas participem. Não devemos desistir com as dificuldades.

c) Mudança de local em 2017:

Presentes avaliaram que a Praça da Catedral é local melhor. Participante com trajetória de rua comentou que algumas pessoas dormem lá e que elas poderiam participar se mudarmos de local. Além de ter sombra e bancos para sentar.

3) Encaminhamentos finais

ENCONTRO DE COMEÇO DE ANO PARA CONFRATERNIZAÇÃO E PLANEJAMENTO 2017	
Data e horário:	09/01/17 (segunda-feira) às 15h
Local:	Defensoria Pública
Providências:	Cada um levar um come ou bebe
	Levar os documentos que tiver para organizarmos uma pasta histórica do Fórum (Atas, ofícios, fotos, etc.).

12º ENCONTRO DO FÓRUM	
Data e horário:	13/01/17 (terça-feira) às 9h
Local:	Praça da Catedral
Divulgação:	Via e-mail, facebook e boca-a-boca (responsabilidade de todos)

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.

Ata do 12º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos

No dia **10/01/2017** às **9h**, na Biblioteca Municipal, foi realizado o décimo segundo encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, cujo conteúdo foi organizado da seguinte maneira:

- 1) Informações gerais;
- 2) Pauta;
- 4) Encaminhamentos.

1) Informações gerais

- Retrospectiva das ações do Fórum em 2016.
- Organização da documentação do Fórum realizada no dia 09/01/17 na Defensoria Pública em que estavam presentes: Soraya; Eder; Shirlei; Katiuscia e Sara.
- Há 3 ofícios aguardando respostas, que são: MP (dedetização); SIN (Processo da Casa de Passagem); Secretaria de Cidadania e Assistência (Edital para contratação de Entidade e plano de trabalho da Entidade Saber Amar).

2) Pauta

a) Últimas providências de 2016 em relação à Casa de Passagem:

Requerimento encaminhado para Ministério Público em 20 de dezembro de 2016 está tramitando. Segunda-feira (16/01) obteremos informações detalhadas sobre resultados produzidos, dado que Promotor e secretário retornam de férias.

b) Ideias para 2017:

- Realização de evento de comemoração do aniversário do Fórum na praça pública com várias atividades (assistência jurídica; exames rápidos; rodas de conversa, etc.).
- Realização de debate (seminário) sobre temas pertinentes à política de atendimento à população de rua (violência policial; direitos humanos; habitação, educação, etc.).

c) Mudança de local em 2017:

Presentes avaliaram que a praça pública é o melhor local para o Fórum que se manterá na Praça da Catedral. Caso chova, poderemos pedir para usar espaço da Biblioteca Municipal.

3) Encaminhamentos finais

REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DA CONVERSA COM SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA	
Data e horário:	10/01/17 (segunda-feira) às 15h
Local:	CAPS AD
Planejamento da reunião com secretária:	

13º ENCONTRO DO FÓRUM	
Data e horário:	14/02/17 (terça-feira) às 9h
Local:	Praça da Catedral
Divulgação:	Via e-mail, facebook e boca-a-boca (responsabilidade de todos)

Nada mais havendo a tratar, foi dado por encerrado o encontro com o aval dos participantes, cujas assinaturas seguem anexas.

Reuniões de planejamento

Ao final dos 12 encontros mensais sistematizados, organizaram-se reuniões de planejamento protagonizadas por um grupo de pessoas que, tendo participado de pelo menos um encontro mensal, optava nelas estar (Imagem 1).



Imagem 1. Participante de reunião de planejamento (16/06/16).

Fonte: Arquivo do Fórum.

Nesses momentos, o grupo analisava o encontro mensal anterior, propondo os caminhos para as ações deliberadas, e sempre que necessário, estudava documentos para se instrumentalizar para a ação futura. Além disso, planejava o encontro subsequente. A maior parte das reuniões aconteceram na Defensoria ou em outro local público (Quadro 13), dado que demandou estrutura física com: computador; projetor; cadeiras, mesas; café; água; lanche; etc.

Quadro 13. Reuniões de planejamento entre encontros mensais (fevereiro de 2016 a janeiro de 2017).

DATA	LOCAL	PARTICIPANTES	ASSUNTOS
15/02/16			1º encontro do Fórum
15/03/16			2º encontro do Fórum
07/04/16	Centro Pop	1 Pop Rua; 1 MOVA; 1 DP; 1 UFSCar	- Construção do diálogo igualitário no Fórum; - Organização da pauta do 3º encontro.
12/04/16			3º encontro do Fórum
10/05/16			4º encontro do Fórum
19/05/16	DP	2 Pop Rua; 2 UFSCar; 1 DP	- Relato e reflexão sobre os aprendizados obtidos em Campinas no dia 17/05/16; - Reflexão sobre os rumos do Fórum de São Carlos a partir desses aprendizados; - Planejamento da reunião da Comissão Fórum com promotor Osvaldo.
13/06/16	Rodoviária	1 Pop Rua; 1 UFSCar	- Reflexão sobre os processos de formação política do porta-voz da rua / militantes do Fórum; - Protagonismo de representante da rua no próximo encontro do Fórum; - Organização da pauta do 5º encontro.
14/06/16			5º encontro do Fórum
15/06/16		1 DP; 1 UFSCar	- Planejamento da leitura coletiva dos documentos da Casa de Passagem.
16/06/16		8 Pop Rua; 1 CAPS AD; 2 Centro Pop; 3 UFSCar; 3 DP; 1 Entidade religiosa	- Leitura coletiva de documentos da Casa de Passagem.
30/06/16	DP	2 Pop Rua; 1 MOVA; 2 DP; 2 UFSCar	- Reflexão sobre contexto de atuações do Fórum dentro e fora da cidade; - Elaboração do diagnóstico a partir do estudo dos documentos da Casa de Passagem; - Elaboração e distribuição de tarefas para demandar transporte para FESTRUA; - Organização da pauta do 6º encontro.
12/07/16			6º encontro do Fórum
28/07/16	DP	1 DP; 1 Pop Rua; 2 UFSCar	- Planejamento sobre ocupação do Conselho Municipal de Assistência Social; - Organização da pauta do 7º encontro.
09/08/16			7º encontro do Fórum
12/09/16	DP	1 DP; 3 Pop Rua; 2 UFSCar	- Organização e distribuição de tarefas para o 8º encontro do Fórum com candidatos à Prefeitura
20/09/16			8º encontro do Fórum
21/09/16		sem registro	- sem registro
03/10/16		1 DP; 2 Pop Rua; 1 UFSCar	- Preparação para reunião com MNPR/Polo Mogi das Cruzes, Campinas e São Paulo.
04/10/16	DP	2 DP; 2 UFSCar; 2 Pop Rua	- Denúncias sobre novas violações na Casa de Passagem; - Planejamento para reunião com coordenadora e advogado da Casa de Passagem.
11/10/16			9º encontro do Fórum
25/10/16	DP	sem registro	- Avaliação das visitas à Casa de Passagem; - Elaboração de relatório e estratégias futuras.
08/11/16			10º encontro do Fórum
13/12/16			11º encontro do Fórum
09/01/17	DP	1 DP; 2 UFSCar; 2 Pop Rua	- Organização da documentação do Fórum; - Organização da pauta do 12º encontro.
10/01/17			12º encontro do Fórum
10/01/17	CAPS AD	sem registro	- Planejamento da reunião com SMCAS no dia 24 de janeiro de 2017.

Interpretação das reuniões de planejamento:

No percurso da sistematização (SE) aconteceram 13 reuniões de planejamento entre os 12 encontros mensais do Fórum. Nelas estiveram presentes a média de 6 pessoas que compartilharam processos como: construir o diálogo; organizar; relatar; denunciar; refletir; planejar; ler; estudar; elaborar; preparar; avaliar e confraternizar. Também houve espaço para compartilhamento de denúncias sobre outras formas de violação na Casa de Passagem que iam surgindo ao longo dos meses de Fórum, como exemplo o fato de: não ter computador para facilitar o trabalho dos funcionários que mantêm registros em cadernos; não haver auxílio por parte da assistente social para busca de empregos pelos usuários e não haver espaço para itinerantes aos finais de semana.

Um participante da reunião do dia 4 de outubro de 2016 relatou existir acordo entre a coordenação e os funcionários da Casa de Passagem sobre quem era usuário fixo e quem não era. Na época, segundo o denunciante, estavam em voga as categorias: “morador”; “permissão” e “trecheiro”, e em uma das dependências do equipamento ficava fixado um cartaz com tais categorias e os nomes das identificadas por elas. O “morador” era a pessoa que fazia uso da Casa de Passagem há muitos anos e que entrava sem maiores dificuldades. Por sua vez, o “permissão” era a pessoa que tinha direito a permanecer, salvo ordem da coordenadora sob influência dos funcionários e, finalmente, o “trecheiro” era o usuário que permanecia uma noite, nada mais.

Essas e tantas outras questões foram tratadas nas reuniões de planejamento que, articuladas aos encontros mensais, foi processo que serviu para que se instituísem relações de convivência dialógica mais amplas entre os atores e a possibilidade de levar respostas concretas ao coletivo nos encontros mensais subsequentes, dado o compromisso e a responsabilidade que foi sendo construída entre os protagonistas ao longo desse processo de organização da prática social. Válido mencionar que nas 13 reuniões de planejamento, assim como nos 12 encontros mensais, a População de Rua, ao lado da UFSCar e da Defensoria Pública, figurou como setor presente em 10 de 11 reuniões registradas (Gráfico 2), contradizendo argumentos que afirmam que as pessoas nessa situação não têm interesse ou não estão preparadas para construir processos de participação popular. E não importa o número, uma pessoa é um mundo.

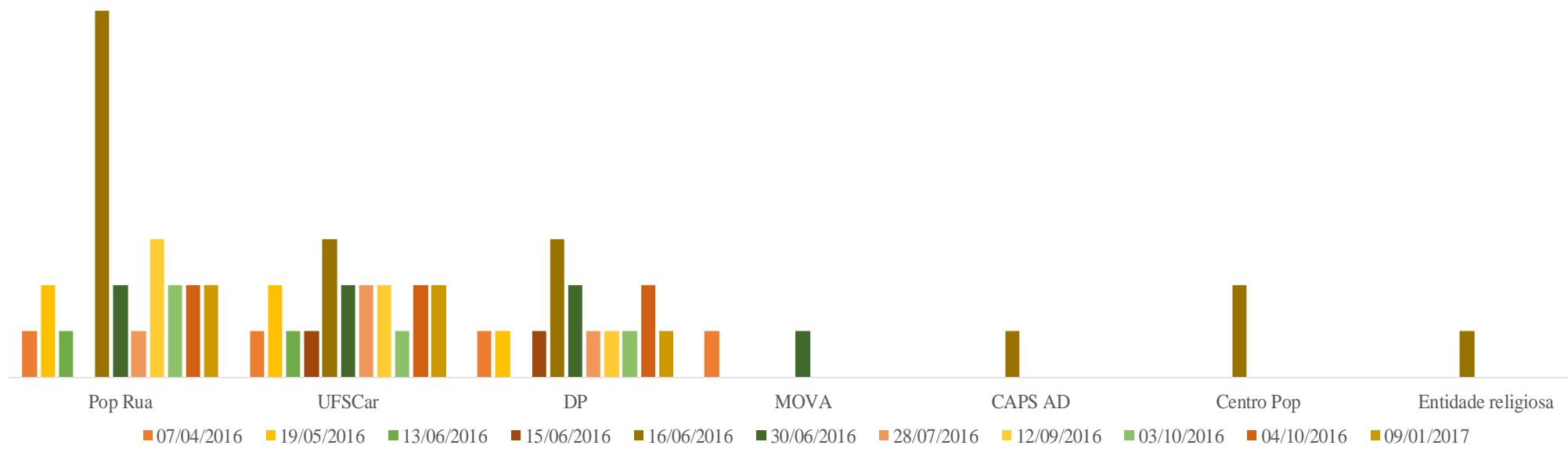


Gráfico 2. Frequência de participantes por setor que representa nas reuniões de planejamento do Fórum.

Consolidação de parcerias

O processo a que se refere o presente tópico, diz respeito aos momentos em que participantes do Fórum entraram em contato com outros atores coletivos em São Carlos e em outros municípios como Campinas, São Paulo, Belo Horizonte, Praia Grande, etc., a fim de trocar conhecimentos, travar compromissos visando o objetivo da prática, bem como a ampliação do campo político da População de Rua, para além da comunidade São Carlense.

O processo de articulação do Fórum da População de Rua de São Carlos com ambos os coletivos de Campinas compreendeu idas e vindas de militantes entre as duas cidades para participarem, aprendendo e ensinando uns aos outros, a arte de construir o campo de luta política sobre as questões relacionadas à vida na rua. Em geral, as viagens foram de carro e contaram com a colaboração de várias pessoas que fizeram vaquinhas para custear os deslocamentos. Aliás, a sustentação financeira da prática política é uma limitação, sempre está na pauta de discussão da População de Rua e seus apoiadores, dadas as dificuldades em travar parcerias nesse sentido. Sabe-se que o MNPR possui, nos diferentes Estados brasileiros, meios de sustentação advindos de fontes como o sindicato dos comerciários na capital paulista, por exemplo. Em Porto Alegre, o Jornal Boca de Rua¹⁰³ é elaborado pelos próprios moradores de rua que o editam e vendem, revertendo verba para a retroalimentação do projeto¹⁰⁴.

¹⁰³ Para mais informações ver: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/>.

¹⁰⁴ Esses são alguns exemplos de situações em que as práticas possuem recursos para manutenção de algumas de suas ações, porém, sabe-se que eles ainda são incipientes e não dão conta de manter um número adequado de militantes atuando exclusivamente no campo político, o seria o ideal de acordo com integrantes das práticas mencionadas.

Interpretação da articulação com o Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP¹⁰⁵ e o Movimento Nacional da População de Rua / Polo Campinas:

Em Campinas, o Fórum se reúne mensalmente na Praça da Catedral Metropolitana no período noturno há mais de 10 anos (Imagem 2) e conta com a presença massiva de pessoas em situação de rua que buscam o local à noite para comer e dormir e acabam participando do Fórum, nem que seja ouvindo.



Imagem 2. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 19 de julho de 2016).

Como essa prática é antiga em Campinas e figura entre a rede pública de atendimento à População de Rua como espaço de interlocução entre diferentes atores sociais, sempre há representantes do poder público nas reuniões que, em geral, são provocados a fazer falas, dar explicações e propor soluções às denúncias e demandas que surgem. Os princípios que o Fórum busca são: da transparência, mesmo que seja necessário que os atores assumam que no

¹⁰⁵ Para mais informações ver: <https://www.facebook.com/forummsruacampinas/>.

momento, não há respostas a dar, e do compromisso de que serão buscadas para que se possa pensar em soluções efetivas aos problemas denunciados.

A reunião do Fórum de Campinas parece uma peça de teatro ao ar livre, pois os participantes que fazem uso da palavra se posicionam no meio da enorme roda que se forma e debatem os temas relevantes à População de Rua no momento em que está o “microfone aberto”. Outros coletivos surgem no cenário desenhado pela catedral para distribuir um sem número de variedades de alimentos, refrigerantes e sucos, ou para oferecer a palavra de seu Deus aos “condenados da Terra”. Nesse contexto, participantes do Fórum mais engajados tentam dialogar com tais coletivos disputando o espaço de enunciação. Nem sempre funciona, então o volume do microfone amplia, para que o discurso político sobressaia ao apelo religioso. A cena urbana que se forma é instigante e muito bonita (Imagem 3).



Imagem 3. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 21 de junho de 2016).

Fonte: Arquivo do Fórum de São Carlos/SP.

Nos encontros em Campinas em que militantes de São Carlos estiveram presentes, foi possível ouvir representantes da População de Rua falarem que “enquanto existir um morador de rua dormindo embaixo de marquises, apanhando da polícia, sofrendo, a luta não acaba” e que “de barriga vazia e sem saúde ninguém é capaz de fazer nada”. Além disso, que “a População de

rua precisa de menos burocracia porque já está na rua (e existe dificuldade maior?). É uma humilhação atrás da outra” e “não existe desafio maior do que dormir no frio, no papelão”. As interpelações dos militantes de Campinas com trajetória de rua também explicam o objetivo da prática: “o Fórum é o início da luta, é para a gente se unir e não brigar entre nós e garantir nossos direitos”. “Tem que denunciar” (Notas de campo: 2016).

A roda então se abre e o microfone fica à disposição de quem falar. Muitas pessoas se encorajam e vão para o meio relatar suas vidas, contar histórias de sofrimento e violência sofrida na rua (Imagem 4). Inclusive moradores de rua embriagados participam, às vezes, criando tumultos que são rapidamente contornados pelos demais participantes. Quando perguntamos a um dos militantes mais assíduos do Fórum de Campinas sobre a participação de quem bebeu ou fez uso de outras substâncias psicoativas, ele nos ensina que todos devem participar, seja como for, e que o coletivo deve estar preparado para atuar, sem reproduzir atitudes repressivas (Imagens 4 a 6).



Imagem 4. Reunião do Fórum da População em Situação de Rua em Campinas (21 de junho de 2016).
Fonte: Arquivo do Fórum de São Carlos/SP.



Imagem 5. Militantes de Campinas e São Carlos após reunião do Fórum em Campinas dia 17 de maio de 2016.

Fonte: Arquivo do Fórum de São Carlos/SP.



Imagem 6. Mulher relatando sua história de vida no Fórum da População em Situação de Rua em Campinas/SP (Praça da Catedral Metropolitana, 21 de junho de 2016).

Fonte: Arquivo do Fórum de São Carlos/SP.

Os processos de organização da luta política com a População de Rua de Campinas mais expressivos, a partir desses movimentos de articulação foram: a necessidade de acolher todos, independentemente da condição que esteja; não ter medo de denunciar; adotar como princípio a transparência entre População de Rua e colaboradores; a necessidade de disputar o espaço público e primar pelo protagonismo da rua (Notas de campo: 2016).

As reuniões do MNPR/Polo Campinas aconteciam semanalmente, sendo que o movimento contava com duas coordenadoras locais¹⁰⁶, cuja função principal era exercer o poder obediencial, ou seja, representar a População de Rua da cidade criando estratégias constantes de mobilização do grupo para a luta política. Durante participação em uma dessas reuniões de planejamento do MNPR na Estação Cultura em Campinas no dia 21 de junho de 2016, foi possível compreender porque, além do Fórum, foi importante criar o polo do MNPR no município. De acordo com um dos militantes dessa prática *da* População de Rua:

Sozinho a gente não faz nada. Se eu chegar no Centro Pop e falar ‘eu sou o fulano, morador de rua, e está errado isso, está errado aquilo’, eu não vou consertar nada. Agora, se eu chegar enquanto movimento, uma coisa que já existe, que é conhecida, que vai estar respondendo pela População de Rua, porque o movimento não fala sozinho: ‘eu faço parte do movimento’. Mas, se não tem o resto da população para estar junto comigo em cima daquilo que está errado, não tem como mudar nada (Militante do Fórum e do MNPR/Polo Campinas, notas de campo: 21 de junho de 2016).

Quando a curiosidade se volta ao que é necessário para que pessoas com trajetória de rua se engajem no campo de luta política, a resposta foi:

Acreditar, tomar consciência, correr atrás. Tomar consciência de que, se você não fizer nada, vai morrer no isolamento, ninguém vai fazer o corre para você. A sociedade é a mesma regra do mundo louco onde a gente vive. Se você não fizer um corre, os “adiantos”, vai ficar no esquecimento. Dentro da sociedade também. Polícia vai te tirar, sociedade vai te tirar, ladrão vai te tirar, traficante vai te tirar, a puta – que trabalha na rua, mas tem uma casinha – vai te tirar, porque você não tem voz, você não é ninguém, é um peso morto. Se ele tomar consciência de que a sociedade está enxergando ele dessa maneira e falar: “Pô, já que eu posso revidar, eu vou participar, eu vou me movimentar”... Por isso

¹⁰⁶ Sabe-se que, recentemente, uma delas afastou da função de coordenação por motivos pessoais.

que o nome é “movimento”. É quando a gente se movimenta para fazer as coisas acontecerem.

Quando você se fode demais na vida, quando você se vê numa situação em que você tem muito tempo de rua, você está ali já faz anos, não consegue sair da rua de maneira alguma, que você continua a comer aquela sopinha que é uma miséria, só tem água, lá na praça e outra, só porque a Igreja está dando, porque o Poder Público tem que dar atenção para essa população. É ser humano, está dentro da sociedade, tem que dar atenção. Então, quando ele toma essa consciência e fala: “Pô, eu não vou aceitar viver assim...”.

Outra coisa que faz a pessoa acreditar também é ver alguma coisa acontecer. O movimento está recente agora, não é tão já que vai ver acontecer, mas quando começar a ver alguma coisa é que vai acreditar.

Eu não sei, eu não acreditava muito em nada, não. Só que eu sei que ficar parado de braço cruzado, não vai acontecer nada. Eu tenho que me movimentar primeiro. Só que tem gente que primeiro espera acontecer para depois ir lá porque acontece. O negócio acontece; demora, mas sai alguma coisa. Não é da noite para o dia que a gente resolve nada, né?

Se você fica parada, vai chegar algum dinheiro? Não. Se você ficar esperando algo acontecer na sua vida, você vai conseguir conquistar seu objetivo? Não. Você tem que fazer por onde. É o que a gente pensa. A gente cansou de esperar pelo órgão público. É muita piedade, é muita má vontade, então nós temos que mudar essa realidade aos olhos nossos. Porque, até então, a gente não é bicho, a gente é ser humano igual você, só não demos certo em alguma ocasião na nossa vida. Tem outros que não tiveram mãe, não tiveram pai, tiveram outros que moraram em abrigos. Cada um teve a sua história de vida. Mas, essa pessoa não tem mais chance de começar de novo? Só as pessoas que têm poder aquisitivo podem? Por que a gente não pode? É o que motiva mais também, mostrar um dia que a gente venceu. A gente fez por onde mudar as leis, a gente fez por onde modificar essa realidade (Militantes do Fórum e do MNPR/Polo Campinas, notas de campo: 21 de junho de 2016).

O engajamento é responsável por um rol de aprendizados, nem sempre simples, mas que se tornam essenciais aos processos de organização das práticas, ao mesmo tempo em que transformam os sujeitos em conhecedores de suas potencialidades e limites e também de seu papel como disseminador do exemplo de luta e resistência.

Uma das primeiras coisas que eu aprendi: que os direitos que eu tenho não são só de permanecer calado. Esse eu já sabia, os outros eu estou aprendendo agora. Direito de permanecer calado eu ouvi minha vida toda, era uma das primeiras coisas que me falavam. Hoje o grito ecoa. Hoje eu vou correr atrás do que é direito meu.

Eu gostaria de aprender coisas que só me agradassem. Eu descobri também que, dentro de tudo aquilo que eu vou reivindicar, eu tenho que compreender que existem outros espaços, outras pessoas também. Eu tenho que

compreender, por exemplo, que eu vivo numa sociedade e que a sociedade tem que dar atenção, que o Poder Público tem que dar atenção para mim. Mas eu também aprendo, e estou aprendendo com uma constância muito louca, porque é aquele negócio, eu tenho que fazer a minha parte, cumprir o meu dever também. Por exemplo, para viver numa vida social: eu quero cama, eu quero casa, eu quero banho, é necessário que eu tenha uma fonte de renda, e para eu ter uma fonte de renda é necessário cumprir o dever de trabalhar, seja com o que for. Mesmo que meu banho seja humilde, minha casa seja humilde, minha cama seja simples, eu tenho que produzir de alguma maneira. Porque se eu não quiser trabalhar, quiser ficar vagabundeando minha vida inteira, eu não vou ter uma caminha e esses confortos que o “capitalismo” proporciona.

Se eles virem uma pessoa em situação de rua na prática, fazendo algo que se sobressaia, que seja anormal para realidade da rua que ele vive, da cidade que ele vive – porque aqui em Campinas é uma realidade, em outro município é outra realidade – então, quando ele vê um morador de rua que, dentro da realidade dele, sai da rotina, quebra a rotina, quebra esse padrão de morador de rua que tem que ficar escuso, tem que ficar calado, tem que aguentar tudo quieto, e ele vê uma pessoa em situação de rua com autonomia, gritando, batendo de frente, ele vai olhar aqui e quando vê que aquela pessoa foi respeitada, ele vai falar: “Eu vou fazer assim também”. E aí ele começa a ganhar esse espírito, porque ele vai se basear naquele que é igual a ele (Militantes do Fórum e do MNPR/Polos Campinas, notas de campo: 21 de junho de 2016).

Interpretação da articulação com o Movimento Nacional da População de Rua/Polos SP:

As reuniões entre representantes do Fórum de São Carlos, Campinas e Mogi das Cruzes com lideranças do MNPR/SP iniciaram em maio de 2016, em torno de dois temas: problemáticas municipais da População de Rua; fortalecimento do movimento a partir da criação de polos municipais e organização de um grande evento em São Paulo, o FESTRUA. As viagens foram feitas assim como as idas e vindas à Campinas e enfrentaram o mesmo problema em relação aos escassos recursos para deslocamento e alimentação. Nem por isso, houve desistência. As reuniões foram conduzidas pelo então coordenador nacional por São Paulo – Anderson Miranda – que fazia falas iniciais sobre a atuação do movimento nacional, como: “*o movimento não tira ninguém da rua, quem tira é a luta por nossos direitos*” e passava a palavra aos demais participantes a fim de contextualizarem a realidade local de cada prática (Imagem 7).



Imagem 7. Reunião entre militantes das práticas de luta de São Carlos, Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo no dia 21 de maio de 2016 no Viaduto do Pedroso em São Paulo, sede do MPPR/SP.

Fonte: Arquivo do Fórum.

Nesses encontros, foi possível aprender que os equipamentos públicos que atendem a População de Rua, como abrigos, albergues e Centros Pop são locais profícuos à divulgação e mobilização de pessoas em situação de rua para participação nas práticas de luta. Isso porque, quando as pessoas estão acessando melhores condições materiais, o processo de engajamento no campo político torna-se factível. Contudo, ao mesmo tempo, quem mobiliza necessita lidar com o medo que dirigentes e funcionários têm da possibilidade de politização da População de Rua. Justamente por isso, criam empecilhos à participação, e para fazer frente a essa contradição, é aconselhável buscar auxílio e parceria com coletivos institucionais mais fortalecidos que possam contribuir com o rompimento dessa lógica de totalização que sofre a População de Rua institucionalizada.

Além dos aprendizados mencionados, o processo de articulação com o MNPR/SP e com os coletivos de Mogi das Cruzes e Campinas também proporcionou a reflexão sobre nossa própria prática em São Carlos, cujos relatos evidenciaram os passos dados para frente, como a conquista da visibilidade da População de Rua sob a perspectiva da capacidade de fazer política e não apenas como usuária dos serviços da Prefeitura ou da filantropia (Imagem 8).



Imagem 8. Reunião entre militantes das práticas de luta de São Carlos, Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo no dia 16 de junho de 2016 no Viaduto do Pedroso em São Paulo, sede do MPPR/SP.

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/>

Participação / Organização de eventos

O eixo participação / organização de eventos está compreendido no processo de articulação com outras práticas de luta política, que no caso do Fórum de São Carlos, dizem respeito a três momentos ocorridos no período sistematizado: 1) Encontro de formação de novas lideranças do MNPR/SP; 2) III Congresso do MNPR e 3) I FESTRUA.

Interpretação da participação no V Encontro de Formação de Lideranças Estadual para Políticas Públicas e preparação para o Congresso para a População de Rua:

Esse encontro é uma prática recorrente no MNPR e reúne pessoas convidadas de cada Estado em que o movimento está presente para reflexão sobre formar-se militante. O evento em questão ocorreu entre 29 de abril e 1 de maio de 2016 na Praia Grande/SP e contou com transporte, hotel e alimentação para os participantes, aproximadamente 25 pessoas com e sem trajetória de rua de São Paulo, Goiânia, Mogi das Cruzes, Praia Grande, São Carlos e Campinas. O encontro foi iniciado com a narração da trajetória de constituição do MNPR no Brasil em decorrência da violência na Praça da Sé em 2004 (Imagem 9).



Imagem 9. Roda de conversa no encontro de novas lideranças do MNPR/SP (Praia Grande/SP: 29 de abril a 1 de maio de 2016).

Também foi mencionado como o MNPR está estruturado em 14 Estados brasileiros, contando sempre com um coordenador nacional e um estadual em cada Estado, de acordo com seu Regimento Interno (no prelo). Além da intenção de alguns núcleos do movimento em fomentar polos municipais, como é o caso de São Paulo. Dinâmicas e místicas¹⁰⁷ estiveram presentes nos 3 dias de encontro, o que possibilitou a integração dos participantes (Imagem 10).



Imagem 10. Dinâmica no V encontro de formação de lideranças estadual para políticas públicas e preparação para o Congresso para a População em Situação de Rua do MNPR/SP (Praia Grande/SP: 29 de abril a 1 de maio de 2016).

Fonte: https://www.facebook.com/pg/MNPRSP/photos/?ref=page_internal

O presente tópico não segue a ordem cronológica dos acontecimentos, por isso vale a pena mencionar que o encontro aqui tratado, relatado com detalhes por um dos participantes, atualmente coordenador nacional por Goiás, com quem compartilhei as impressões sobre o encontro, proporcionou os primeiros contatos com militantes de Campinas, Mogi das Cruzes e São Paulo.

¹⁰⁷ “A mística dá sentido à luta popular. Ela reforça a união em torno dos ideais de uma sociedade fraterna e igualitária e pode estar sempre presente na organização do movimento, em suas reuniões, nas manifestações públicas, ou em outros espaços. Em geral ela se manifesta na forma artística, como o teatro, o desenho, a dança. O canto tem representado um aspecto agregador importante da mística do MNPR (MNPR, 2010, p.36).

Interpretação sobre a participação no III Congresso do MNPR:

O 3º Congresso do MNPR aconteceu entre os dias 16 e 20 de agosto de 2016 em Belo Horizonte/MG, um dos cenários de constituição do MNPR no país em setembro de 2005 a partir do 4º Festival Lixo e Cidadania. O critério para a ida de representantes do Fórum da População de Rua de São Carlos foi a assiduidade nos encontros mensais que no mês do congresso somaram sete. A viagem foi de ônibus até São Paulo em 7 pessoas: 2 apoiadoras e 5 representantes da População de Rua, todos homens. Em São Paulo, os militantes foram recebidos na sede do MNPR/SP com um jantar. A caravana seguiu na manhã seguinte até a capital mineira. A viagem teve suas dificuldades. Um dos rapazes do Fórum de São Carlos se sentiu mal, o que trouxe preocupação ao grupo de viajantes. Contudo, por volta das 20 horas o grupo de São Paulo chegou em BH, onde todos foram dormir em um alojamento na cidade.

Foi um congresso grande com centenas de militantes experientes e iniciantes, com e sem trajetória de rua. As atividades se dividiram entre rodas de conversa, mesas de debate, atividades culturais. As interações entre os participantes foram intensas, conflitos aconteceram e tudo isso sintetizou um conjunto de experiências que fizeram seus participantes crescerem, de acordo com a interpretação de militantes de São Carlos. No decorrer do tempo, a maioria das 7 pessoas que participaram do congresso, já não vão aos encontros do Fórum, aspecto dentre os processos de organização que será analisado adiante, mesmo assim, as más, mas principalmente, as boas lembranças vividas nessas articulações resistem ao tempo, como as fotografias (Imagens 11 a 15).

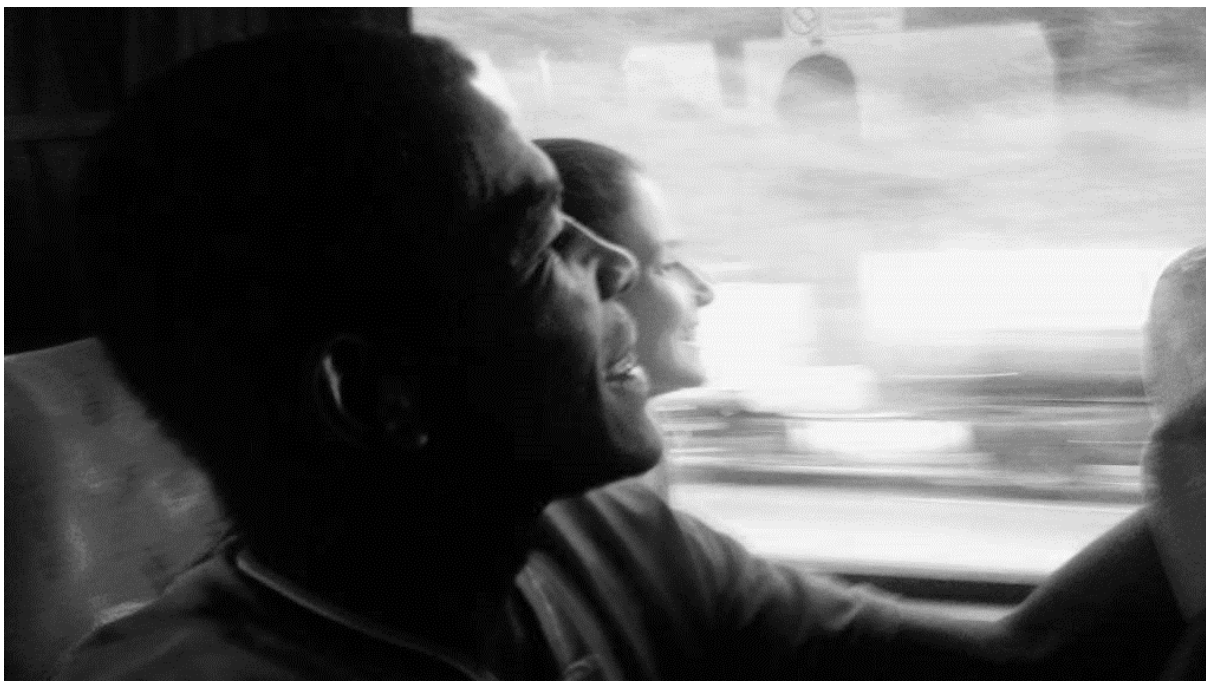


Imagem 11. Militantes de São Carlos na ida a Belo Horizonte no dia 16 de agosto de 2016.



Imagem 12. Militante de São Carlos em apresentação artística no Congresso (17 de agosto de 2016).

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?tab=album&album_id=1594493507517090



Imagem 13. Militante de São Carlos em apresentação artística no Congresso no dia 17 de agosto de 2016.

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnrsc2016/photos/?tab=album&album_id=1594493507517090



Imagem 14. Militantes representando o Estado de São Paulo no Congresso (20 de agosto de 2016).

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?tab=album&album_id=1594493507517090



Imagem 15. Despedida dos militantes do Estado de São Paulo do Congresso (20 de agosto de 2016).

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?tab=album&album_id=1594493507517090

Interpretação sobre a organização / participação no I FISTRUA:

O FISTRUA foi um evento idealizado pelo MNPR/SP que buscou organizá-lo coletivamente com militantes das práticas de luta política de São Carlos, Campinas e Mogi das Cruzes. A primeira ideia é que se configurasse como um festival com programação recheada de atividades culturais e debates sobre temas transversais à vida na rua, como: habitação; saúde; educação; segurança pública; etc., que pudessem contar com a presença de especialistas e autoridades governamentais. O objetivo geral do evento era compor uma agenda de luta do MNPR/SP no Estado estabelecendo, simultaneamente, compromissos com pessoas que pudessem executar as demandas.

Entre os dias 23 e 25 de agosto de 2016, foi realizado o festival e antes da partida dos participantes de São Carlos, haja vista a experiência anterior da viagem para o Congresso em BH, onde conflitos acabaram por prejudicar o grupo, todos concordaram em construir um acordo de convivência. As orientações estabelecidas foram as seguintes: 1. Não usar e não levar bebida alcoólica no transporte¹⁰⁸ (que fora cedido pela Prefeitura mediante ofício); 2. Respeitar uns aos outros; 3. Dialogar sempre, sem alterar a voz; 4. Medir as palavras; 5. Ser solidários uns com os outros; 6. União de todos tem que ser mantida; 7. Qualquer orientação que for descumprida, a viagem será interrompida na mesma hora; 8. Cada um será responsável pelo que consumir.

O FISTRUA começou com uma marcha que saiu da sede do MNPR/SP no viaduto do Pedroso em São Paulo e terminou no Centro de Convenções do Anhembi Morumbi. Foi uma caminhada extenuante de mais de 3 horas, que ao final aconteceu porque não havia transporte, como se soube no decorrer dos dias. No centro de convenções, não havia nada que sinalizasse que estava acontecendo o evento e nenhuma autoridade se fez presente em nenhum dos dias. Toda programação que até o primeiro dia não existia, foi construída por uma comissão que se formou no dia antes de começarem as atividades, porém, todos os dias era necessário revê-la porque os acordos não eram cumpridos.

¹⁰⁸ A saída para São Paulo foi às 4 da manhã do dia 23/08/16, da porta da Casa de Passagem. Lá estavam todos esperando, sendo que um participante não pode embarcar, por estar embriagado.

No final, o FESTRUA contou com duas mesas de debates, uma apresentação de teatro, uma feira de economia solidária e uma apresentação de dança. Os equívocos na organização do FESTRUA contribuíram para que os militantes de Campinas, Mogi das Cruzes e São Carlos aprendessem com os erros. Em meio às dificuldades para construir o FESTRUA de acordo com a proposta inicial, todos perceberam a importância do consenso e do atendimento do princípio do trabalho coletivo para o alcance dos acordos. Novamente, as boas lembranças também ficaram registradas nas imagens congeladas das fotografias (Imagens 16 a 18).



Imagem 16. Marcha do Dia Nacional das Pessoas em Situação de Rua em frente à Praça da Sé em São Paulo no dia 23 de agosto de 2016.

Fonte: Arquivo do Fórum da População de Rua de São Carlos.



Imagem 17. Militantes de São Carlos na Marcha do Dia Nacional das Pessoas em Situação de Rua (23 de agosto de 2016).

Fonte: Arquivo do Fórum da População de Rua de São Carlos.

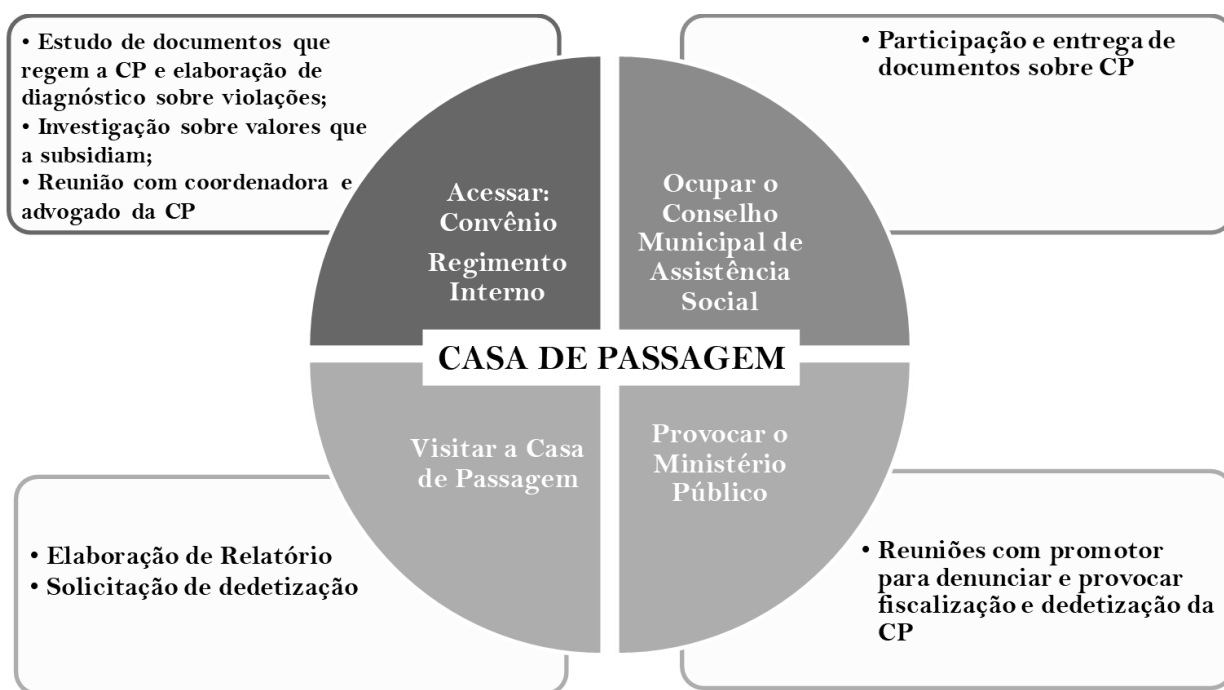


Imagem 18. Militantes que participaram de mesas de debates no I FEST RUA/SP (Palácio das Convenções Anhembi Morumbi: 24 de agosto de 2016).

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?ref=page_internal

Capítulo 5: Ações estratégicas

O conjunto de processos de organização da prática social instituída no Fórum foi o que deu base e estruturou as ações estratégicas empreendidas no lapso da Sistematização de Experiências (SE). Como o consenso do coletivo no primeiro encontro, em 15 de fevereiro de 2016, foi atuar sobre as situações limite provocadas pela Casa de Passagem, as ações realizadas, conseqüentemente, voltaram-se a esse tema gerador. Para cada ação tematizada, que contabilizou 4, corresponderam 4 desdobramentos que extrapolaram as estratégias inicialmente pensadas, formando um mosaico de ações políticas que contribuiram com a caminhada da prática, rumo às denúncias e anúncios em torno do serviço de acolhimento hoje prestado para a População de Rua no município (Esquema 7).



Esquema 7. Conjunto de ações empreendidas pelo Fórum no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

“SABER AMAR”

A Casa de Passagem em São Carlos é um equipamento público ligado à Política de Assistência Social do município, administrado desde 2014 pela entidade sem fins-lucrativos “Saber Amar”, como estabeleceu o Convênio nº. 04/14 (Anexo III) celebrado com a Prefeitura na vigência do mandato do prefeito Paulo Altomani (PSDB: 2013/2016). Esse serviço, anteriormente gerido pela Entidade “Serviço de Obras Sociais SOS Santa Izabel”¹⁰⁹ que o denominava Albergue Noturno tem como objetivo: “Atender as pessoas que se encontram em situação de rua ou necessitando de atendimento social e de saúde, através da rede de assistência social, resgatando a autoestima, garantindo direitos à cidadania, reintegração à família e inclusão social”. A entidade presta serviços no município há mais de 30 anos sendo que uma de suas atividades centrais é a gestão da Comunidade Terapêutica homônima que oferta vagas à homens adultos dependentes químicos, desenvolvendo seu trabalho pautado em preceitos da religião neopentecostal¹¹⁰.

A modalidade de acolhimento denominada Casa de Passagem faz parte da Política Pública de Assistência Social instituída pela Constituição de 88 e foi classificada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹¹¹ aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) na Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009. Como parte integrante dos Serviços

¹⁰⁹ A atuação dessa Entidade no município remonta ao ano de 1976 quando se limitava a doar remédios a quem demandava seu atendimento. Entre o final da década de 70 e início dos anos 80, a Entidade realizou os embarques de migrantes/itinerantes que chegavam na cidade (OLIVEIRA, 2012). “Em 1989 iniciou-se a parceria entre o Serviço de Obras Sociais (SOS) e a Prefeitura Municipal, e, para não deixar a entidade encerrar as atividades, o governo municipal propôs a cessão de um prédio na Vila Marina e, em contrapartida, competia à instituição o gerenciamento das atividades. Com isso, no dia **17 de outubro de 1989** é inaugurado o albergue, reativando os acolhimentos noturnos” (OLIVEIRA, 2012, p. 74, *grifo meu*). Esse serviço foi ofertado primeiro na cidade, em 1946, pela loja maçônica Eterno Segredo.

¹¹⁰ Para mais informações ver: <http://saberamar.org/>

¹¹¹ “Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais” (BRASÍLIA, 2014, p. 4).

da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o serviço de acolhimento institucional pode ser ofertado por meio de diferentes tipos de equipamentos que se destinam:

[...] a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade (BRASÍLIA, 2014, p. 44).

Tais serviços existem para oferecer:

Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos (BRASÍLIA, 2014, p. 45).

Dentro desse marco institucional, o atendimento em Casas de Passagem é destinado especificamente, à “oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários” (BRASÍLIA, 2014, p. 45). As denúncias disseminadas nos encontros mensais do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP evidenciam que, mesmo diante de todo o arsenal institucional presente no campo político da assistência social, o equipamento público formado por sua estrutura – material e normativa – e os sujeitos que nele trabalham, tem oferecido um serviço precário, que fere a dignidade humana, colocando em cheque a eficácia da Política instituída (Quadro 14).

Quadro 14. Problemas denunciados pelos participantes do Fórum entre março de 2016 e janeiro de 2017, posteriormente tematizados pelos seus integrantes mais assíduos¹¹².

TEMA	PROBLEMAS
Regras e normas internas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação das regras não é eficaz; 2. Regras são absorvidas no cotidiano e não na pactuação entre funcionários e frequentadores; 3. Não cumprimento das regras, tanto por usuários como por funcionários; 4. Inexistência de espaços de diálogo entre usuários e funcionários; 5. Proibição do fumo nas imediações da Casa de Passagem; 6. Regras únicas para usuários fixos e itinerantes.
Recursos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 7. Desqualificação técnica dos funcionários.
Guarnecimento de materiais, infraestrutura e acessibilidade	<ol style="list-style-type: none"> 8. Prédio pequeno e antigo com dependências degradadas pela ação do tempo sem receber nenhuma manutenção há anos; 9. Camas (colchões e estrutura) infestadas por percevejos, devido à falta de dedetização regular.
Integralidade dos atendimentos e protagonismo dos usuários	<ol style="list-style-type: none"> 10. Atendimento dos casos não se baseia na política de assistência.
Relações interpessoais	<ol style="list-style-type: none"> 11. O respeito, a dignidade e a privacidade integral dos usuários, muitas vezes, é violada pelos funcionários.
Transparência financeira administrativa	<ol style="list-style-type: none"> 12. Casa de Passagem recebeu em 2016 mais de 400 mil reais e não se sabe para quais finalidades o dinheiro foi usado, dado que o equipamento encontrase em situação deplorável.
Atendimento à Política para a População de Rua	<ol style="list-style-type: none"> 13. Não há abordagem social de rua, especialmente na época de inverno quando usuários, inclusive, recebem suspensão como castigo e são obrigados a dormir no frio; 14. Dispersão de pessoas em situação de rua para bairros periféricos por não conseguirem acessar o equipamento.

¹¹² Esse quadro foi organizado a partir dos documentos “Diagnóstico: violação de direitos dos usuários da Casa de Passagem Saber Amar realizado pelo Fórum da População de Rua de São Carlos e destinado à análise do Conselho Municipal de Assistência Social” (Apêndice VII) e “Relatório: visitas do Fórum da População de Rua de São Carlos à Casa de Passagem Saber Amar” (Apêndice VIII). Ambos apresentam maior detalhamento dessas questões.

Foi diante dessa realidade de negação de direitos que o Fórum deliberou e encaminhou diversas ações visando o acesso e melhoria do serviço para a População de Rua de São Carlos e oriunda de outras cidades.

A pauta defendida pelo MNPR e por outras práticas de luta política da População de Rua em todo o Brasil vem focando, prioritariamente, o direito à moradia própria, dados os problemas recorrentes de equipamentos como Albergues e Casas de Passagem no país. Esse fato político foi exaustivamente tocado nos encontros do Fórum e nos demais espaços participativos que o coletivo esteve presente, porém a deliberação por efetuar ações visando acesso e melhoria da Casa de Passagem de São Carlos/SP, deu-se pela urgência em viabilizar um espaço de acolhida melhor, a fim de que as pessoas tenham condições materiais para cuidar da higiene pessoal, dormir e se alimentar bem, criando subsídios à busca por melhor organização do dia a dia e dos projetos de vida sonhados.

ACESSAR OS DOCUMENTOS DA CASA DE PASSAGEM

Essa ação empreendida pelo Fórum ao longo de 2016 e início de 2017, fora demandada no 2º encontro na praça da Catedral no dia 15 de março de 2016¹¹³, quando os participantes avaliaram ser importante compreender de onde vinham e quais eram as normas de uso e ocupação da Casa de Passagem. Como o Portal da Transparência da Prefeitura¹¹⁴ disponibilizou documentação desatualizada, o caminho foi buscar informações junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), órgão responsável por gerir o Fundo Municipal de Assistência de onde provinha o recurso que subsidia a Casa de Passagem e que, em tese, também deveria fiscalizar o uso do dinheiro, bem como o funcionamento do equipamento¹¹⁵.

A solicitação de informações – do Fórum à Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) – sobre os dias e horários da reunião do Conselho, chegaram à secretária da época – Wiviane Spaziani (PSDB: 2013/2016) – que convocou encontro anterior ao COMAS somente com representantes da prática. Foi organizado, no dia 15/03/16, uma comissão de 5 pessoas (3 Pop Rua e 2 UFSCar) para conversar com a Secretária na manhã do dia 17 de março de 2016. Nenhuma pauta foi pensada, já que a reunião fora demandada pela gestora.

Após a reunião foi avaliado que o pedido da gestora objetivou conhecer o Fórum, suas movimentações e, claro, divulgar os serviços que a SMCAS estava prestando à População de Rua em sua gestão. No final, houve até promessa de emprego a um dos representantes da População de Rua, quando se aproveitou para relatar a demanda em acessar os documentos da

¹¹³ Ver ata.

¹¹⁴ Para mais informações ver: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/entidades-conveniadas/convenios-atuais.html>.

¹¹⁵ “Capítulo II: Das Competências: Artigo 2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS: [...] V – apreciar e aprovar a proposta orçamentária de assistência social para compor o orçamento municipal; VI – propor e acompanhar critérios para a proclamação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos; VII – inscrever, acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município, visando a qualidade e adequação desses serviços [...] (SÃO CARLOS, 19996, p. 1-2).

Casa de Passagem. Diante do pedido, a secretária aconselhou solicitar a documentação via ofício, endereçado diretamente ao Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS).

Isso foi feito no dia 18 de abril do mesmo ano após deliberação no 3º encontro do Fórum em 12/04/16 sobre os responsáveis pela elaboração e protocolização do mesmo. Como o Fórum não obteve resposta, no dia 13 de maio foi interposto um segundo ofício requerendo conhecimento sobre a tramitação do primeiro e cobrando o acesso ao Convênio e ao Regimento Interno da Casa de Passagem (Anexo IV). Nele foi estipulada data limite para resposta do COMAS, que deveria ser dada em 1 de junho de 2016, solicitação atendida via e-mail com os documentos anexados. O resultado da ação levou 44 dias para se concretizar.

Além dos dois documentos que regem a Casa de Passagem, foi solicitada, no dia 6 de dezembro de 2016, cópia do processo nº 27.536 /15 que trata o Convênio nº 8/16 celebrado entre a Prefeitura e a entidade Saber Amar¹¹⁶, contabilizando o terceiro ofício do Fórum. Um mês depois, e em meio a outras solicitações do Fórum à Secretaria de Cidadania e Assistência Social e outros órgãos da Prefeitura¹¹⁷, foi feito novo pedido de vistas do mencionado processo. Dias depois de protocolado, uma das integrantes da prática foi ao setor de protocolo e arquivo do Executivo, cobrar resposta e recebeu, em uma folha redigida à caneta, a justificativa de que, em decorrência da transição de mandatos, o processo não estaria disponível para análise naquele momento.

Ainda, um último ofício de 2016 protocolado na Prefeitura dia 9 de dezembro de 2016, requeria informações sobre o novo Edital ou Processo de contratação da entidade que administraria a Casa de Passagem na vigência do prefeito Airton Garcia (2017/2020). Para esse último não houve nenhuma resposta pela via oficial. Já em relação ao Processo nº 27.536 /15, a resposta ao ofício 06/16 (Quadro 15) foi dada via e-mail no dia 20 de julho de 2017, disponibilizando confecção de uma cópia, o que foi feito por membros do Fórum em dezembro de 2017.

¹¹⁶ O processo vigente de 31 de janeiro de 2017 a 31 de março de 2018 é nº. **812.696/16**, informação que pode ser consultada em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/entidades-conveniadas/convenios-atuais/155105-saber-amar.html>

¹¹⁷ Se referem à dedetização do equipamento que será descrita no tópico sobre a ação “*Visitar a Casa de Passagem*”.

A ação política em questão teve desdobramentos que avançaram no campo estratégico originando novas ações consensuadas pelos sujeitos da prática ao longo dos 12 meses. As histórias – contadas nos três tópicos seguintes – não seguem ordem cronológica, necessariamente, mas respeitam uma lógica que visa contribuir para a compreensão da totalidade do que o serviço de acolhimento representa no marco da política de atendimento à População de Rua em São Carlos e no Brasil.

Quadro 15. Ofícios referentes à ação estratégica “Acessar convênio, regimento interno e processo da Casa de Passagem”.

OFÍCIO	RESPONSÁVEL	DATA PROTOCOLO	SOLICITAÇÃO	DATA / RESPOSTA
01/16	Fórum	18/04/2016	COMAS: Acesso ao Convênio e ao Regimento Interno da Casa de Passagem	Sem resposta
02/16	Fórum	13/05/2016	COMAS: Cobrando trâmite do ofício 01/16	01/06/16: E-mail enviado com documentos anexos
03/16	Fórum	08/11/2016	Secretário de fazenda e interino de planejamento e gestão (Márcio Block Berribili): Cópia do processo 27.536/15 que trata do convênio entre a Prefeitura de São Carlos e a Saber Amar para gestão da Casa de Passagem	Sem resposta
8/16	Fórum	09/12/2016	Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (Wiviane Spaziani Tiberti): informações sobre edital para Casa de Passagem .	Sem resposta
06/16	Fórum	06/12/2016	Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (Wiviane Spaziani Tiberti): Vistas do processo n. 27.536/15, que trata do convênio n. 8/16 celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e a entidade Saber Amar	20/07/17: Informamos que o processo está disponível, o acesso será através de extração de cópias com os custos por conta do interessado, extraídas com o acompanhamento de funcionário do Município e assemelhado.

1. A história do diagnóstico

Na posse dos documentos que regem a Casa de Passagem acessados em 1 de junho de 2016 por meio da ação anteriormente descrita, foi feita uma reunião no dia 19 de junho no período matutino (Imagem 19), como fora demandada pelos participantes do 5º encontro do Fórum do dia 14 de junho que desejavam: compreender a fundo a estrutura de uso e funcionamento da Casa de Passagem a partir do Convênio celebrado entre Prefeitura e Entidade Saber Amar e do Regimento Interno, além de elaborar um plano emergencial para atendimento do grupo social no frio, necessidade decorrida de denúncias de suspensões efetuadas pela Casa de Passagem durante as mais baixas temperaturas registradas no inverno de São Carlos naquele ano.



Imagem 19. Reunião de planejamento do Fórum da População de Rua realizada no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública.

Fonte: Arquivo do Fórum.

A dinâmica da reunião contou com três momentos distintos: 1) retomada do histórico de encontros e ações do Fórum, a fim de equalizar o nível de informações entre os participantes; 2) leitura coletiva do Convênio e Regimento Interno em voz alta e, simultaneamente 3) destaques e problematização das cláusulas do Regimento (Imagens 20 e 21, respectivamente).



Imagem 20. Apresentação do histórico de encontros e ações do Fórum na reunião de planejamento no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública do município.

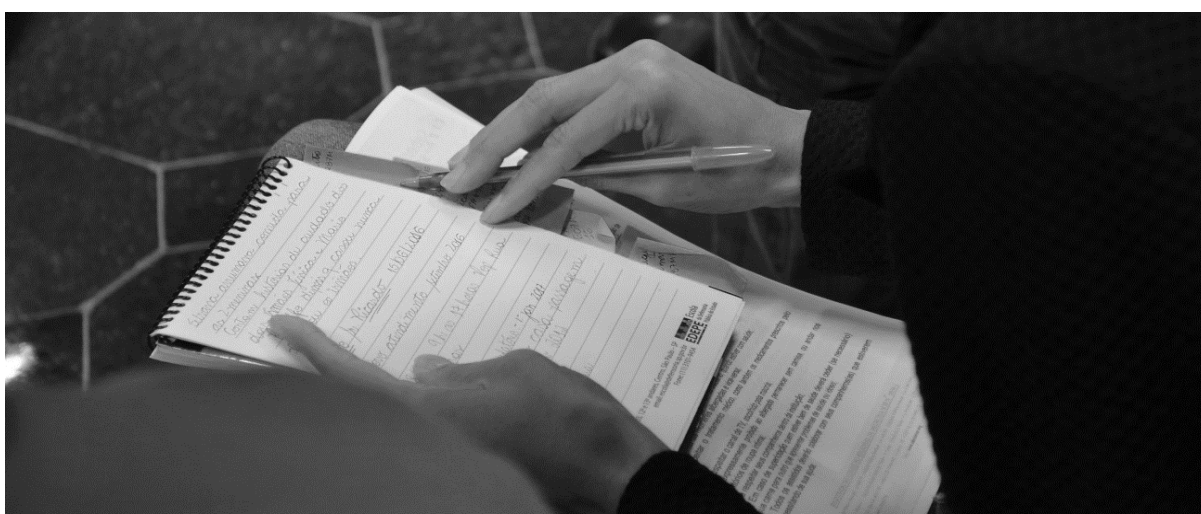


Imagem 21. Leitura e destaques para pontos problemáticos encontrados nos documentos que regem a Casa de Passagem no dia 16 de junho de 2016 na Defensoria Pública.

O terceiro momento proporcionou a organização sistemática dos problemas encontrados no Regimento Interno que foi referendada pelos participantes ao final da reunião (Apêndice VI). Nesse mesmo dia, foram distribuídas tarefas que diziam respeito à elaboração de um documento sobre as violações provocadas pela Casa de Passagem e agendada nova reunião para sua finalização. No dia 30 de junho de 2016, então, um Diagnóstico sobre as violações dos direitos da População de Rua na Casa de Passagem (Apêndice VII) a ser entregue ao Conselho Municipal de Assistência Social foi concluído por 2 representantes da População de Rua, 2 funcionárias da Defensoria Pública e 2 estudantes da UFSCar. Em relação ao plano emergencial para o frio, a defensora pública Kamila Renata Teixeira redigiu carta endereçada ao Presidente da Entidade – Celso Silva Lima – para que a Casa de Passagem acolhesse todas as pessoas durante o inverno, sem exceção.

2. A história do dinheiro

Como dizia o grande poeta Belchior: *“esses casos de família e de dinheiro eu nunca entendi bem, Veloso o sol não é tão bonito pra quem vem do norte e vai viver na rua”*. De fato, entender determinadas questões que envolvem dinheiro nunca é tarefa fácil, principalmente quando trata temas complexos como a problemática da População de Rua em países periféricos. A dificuldade está ligada, em geral, a dois aspectos muito comuns em contextos como o brasileiro: 1) o acesso escasso às informações relativas às contas do Estado e 2) o alto nível de complexidade na forma como são disponibilizadas tais informações, essencialmente, em bases de dados escondidas no sistema virtual das instituições de controle das finanças públicas.

Existem dois mecanismos de acesso à informação sobre as despesas efetuadas pelos municípios com a política de acolhimento da População de Rua. O primeiro é jurídico, e diz respeito às autorizações legislativas designadas ao executivo para firmar convênios com órgãos prestadores de serviços, como entidades sem fins-lucrativos, por exemplo. O segundo é orçamentário, ou seja, é o mecanismo que demonstra os valores efetivamente empenhados com as despesas do executivo. Como tudo nesse mundo tem múltiplas faces, ambas engrenagens possuem um lado bom e outro ruim. O lado bom do mecanismo jurídico é que ele é mais claro e objetivo quanto aos programas para os quais o dinheiro é direcionado. Por exemplo: a Lei

Municipal 17.668/15 determinou subvenção de 20 mil reais à entidade Saber Amar objetivando contribuir para o fomento das atividades do projeto “Casa de Passagem”¹¹⁸. Está claro o valor autorizado para ser usado naquele equipamento público. Sua desvantagem, contudo, é que, como se trata de uma designação de autorização do legislativo, o cumprimento do desembolso da verba, pelo executivo, não é obrigatório.

O lado bom do mecanismo orçamentário, por sua vez, é que se trata do valor efetivamente destinado às entidades durante o calendário civil. Os dados do orçamento podem ser detalhados por função de despesa¹¹⁹ (por exemplo: para assistência social; para saúde; para educação; para transporte; etc.), pela origem do recurso, pelo programa de governo, além de identificar o mês e ano de execução. Nesse sentido, existe um problema para os parâmetros estudados. As entidades mantenedoras do serviço de acolhimento ofertado pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito do SUAS, geralmente não se restringem somente a essa relação com a Prefeitura, caso, por exemplo, da Entidade Saber Amar que também recebe subvenções para a Comunidade Terapêutica que possui. Nesse caso, o recorte fica prejudicado porque tais valores se somam, na medida em que ambas são da mesma função (assistência social), provém da mesma fonte de receita (recursos próprios da Prefeitura) e são enquadradas no mesmo programa governamental (Proteção Social Especial de Alta Complexidade).

A investigação nas bases de dados possibilitou três análises distintas e uma conclusão para o período de vigência da política pública para a População de Rua no município. A primeira se refere a informações jurídicas e está esquematizada na tabela 1 que aponta as autorizações aprovadas pela Câmara Municipal de São Carlos entre 2007 e 2017 que totalizaram pouco mais de 2 milhões de reais¹²⁰. Um registro importante é que as leis de subvenção autorizam, não obrigam, e estipulam um teto e não um prazo, ou seja, é corrente o uso desses valores para anos subsequentes à aprovação da lei.

¹¹⁸ Para mais informações ver: www.camarasaocarlos.sp.gov.br

¹¹⁹ Função é a nomenclatura utilizada para agregados de despesa do orçamento público.

¹²⁰ Os valores em vermelho na tabela não foram contabilizados no valor total, por corresponderem às substituições feitas pelas leis que alteram outras.

Tabela 1. Leis que aprovaram as subvenções destinadas às entidades prestadoras de serviços à Prefeitura no âmbito da Proteção Social Especial do SUAS no período de 2008 a 2016

LEI	ENTIDADE BENEFICIADA	FINALIDADE	VALOR
14061/2007	Santa Izabel	Albergue Noturno	130.140
14947/2009 altera 14061/2007	Santa Izabel	Albergue Noturno	371.371
15029/2009 altera 14061/2007 e 14947/2009	Santa Izabel	Albergue Noturno	471.367
15275/2010 altera 15029/2009	Santa Izabel	Albergue Noturno	504.669
15327/2010	Santa Izabel	Albergue Noturno	175.986
15570/2010 altera 15327/2010	Santa Izabel	Albergue Noturno	307.976
15740/2011	Santa Izabel	Albergue Noturno	290.376
16188/2012	Santa Izabel	Albergue Noturno	320.328
16662/2013	Santa Izabel	Albergue Noturno	175.850
17668/2015	Saber Amar	Casa de Passagem	17.000
17702/2015	Saber Amar	Programa para Pop Rua (dependência química)	28.523
18041/2016	Saber Amar	Casa de Passagem	479.288
17541/2015	Divina Misericórdia	Atendimento e acolhimento da Pop Rua	30.000
17744/2016	Divina Misericórdia	Atendimento e acolhimento da Pop Rua	35.000
18008/2016	Divina Misericórdia	Atendimento e acolhimento da Pop Rua	35.800
TOTAL DE RECURSOS PARA ENTIDADES BENEFICIADAS			2.224.811

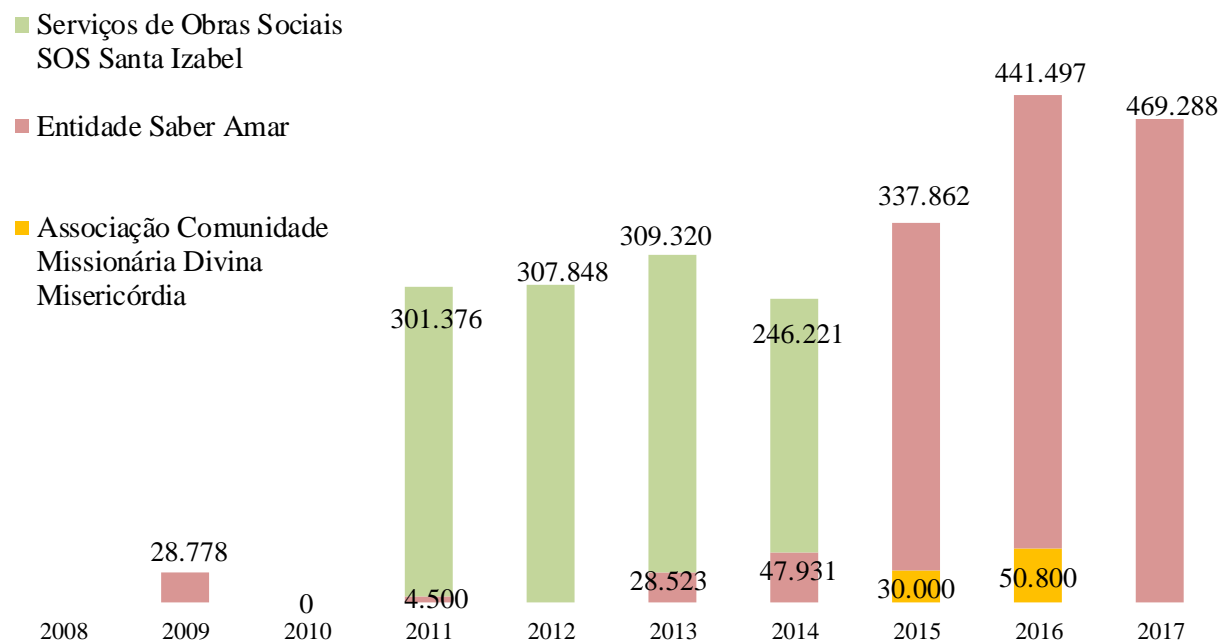
A segunda análise foca os dados orçamentários em relação às três entidades prestadoras de serviços entre 2008 e 2017, período que abrange a institucionalização da Política Pública para a População de Rua em São Carlos e no Brasil.

É possível concluir 2 pontos a partir do que é demonstrado pelo gráfico 3. O primeiro diz respeito à alternância das entidades no comando desses recursos. A organização Serviços de Obras Sociais SOS Santa Izabel, que por anos prestou serviços à Prefeitura nas gestões petista (2001-2012), além de dois anos do governo do PSDB de Paulo Altomani (2013-2016), é substituída – a partir de 2015 – pela Entidade Saber Amar. E a Associação Comunidade Missionária Divina Misericórdia obteve duas subvenções entre 2015 e 2016.

Há um detalhe nessa análise que vale a pena esclarecer, que é o fato de haver informações no gráfico 1 que não possui correspondência na tabela 1, por exemplo: o gráfico mostra o valor de R\$ 28.778,00 empenhado para a Entidade Saber Amar em 2009 que não aparece na tabela. Isso ocorre porque no mecanismo de informações orçamentárias há os denominados “vazios”, que dizem respeito à ausência de descrição da despesa, e essa é outra desvantagem dessa ferramenta de coleta de dados. Além do “vazio”, existe a possibilidade de que a lei que dá autorização ao uso do recurso em um determinado ano, pode ser executada no ano seguinte, sendo essa a razão de oscilações nos primeiros anos ilustradas no gráfico 3.

A última e mais relevante conclusão dessa segunda análise, é que existe uma mudança robusta dos valores destinados à garantia dos serviços de acolhimento da População de Rua. Do pico de 30 mil reais para o triênio 2008-2010, o valor salta para o patamar de 300 mil reais entre 2011 e 2014 e chega a superar meio milhão após 2015, mantendo-se o patamar até os dias atuais na vigência do mandato do prefeito Airton Garcia (PSB: 2017-2020).

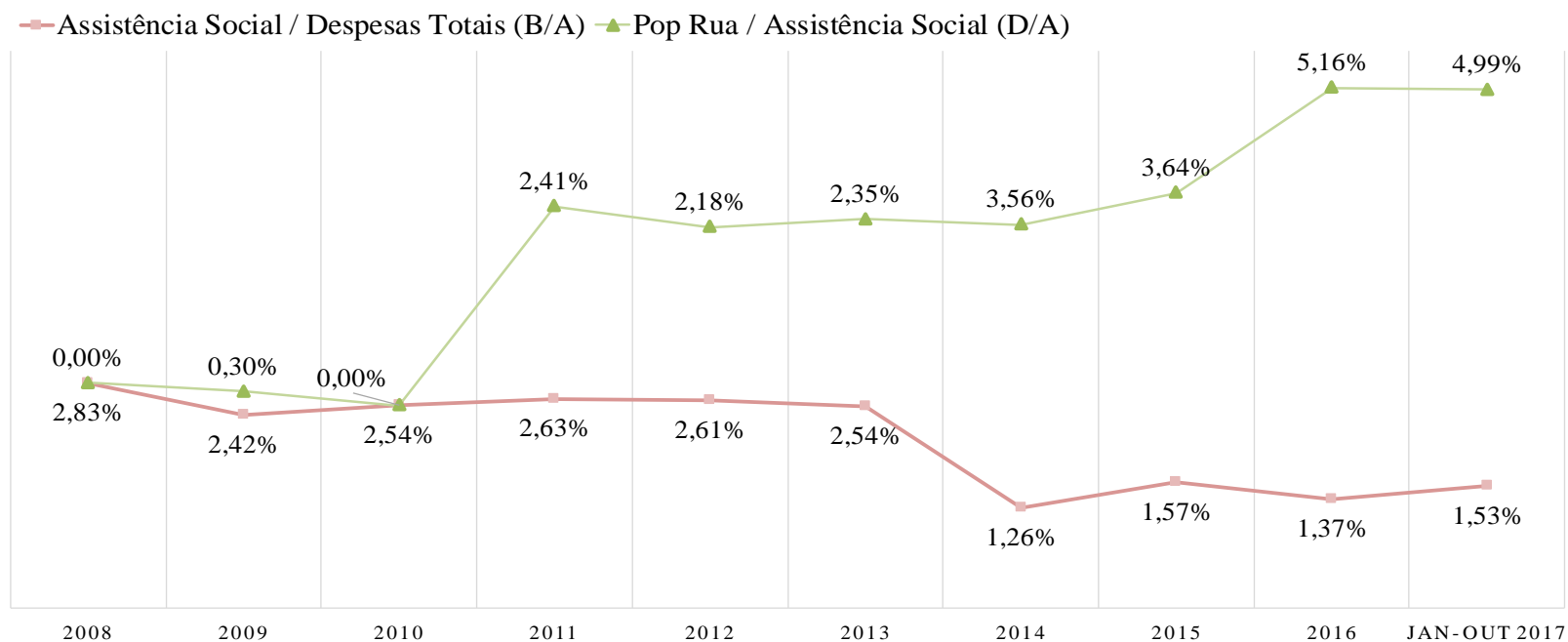
No gráfico 4, o crescimento dos recursos destinados ao serviço de acolhimento se mostram ainda maiores se comparado com as despesas gerais (da saúde, da educação, da infraestrutura, dos salários do funcionalismo, etc.) do município de São Carlos, e com o valor total destinado à política de Assistência Social. Enquanto essa função perdeu aproximadamente metade do peso que tinha no orçamento geral, o valor destinado ao serviço de acolhimento subiu de zero para 5% do orçamento da decadente rubrica da Assistência.



ENTIDADE BENEFICIADA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
Associação Comunidade Missionária Divina Misericórdia	0	0	0	0	0	0	0	30.000	50.800	0	80.800,00
Entidade Saber Amar	0	28.778	0	4.500	0	28.523	47.931	337.862	441.497	469.288	1.358.380,16
Serviços de Obras Sociais SOS Santa Izabel	0	0	0	301.376	307.848	309.320	246.221	0	0	0	1.164.764,36
Total	0	28.778	0	305.876	307.848	337.843	294.152	367.862	492.297	469.288	2.603.944,52

Gráfico 3. Evolução das despesas das entidades prestadoras do serviço de acolhimento no âmbito da proteção especial de alta complexidade em São Carlos no período de 2008-2017.

Fonte: Elaboração própria.



	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	jan-out 2017
Despesas Totais (b)	347.136.402	396.258.972	450.686.545	481.927.149	542.202.882	566.706.813	656.382.995	642.968.652	695.377.778	615.641.568
ASSISTÊNCIA SOCIAL (a)	9.812.907	9.601.701	11.456.866	12.672.008	14.136.415	14.369.900	8.265.348	10.112.752	9.532.918	9.411.671
Assistência Social / Despesas Totais	2,83%	2,42%	2,54%	2,63%	2,61%	2,54%	1,26%	1,57%	1,37%	1,53%
Entidades POP RUA	0	28778,02	0	305875,56	307848	337843,38	294151,54	367862,32	492297,3	469288,4
Pop Rua / Assistência Social	0,00%	0,30%	0,00%	2,41%	2,18%	2,35%	3,56%	3,64%	5,16%	4,99%

Gráfico 4. Evolução das despesas selecionadas. 2008-outubro 2017.

Fonte: Elaboração própria.

A crise econômica recente fez as despesas gerais da Prefeitura, respectivamente, estagnarem e caírem. O gráfico 4 reforça em números essa percepção: ao passo que a participação da Assistência nas despesas gerais desceu pela metade em 10 anos, o peso que a manutenção do serviço de acolhimento possui na função, mais que dobrou de tamanho no mesmo período, ou seja, mesmo em ambiente de queda dos repasses públicos, em que a assistência vê seus recursos reduzirem de forma significativa, os valores direcionados ao serviço de acolhimento se elevaram em 50% desde 2013.

Vale destacar que a aplicação dos recursos recebidos pelas Entidades que administraram a Casa de Passagem não inclui custeios com: aluguel predial (mantido pela Prefeitura); alimentação (fornecida pelo Restaurante Popular subsidiado pelo Governo do Estado); transporte (usado veículo da Prefeitura) e pagamentos de água e luz (feitos pela Prefeitura). As Entidades se responsabilizaram pela folha de pagamento de funcionários. Essa constatação estatística, analisada isoladamente, poderia representar a melhoria e valorização dessa rubrica no orçamento de São Carlos, o que, por sua vez, poderia levar à suposição de que o serviço de acolhimento tenha sofrido, ao longo dos anos investigados, melhoria no atendimento prestado à População de Rua no município, o que não é verdade.

Tal paradoxo carece de melhor explicação por parte de quem cumpre o papel de administrar, mas também de quem deve fiscalizar a aplicação dos recursos da Casa de Passagem, no caso: Conselho Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal. Deve-se, ainda, não perder de vista o advento do Fórum em 2016, como um indicador do problema, dado que vem catalisando um sem número de denúncias que expõem o referido equipamento como o mecanismo de maior violação dos direitos desse grupo na cidade, tanto em relação à precariedade da infraestrutura ofertada, quanto à fraqueza das relações interpessoais entre funcionários e usuários.

Os recursos aumentaram, graças à política pública brasileira voltada ao atendimento da População de Rua, mas sua conquista ainda está por ser concretizada, uma vez que a gestão do dinheiro e dos bens e as informações mais relevantes sobre ela, não é de controle social, principalmente, sendo exercido pelos seus reais interessados. O uso dos recursos tem sido historicamente absorvido por grupos privados que não fazem da potencialidade da política um direito universal, efetivo e de qualidade. E é no cerne dessa história do dinheiro, articulada às outras que foram e ainda serão contadas aqui, que está contida uma tese em torno de como

organizar a luta política com a População de Rua, e acredita-se que, também, o maior desafio imposto as suas práticas sociais. Mas essa parte ficará para o final.

3. A história com a coordenadora e o advogado

Um membro do Fórum relatou atitude da coordenadora da Casa de Passagem frente às reuniões do Fórum que ela não concorda em participar, alegando que a População de Rua é “barraqueira” e que não vai se submeter a ouvir críticas em praça pública. Ainda, a coordenadora solicitou reunião em particular com participantes do Fórum dentro da Casa de Passagem, argumentando que não compartilharia os documentos do equipamento, já que as regras mudam diariamente em decorrência do comportamento instável dos usuários (Ata do 3º encontro do Fórum, 12 de abril de 2016, Praça do Cemitério).

Para começar a contar essa história, fez sentido extrair da ata do 3º encontro o excerto que expressa o pré-conceito da coordenação da Casa de Passagem acerca da População de Rua. Esse modo de compreender o grupo social foi o primeiro elemento que ajudou os integrantes da prática a irem tomando conhecimento sobre a visão de mundo disseminada na condução do serviço de acolhimento ofertado pela Entidade Saber Amar, além do fato da instituição estar pautada pela cultura da religião neopentecostal, seguindo a tradição na experiência de atuação com sua Comunidade Terapêutica. O encaminhamento desse 3º encontro foi de que seria estratégico, antes de representantes do Fórum se reunirem com a direção da Casa de Passagem, acessar os documentos – Convênio e Regimento Interno – a fim de se prepararem para uma conversa qualificada com a coordenadora¹²¹.

Quando esse objetivo foi alcançado, como foi contado na *história do diagnóstico*, o Fórum agendou um primeiro encontro com a coordenadora. Ela aconteceu na Defensoria Pública no dia 21 de setembro de 2016, um dia após o 8º encontro do Fórum que reuniu os candidatos à Prefeitura de São Carlos. Começou com as apresentações dos presentes, entre eles:

¹²¹ Bacharel em direito e filha do pastor que comanda as atividades da Comunidade Terapêutica Saber Amar.

representantes da UFSCar; da DP e a representante da Casa de Passagem¹²². A coordenadora iniciou sua participação mencionando ter se sentido acusada ao ler o diagnóstico sobre as violações dos direitos da População de Rua, entregue a ela pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e que pelo tom do documento conseguia saber, inclusive, quem era responsável pelas denúncias.

Ela seguiu sua fala defendendo a condução do serviço que estava servindo de apoio e não como Casa de Passagem, cuja obrigação seria nada mais que ofertar um pernoite, além de expor a compreensão do equipamento sobre o perfil da População de Rua usuária. Ela ainda explicou que na Casa de Passagem há uma frente que atua para a reinserção social dos usuários, além do que chamam de “medidas socioeducativas”, que nos relatos das pessoas que vivem na rua são os castigos, mas na interpretação da equipe da Casa de Passagem, funcionam como ferramentas pedagógicas que as pessoas que vivem na rua necessitam porque, segundo as palavras da coordenadora: “se eles não percebem que tem alguém cuidando deles, eles não avançam em nada” (Notas de campo, 21 de setembro de 2016). A coordenadora ressaltou que a Casa de Passagem ajuda os usuários a construírem projetos para alcance de autonomia, exemplificando com o caso de uma moradora de rua que ela diz ser sua “nêga preferida que quando está sóbria tem vontade de levar pra casa”. Falou que “está dando oportunidades pra ela, pra ela conseguir um empreguinho que ela não tem há anos” (Notas de campo: 21 de setembro de 2016).

Quando a conversa se voltou à capacidade da Casa de Passagem em ofertar vagas aos necessitados, a coordenadora disse que um usuário, em especial¹²³, ocupa o lugar de outras pessoas, e que a Casa conta com 50 leitos, emendando na sequência a resposta com um “eu acho” (que são 50 leitos). Comentou que no equipamento não há mais televisão e que “tudo que é benefício para eles, uma hora some ou roubam”. Ainda, que na Casa de Passagem as relações entre funcionários e usuários são boas – “Nós não temos inimizade com ninguém, exceto com o fulano¹²⁴”. Isso porque, quando ele está alcoolizado ou drogado, segundo ela, ele xinga, ele

¹²² Antes dessa reunião, os participantes mais assíduos do Fórum consensuaram não participar nenhum representante da População de Rua, a fim de evitar retaliações posteriores.

¹²³ Um dos representantes mais assíduos da População de Rua no Fórum.

¹²⁴ Nome ocultado para preservar a identidade da pessoa que a coordenadora mencionou ter inimizade.

grita, etc. Para ela, os usuários fazem parte da família e tudo que a equipe da Casa de Passagem faz, é para o bem deles.

No serviço, explicou a coordenadora, não são feitas revistas íntimas em quem chega, mas às vezes a direção aciona a Guarda Municipal e/ou a Polícia Militar (PM) para ir ao equipamento. Não foram explicados os motivos pelos quais agentes da PM já foram ao local, mas se soube em dezembro de 2016, por meio de relatos de usuários do serviço, que a direção da Casa de Passagem permitiu acesso de PM's aos dados cadastrais dos usuários em busca de pessoas procuradas pela justiça, sendo que uma prisão foi efetuada sob essa circunstância¹²⁵.

A coordenadora continuou as explicações sobre o uso e funcionamento da Casa de Passagem, contando que não permite que ninguém “passe passo para ninguém”, ou seja, que ninguém privilegie ninguém, e uma das representantes do Fórum questionou por que, mesmo assim, as regras do serviço têm exceções. A coordenadora justificou que até “as leis têm exceções para serem interpretadas” e exemplificou com o caso de um usuário que é cardíaco e que às vezes bebe e chega a entrar fora do horário estipulado (notas de campo, 21 de setembro de 2016).

Ela foi concluindo suas explanações mencionando que até gostaria que o serviço melhorasse, haja vista o fato de estar sobrecarregado, e reiterando que ele funciona mesmo assim. Explicou, também, que a infraestrutura da Casa de Passagem é responsabilidade da Secretaria. Quando há necessidade de reparos, quem tem que consertar é a Prefeitura e não a Entidade com o recurso destinado à Casa de Passagem. Ainda enfatizou que há problemas mais graves que a manutenção do prédio, como a necessidade de mudança de local, embora, para ela, isso não pudesse ser feito da noite para o dia.

De acordo com a coordenadora, a Entidade Saber Amar pagava 12 funcionários para trabalharem na Casa de Passagem e afirmou que todos eles estavam muito bem “integrados”, pois ela mesma fazia os treinamentos pessoalmente. Explicou que antes de serem contratados, havia 2 dias de inserção para que os novos funcionários aprendessem a fazer o serviço. A

¹²⁵ Providências contra essa ação arbitrária que não contou com autorização judicial, ferindo a intimidade das pessoas que utilizavam a Casa de Passagem na época, foram tomadas junto ao Comando do 38º Batalhão de Policiamento do Interior do Estado de São Paulo e ao delegado Titular da Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de São Carlos.

coordenadora, para finalizar, comentou que tanto a Casa de Passagem quanto o Centro Pop não tinham uma visão positiva sobre a atuação do Fórum e demonstrou indignação frente às reclamações sobre a comida que é servida no equipamento no período noturno e, até onde se sabe, no almoço e no jantar aos finais de semana.

Uma segunda reunião encomendada pelo Fórum à coordenação da Casa de Passagem, cujo objetivo foi propor reflexão mais crítica sobre os direitos da População de Rua e a evidenciação dos equívocos do serviço, aconteceu no dia 4 de outubro de 2016. Nesse dia a coordenadora chegou acompanhada pelo advogado¹²⁶ da Entidade Saber Amar e a reunião novamente contou com representantes da DP e UFSCar, mas ninguém da População de Rua (pelos mesmos motivos explicitados na nota 147).

Na oportunidade, quem protagonizou a conversa, em nome da Casa de Passagem, foi o advogado que enfaticamente afirmou que o equipamento: “está longe de ter uma estrutura digna de funcionar”. Isso porque, segundo ele: “a clientela é complicada e o prédio” – que é da Prefeitura – “não presta” (Notas de campo, 4 de outubro de 2016).

Muitas reflexões foram provocadas pelas representantes do Fórum que também questionaram as chamadas “medidas socioeducativas” e algumas cláusulas do Regimento Interno, que além de não serem cumpridas no dia a dia da Casa de Passagem, ainda seguiam costumes da Comunidade Terapêutica, o que não se aplica à População de Rua. O advogado, assim que tomou contato com o Regimento, demonstrou não ter conhecimento anterior dele e comentou com a coordenadora da Casa que quanto a esse fato seria muito simples resolver, bastaria modificá-lo, em seu inteiro teor.

Diante das irregularidades identificadas nas regras de uso e ocupação do equipamento, tendo em vista o que a política pública preconiza para o acolhimento da População de Rua, o advogado disse que se o Fórum entendesse adequado provocar uma ação judicial, poderia tomar a iniciativa. Contudo, ao final da conversa, ele mencionou que achava não ser razoável

¹²⁶ É graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Carlos (2001) e atua como advogado da Entidade Saber Amar. Foi presidente do Conselho Municipal de Assistência Social entre 12 de julho de 2011 e 19 de junho de 2012, período registrado nas atas disponíveis em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conselhos-municipaisx1/153447-conselho-municipal-de-assistencia-social.html>. Antes e após esse período não há registros do COMAS no sítio eletrônico da Prefeitura.

judicializar a questão naquele momento, sugerindo que antes fosse feita conversa com o prefeito Airton Garcia sobre o equipamento que, segundo ele, prestava bons serviços adotando “medidas socioeducativas” pautadas em valores cristãos.

Para encerrar a história, faz-se importante mencionar que no dia 11 de outubro de 2016, no 9º encontro do Fórum da População de Rua de São Carlos, a coordenadora e a assistente social da Casa de Passagem compareceram juntas, fizeram intervenções e, no final da reunião, tomaram conhecimento do convite que o Conselho Municipal de Assistência Social tinha acabado de fazer ao coletivo: de realizar 2 semanas de visitas à Casa de Passagem, a fim de conhecer melhor seu funcionamento¹²⁷. Diante da notícia, a coordenadora pediu que as visitas não incluíssem representantes da População de Rua e encerrou sua participação e da assistente social no encontro daquele dia.

¹²⁷ Ver ata.

OCUPAR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Essa ação do Fórum foi demandada paralelamente à necessidade de acessar os documentos oficiais da Casa de Passagem, ou seja, no seu 2º encontro em 15 de março de 2016, e teve como objetivo ocupar o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) para comunicar as denúncias contra o equipamento. Foi dito anteriormente, que antes da primeira ida ao Conselho, a secretária atuante à época convidou representantes do Fórum para uma conversa entre movimento e SMCAS, e que essa reunião aconteceu no dia 17 de março do mesmo ano. Outro motivo que levou o Fórum a ocupar o Conselho pela primeira vez no dia 2 de setembro de 2016, passados 6 meses da prática, foi a decisão por, primeiro, ter em mãos um dossiê sistemático sobre as problemáticas identificadas na Casa de Passagem.

No período de 12 meses da SE, o Fórum esteve presente em 3 reuniões do COMAS, sendo que ele se reuniu quinzenalmente às segundas terças-feiras de cada mês – mesmo dia dos encontros do Fórum – às 8:30, sendo que o Fórum iniciava às 9h. Essa sobreposição de dias e horários prejudicou um processo de ocupação mais contundente, o que não impediu o Fórum, todavia, de se fazer conhecer naquele espaço.

Na primeira reunião do Conselho em que seus representantes estiveram presentes (UFSCar; DP e População de Rua), o maior objetivo, além de se fazer conhecer, foi entregar o diagnóstico produzido sobre a Casa de Passagem. Na ocasião, a Secretária de Cidadania e também presidenta do COMAS, recebeu o documento e se comprometeu a repassá-lo à comissão de políticas públicas para análise, convidando o Fórum a participar do Conselho após duas semanas, tempo suficiente para obtenção de uma análise. Ela chegou a mencionar que os conselheiros faziam visitas aos equipamentos de alta complexidade semestralmente e em duplas, e que tal tarefa gerava um relatório para o COMAS e outro governamental, com considerações sobre a destinação dos recursos. Confirmou que o prédio da Casa de Passagem era da Prefeitura, que ficava à cargo da SMCAS melhorá-lo, função para a qual não tinha recursos. Cabia à Entidade Saber Amar a obrigação de fazer manutenções básicas, afirmação que foi rebatida por um representante do Fórum que disse que a Entidade não trocava nem as lâmpadas queimadas. A presidenta do COMAS comentou, por fim, que os serviços nunca iriam estar ótimos, que para isso faltava muito, e reiterou que o importante era buscar fazer o melhor,

sempre. A segunda reunião do Conselho em que o Fórum esteve presente para obter retorno sobre a análise do diagnóstico, supostamente entregue à comissão de políticas públicas, foi no dia 13 de setembro, uma semana antes do primeiro contato pessoal com a coordenadora da Casa de Passagem. Nesse dia, a presidenta estava de licença para campanha eleitoral e os demais conselheiros alegaram que, na sua ausência, não poderiam dizer nada a respeito do diagnóstico. Uma semana depois, frente à indignação da coordenadora da Casa de Passagem com o conteúdo do diagnóstico, foi que os integrantes do Fórum perceberam para quem realmente o COMAS havia entregue o dossiê. Na terceira e última ocupação do Conselho pelo Fórum, no dia 11 de outubro de 2016, esteve presente apenas uma representante da prática, dado que o 9º encontro estava acontecendo paralelamente. Nesse dia os conselheiros anunciaram o convite de realização de 2 semanas de visitas à Casa de Passagem, ao Fórum, objetivando que seus membros conhecessem melhor o equipamento. E também para que ouvissem os funcionários da Casa e não só seus usuários. O convite foi aceito e originou a ação seguinte.

VISITAR A CASA DE PASSAGEM

Essa foi uma ação importante para os apoiadores da prática, já que nem todos conheciam o equipamento pessoalmente. A organização da ação envolveu a elaboração de um cronograma de visitas que durariam 2 semanas, bem como a formação das duplas que iriam realizá-las em regime de revezamento, permanecendo no local no período de maior movimento que, segundo os conselheiros da assistência, era das 17 às 23h. O pedido da coordenadora da Casa de Passagem, de não haver representantes da População de Rua nas visitas, foi acatada mediante a conclusão de que poderia evitar processos de retaliação futuros. E claro, sabendo que de todo modo, haveria um ou outro representante do Fórum usando a Casa de Passagem nos dias de visitas e, posteriormente, contribuindo com as reflexões de fundo sobre a ação.

No primeiro dia no equipamento, em 19 de outubro de 2016, foi possível à dupla observar uma fila de pessoas, majoritariamente homens, esperando em baixo do sol escaldante das 17h do recém iniciado horário de verão. Ali eles permaneceram pelo menos uma hora, uns sentados na calçada, outros na sarjeta e alguns de pé encostados no muro, até abrir a Casa de Passagem às 18h. Assim que a dupla chegou na porta, uma das funcionárias¹²⁸ entrou em contato com a coordenadora que autorizou a entrada. Dentro do equipamento, mesmo antes da abertura oficial mencionada, já estavam alguns usuários que não precisaram esperar na fila tomando sol, como se pôde supor. A funcionária se ofereceu a guiar a dupla de visitantes às dependências da Casa de Passagem para que conhecessem os dormitórios, banheiros, cozinha, refeitório, área externa e lavanderia, o que possibilitou observar melhor a precariedade do prédio que ainda possuía telhas antigas em alguns quartos, estava mofado, rachado e mal pintado (Imagem 22).

¹²⁸ Soube-se, durante as visitas, que essa funcionária já foi cliente da Comunidade Terapêutica.



Imagem 22. Dependências da Casa de Passagem. As duas primeiras são quartos masculinos e as duas últimas mostram o local onde são penduradas roupas lavadas. Nele o acesso é permitido apenas aos funcionários do equipamento (tiradas no dia 19 de outubro de 2016).

Fonte: Arquivo do Fórum da População de Rua de São Carlos

Um dos três banheiros masculinos estava interditado e a funcionária comentou que funcionários da Prefeitura que foram fazer a manutenção, quebraram tantos outros canos que a única solução foi fechá-lo. O espaço é pequeno, a porta de um dos dois sanitários em funcionamento abre diretamente no refeitório e a água que sai do chuveiro não encontra barreiras de contenção, indo empoçar a área onde as pessoas fazem suas refeições. Todos os dias, exceto aos finais de semana, as 60 marmitas ofertadas aos usuários são fornecidas pelo Restaurante Popular. Elas são servidas às 19h30, pontualmente, e por volta das 21h algumas pessoas, nem todas, conseguem um “repeteco” (Notas de campo: 2016).

Durante as visitas, as duplas observaram situações vivenciadas por trecheiros na Casa de Passagem. Uma delas foi a de um rapaz que tentava chegar em São Paulo e, ao saber que as passagens distribuídas eram somente para Araraquara, dado que a Prefeitura havia cortado Itirapina do itinerário, desistiu de permanecer no equipamento. Indignado, o jovem desabafou que as pessoas não tinham ideia do que ele estava passando há 20 dias no trecho, tentando chegar no destino final. “*Até fome passei*” (Notas de campo: outubro de 2016), ele disse, seguido do pedido de uma xícara de café ao funcionário que estava no turno no dia. O trecheiro ganhou o copo com a bebida e ouviu do funcionário que estava recebendo um favor. Ele tomou o café, agradeceu e seguiu seu caminho, sem ter sido informado de que poderia tomar banho ou receber uma marmita, fatos contrários ao que fora instituído pelo próprio Regimento Interno do equipamento (Anexo III):

CAPÍTULO III

ROTINA DA CASA DE PASSAGEM SABER AMAR

Art. 7º - Deverá ser feita triagem, com cadastro, entrevista, leitura ou informação das normas internas e assinatura de acordo:

- a) A permanência na Casa de Passagem SABER AMAR dependerá da anuência com as normas estipuladas;
- b) Em caso de não concordância com as normas da Casa de Passagem SABER AMAR, o albergado não poderá permanecer, porém, poderão ser ofertados benefícios imediatos: banho, alimentação, orientação ou encaminhamento, antes de sua saída (Anexo II).

Desde os primeiros dias de visitas, os representantes da prática perceberam que alguns usuários saíam dos dormitórios reclamando que seus corpos coçavam depois do contato com as camas.

De fato, alguns deles mostraram centenas de hematomas nos braços e pernas, marcas que se assemelhavam a ataques de percevejos. Foi como efeito dominó. Quando uma pessoa mencionou a urgência em dedetizar a Casa de Passagem, bem como a necessidade de lavar com mais frequência as capas dos colchões, roupas de cama e renovar as estruturas de madeira das camas que estavam todas infestadas pelo inseto, a maioria dos demais usuários pediram o mesmo, fazendo surgir no campo de ação estratégico, a necessidade de pensar uma meta para o que estava sendo demandado.

Durante os primeiros dias da ação, interações entre os representantes do Fórum e funcionários da Casa de Passagem foram feitas, seguindo a sugestão do Conselho Municipal de Assistência Social de expandir a abrangência do dossiê, contemplando a voz dos trabalhadores do serviço. Contudo, concluídos 4 dias de visitas, o Fórum recebeu a notícia de que a coordenação da Casa de Passagem pedira ao Conselho Municipal para interrompê-las, alegando que os funcionários estavam se sentindo intimidados e pressionados a falar sobre sua rotina de trabalho no equipamento. A ação, que outrora duraria 15 dias, foi reduzida para menos da metade, o que não prejudicou a conclusão definitiva dos integrantes da prática de que o serviço de acolhimento atende minimamente o que institui a Política de Atendimento à População de Rua no país, conclusões sintetizadas em um relatório detalhado das visitas (Apêndice VIII) que foi posteriormente entregue ao Conselho Municipal de Assistência Social.

1. “A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”¹²⁹: o caso do percevejo

No percurso da ação de visitação da Casa de Passagem, o Fórum iniciou o processo de solicitação da dedetização do equipamento, estratégia à primeira vista semelhante ao caso das muquiranas de 7 anos atrás. Entretanto, como fatos políticos nunca se repetem igualmente na história, o caso dos percevejos de 2016-2017 teve desdobramentos mais complexos, como será possível perceber a seguir.

¹²⁹ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Tudo começou com o envio do quarto ofício, em 11 de novembro de 2016, e endereçado à coordenadora da Casa de Passagem, solicitando a dedetização do prédio. A resposta a esse pedido foi recebida 5 dias depois (16/11/16) alegando que a Saber Amar não era responsável por tal tarefa, papel que cabia à SMCAS. A próxima requisição foi feita no dia seguinte à resposta da Casa de Passagem – dia 17 de novembro de 2016 – pela Defensoria Pública, que solicitou da Secretaria de Cidadania e Assistência Social uma posição sobre as providências solicitadas pelo Fórum quanto à dedetização. A Secretaria, por sua vez, respondeu à DP no dia 30 de novembro, que havia encaminhado ofício solicitando a dedetização à Secretaria de Saúde, o mais breve possível.

O Fórum, no dia 6 de dezembro, entrou em contato com a Secretaria de Saúde pedindo informações sobre as providências tomadas, e recebeu a resposta de que a responsabilidade era do setor de zoonoses que 10 dias depois (em 16/12/16) informou estar sem veneno há 4 anos, alegando ser a responsabilidade, unicamente, da Secretaria de Saúde que deveria terceirizar o serviço de dedetização da Casa de Passagem. Diante da morosidade e ineficiência dos setores da Prefeitura em resolver o caso dos percevejos, problema, em tese, pouco complicado, o Fórum deliberou por provocar o Ministério Público, interpondo no dia 20 de dezembro de 2016, requerimento pedindo a tomada de providências junto ao poder executivo para a dedetização da Casa de Passagem Saber Amar. A resposta sobre a atuação do promotor foi dada ao Fórum pelo telefone, em 10 de janeiro de 2017, e dizia que a autoridade havia convocado a Prefeitura de São Carlos a adotar providências necessárias ao problema relatado, dentro do prazo de 1 mês (Quadro 16). A Prefeitura, por sua vez, deu a resposta transcrita abaixo:

Em ofício recebido pelo MP em 07/02/17, a Prefeitura informa que não foi possível dedetizar a Casa de Passagem por ausência de empresa contratada para tal, mas que uma licitação deverá ser feita. Também informa que o setor de zoonoses afirma não realizar o "controle de pragas" e que, sendo a Secretaria de Cidadania responsável pelos cuidados com a população vulnerável, é ela quem deverá providenciar a dedetização”.

Conclusão, a diferença entre os casos da muquirana e do percevejo foi que, no primeiro, a resolução do problema se deu em algumas horas, no segundo, a ação produziu reações durante 88 dias, sem alcançar o objetivo almejado, e esse resultado levou o Fórum a desdobrar nova ação, agora de interpelação do Ministério Público.

Quadro 16. Ofícios referentes à ação estratégica “Visitar a Casa de Passagem”.

OFÍCIO	RESPONSÁVEL	DATA PROTOCOLO	SOLICITAÇÃO	DATA / RESPOSTA
04/16	Fórum	11/11/2016	Coordenadora da Casa de Passagem Saber Amar (Ana Mendonça): Dedetização da Casa de Passagem	16/11/16: Alega que dedetização não é responsabilidade da instituição Saber Amar e sugere que a solicitação seja encaminhamento à SMCAS.
	Defensoria Pública	17/11/2016	Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (Wiviane Spaziani Tiberti): Solicitação de informação sobre providências quanto à dedetização da Casa de Passagem pedido pelo ofício 03/16	30/11/16: “SMCAS encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando dedetização no equipamento Casa de Passagem, o mais breve possível”.
05/16	Fórum	06/12/2016	Secretária Municipal de Saúde (Luciana Caldeira): Informações sobre as providências tomadas pela Secretaria Municipal de Saúde com vistas à eliminação dos percevejos na Casa de Passagem, também solicitando um calendário permanente de dedetizações para o equipamento.	16/12/16: Zoonoses está sem veneno para realizar dedetizações há 4 anos. É responsabilidade da Secretaria de Saúde providenciar o serviço por meio de terceirização.
07/16	Fórum	20/12/2016	MP (Osvaldo Bianchini Veronez Filho): Requerimento para tomada de providências sobre a dedetização da Casa de Passagem Saber Amar	10/01/17: Adotar as providências necessárias para a solução do problema relatado na representação protocolizada na Promotoria de Justiça, no prazo de 30 dias. Sem data: Em ofício recebido pelo MP em 07/02/17, a Prefeitura informa que não foi possível dedetizar a Casa de Passagem por ausência de empresa contratada para tal, mas que uma licitação deverá ser feita. Também informa que o setor de zoonoses afirma não realizar o "controle de pragas" e que, sendo a Secretaria de Cidadania responsável pelos cuidados com a população vulnerável, é ela quem deverá providenciar a dedetização".

INTERPELAR O MINISTÉRIO PÚBLICO

A quarta e última ação estratégica no lapso da Sistematização foi a provocação do Ministério Público (MP) que se constituiu em uma reunião com o promotor Osvaldo Bianchini Veronez Filho, pertencente à vara cível, e o envio de um requerimento solicitando a dedetização da Casa de Passagem como foi mencionado no tópico anterior.

A reunião foi realizada no dia 30 de maio de 2016, entre o 4º e 5º encontros do Fórum, e participou uma comissão de 4 integrantes da prática, sendo 1 representante da População de Rua e 3 da UFSCar. Antes dessa primeira provocação, foi realizada uma reunião de planejamento no dia 19 de maio, em que os representantes refletiram sobre o objetivo do encontro com o MP – Estabelecer diálogo e parceria estratégica com essa instituição jurídica. A partir dele, a intervenção do coletivo foi organizada em 3 pontos: 1) Apresentação do Fórum da População de Rua de São Carlos (seu objetivo; frequência e local dos encontros e convite ao promotor); 2) Exposição dos temas da pauta de discussões (Casa de Passagem; Trabalho; Desrespeito; Dependência Química e Moradia) e 3) Questionamento sobre como o MP tem atuado em relação às questões da População de Rua (no Brasil), por exemplo, se a polícia comete ato de violência contra pessoas que vivem na rua, como o MP pode atuar?

Após a reunião, os integrantes da prática avaliaram que o objetivo elaborado fora alcançado, uma vez que o promotor agendou o encontro sem demora e demonstrou interesse pelas questões da População de Rua da cidade, colocando o MP à disposição, no que couber, para contribuir com futuras ações. Quanto à provocação dessa instituição para a realização pela Prefeitura, da dedetização da Casa de Passagem, os resultados produzidos não abrangeram o período da SE, mas vale mencionar que o equipamento foi dedetizado no início de 2017 e que após duas outras reuniões para provocação do MP em relação às violações da Casa de Passagem, inclusive a última delas envolvendo não só o Fórum, mas representantes da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e da Casa de Passagem, as “medidas socioeducativas” ou os castigos perpetrados no serviço, pararam totalmente por um tempo, porém, foram voltando aos poucos ao deixar várias pessoas excluídas do serviço de pernoite, de acordo com relatos de usuários participantes da prática social.

MARCHAR

“As marchas são andarilhagens históricas pelo mundo. Quem marcha está provando certas afirmações teóricas de analistas políticos de que é preciso mesmo brigar, para que se obtenha um mínimo de transformação” (Paulo Freire em sua última entrevista em 1997).

O Fórum realizou a primeira marcha da População de Rua em São Carlos no dia 20 de setembro de 2016, momento que mobilizou militantes e simpatizantes da causa do grupo social até a Prefeitura, onde a Carta Compromisso – assinada pelos candidatos ao Poder Executivo presentes no 8º encontro¹³⁰ – foi entregue ao prefeito da época, Paulo Altomani, que não esteve presente. Essa ação contou com a participação de militantes de Campinas, fruto das articulações já interpretadas, que entoaram palavras de ordem no percurso (Imagem 23).



Imagem 23. 1ª Marcha do Fórum da População de Rua no dia 20 de setembro de 2016.

Fonte: https://www.facebook.com/pg/mnprsc2016/photos/?tab=album&album_id=1594493507517090

¹³⁰ Ver ata.

CAPÍTULO 6. “Vitrine” para o mundo ou prática política?

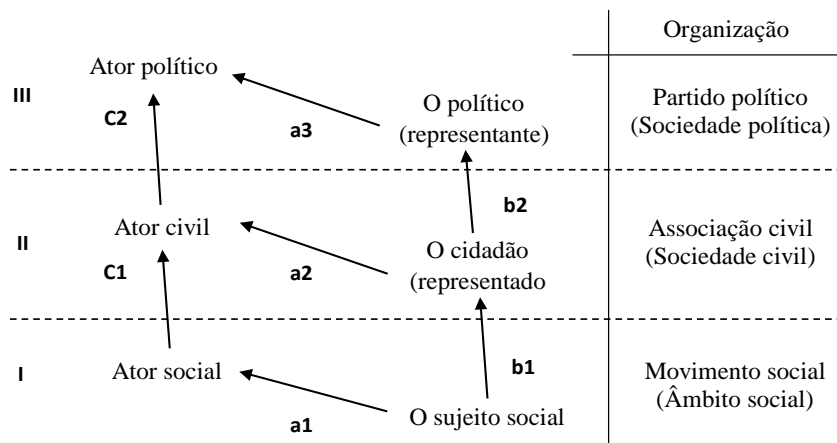
A ação política intervém no campo político modificando, sempre de algum jeito, sua estrutura dada. Todo sujeito ao transformar-se em ator, ainda mais quando é um movimento ou povo em ação, é o motor, a força, o poder que faz história. Quando é uma ‘atividade crítico-prática’ esta será denominada práxis de libertação. Essa práxis tem dois momentos: uma luta negativa, desconstrutiva contra o dado, e um momento positivo de saída, de construção do novo. Assim que ‘liberta’, suas possibilidades criadoras se opõem, ao final triunfando sobre as estruturas de dominação, de exploração ou exclusão que pesam sobre o povo. O poder do povo (a hiperpotência, novo poder ‘dos de baixo’) torna-se primeiro presente no começo, por sua extrema vulnerabilidade e pobreza; mas, ao final, é a força invencível da vida ‘que quer-viver’: Vontade-de-Vida que é mais forte que a morte, a injustiça e a corrupção” (DUSSEL, 2007b, p. 116).

No percurso da escrita, o título desse capítulo se converteu em um questionamento, em decorrência da sugestão de Holliday (2006, p. 88, *grifo do autor*), de que um dos principais mecanismos para se construir a etapa reflexiva da Sistematização da Experiência (SE) é a utilização de um “**roteiro de perguntas críticas** que interroguem o processo da experiência”, permitindo a identificação de fatores essenciais que intervêm no processo, além da evidenciação de sua lógica e sentido, com vistas a alcançar pontos de chegada. A essência da dúvida carregada por ela, por sua vez, fundamentou-se em duas fontes distintas que guardam relação entre si, como poderá ser compreendido.

A escolha pela palavra *vitrine* brotou de um argumento recorrente entre lideranças do MNPR que afirmam que, um dos principais resultados da luta política do segmento, foi ter colocado a População de Rua nesse lugar, em nosso país, a partir dos anos 2000. De acordo com o movimento, na medida que dada questão social despontou para a sociedade mais ampla que voltou o olhar a ela, o tema foi posto na vitrine e a política começou a fazer sentido porque começou a valer. Quando surgem os conflitos com a Prefeitura, com a Guarda Municipal e dentro do próprio grupo, é o sinal positivo de que o movimento conseguiu colocar o tema na vitrine, e isso é fundamental (Samuel Rodrigues, coordenador nacional do MNPR em MG, citado por MELO, 2016, p. 61).

A luta política, conceituada na segunda parte do estudo, diz respeito à totalidade de subjetividades implicadas na construção de práticas que se voltam à produção, reprodução e desenvolvimento da vida coletiva. É nos limites dessa prática que sujeitos se transformam de meras consciências ingênuas, em atores sociais que agem estrategicamente em busca dos objetivos consensuados, e vão ascendendo e se instituindo em um campo organizado em movimentos sociais, associações civis e partidos políticos, práticas políticas hoje vigentes em nossa sociedade¹³¹ (Esquema 8).

¹³¹ “Como seu nome indica, um ‘movimento’ significa um processo que se desloca desde um ponto de partida a um de chegada. Há tantos movimentos sociais como possíveis reivindicações, ou necessidades não satisfeitas. Desde ‘o social’ o movimento social começa por ser uma ação coletiva de membros de um sistema ecológico, econômico ou cultural (ou outros, como os raciais, de gênero, de idades, etc.), que se organizam, que nascem por um conflito interno dos campos materiais. [...]. Estas ‘mobilizações’ têm sido denominadas desde o século XIX, abrindo um âmbito de conflitos de difícil negociação, a ‘questão social’, fenômeno próprio do capitalismo” (DUSSEL, 2009, p. 238).



Esquema 8. Flechas a: transformação do sujeito em ator; flechas b e c: relação de fundamentação (de I a II e III) e de subsunção (de III a II e I).

Fonte: DUSSEL, 2009, p. 239.

Na reflexão de fundo sobre os processos de organização do Fórum da População de Rua de São Carlos, militantes pesquisadores¹³² elegeram 4 eixos analíticos que serviram como fios condutores à interpretação crítica sobre o motivos pelos quais aconteceu o que aconteceu nos 12 meses sistematizados, e eles foram os seguintes:

- e1) Amadurecimento pessoal (processos de conscientização crítica);
- e2) Amadurecimento coletivo;
- e3) Visibilidade das demandas da População de Rua;
- e4) Efetividade da ação política.

Essa etapa da Sistematização contemplou a reconstrução histórica da prática anteriormente ordenada e classificada nos diferentes mecanismos de registro coletivamente elaborados e também propôs reflexão sobre a base teórica que orienta práxis políticas de libertação, que se pauta em três pressupostos fundamentais. O primeiro, advindo da Educação Popular, é de que a prática de luta política se constrói de *baixo para cima* por meio do processo de conscientização crítica dos sujeitos que sofrem na pele a opressão. No caso das práticas *da* e *com* a População de Rua, também estão incluídos atores que, mesmo sem trajetória de rua, solidarizam-se e se

¹³² Em ambos capítulos (5 e 6), os pesquisadores militantes foram identificados como: MP1; MP2; MP3; MP4 e MP5 e os setores representados por eles são: a População de Rua; a Defensoria Pública e Universidade.

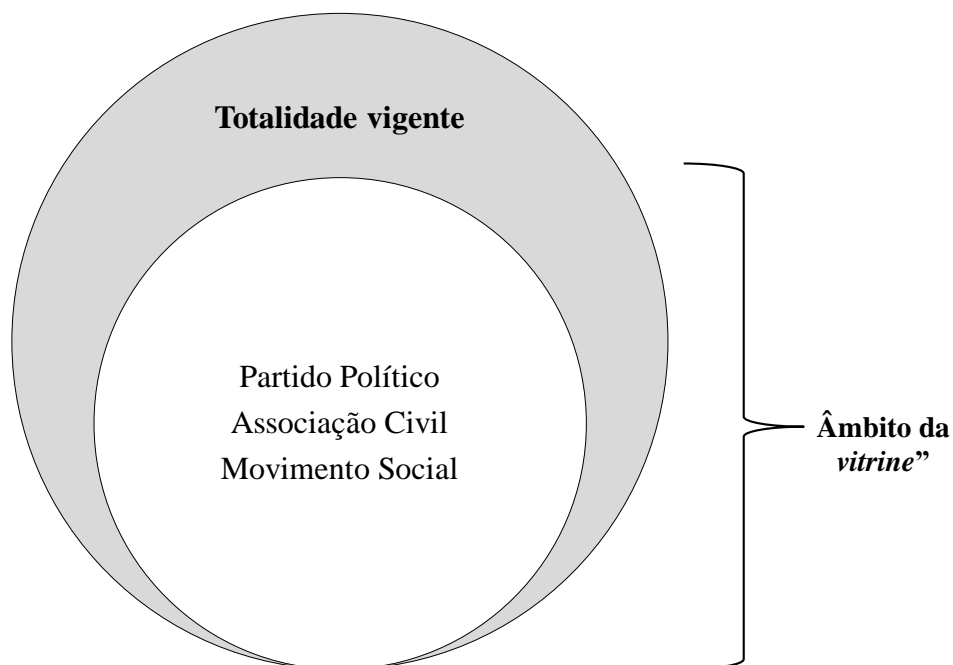
reconhecem nessa batalha. O segundo pressuposto nasce da Filosofia da Libertação que defende a política como campo de afirmação da vida, onde os atores agem estrategicamente em prol da melhoria das condições materiais então negadas pelo sistema hegemônico, capitalista.

E o terceiro e último pressuposto, que diz respeito aos modos de fazer política dentro dos marcos teóricos anteriormente pautados, é o da Sistematização de Experiências, que preconiza que, quem participa mais frequentemente do Fórum ou de outro tipo de prática popular, deve olhar para as próprias vivências, passado certo tempo dos fatos ocorridos, a fim de criar um distanciamento para, com isso, poder analisá-las e interpretá-las coletiva e criticamente. Diante disso, a SE objetiva identificar e organizar o conhecimento produzido na prática e as mudanças subjetivas e intersubjetivas produzidas nela e por ela, contribuir com a constituição de novos coletivos populares ou com aqueles já existentes, promovendo trocas de saberes qualificados aos seus processos políticos e educativos e aprender com a própria experiência, reconhecendo seus avanços e suas debilidades.

No percurso analítico, que compreendeu os momentos supracitados, desdobraram-se 3 interpretações tematizadas como:

- i1. Responsabilidade militante;
- i2. Debilidades da prática social;
- i3. Ações estratégicas futuras.

Articulados entre si, os eixos formaram pontos de convergência que possibilitaram a síntese de que, na medida em que as práticas sociais *da e com* a População de Rua avançam no campo político, atendendo da melhor maneira os critérios de tomada de consciência (do sujeito ao ator social, civil e político), suas reivindicações vão alcançando horizontes cada vez mais amplos dentro das fronteiras impostas à comunidade política pela lógica que vivemos (a totalidade vigente), situando as práticas e seus atores em lugares de enunciação, como em uma vitrine, o que significa, analogicamente, esticar a bolha, sem chegar, necessariamente, a estourá-la (Esquema 9).



Esquema 9. A bolha não rompida pela práxis política.

Fonte: Elaboração própria.

Os militantes pesquisadores, durante as reflexões sobre os eixos 1 e 2, especificamente, identificaram com maior grau de detalhadamente, os aprendizados decorridos das atuações no Fórum (Quadro 17). Processos educativos que contemplam: registro, ordenação; classificação; enfim, a sistematização do máximo de informações nascidas na experiência da prática de luta política, como método fundamental para sua instituição no campo político.

MP3 compartilhou que, sobre a organização das documentações, as pessoas que vivem na rua têm dificuldades para reconhecer a importância. Ele mesmo não conseguia ver toda a evolução da prática por meio da documentação. Lembrou que nas reuniões falava: “*mas isso não está resolvendo nada, cadê o retorno?*”. Porém, quando teve a oportunidade de colaborar com a elaboração da documentação percebeu sua importância, inclusive quando o próprio promotor ficou admirado pela qualidade da produção das informações. MP3 reconhece que esse processo “foi um aprendizado sem dúvida alguma. Depois que você vai ver o tamanho da dimensão e que o negócio deu resultado”.

Quadro 17. Ações do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP sobre a Casa de Passagem (período: 15 de fevereiro a 09 de agosto de 2016).

TEMA	AÇÕES	OBJETIVO	RESULTADOS	PROCESSOS DE CONCRETIZAÇÃO	APRENDIZADOS
CONVÊNIO E REGIMENTO INTERNO	Solicitar ao poder público e à CP*, os documentos que regem seu funcionamento, como o Convênio com a Prefeitura e o Regimento Interno;	Instrumentalizar o Fórum sobre o uso e ocupação da CP por meio do estudo coletivo da documentação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obtenção do Convênio celebrado entre a Prefeitura e a Instituição Saber Amar¹³³ e de seu Regimento Interno; 2. Elaboração do documento intitulado “Diagnóstico: Violação de direitos dos usuários da CP Saber Amar realizado pelo Fórum da População de Rua de São Carlos e destinado à análise do Conselho Municipal de Assistência Social”; 3. Elaboração do documento intitulado “Relatório: Visitas do Fórum da População de Rua de São Carlos à CP Saber Amar”; 4. Reunião com coordenadora da CP e advogado da instituição. 	<p>Consenso sobre o tema a ser trabalhado coletivamente e sobre a necessidade de realizar as ações decididas;</p> <p>Distribuição de tarefas para realização das ações;</p> <p>Busca de informações em meios diversos (internet; departamentos do poder público; outras práticas de luta política da População de Rua; especialistas; etc.);</p> <p>Responsabilização do coletivo pelo desenvolvimento concreto das ações, visando atingir seus objetivos e dar respostas efetivas à População de Rua e seus apoiadores;</p> <p>Compreensão do papel das instituições relacionadas ao tema, como: Prefeitura; SMCAS*; COMAS*; MP*; DF*, dentre outras;</p> <p>Estudo dos documentos relacionados à CP.</p>	<p>Participar democraticamente, negociando e chegando a consensos coletivos;</p> <p>Conhecer os direitos conquistados;</p> <p>Exercer poder obediencial, cumprindo tarefas delegadas pelo coletivo;</p> <p>Acessar meios de informações públicas, como o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Carlos;</p> <p>Compreender normas institucionais, como o Regimento Interno da CP e o Convênio estabelecido com a Prefeitura de São Carlos/SP;</p> <p>Responsabilizar-se pelo coletivo no processo de efetivação das ações;</p> <p>Conhecer o jogo político.</p>

¹³³ O documento foi providenciado pela Prefeitura desatualizado. Diante do fato, o Fórum interpôs novo ofício exigindo o documento vigente na época.

TEMA	AÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS	PROCESSOS DE CONCRETIZAÇÃO	APRENDIZADOS
COMAS	Levantar informações sobre o Conselho Municipal de Assistência Social.	Conhecer dias e horários das reuniões para ocupá-lo.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reuniões são quinzenais, às terças-feiras às 8:30 na Secretaria de Cidadania e Assistência Social; 2. Secretária de Cidadania (Wiviane Spaziani Tiberti - PSDB: 2013/2016) solicitou reunião com Fórum antes da reunião do Conselho. 	<p>Consenso sobre o tema a ser trabalhado coletivamente e sobre a necessidade de realizar as ações decididas;</p> <p>Distribuição de tarefas para realização das ações;</p> <p>Busca de informações em meios diversos (internet; departamentos do poder público; outras práticas de luta política da População de Rua; especialistas; etc.);</p> <p>Responsabilização do coletivo pelo desenvolvimento concreto das ações, visando atingir seus objetivos e dar respostas efetivas à População de Rua e seus apoiadores;</p>	<p>Participar democraticamente, negociando e chegando a consensos coletivos;</p> <p>Conhecer os direitos conquistados;</p> <p>Exercer poder obediencial, cumprindo tarefas delegadas pelo coletivo;</p> <p>Acessar meios de informações públicas, como o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Carlos;</p> <p>Compreender normas institucionais, como o Regimento Interno da CP e o Convênio estabelecido com a Prefeitura de São Carlos/SP;</p> <p>Responsabilizar-se pelo coletivo no processo de efetivação das ações;</p> <p>Conhecer o jogo político.</p>
	Ocupar o Conselho Municipal de Assistência Social.	<p>Apresentar o Fórum aos conselheiros;</p> <p>Reivindicar participação permanente de representantes do Fórum no Conselho;</p> <p>Denunciar as violações da CP.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de reunião prévia entre representantes do Fórum e secretária de Cidadania e Assistência Social 2. Participação em 2 reuniões; 3. Entrega do Diagnóstico e do Relatório sobre a CP. 	<p>Compreensão do papel das instituições relacionadas ao tema, como: Prefeitura; SMCAS; COMAS; MP; DF, dentre outras;</p> <p>Estudo dos documentos relacionados à CP.</p>	
VISITAS À CASA DE PASSAGEM	Observar dinâmica diária de atendimento.	Conhecer a estrutura de uso e o funcionamento.			
COMAS	Solicitar melhorias e a dedetização da CP.	Viabilizar a dedetização em caráter de urgência devido à infestação de percevejos detectada durante as visitas.			

TEMA	AÇÕES	OBJETIVOS	RESULTADOS	PROCESSOS DE CONCRETIZAÇÃO	APRENDIZADOS
MINISTÉRIO PÚBLICO	Solicitar reunião com MP.	Apresentar o Fórum ao promotor cível Osvaldo Bianchini Veronez Filho; Denunciar e pedir providências sobre as situações limite perpetradas pela CP.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de 2 reuniões entre Fórum e MP, sendo que a última contou com a presença de representantes da CP e da SMCAS; 2. Dedetização da CP; 3. Melhoria no atendimento à População de Rua com: diminuição dos castigos e atendimento ampliado, tanto para pernoite, como na distribuição de alimentação e acesso à estrutura para cuidados exclusivos com a higiene pessoal. 	<p>Consenso sobre o tema a ser trabalhado coletivamente e sobre a necessidade de realizar as ações decididas;</p> <p>Distribuição de tarefas para realização das ações;</p> <p>Busca de informações em meios diversos (internet; departamentos do poder público; outras práticas de luta política da População de Rua; especialistas; etc.);</p> <p>Responsabilização do coletivo pelo desenvolvimento concreto das ações, visando atingir seus objetivos e dar respostas efetivas à População de Rua e seus apoiadores;</p> <p>Compreensão do papel das instituições relacionadas ao tema, como: Prefeitura; SMCAS; COMAS; MP; DF, dentre outras;</p> <p>Estudo dos documentos relacionados à CP.</p>	<p>Participar democraticamente, negociando e chegando a consensos coletivos;</p> <p>Conhecer os direitos conquistados;</p> <p>Exercer poder obediencial, cumprindo tarefas delegadas pelo coletivo;</p> <p>Acessar meios de informações públicas, como o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Carlos;</p> <p>Compreender normas institucionais, como o Regimento Interno da CP e o Convênio estabelecido com a Prefeitura de São Carlos/SP;</p> <p>Responsabilizar-se pelo coletivo no processo de efetivação das ações;</p> <p>Conhecer o jogo político.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das atas dos 12 encontros do Fórum da População de Rua de São Carlos (período: fevereiro de 2016 a janeiro de 2017).

*CP: Casa de Passagem; COMAS; Conselho Municipal de Assistência Social; SMCAS: Secretaria Municipal de Assistência Social; MP: Ministério Público; DF: Defensoria Pública.

À diferença das instituições que atendem a População de Rua em São Carlos, que expõem as pessoas que vivem na rua de maneiras que, por vezes, prejudicam sua reinserção em alguns setores da vida, como: para estabelecer um relacionamento amoroso ou concorrer a uma vaga de emprego, práticas de luta política como o MNPR e seus polos, ou os Fóruns de São Carlos, de Campinas, etc., colocam a pessoa em um lugar de anunciação, potencializando sua capacidade de atuar como ator social e político.

MP3 explica que os equipamentos precisam ter em mente não fazer divulgação de tudo que realiza *“porque Pop Rua significa: pessoal que está em situação de rua”* e que manter confidencial é muito melhor para a vida de qualquer um, em determinadas circunstâncias. *“Por exemplo, o pessoal quando ia almoçar no Bom Prato, ia com a Kombi – ‘os coitados da rua’ – e ninguém quer ser coitado na rua. As pessoas que vivem rua querem respeito e dignidade. Então quando o pessoal ia lá, os outros que estavam na fila falavam: ‘esses caras da rua têm prioridade’. As pessoas na fila reclamavam porque, querendo ou não, os da rua estavam expostos. Estava ajudando, mas ao mesmo tempo, também estava expondo”*.

MP5 conclui que esse tipo de exposição proposta pelo serviço em São Carlos, pode ser um dos motivos do esvaziamento recente do equipamento e comenta que acha engraçado, que, *“quando se faz a discussão sobre as crianças do abrigo que é infantil, as orientações é que não haja nenhum tipo de identificação. O carro que sai não tem nenhuma identificação, que é para não estigmatizar, mas nunca tinha me ocorrido que para a População de Rua precisava ter o mesmo cuidado. Quando ele vai na perua tem um rótulo, tem um símbolo ali”*.

MP2 questiona *“se há situações em que é interessante assumir essa identidade e situações em que não é? Porque me parece MP1, eu vi isso no texto, você me corrige, que uma das direções do MNPR é que a pessoa se identifique e se afirme. Agora, a gente pode dizer que há jogos estratégicos”*. MP3 responde que *“no movimento o pessoal já está diante de uma luta de reivindicação. É diferente um pouco de sair do equipamento, juntamente com os funcionários, como se eles fossem educadores, como se eles estivessem educando a pessoa que vive na rua. Tem uns que chamam até de tia, parece criança. Então você vai pegar essas pessoas e vai levar em um determinado lugar com esse tipo de comportamento? Esse tipo de comportamento diminui a pessoa, ela está na dependência, ela está dependendo de tudo para tudo. E essa não é a ideia, é fazer valer o direito. Está frequentando o local que é um direito dele como cidadão.*

Em contrapartida, nas práticas de luta política a pessoa cresce, tem a oportunidade de mostrar todo seu potencial intelectual, menciona MP1. E MP3 explica que *“é porque, na realidade, essas práticas de descaso fazem as pessoas se tornarem inteligentíssimas até no extremo, porque ela aprende de tudo”* (Quadro 18).

Quadro 18. Conjunto de aprendizados de como se tornar um militante político com a População de Rua, com ou sem a vivência dessa experiência.

APRENDIZADOS	COMENTÁRIOS
Conhecer direitos e deveres;	<i>“Isso também faz parte do amadurecimento político, né gente? Como é, uma vez que a gente consiga a consciência crítica de sermos um sujeito de direitos, como a gente entender que não somos só sujeitos de direitos, que há compromissos que precisam ser firmados. Que a gente pode também ir para o outro polo, né? Da gente começar a se compreender somente como sujeito de direitos e o outro como servidor”</i> (MP2);
Negar a negação;	
Saber como se relacionam burocraticamente as instituições que atendem a População de Rua;	<i>“É porque na realidade todo esse evento ele é voltado para isso aí mesmo: é reivindicação de muitas das vezes que o trabalho que eles deveriam estar fazendo lá, eles deveriam estar cobrando das autoridades, eles deveriam estar com mais força de estar cobrando e não fazem. Então é onde ficam esses conflitos, onde tem esses conflitos. Eles não querem colocar a mão no fogo porque ‘é o meu emprego’. Na realidade é a defesa do seu emprego”</i> (MP3 se referindo à atuação de servidores públicos da assistência social);
Saber lidar com conflitos externos e internos à prática social de luta política;	
Comunicar-se bem;	
Produzir informações verdadeiras e de qualidade;	<i>“Tem gente que precisa de mais tempo, tem gente que precisa de menos tempo, outros já estão com emprego e não tem essas oportunidades. E é direito dele e não está valendo em lugar nenhum. Aquele local acaba sendo o grande responsável pelas tragédias que acontecem na vida do cara. Eu costumo falar assim: ‘eu responsabilizo vocês’. Eu falei várias vezes: ‘eu responsabilizo vocês por todo tipo de coisas que andam acontecendo com o pessoal da rua’</i> (MP3 se referindo ao serviço prestado pela Política de Assistência);
Ter paciência e entender os processos políticos;	
Ter consciência de que o maior violador dos direitos da População de Rua é o Estado de direitos e suas instituições;	<i>“[...] importante o que MP3 falou sobre a questão do diálogo que às vezes eu tenho a impressão que algumas pessoas sentem como se fosse para discutir ou para acusar, sempre como alguma coisa de acusação e parece que eles já vêm um tanto armados, na defensiva de não falar, não se colocar e está ali só para ouvir. E se começa a entrar cada vez mais e eles começam a perceber que é um diálogo e não uma acusação, então acho que começa a facilitar”</i> (MP4 se referindo à postura dos setores da Prefeitura e da Casa de Passagem que foram ao Fórum algumas vezes);
Conhecer a história das políticas e comparar equipamentos, gestões, ou seja, saber analisar a conjuntura local, nacional e global onde se situa a prática social;	<i>“De vez em quando vai ser acusação”</i> (MP5 se referindo à postura do Fórum frente os serviços da assistência social);
Saber dialogar quando há possibilidade de diálogo e brigar quando for necessário.	<i>“[...] o receio de uma ação mais direta foi das pessoas ficarem sem esse equipamento. Ficar sem nada. Foi um cuidado”</i> (MP1 se referindo à tomada de decisão sobre as ações voltadas à Casa de Passagem).

Tudo o que foi mencionado, somado aos processos de amadurecimento político identificados pelos militantes pesquisadores, forma um conjunto de aprendizados de como se tornar um militante na luta política com a População de Rua, tendo o ator social trajetória de rua ou não.

CAPÍTULO 7. Reforma ou transformação?

A falsa pergunta, [...], sobre o que vem primeiro: a transformação da estrutura institucional ou da subjetividade do ator?, se enfrenta com a resposta simples de que ambos os momentos são termos de um relacionamento e, portanto, são co-implicados simultaneamente. A estrutura, sendo apenas a rede de relações intersubjetivas dos sujeitos em função dos outros, é transformada no mesmo ato pelo qual os sujeitos estão mudando. Deve ser dada atenção à subjetividade passiva do membro da comunidade política na esfera social, a fim de que se 'subjetive', ou seja, se transforme em consciência de uma responsabilidade (assim 'aparece o sujeito' da objetividade perdida do membro consensual impessoal de uma estrutura que o domina). Esse devenir sujeito é já transformação da estrutura nesse nó (DUSSEL, 2009, p. 241).

Novamente, uma das estrofes do poeta Belchior – “*A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia e pela dor eu descobri o poder da alegria e a certeza de que tenho coisas novas, coisas novas pra dizer*” – expressa em arte, a crueza da vida na rua que ensina e transforma mulheres e homens dominados pela alienação do silenciamento, em pronunciadores de suas próprias palavras e, quem sabe um dia, de um novo mundo. Os atores das práticas sociais a que se refere o estudo demonstram a necessidade de conhecer velhas concepções e práticas políticas para desconstruí-las e, a partir de seus fragmentos, criarem condições de construir novas maneiras de se movimentar nesse campo da vida humana, o que não significa jogar a água da banheira com a criança dentro, mas saber que:

Se é verdade que o oprimido não domina uma grande quantidade de categorias econômicas e políticas do sistema, tem *outras* categorias que o sistema não tem e que são o “ponto de apoio” da libertação. São suas tradições concretas por onde a história se cumprirá; o que devemos fazer é potencializá-las. Não caímos em um “espontaneísmo populista”, no sentido de que o povo já tem tudo, e está muito bem e é infalível, e o que ele faz sempre funciona. Não! É preciso saber discernir entre o pior que tem o povo, que é a introjeção do sistema. Isso tem o povo e é preciso saber negá-lo. Por outro lado, o povo tem o melhor. Mas, quem discerne entre a introjeção do sistema e o escatológico? Aqui é necessária a função crítica [...]. Pode-se dizer que o povo tem o melhor, mas mesclado, e quando o processo de libertação começa, esse povo mesmo às vezes diz: “Mas estávamos melhor no sistema! ”. No deserto, o povo disse a Moisés: “Estávamos melhor no Egito! ” Pobre Moisés, um pouco mais e o “queimam” (DUSSEL, 1973, p. 209-210, *tradução minha*).

Para o autor, esse é o destino de quem cumpre o papel da crítica, sempre permanecer na exterioridade, mantendo a esperança “de um futuro que terá de se tornar possível” pela práxis crítica libertadora (DUSSEL, 2007b, p. 117). Na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos, o primeiro processo de desconstrução disse respeito a colocar em questão as instituições políticas voltadas ao atendimento do grupo social na cidade, bem como buscar discernir o que é bom e o que é ruim nelas, o que deve ser mantido e melhorado, e o que precisa ser completamente transformado, dado que não existe estrutura humana perfeita, pois:

As instituições criadas para reproduzir a vida também têm sempre um momento de crise, de desgaste entrópico, de inversão de sentido. De terem sido criadas para aumentar a vida, começam a ser parasitárias da vida e produzem morte; fetichizam-se. É tempo de transformá-las, substituí-las, criar

as novas instituições que respondam ao novo momento histórico da vida humana global (DUSSEL, 2007b, p. 138).

As ações empreendidas em razão das denúncias contra a Casa de Passagem, foram guiadas pela convicção expressada por MP3 de que, *“as condições são péssimas, e além de tudo, o pessoal acha que está fazendo um trabalho excelente. Para eles é normal”*. Os dirigentes da Casa de Passagem *“não dão direitos de ninguém ter o direito de reivindicar. Esquecem desse lado, da política dos direitos. Não questionam. Lá não pode beber, não pode fumar, não pode fazer nada”*. E *“eles acham que eles estão fazendo muito com o pouquinho que fazem, mas, “não estão fazendo nada. É difícil né, se confundem as coisas. Eles têm um sistema na casa de recuperação que eles fazem o que eles quiserem, é particular, é problema deles. A família aceitou, o interno aceitou, é outra questão. Agora, quando se trata de equipamentos públicos, o negócio já não tem que ser como eles querem. Tem que ser do jeito que está escrito na política, do jeito que a política diz”*.

Como a Casa de Passagem não é uma instituição autônoma, ou seja, ela é parte e está subordinada à política de assistência social, caberia às instituições que contemplam os equipamentos de acolhimento de alta complexidade (como a Casa de Passagem), acompanhar seu funcionamento, dando o suporte necessário à manutenção do serviço na comunidade, fomentando, inclusive, a participação da População atendida nos espaços de construção e fiscalização da política. Contudo, a interpretação tecida sobre essa dinâmica em São Carlos é de que, as tarefas assumidas pela Secretaria de Cidadania e Assistência Social, especialmente no âmbito do Centro Pop, não cumprem tal responsabilidade, alienando esse serviço público dos princípios preconizados pelo Sistema Único de Assistência Social¹³⁴.

¹³⁴ **“Acesso a direitos socioassistenciais:** Também se caracteriza como direito do usuário a participação nas instâncias de controle social sobre a política pública de Assistência Social e de seus respectivos serviços, sem prejuízo ou discriminação no atendimento. No âmbito do Serviço, este direito à participação deve ser incentivado e resguardado, de modo a fortalecer o protagonismo dos sujeitos atendidos. [...]. **Trabalho em rede:** O alcance da integralidade da proteção social e do acesso a direitos das pessoas em situação de rua exige a busca permanente de articulação e integração intersetorial, tendo em vista o acesso dos usuários aos demais serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, que têm por função a defesa e a responsabilidade em casos de violação dos direitos, tais como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Organizações da Sociedade Civil (como Centros de Defesa e Fóruns de Defesa de Direitos). [...]. Trabalho em rede pressupõe definição de competências e articulação entre instituições e agentes que atuam em um território e compartilham objetivos e propósitos comuns. Para que haja sinergia e a dinâmica necessária para manter vivo o trabalho articulado em rede, é importante que exista um processo contínuo

Existe uma situação histórica em relação ao atendimento institucional da População de Rua e, provavelmente, de outros públicos marginalizados no Brasil – analisa MP1 – que é o desestímulo à participação em espaços politizantes, a fim de manter a alienação de quem depende da política para sobreviver. Além dessa prática de manipulação, há também o fato do Fórum, enquanto órgão de defesa dos direitos da População de Rua na cidade, estar ficando aliado de diálogos e negociações entre instituições que lidam com o grupo, como a Secretaria de Cidadania e Assistência, o comando da Guarda Municipal (GM), a Secretaria Municipal de Saúde e até mesmo um departamento da UFSCar que mantém parceria com a Prefeitura e reproduz a mesma postura antidialógica. Isso deixa claro que há dois projetos distintos em relação ao referido grupo: um que visa sua participação ampla e irrestrita nos espaços de decisão e condução de sua própria agenda e outro que objetiva a manutenção da gestão das vidas de quem vive na rua nas mãos das instituições e entidades que historicamente dominam os mecanismos, especialmente os recursos financeiros, pautadas em interesses privatistas.

A conclusão a que se chega, é que: *“está muito claro que não estão incluindo a gente, que não desejam nos incluir nas discussões”*, compartilha MP2, *“isso está muito claro”*. Sem contar a possibilidade que houve de influir no processo de renovação do Convênio celebrado entre Prefeitura e Entidade Saber Amar (que vigorará até 31 de março de 2018, até onde se sabe), na direção da Casa de Passagem, e a justificativa é, relata MP5: *“Olha, está tudo bem, eu não consigo mudar um convênio que já foi estabelecido”*, entretanto, *“a gente está no Fórum há um tempo razoável, a Secretaria eventualmente participa, eventualmente tem alguém, eles estão fazendo um novo convênio e nós estamos completamente excluídos, eles não se dispuseram para dialogar nem um momento”*. Isso *“é duro de perceber”*.

Essas práticas, de acordo com interpretação de MP2, guardam relação direta com o apoio oferecido ao outro, porém, suporte que vai *“até onde esse outro está sob controle. Por exemplo, na Casa de Passagem, quem consegue se manter muito tempo lá, quem consegue ficar lá numa boa, é quem não se insurge, é quem não critica. Eles são muito generosos com alguns, mas por que eles são tão generosos?”* MP3 esclarece: *“Porque eles já têm o domínio”* e MP2 complementa: *“Porque eles não insurgem”*. MP2 comenta que quando a direção da Casa de

de circulação de informações, com abertura para o diálogo permanente, capacidade para rever processos e fluxos de trabalho, compromisso com o fazer coletivo e postura de cooperação individual e institucional e de superação de vaidades” (BRASÍLIA, 2011, p. 71-72, *grifos meus*).

Passagem mantém certas pessoas usando o equipamento de forma contínua, “*a aparência é de generosidade*”, contudo, existe uma moeda de troca imposta aos usuários da instituição, que é de não se rebelarem. Segundo MP3, os dirigentes disseram o seguinte: “*Não vem com esse negócio de documentação, de lei, que não resolve*”, e MP1 conclui que “*quem não reivindica não o faz por medo de perder o pouco que tem*”. MP2 completa que é também porque os demais “*veem o que acontece. Como quem reivindica é tratado*”.

Essa conjuntura, de acordo com interpretações do coletivo, correspondeu a uma generosidade que é falsa, conceito cunhado por Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido que diz respeito ao ato do poder que oprime, fazer-se parecer brando, ameno, menos penoso para quem sofre a negação, porém, sem nunca transportar-se para o terreno da solidariedade verdadeira, mesmo porque, “*só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos*¹³⁵” (FREIRE, 2005, p. 33).

No percurso da reflexão sobre a experiência sistematizada, foi constatado que no Centro Pop não tem sido diferente. Em uma ocasião, em que a rebeldia da População de Rua insurgiu de maneira mais intensa no período da SE, um de seus dirigentes pediu calma frente à ameaça do representante da rua de denunciar os desmandos da Casa de Passagem. Ele disse: “*não, não, fica tranquilo, a gente até já trouxe capoeira no Centro Pop*”. E a voz rebelde contestou:

Peraí, calma aí! O camarada não tem direito de ficar o final de semana descansando. Ele vai lá na praça, ele vai usar droga, ele vai fumar, ele vai se detonar. De madrugada vai tomar uns tapas do guarda municipal, da polícia porque está dormindo em frente ao comércio. Depois o cara vem aqui no Centro Pop para tomar um banho, para dar uma aliviada na mente para ver se ele sai daquela inhaca que ele passou e você vem falar de trazer mestre de

¹³⁵ “Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria. Daí o desespero desta ‘generosidade’ diante de qualquer ameaça, embora tênue, à sua fonte. Não pode jamais entender esta ‘generosidade’ que a verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do ‘demitido da vida’, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos ‘condenados da terra’. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes e poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos ‘condenados da terra’, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizam. Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira” (FREIRE, 2005, p. 33).

capoeira?” Você está de brincadeira com um negócio desse em plena segunda-feira (Frequentador do Centro Pop em nota de campo: sem data).

MP3 interpreta a situação afirmando que *“se a pessoa tivesse o direito de descansar, porque o pessoal fica na praça final de semana porque não tem o direito de ficar lá (na Casa de Passagem), senão ficava lá numa boa. Quando acontecer de o cara ter uma recaída, tudo bem, mas o objetivo dos caras não é esse. O cara está meio à mercê mesmo. É o descaso. Aí, vão falar de capoeira em plena segunda-feira. Agora se deixar o cara descansar, segunda o cara sai de lá animado, porque ele passou sábado, domingo se alimentando, comendo, ‘opa, agora eu vou soar’. Segunda-feira ele chega lá o mestre fala: ‘pessoal chega aí’. Está na disposição, né? Foi bem alimentado, foi bem tratado, psicologicamente a pessoa está normal, a mente da pessoa não está perturbada. Aí dá resultado”*.

Até o advento do Fórum em São Carlos, as instituições referidas atuavam sem serem notadas por uma prática dessa natureza. É certo que cobranças sempre existiram, mas não questionamentos que colocaram em cheque a existência dos equipamentos por meio de ações protagonizadas pela própria População de Rua e seus apoiadores. Isso aconteceu, segundo conclui MP3, porque *“hoje eles estão sentindo o impacto de tudo que já vem acontecendo, o fato de serem intimidados”*, o que, na perspectiva dos eixos *e3* e *e4*, sobre a visibilidade das demandas da População de Rua e da efetividade da ação política, respectivamente, *“teve uma evolução boa”*, principalmente pelo fato do pouco tempo decorrido e das muitas ações empreendidas. *“Teve uma repercussão fenomenal porque várias coisas aconteceram nesse meio tempo”*.

Certamente, a prática social apresenta debilidades, que serão analisadas na sequência do estudo. Por meio delas foi possível explicar porque sua movimentação no campo político *“evoluiu mais nos 3 primeiros eixos do que no último”*¹³⁶, como analisa MP2, que diz não pensar *“que isso tenha sido um fracasso ou uma falha, foi o tempo do amadurecimento mesmo do Fórum enquanto coletivo e da gente individualmente. Quando MP3 diz: ‘demorei um pouco para entender que fazer um documento mais elaborado que levasse mais tempo’, eu penso que*

¹³⁶ Os 3 primeiros eixos se referem ao: *e1*) amadurecimento pessoal (processos de conscientização crítica); *e2*) amadurecimento coletivo e *e3*) visibilidade das demandas da População de Rua. O último diz respeito à: *e4*) efetividade da ação política que determina o alcance de resultados ao que fora objetivado pela ação.

representa um pouco isso, esse processo de maturidade do coletivo”. E MP4 e MP5, respectivamente, complementam a análise, afirmando que o eixo e4 avançou menos que os 3 anteriores, porque tem “duas coisas, que é a questão de se inserir em tudo nesse meio para que eles deem credibilidade ao Fórum, porque às vezes parece que é cumprir tabela. É preciso “se inserir de fato para conseguir efetivar as ações práticas. O outro ponto é “a questão da população. Se a População de Rua estiver mais unida, acho que tem essa questão muito forte, mais presente”, e conclui: “Então eu acho que são dois pontos, tanto se inserir mais, quanto a população...”

MP5, por sua vez, tece interpretação sobre a efetividade das práticas, pelo viés de que *“nem tudo dependia exclusivamente das ações do Fórum. Eu acho que a gente tinha muita coisa que a gente estava na pendência de que outros parceiros fizessem. A gente estava muito mais em uma postura que era provocativa do que realizadora. Então tem algumas ações que eu acho que elas dependiam de outros e a gente não tinha domínio, não tinha nenhuma gestão sobre esse outro. Estou falando, por exemplo, das mudanças que deveriam acontecer na Casa de Passagem. Quando a gente pede aquele rol de questões, tanto no que diz respeito a como os funcionários tratam a População em Situação de Rua, quanto à questão da infraestrutura, enfim, a gente não dispõe dos meios para fazer essas coisas acontecerem e isso dificulta muito que a gente consiga, de fato, consolidar o que a gente está precisando. Acho que com relação a isso, a População em Situação de Rua ou mesmo os pedidos que a gente faz para a Secretaria, a gente não tem nenhum instrumento de poder, na verdade, além do poder que é a junção do povo, do coletivo, enfim. A gente bate de frente com a boa vontade de quem tem que realizar. Eu acho que isso acabou fazendo com que a gente não conseguisse caminhar com algumas demandas que apareceram. E MP2 conclui frente à análise de MP5 “que o Fórum tem que ter apoio, não basta ter visibilidade. A gente visibilizou os problemas, mas a gente não recebeu apoio de quem podia resolver”.*

Frente às análises e interpretações dos militantes pesquisadores apresentadas nesse capítulo, a conclusão compartilhada por MP2 foi que *“agora a gente podia continuar se fortalecendo e se direcionando de uma maneira mais efetiva para as mudanças práticas, inclusive, para chamar a População de Rua que compreensivelmente quer ver mudanças acontecerem e não só as discussões. MP3 compartilha que “ainda tem alguns que não conseguem entender, mas tem uns que falam: ‘nossa, teve evolução’. Já ouvi falar de vários: ‘nossa, o negócio lá está*

andando mesmo” (Referindo-se às ações do Fórum) e explica que a impaciência é resultado da “vulnerabilidade das pessoas da rua, que muitas vezes entram em conflito com todo mundo, justamente por causa da vulnerabilidade que o faz ser frágil e não acreditar mais em ninguém. Ele quer o resultado para ontem, ele não tem aquela paciência. E não é assim, nós temos que entender que tudo tem um processo, tem um tempo”.

MP2 e MP5 completam, respectivamente, que as pessoas em situação de rua *“estão passando a dificuldade naquele dia, e às vezes a gente diz que eles não têm paciência, mas às vezes já passaram 5 anos de paciência naquela situação difícil”*, por fim, *“a necessidade deles é urgente. Não é uma coisa de se esperar.*

Outro elemento que influenciou a conclusão de que as próximas movimentações do coletivo deverão compreender processos organizativos que visem modificações concretas na política de assistência e suas instituições, foi a busca por situar as experiências do Fórum na conjuntura local, não perdendo de vista o contexto político nacional. MP3 comenta que, no caso da Casa de Passagem, por exemplo, *“o direito era mais para o pessoal que era da cidade, que tinha acesso ao equipamento o tempo todo, mas para quem era de fora, já mudava um pouco. Hoje, já não tem mais acesso nem quem é de dentro, piorou para os de fora”*. Para MP1, a situação das políticas municipais, especialmente da Assistência, *“está acompanhando o contexto nacional, as movimentações políticas nacionais, cuja tendência é regredir”*. Nesse sentido, MP5 analisa que *“no ano de 2002, na primeira gestão do Newton, a primeira mudança vai acontecer aí. A gente tinha nesse momento, que quem era de fora era levado mesmo para fora. Tinha um fornecimento de passagens que era muito mais forte. Tinha histórico de uma perua que levava o pessoal de rua para o canavial e na gestão do Newton a gente começa com algumas mudanças e aí a gente vai tendo alguns retrocessos depois. Eu acho que a gente não conseguiu criar um modelo que fosse de progressão. Um coisas mudaram e outras pioraram.*

E continua ponderando que *“se a gente pensar em uma tendência nacional e a gente está falando de uma população que historicamente tem menos direitos, então, eles vão ser mais impactados mesmo”*, pois, é *“onde se tira primeiro e onde ninguém vai questionar”*. Diante da afirmativa, MP1 questiona *“como agir nesse contexto de desespero. Parece que estamos dentro do Titanic e o navio está afundando. Como atuar? Continuar nesse trilho que estamos, mudar? É quando MP2 interpõe a interpretação de que é um enigma até hoje, a dificuldade da Secretaria em dar limites para as arbitrariedades da Casa de Passagem. Isso eu não consigo compreender*

ainda, se é um receio deles espanarem e não ter ninguém para assumir e eles ficarem sem o serviço. Eu não entendi ainda. A gestão passada eu entendo, que eles estavam solidarizados pela comunhão de ideologia. Essa gestão eu ainda não entendi porque não me parece isso. Não parece que eles pactuam, que essa Secretaria de assistência pactue com a Casa de Passagem, mas também não consegue colocar limites”.

MP1 expõe a crença de que *“essa gestão tem uma vestimenta diferente, que a faz parecer menos conservadora. Mas ela não é. É a mesma conduta da gestão passada em relação ao atendimento da População de Rua. Apenas foram colocadas pessoas, à cargo da Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) que passam a impressão de que irá melhorar”.* *“Só para passar um pano”*, conclui MP3, que também sugere que *“nessa circunstância, o que nós deveríamos fazer, seria ir um pouquinho mais para cima, no sentido de cobrar.*

MP5 ratifica MP1, colocando que sua sugestão *“é muito importante, porque quando você se questiona quais são as razões pelas quais a Secretaria hoje não assumiu de fato essa bandeira, não acho que seja por questão ideológica, mas que tem uma priorização de qual é a ação que a Secretaria vai fazer primeiro, e a Secretaria de assistência vai ter uma desvalorização na gestão anterior que é muito grande”.* E continua: *“se a gente pensar por exemplo, nos programas de transferência de renda, não pode ser inserido mais ninguém, a gente tem um cartão alimentação com 1.300 famílias, onde ninguém pode ser inserido por uma questão legal, enfim, por um detalhe burocrático. E a População em Situação de Rua vai ficando em último lugar. A Secretaria acaba assumindo a demanda que parece que é mais urgente ou que aparece como uma questão prioritária, o abrigo infantil, enfim, outras demandas que acabam saindo na frente da População de Rua que vai ficando”.* MP3 reitera que, diante dessa realidade, *“quanto mais tem a presença (do Fórum) e quanto mais a gente está ali, mais espaço para falarmos, onde acaba criando um tipo de situação e colocando na prioridade”* (a pauta da População de Rua).

Frente a esses primeiros apontamentos sobre a experiência política instituída pelo Fórum, resta trazer as considerações feitas pelos seus atores críticos, sobre as debilidades da prática, bem como as propostas de movimentações futuras.

FRAGILIDADES DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA E AÇÕES FUTURAS

Na etapa reflexivo-conclusiva da SE, exposta na seção inicial do corrente capítulo, foram feitas análises que apontaram dois caminhos interpretativos *sobre e para* a experiência do Fórum. O primeiro corresponde às debilidades da prática de luta política, representadas pelos processos que falharam no percurso de sua instituição. Foram identificados 6, ao longo dos 12 meses sistematizados, e cujas análises críticas permitiram aos militantes pesquisadores listar atuações políticas futuras que demandarão 21 metas ou táticas de ação.

O primeiro equívoco identificado por MP2, diz respeito ao fato do Fórum não estar *“atraindo a População de Rua com tanta constância para as reuniões”* e à possibilidade dessa consequência ter sido causada por alguns fatores, como: ausência de respostas mais rápidas às situações limite vividas, afinal, *“a necessidade deles é urgente, não é uma coisa de se esperar”*; encontros se assemelharem a reuniões tradicionais, mais do que a processos de socialização amplos; prática ser identificada pela palavra *Fórum* que, além de remeter à instituição do sistema judiciário (causando receio em potenciais militantes representantes da rua), não possui nenhuma proximidade com o universo vocabular ou temático desse mundo, e o último fator, que diz respeito à vergonha em se expressar em um espaço que carrega esse inequívoco peso.

Na busca por corrigir tal falha, foi pensada por MP3 e corroborada por MP4 a estratégia de que *“o mais importante para nós, agora, seria fazer esse tipo de diálogo, se organizar dessa maneira, em como nós vamos trazer esse pessoal para que eles possam ter essa participação. Porque entender eles já entendem, eles já sabem que eles têm o direito”*. As metas para isso são: **a)** criar espaços que possibilitem a criação de vínculos mais agradáveis entre os participantes da prática social, **b)** podendo haver momentos para comer e beber juntos, na medida que, comenta MP4, *“nós temos o costume, o ser humano em si, de colocar alimento junto”*¹³⁷.

¹³⁷ “Um projeto revolucionário sem símbolos e sem mitos é um projeto revolucionário antipopular fadado ao fracasso. Se um projeto revolucionário não é simbólico ao nível concreto da crença de nosso povo, nunca poderá ser realmente revolucionário nem popular. A cultura popular, nascida desde a exterioridade do sistema, é real, é nossa. Mas se é ignorada e negada e considerada analfabeta; sua simbologia não é compreendida. [...] Tampouco seria a ‘cultura da pobreza’ de Lewis. A questão é outra. Se trata de uma *criação cultural* que se expressa em diversos níveis, desde a arte popular, a música popular, a língua, a tradição e os símbolos [...] A cultura popular,

Outro processo que falhou durante experiência sistematizada, foi o coletivo não ter consolidado a participação no Conselho Municipal de Assistência Social e, para isso, a estratégia é reocupar. As metas são: **a)** iniciar uma ocupação esporádica, na medida das possibilidades dos militantes mais assíduos, e ir avançando nessa ação de suma importância para pressionar quem executa a política para a População de Rua porque, segundo MP3, *“o Conselho vai sentir esse peso, vai falar: ‘opa, o pessoal está todo mês no Conselho cobrando’. O resultado vem quando a cobrança vem mais de fora, que é nosso caso. Porque o pessoal não cobra, mas só que tem uma equipe atrás que está cobrando, que não está sendo esquecido. Eles estão sendo vistos”*.

A segunda meta sugerida a partir da análise feita por MP4, é do Fórum **b)** buscar construir nova tentativa de diálogo, haja vista a experiência apreendida de que, pela via do conflito direto no contexto de São Carlos, não funciona, muito embora tenha-se percebido que há momentos em que o diálogo é impossibilidade no campo político entre a População de Rua e seus apoiadores e quem está à frente da Política de Assistência Social e do equipamento de acolhimento no município.

A terceira meta para concretização da estratégia de reocupação do espaço de controle social existente é: **c)** manter a documentação que rege a política municipal e seus equipamentos atualizada, solicitando convênio e outras normas vigentes no ano corrente e, por fim, e muito relevante, **d)** acompanhar como o dinheiro empenhado é usado, principalmente pelo serviço de acolhimento. Para isso, há duas outras metas que podem ajudar: **e)** visitar esporadicamente os equipamentos para ver de perto as condições em que se encontram e **f)** cobrar a prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Uma das ponderações feitas em torno da próxima estratégia a ser pensada para a Casa de Passagem, tendo em vista relatos recentes de que os ditos castigos ou, como a direção do equipamento denomina, as “medidas socioeducativas”, estão voltando a figurar no atendimento, é de o Fórum tomar medidas mais austeras visando coibir radicalmente as arbitrariedades do serviço. Como a provocação que o Fórum fez ao MP resultou em um acordo que começa a ser rompido pela coordenação da Casa de Passagem, a meta mais coerente agora, é ir mais fundo na ação.

longe de ser uma cultura menor, é o centro mais incontaminado e irradiativo de resistência do oprimido contra o opressor” (DUSSEL, 1973, p. 216-217, 219).

O quinto malogrado processo identificado, foi o coletivo ter se perdido em algumas sequências de ações empreendidas e tarefas eventualmente assumidas, como menciona MP2, quando houve *“receio em perdermos a proximidade conquistada com a Secretaria de Cidadania e Assistência Social, por exemplo, nos levou a deixar de cobrar o que foi acordado. Se está acordado não há nada demais ligar cobrando”*. Para evitar tal problema, a estratégia é se comprometer com o que for possível e a meta é: **a)** acompanhar do começo ao fim cada ação assumida porque, como diz MP5: *“claro, a gente entende que surgiram outras coisas, mas acho que essa é uma coisa que a gente precisa cuidar de verdade, o que a gente vai dar conta de acompanhar do começo até o fim, inclusive para ganharmos mais credibilidade”*.

Por fim, foi analisado o fato da prática social ter se desmobilizado um pouco, assim que o acordo entre a Casa de Passagem e o MP foi feito com a mediação do Fórum. MP1 também ressalta que mesmo a presença de funcionários do Centro Pop não tem garantido a participação de pessoas que usam o serviço nos encontros e ações do Fórum, ultimamente. Nesse sentido, a estratégia sugerida por MP2 é de *“atrair a universidade e a Pop Rua”* porque *“a gente não vai poder contar com os serviços”*. Para isso as metas são: **a)** Travar novas parcerias (com alguns vereadores que já se mostraram sensíveis à causa); **b)** Fazer novas denúncias contra a Casa de Passagem junto ao MP e **c)** manter o Fórum vivo, persistir, pois, *“o possível se coloca diante de aparentes impossibilidades práticas que terá que subverter”* (DUSSEL, 2007b, p. 116).

Quadro 19. Síntese das debilidades e ações futuras do Fórum da População de Rua de São Carlos.

DEBILIDADES	ESTRATÉGIAS FUTURAS	METAS
<p>Não ter atraído a População de Rua com tanta constância para as reuniões.</p> <p>Não ter dado respostas mais rápidas às situações limite vividas.</p> <p>Fazer encontros que se assemelharam a reuniões tradicionais, não contemplaram processos de socialização mais amplos;</p> <p>Nomear a prática com a palavra Fórum, que causa receio em potenciais militantes representantes da rua e não possui proximidade com o universo vocabular e temático do mundo da rua;</p>	<p>- Organizar a prática para trazer pessoas com trajetória de rua à participação;</p> <p>- Compreender o tempo da política.</p>	<p>a. Criar espaços para criação de vínculos entre participantes;</p> <p>b. Pensar na possibilidade dos participantes comerem e beberem juntos.</p> <p>c. Buscar obter respostas às ações rapidamente.</p>
<p>Não ter consolidado participação no Conselho Municipal de Assistência Social.</p>	<p>- Reocupar o Conselho Municipal de Assistência Social.</p>	<p>a. Recomeçar processo com ocupação constante, mas esporádica (1 vez por mês ou a cada 2 meses);</p> <p>b. Construir diálogo;</p> <p>c. Solicitar a documentação que rege os equipamentos de acolhimento atualizados;</p> <p>d. Cobrar informações sobre o uso dos recursos públicos que subsidiam a Casa de Passagem;</p> <p>e. Visitar esporadicamente os equipamentos públicos para tomar contato direto com sua condição de uso e funcionamento.</p>
<p>Ter perdido a sequências de algumas ações</p>	<p>- Comprometer-se com o que for possível.</p>	<p>a. Acompanhar ações consensuadas do começo ao fim.</p>
<p>Ter permitido a desmobilização do Fórum</p>	<p>- Atrair novos atores sociais da universidade e a População de Rua.</p>	<p>a. Manter o Fórum vivo, persistir;</p> <p>b. Travar novas parcerias (vereadores);</p> <p>c. Fazer novas denúncias contra a Casa de Passagem junto ao Ministério Público;</p> <p>- Não contar com a presença dos serviços;</p> <p>- Não cair no esquecimento.</p>

CAPÍTULO 8. Há esperança no devir?

No 12º encontro no dia 10 de janeiro de 2017, em que estiveram presentes representantes da: População de Rua; Defensoria Pública; UFSCar e CAPS AD, os participantes avaliaram a atuação do Fórum na sabatina realizada com o Prefeito eleito – Airton Garcia (PSB: 2017-2020) – no dia 02 de dezembro de 2016, em que, mediante questão elaborada pelo coletivo acerca da formulação de planos pelo executivo, a fim de garantir e ampliar o serviço público destinado ao grupo social que ultrapassa mais de uma centena de pessoas no município, e que a cada dia está mais abandonado pelo Poder Público, Airton Garcia respondeu:

Essa é uma preocupação muito grande e eu quero fazer um trabalho em conjunto com promotores, juízes, com padres, com pastores, com assistentes sociais. Eu me preocupo muito com esse negócio da droga. Isso daí, na minha opinião, é o maior problema de São Carlos e as pessoas que mais sofrem com isso são principalmente as mulheres. Então uma senhora de idade ela tá lá na rua e esse pessoal pressiona, esse pessoal constrange e é uma coisa que me preocupa muito isso daí. Então essa Secretaria, ela tem que tirar esse pessoal da rua, mas ao mesmo tempo tem que dar tratamento para essas pessoas¹³⁸ (Airton Garcia em sabatina: 2 de dezembro de 2016).

O teor da resposta preocupou o coletivo, por expressar falta de conhecimento qualificado sobre a População de Rua, que figurou no discurso do prefeito como problema relacionado à dependência química e caso de segurança pública. Essa interpretação, levou os participantes do 12º encontro a refletirem sobre a importância de construir articulações com a recém iniciada gestão, especialmente com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Além dela, outros setores estratégicos para as questões da População de Rua foram pautados, como: Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda; Segurança Pública; Habitação e Saúde, em um primeiro momento.

Ainda no dia 10 de janeiro, uma comissão de 10 pessoas foi formada para agendar a reunião e planejá-la, e no dia 24 do mesmo mês, de manhã, foi concretizado o primeiro contato entre a nova Secretaria de Cidadania e Assistência Social na figura de sua gestora¹³⁹ e uma assessora e

¹³⁸ Ver ata.

¹³⁹ “Possui graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (1998) e mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (2008), na área de Educação e Políticas Públicas. ” (Atualizado pelo autor na plataforma lattes em 10/06/2015).

o Fórum, na ocasião representado por 4 pessoas (2 da UFSCar, 2 da População de Rua e 1 da Defensoria Pública). O objetivo consensuado anteriormente na reunião de planejamento, foi colocá-las à par das atuações do Fórum e da tramitação dos ofícios protocolados no final de 2016 (compilados no quadro 16). Para isso, o coletivo elaborou um histórico da prática social e suas ações e o documento foi entregue nesse dia, também contendo anexos julgados importantes à qualificação das informações fornecidas à Secretaria ¹⁴⁰.

No decorrer da reunião, a gestora foi questionada sobre a contratação da Entidade que administraria a Casa de Passagem durante a nova gestão e ela explicou que o Convênio entre Prefeitura e Entidade Saber Amar estava em processo de renovação. Foi perguntado então, se haveria possibilidade da Secretaria em parceria com o Fórum, influir no processo de renovação, repensando, por exemplo, o Regimento Interno do equipamento. Mas, segundo ela, não havia mais tempo e os termos anteriores seriam mantidos na íntegra. Ao final da reunião, a secretária emendou que estava tomando conhecimento da condição de toda a rede de assistência e que a situação não era boa, dada a precariedade dos serviços em termos estruturais e orçamentárias. Sendo assim, a conduta da Secretaria seria manter diálogos constantes com toda a rede e movimentos sociais, na busca por melhores soluções à política de atendimento à População de Rua no município. Ainda, informou que a Secretaria havia iniciado conversas com os gestores do futuro setor de segurança pública, a fim de construir juntos uma linguagem comum de atendimento às pessoas em situação de rua.

Em janeiro de 2017, os representantes do Fórum saíram daquela reunião com a esperança de que, com a nova gestão, senão da Prefeitura, ao menos da Secretaria e do Conselho Municipal de Assistência Social, conseguiriam avançar no objetivo de efetivar melhor assistência ao grupo em São Carlos. Mas isso caberia à história e à conclusão da Sistematização da Experiência mostrar. E o que ela mostrou em seus percursos finais é que quem tem disposição para luta compra a passagem de ida em relação ao engajamento contra o que a População de Rua está

¹⁴⁰ Os anexos foram: I. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua; II. Ata de Fundação do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP; III. Carta Compromisso entregue aos candidatos à Prefeitura de São Carlos em setembro de 2016; IV. Convênio no. 8/16; V. Regimento Interno da Casa de Passagem “Saber Amar”; VI. Diagnóstico: violação de direitos dos usuários da Casa de Passagem Saber Amar realizado pelo Fórum da População de Rua de São Carlos e destinado à análise do Conselho Municipal de Assistência Social e VII. Relatório: visitas do Fórum da População de Rua de São Carlos à Casa de Passagem Saber Amar.

submetida. Após o encerramento dos últimos tempos da Sistematização no final de 2017, o Fórum já travou outras batalhas em relação às violações na Casa de Passagem. Houve perdas e conquistas, o que não esmoreceu seus participantes mais assíduos. Uma das conquistas foi a organização pelo Fórum das “Rodas de Conversa População de Rua e políticas públicas: o urgente diálogo” onde foram discutidos nos dias 14 de julho, 25 de agosto e 22 de setembro de 2017 os temas, respectivamente: “População de Rua e as redes de assistência”; “Violência policial, segurança pública e a População de Rua” e “Trabalho: capacitação, empregabilidade e a População de Rua”. Nas duas primeiras rodas foram convidados 3 debatedores sendo um representante do Poder Público Municipal, um representante da População de Rua e um especialista no tema em questão. Na segunda roda, dada a complexidade do tema da violência policial, os organizadores deliberaram que seria prudente que o representante da rua não fosse de São Carlos, a fim de não se expor. Na roda estiveram presentes vários policiais militares e guardas municipais e quem mediou o debate com eles representando a População de Rua foi um militante de Campinas. Ao final da última roda, um vereador municipal de São Carlos se propôs a realizar audiência pública sobre o tema que aconteceu na tarde do dia 9 de outubro de 2017. Nela estiveram presentes, além do Padre Júlio Lancellotti, um sem número de pessoas que vivem na rua em São Carlos.

A audiência foi um acontecimento marcante em 2017. Ela deu mais visibilidade sobre o principal problema posto pela População de Rua no Fórum, as violações dos direitos perpetradas pela Casa de Passagem, cujos dirigentes insistem em manter a lógica da negação de forma deliberada. Dentre outras coisas, chegou ao Fórum que o equipamento se desfez da maioria das camas destinadas às mulheres que somam 2 em 2018, mesmo sabendo que esses sujeitos quando estão em situação de rua sofrem as mais agudas violências, tanto de membros de instituições de segurança pública (policiais e guardas municipais) até de seus próprios companheiros de rua. Essas violências incluem desde o estupro e a violência psicológica até a gravidez sem assistência e a perda da criança quando nasce. Também soubemos que no final de 2017 havia uma funcionária da Casa portando arma de choque enquanto trabalhava. O denunciante disse que ela relatou ter medo e, portanto, estava se protegendo como podia.

Por esse e outros motivos o Fórum planeja para o ano de 2018 implementar novas ações e travar outros diálogos em relação à melhoria da Política de Assistência que atende a População de Rua que, sabemos, tem enfrentado dificuldades com o rebaixamento progressivo do orçamento

repassado, como pôde ser visto na “história do dinheiro”, contudo, há dimensões do atendimento que não dependem exclusivamente dos recursos financeiros. Eles passam pelas questões da alteridade como foi debatido na seção sobre a formação do apoiador da rua. Alteridade que gera o compromisso com a construção de caminhos compartilhados e não autocentrados na perspectiva do trabalho burocrático ou no desejo plasmado para o outro, sem a participação do mesmo outro no processo de construção do seu alcance. Por isso o Fórum, reafirmamos, foi no período sistematizado e é no início de 2018 a visibilidade mais positiva alcançada sobre o tema na cidade, contrária à campanha da esmola e suas reciclagens. Esperamos que ele continue sendo na história, a experiência da conquista de melhores direitos e condições de vida *da* População de Rua junto com seus apoiadores em São Carlos. O legado que da práxis materializou as coisas – necessárias e desejadas e –, sobretudo, as sonhadas.

PARTE IV.

Da práxis às coisas

Aqui o estudo chega ao final. E como no encerramento do texto acadêmico o que se espera ler é a materialidade de tudo que foi perseguido no percurso da investigação, essa parte se reserva a fazê-lo, resgatando os roteiros da práxis científica-educativa-política que frutificaram as coisas necessárias sem deixar de lado as que foram sonhadas.

Como a objetivação do que foi estudado resultou em um texto longo, ele foi organizado em 4 partes que objetivaram ser fidedignas à riqueza das vivências decorridas em 4 anos do doutorado. No afã de compartilhar com o leitor a integralidade dos acontecimentos e não deixar de lado os detalhes mais relevantes das reflexões feitas, ora individualmente, ora com os colaboradores da pesquisa, posso ter deixado alguma ponta solta na escrita. Por isso, a intenção dessa quarta e última parte é amarrar todas elas a partir da retomada dos principais argumentos levantados ao longo do texto que passam por “comentários em torno do ato de estudar” e pela “educação popular na práxis política”. Antes de iniciá-la, efetivamente, pensei ser importante narrar, mesmo que brevemente, a expressão mencionada na primeira parte do texto¹⁴¹, a “estátua dos pés de barro”¹⁴².

No calor dos debates sobre epistemologia da educação em uma das disciplinas do doutorado cursada em 2014, um dos colegas de sala propôs a problematização do contexto sócio-político em que nós, educadores e educadoras estamos inseridos. Ele comentou com paixão que o cenário de distanciamento entre as classes sociais e da precarização de políticas públicas, em especial de educação, nos desafia cotidianamente. Desafios que são impostos, por exemplo, pelos obstáculos à concretização de práticas educativas não massificadoras, além da afirmação de nosso papel enquanto educadores-pesquisadores, dentro e fora da universidade, frente à tarefa de transpor tais barreiras. O colega, com isso, encerrou sua intervenção perguntando ao professor em um tom de desesperança, se diante do contexto problematizado haveria o *quefazer?* A intervenção do professor não foi imediata. Ele pensou por uns instantes antes de responder com uma metáfora e encerrar com um novo questionamento.

Aquela foi a primeira vez que ouvi falar do sonho do rei da Babilônia – Nabucodonosor –, um dos maiores conquistadores da história antiga. O professor nos contou que esse monarca sonhou

¹⁴¹ A expressão foi mencionada no encerramento da seção: “Luta política da População de Rua no Brasil: o desenho de uma problemática”.

¹⁴² A passagem bíblica que narra o sonho de Nabucodonosor está contida no segundo capítulo do livro de Daniel.

com uma grande estátua de quatro partes. A cabeça era composta de ouro, o peito e os braços eram de prata e o ventre e os quadris de bronze. As pernas de ferro se apoiavam em pés feitos de uma mistura de ferro e barro. De repente, em seu sonho, uma pedra foi lançada sem que ninguém tocasse nela, esmagando os pés da estátua que se desmantelou por inteira. O que restou da imagem foi levado pelo vento, mas a pedra que a derrubou se transformou em uma montanha que encheu a terra toda.

Ele fez a analogia da estátua com o duro contexto imposto pelo sistema de negação da vida que acomete um sem número de brasileiros e brasileiras e que fora problematizado pelo estudante como se fosse, sustentado em sua estrutura institucional, forjado pelos metais mais indestrutíveis. E atentou o aluno para o fato dos pés serem mistura de ferro e barro, não conferindo estabilidade à gigantesca estátua que caiu ao ser atingida por apenas uma pedra. Esse acontecimento o professor aproximou às práticas políticas que resistem ao que aí está. E, perguntou ao estudante ao final: Seríamos nós, educadores, fragmento da pedra também? Explicada a metáfora do professor, passo à retomada dos argumentos chave da tese e seus comentários finais.

COMENTÁRIOS EM TORNO DO ATO DE LUTAR

A primeira parte do texto, correspondente a sua introdução, iniciou com a retomada de parte da minha trajetória de vida que vem sendo construída no trabalho com grupos populares, em especial com a População de Rua a partir de 2010. Nos percursos “entre a casa e a rua” fiz movimentações que me levaram da atuação como educadora popular no equipamento de proteção básica de assistência social – o Centro Pop de São Carlos – de volta à universidade, onde estudei e produzi conhecimento sobre a vida na rua. Esse momento foi importante, pois obtive subsídios para voltar a esse mundo, mais recentemente, como militante pesquisadora. As reflexões tecidas na retomada da minha história giram em torno da convicção de que pessoas que trabalham com essa População, na ciência e na política, buscando construir propostas de superação da realidade de negação de direitos, precisam se inserir em sua realidade. Nessa trajetória, foi recorrente seguir rotas que se afastaram do objetivo acima mencionado. De todo modo, foi nos “meus (des)caminhos” que adquiri a convicção e desenvolvi o argumento de que a complexidade da vida na rua exige um saber que vai além daquele obtido nos livros. Não que

prescinda dele, de nenhuma maneira, mas para compreendê-la, profunda e sistematicamente, faz-se necessário conviver e dialogar com quem tem trajetória de rua.

A experiência empírica vivida em minhas atuações com pessoas nessa situação me mostrou que de forma solitária ou comunitária, mas nunca no completo isolamento, elas se organizam para manter a existência em um contexto caótico que gera indignação e revolta. É da preservação da vida, pulverizada em tantas histórias nas grandes cidades brasileiras, mas, principalmente, da tragédia da Chacina da Praça da Sé em 19 de agosto de 2004 que emergiu o substrato desencadeador dos primeiros processos que instituíram a luta política do grupo no país. Os Fóruns de debate em São Paulo e Campinas e o Movimento Nacional da População de Rua, primeiro em São Paulo e em Belo Horizonte e hoje em quatorze Estados brasileiros, além de outras experiências similares, são exemplos disso. Na sequência do texto, as problematizações em torno da luta política da População de Rua no Brasil apontaram que, em meio à condição de extrema privação de direitos, o grupo insurgiu no cenário de disputas políticas questionando a estrutura vigente. Porém, mesmo diante desse fato esboçado no “desenho de uma problemática”, permaneceu a dúvida sobre como ela estaria avançando nesse terreno a partir de 2014, quando intensificou o ajuste fiscal, perpetrado pela rigorosa contenção de despesas nas áreas sociais, consequentemente o número de pessoas vivendo nessa condição de pobreza extrema. Além, claro, do acirramento da repressão contra quem confronta essa agenda.

Na escassez de estudos acadêmicos que respondessem ao questionamento, especialmente na área da Educação, encontrei a lacuna para propor a investigação. Como apontei na retomada da trajetória pessoal, quem pretende desenvolver conhecimento científico sobre essa questão social na busca por somar projetos a sua superação, deve, além de estudar a literatura especializada sobre o tema, andarilhar no chão da própria realidade, encontrando no caminho e ouvindo com ouvidos de discípulo a População de Rua. Perseguido essa convicção, coloquei em uso procedimentos metodológicos que seguiram as premissas da Filosofia da Libertação e da Sistematização de Experiências, ambas assentadas sobre o campo da Ciência Social Crítica que, nesse estudo, contou com pessoas com trajetória de rua e sem essa vivência como intelectuais orgânicos, contrária à ideia de serem objetos de investigação. Ao avançar com esse intuito no campo científico, acabei me inserindo na luta política com a População de Rua, o que me ajudou a apontar princípios e caminhos para a construção da “pesquisa militante”, não somente como conceito emergente no campo da educação, mas como práxis política que envolve métodos e

sujeitos em movimento. A partir da articulação dessas dimensões, a pesquisa militante foi concebida na tese como o próprio movimento de transformação da realidade de negação de direitos dos grupos populares. Movimento empreendido por eles mesmos, que sofrem na pele as consequências da injustiça e das iniquidades social, cultural, econômica, etc., em conjunto com outros atores, como pesquisadores do campo das ciências humanas. Isso posto, foi possível argumentar que, a produção científica que se dobra à compreensão da realidade social em contexto de forte dependência, como é o caso dos países latino-americanos, não contribui efetivamente com a superação de seus problemas quando não aterrissa suas categorias de volta à realidade.

Ao ascender o pensamento a partir dessas elaborações, que na escrita do estudo foram introdutórias, construí as pontes para a segunda parte do texto onde mostrei os caminhos que os seres humanos trilham entre a manutenção da vida como está dada, até a luta pela sua melhoria. O conjunto da “vontade de viver e necessidade de lutar” é condição ontológica e, justamente por ser assim, não escolhe seus destinatários. Toda pessoa, independentemente do lugar que ocupa na sociedade, possui vontade de viver (seu esvaziamento representa a morte pelo suicídio), contudo, só ela não basta para que a vida seja plena. É preciso haver engajamento em outras esferas da experiência comunitária do ser humano para que sejam conquistadas suas aspirações. O que perfaz os caminhos entre a pulsão pela vida e a conquista dos elevados benefícios que historicamente viemos criando para aumentar sua qualidade, é a educação como mecanismo de passagem – da consciência ingênua à consciência crítica. Essa transição cria as condições para que o indivíduo, antes alheio às questões mais complexas que interessam a sua existência e de seu grupo, compreenda-se como parte de algo maior, o que o movimenta a tomar certas decisões e fazer escolhas sobre os rumos da própria vida e da história. Esses processos o deslocam da condição de sujeito alienado a ator político.

Até esse argumento segui compreendendo que todas as pessoas, independentemente da circunstância da vida que possui, educa-se, pois, a educação é outra condição ontológica. Porém, mesmo sendo uma condição humana, a educação assim como o próprio ser humano é inacabada. Isso quer dizer que, ao longo da existência humana, a educação como mediação e produto cultural se diversifica, dado o contexto em que está situada e é transmitida. Como vivemos em meio à dialética riqueza-pobreza, esperança-desperança, dominação-libertação, convivendo entre nações e povos privilegiados e entre outros que são negados em seus direitos

fundamentais, dela desponha o segundo argumento desenvolvido no primeiro capítulo do estudo: de que há uma modalidade educativa capaz de despertar do “sono da morte”¹⁴³ aqueles e aquelas sob os quais recaem as consequências mais agudas das cumulativas crises do capital. Crises que não se limitam ao campo da economia ou da política, mas que estende suas garras perversas à possibilidade de construção de relações pautadas no respeito e na solidariedade. Diante disso, o capítulo encerra reafirmando que há um jeito específico de educar e se educar para resistir à tragédia reproduzida na existência de muitos que não têm quase nada, para que poucos tenham muito. É “a educação da rebeldia”, conjunção de processos que em articulação formam sujeitos que negam a negação ao conhecer suas consequências nefastas e as raízes que a mantêm operante, para que, com isso, se lancem a sua confrontação, perfazendo os contornos da educação e da luta como práxis política.

As trajetórias de Haydée, Camilo e Célia deram base a esse argumento, o que possibilitou a defesa de que a vida na rua, de toda maneira, educa as pessoas que nela vivem. Seja para superar as necessidades e angústias individuais, seja para compor práticas de luta política. Em outras palavras, a trajetória de vida na rua desumaniza e fornece as bases para humanizar o sujeito. Faz isso, inclusive, com quem nunca viveu nela que, ao conviver com a População de Rua, seja no trabalho assistencial, filantrópico, científico ou outro, pode tanto mediatizá-la a fim de alcançar objetivos que não correspondem às demandas reais desse grupo, quanto apoiar a luta pelos direitos a serem conquistados. E essa segunda possibilidade só se dá ao não ser conivente com os fundamentos das instituições estatais que humilham ao invés de acolherem.

Com base nas reflexões colhidas pela escuta e convívio metodológico e aportadas no pensamento ético-filosófico de Enrique Dussel e pedagógico-filosófico de Paulo Freire, a segunda parte se encerra nos capítulos 2 e 3 onde, respectivamente, foram identificados três tipos de prática política impulsionada pela vida na rua e duas possibilidades educativas para formação de seus sujeitos. As práticas são definidas por seus conectores: *para*, *com* e *da*; e os sujeitos pelas nomenclaturas “representante” e “apoiador” da rua. Enquanto a prática de luta *para* a População de Rua mira o horizonte da manutenção da alienação e do silêncio, a segunda

¹⁴³ Um jovem em situação de rua afirmou, durante audiência pública sobre a situação dos moradores de rua em São Carlos, realizada na Câmara Municipal em 9 de outubro de 2017. Na ocasião ele afirmou que seu grupo não queria mais dormir o “sono da morte”, porém, era a morte ainda, a possibilidade mais presente na vida de quem não tem acesso à moradia.

e a terceira – denominadas práticas *com* e *da* População de Rua –, apontam o horizonte da sua superação positiva via enfrentamento por instrumentos de denúncia dessa negação e anúncio de outras possibilidades por vir, não mais pela prática da manutenção do *status quo*. Ainda, na prática de luta *da* e *com* a População de Rua são formados seus representantes e apoiadores. Sua atuação persegue o horizonte da superação da negação, o que não significa que, como seres humanos imperfeitos, nunca incorrerão em processos corruptivos. Entretanto, o argumento que se construiu a partir dessas categorias foi sobre a inequívoca necessidade de conhecer de forma sistemática a realidade da População de Rua e seguir os pressupostos das práticas *com* e *do* grupo para que a práxis política vise sua libertação. Os sujeitos que optarem por andarilhar sob esse propósito, sem serem coniventes com a institucionalidade corrompida, eles e elas sim, serão legítimos “sujeitos da luta política no mundo da rua” – seus representantes e apoiadores. Sujeitos construtores da luta política comum, unânime e forte como disse Haydée, que nada mais é que a política da alteridade em que cada uma se enxerga no outro e se responsabiliza por ele, sem se esquecer de si.

A clareza sobre a diferenciação da prática social tomada como problema de pesquisa, bem como sobre a formação de seus sujeitos e objetivos, foi o suporte para o desenvolvimento da Sistematização da Experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos, conjunto que deu corpo à terceira parte do texto. Sua realização compreendeu o período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, momento em que, vale lembrar, as atuações do Fórum buscaram construir práticas baseadas no respeito, na solidariedade e no atendimento efetivo das demandas urgentes do grupo no município. Frente a esse propósito, a tarefa de sistematizar a experiência contemplou o resgate do vivido, sua descrição e análise, além da interpretação crítica dos fatos decorridos, constituindo-se como estratégia eficaz da pesquisa militante e para o fortalecimento da continuidade da experiência. Se não fosse assim, ela não teria figurado no estudo como instrumento metodológico.

“Os processos de instituição” do Fórum, que passaram por 12 encontros mensais, 13 reuniões de planejamento, iniciativas que visaram a consolidação de parcerias por meio da articulação externa com outras experiências similares, até a participação e organização de eventos, foram olhados detidamente na articulação com o todo por cinco pesquisadores militantes ligados à População de Rua, à Defensoria Pública e à Universidade. Nos primeiros momentos da *recuperação do processo vivido* e da *reflexão de fundo*, a experiência foi situada na conjuntura

política municipal. Foi ela que fomentou sua emergência como uma reação à piora dos serviços de atendimento à População de Rua em São Carlos que, por seu turno, ocorreu em paralelo à crise econômica brasileira e mundial.

O resgate do “contexto de fundação da experiência” deu base à argumentação de que, a Política de Assistência Social voltada ao grupo na cidade, instituída em 2008 sob as bases normativas da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), avançou até a estruturação do Centro Pop na região central da malha urbana. Muito antes da reestruturação da LOAS em 2005, que passou a obrigar os governos a fundarem programas locais de amparo à População de Rua, existia o serviço de acolhimento noturno fundado em 1989 em São Carlos¹⁴⁴. Em decorrência do final do mandato do prefeito Osvaldo Barba (PT: 2009/2012), vindo a assumir o comando da Prefeitura Paulo Altomani (PSDB: 2013/2016), esse equipamento mudou de nome: de Albergue Noturno “SOS Santa Izabel” para Casa de Passagem “Saber Amar”. No decorrer da atuação do Fórum foi constatado que, no fundo, houve apenas uma mudança de nomenclatura, pois os atendimentos prestados no equipamento, assim como no Centro Pop em 2018, seguem sofrendo processos crescentes de sucateamento.

Esse fato foi analisado na recuperação das ações estratégicas do Fórum que, em sua maioria esmagadora, voltou-se ao levantamento das causas dos problemas vividos pelo grupo na Casa de Passagem, além do levantamento de estratégias e proposições para a melhoria do serviço. Essa pauta foi levantada em seu primeiro encontro em fevereiro de 2016 como problema mais urgente e tema prioritário da População de Rua na cidade, explicitando os princípios fundamentais que são: instituir-se como espaço de recepção de denúncias e de reflexão sobre as melhores formas de fazer política de atendimento ao grupo, além de possibilitar a tomada democrática de decisão sobre os caminhos de sua atuação e dos rumos da política. Isso a diferenciou substancialmente do que havia sido pensado em novembro de 2015 quando o Fórum

¹⁴⁴ A existência desse serviço em São Carlos remonta ao ano de 1946, época em que a loja maçônica “Eterno Segredo” oferecia acolhimento noturno na cidade. Por falta de recursos essa organização encerrou suas atividades, o que levou a Prefeitura a travar parceria com a Entidade “Serviço de Obras Sociais SOS Santa Izabel” que se limitava à doar remédios e que a partir de 1989 passou a oferecer, além das passagens para deslocamento de migrantes/itinerantes que chegavam no município, também o acolhimento noturno desse público (OLIVEIRA, 2012). “Em 1989 iniciou-se a parceria entre o Serviço de Obras Sociais (SOS) e a Prefeitura Municipal, e, para não deixar a entidade encerrar as atividades, o governo municipal propôs a cessão de um prédio na Vila Marina⁸⁷ e, em contrapartida, competia à instituição o gerenciamento das atividades. Com isso, no dia 17 de outubro de 1989 é inaugurado o albergue, reativando os acolhimentos noturnos” (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

foi fundado, o que não diminui a importância daquele momento. Dessas constatações foi possível sintetizar o seguinte: a consolidação do Fórum da População de Rua de São Carlos estruturada sobre seus processos de instituição, ações estratégicas e sujeitos participantes, e fortalecida pelos seus registros históricos e interpretativos feitos coletivamente ao longo de 12 meses, situaram sua experiência no *status* de prática política *com* a População de Rua e não *para* ela. Sob essa perspectiva, o Fórum formou entre 2016 e 2017 e segue formando em 2018, seus representantes e apoiadores que, ao mirarem juntos o horizonte a sua frente, esboçam nele os caminhos para a superação das violações sofridas pelas mulheres e homens que vivem na rua em São Carlos rumo à conquista de seus direitos por uma vida melhor na cidade.

Esse não é o fim da história. Antes de dar por encerrado o texto aqui apresentado, proponho algumas reflexões em torno da Educação Popular que, mesmo não aparecendo na escrita tanto quanto apareceu a Filosofia da Libertação e a Sistematização de Experiências, esteve presente em suas entrelinhas. Desde os primeiros rabiscos de retomada da minha trajetória com os grupos populares, passando pela formação universitária e a militância política – que me preparou para o desenvolvimento desse estudo – chegando, enfim, à constatação de que aqueles que desvalorizarem o valor de seus pressupostos, seja nas instituições escolares, nas esferas governamentais ou na prática política, não estarão de fato lutando lado a lado dos sujeitos vitimados – esse é o argumento que desenvolvo a seguir.

A EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁXIS POLÍTICA

Ao longo da minha experiência profissional com grupos populares, especialmente com a População de Rua, tenho compreendido que educar para encorajar a superação do silêncio é criar condições para a humanização de quem não tem direito a dizer sua própria palavra e do próprio educador que não teme destravar esse processo. Essa não é tarefa simples. Não basta meramente, decorar os conceitos fundados por Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido* e na *Esperança* ou na *Educação como Prática de Liberdade* e na *Educação na Cidade*. Também não se restringe a aplicá-los mecanicamente como receitas de bolo. A prática da Educação Popular, teoria que vem sendo desenvolvida por um sem número de pensadores desde a década de 1960 até hoje (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009), para além de Paulo Freire, deve imprimir ao campo em que se faz presente, como espaço-tempo de novas possibilidades. E isso, quando,

e somente quando, o máximo de seus princípios fundamentais¹⁴⁵ forem articulados entre si formando uma totalidade capaz de guiar os passos do educar durante os processos de educar.

Não é de hoje que promover processos educativos sob uma perspectiva contrária à negação do direito de ser e de viver plenamente, representa um desafio imenso. Esse estudo revelou como a prática do silenciamento, da alienação, da perversão da humanidade a que todos e todas temos direito a alcançar, está presente mesmo dentro das atuações de grupos populares, como é o caso da prática de luta política *para* a População de Rua. Paralela à constatação sobre a persistência que têm elas em existir, desponta a desesperança, sentimento às vezes difícil de superar, especialmente quando estamos envolvidos na névoa de uma conjuntura política, social, econômica, cultural e até ecológica que nos confunde e nos faz acreditar que somos pequenos e fracos demais para superar. Essa sensação ganha contornos mais expressivos quando a práxis educativa se volta a grupo sociais extremamente pauperizados, como à População de Rua que não conta com o mínimo necessário à manutenção da sobrevivência imediata. Respostas a esse desafio não são simples, mas aqui busco indicar alguns caminhos para saná-las.

A máxima freireana que afirma que “a educação sozinha não transforma a sociedade”, mas, “sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67) pode parecer aos olhos de quem já leu ou aos ouvidos de quem já ouviu, uma frase maçante, um clichê. Mesmo assim, ela é o ponto de partida dessa busca pelas respostas que proponho. Especialmente depois do nome de Paulo Freire ter corrido o risco de ser apagado da história como patrono da educação brasileira¹⁴⁶. Essa foi a gota d’água que me impulsionou a tomá-la como ponto de partida dessa reflexão.

¹⁴⁵ Sobre os quais discorrerei ao longo dessas reflexões.

¹⁴⁶ “Uma proposta legislativa apresentada no site do Senado em 2017 propôs retirar o título de patrono da educação de Paulo Freire. De autoria da estudante Stefanny Papaiano, apoiadora do Escola Sem Partido, a proposta teve como objetivo revogar a Lei 12.612, de 2012, que concedeu o título ao educador. A justificativa apresentada foi que Freire é um filósofo de esquerda e que os resultados de seu método de educação são “catastróficos”, com fracasso, inclusive, nas avaliações internacionais. Para que a proposta entrasse na pauta do Senado precisaria acumular 20 mil assinaturas. As adesões chegaram a somar aproximadamente 15 mil. O projeto que condecorou o educador é de autoria da deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), que considerou a sugestão absurda. Em sua página do Facebook, a deputada alegou que a medida quis condenar o educador ao segundo exílio e que tal retrocesso não poderia ser permitido, sob nenhuma hipótese (BASILIO, 2017). No dia 14 de dezembro de 2017 a proposta foi rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado sendo que sua relatora, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), classificou a proposta como censura ideológica (CRAIDE, 2017).

A frase do educador foi redigida no corpo de uma carta elaborada sobre a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos de 44 anos na madrugada de 20 de abril de 1997, perpetrada por cinco jovens da burguesia Brasiliense. Os jovens atearam fogo no corpo de Galdino enquanto ele dormia em um ponto de ônibus. Ao serem responsabilizados pelo crime, justificaram às autoridades terem pensado se tratar de um mendigo¹⁴⁷. Na carta intitulada “Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó”, Freire declara que o fato político gerado pela transgressão da ética no assassinato, a sangue frio, de um ser humano,

[...] nos adverte de como urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas [...] Não é possível refazer esse país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. [...] Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros (FREIRE, 2000, p. 67).

Frente à vulnerabilidade experimentada pela População de Rua e tantos outros grupos em nosso país, interpõe-se o desafio de atuar sobre um referencial teórico e metodológico que tenha em vista, essencialmente, a superação da negação como primeiro princípio da ação. Negação que além de todas as consequências argumentadas no estudo, dramaticamente leva os indivíduos submetidos por ela a não reconhecerem sua humanidade. A Educação Popular, nesse sentido, afirma-se ainda como aporte teórico e procedimento metodológico capaz de educar e instrumentalizar os sujeitos que visam, verdadeiramente, a extinção desse processo que mantém a ordem que está dada. Ao possibilitar que os sujeitos reprimidos por ela se entendam como partes fundamentais de sua existência – dado que para existir o opressor precisa haver o

¹⁴⁷ “Para justificar o crime bárbaro, os rapazes alegaram que acreditavam ser um mendigo e resolveram *brincar* com ele. Anos depois do crime que chocou o Brasil, uma onda de ataques a mendigos e moradores de rua se espalha por Brasília e também pelo País. Só neste ano, três mendigos foram atacados enquanto dormiam no Distrito Federal” (MARQUEZ, 2012). O trágico acontecimento é lembrado por pessoas que têm experiência de rua e estão mobilizadas em práticas de luta política.

oprimido – além de conhecer as causas do surgimento e permanência dessa dialética, criam as condições para não mais se sentirem culpados pela própria desgraça ou como as vítimas incapazes de compor os espaços de combate do sofrimento vivido, insurgindo, assim, como sujeitos ou atores políticos.

A Filosofia da Libertação reafirma as premissas da Educação Popular, tratando temas fundamentais para a constituição de um pensamento filosófico libertador como: a ética; a política; a economia, a erótica e a pedagógica. Tal qual a Educação Popular freireana que teoriza a importância de educadores e educadoras, trabalhadores que atuam com a classe popular, aprofundarem conhecimentos críticos em torno da realidade brasileira e latinoamericana desde a colonização europeia como base à elaboração de estratégias de atuação, a Filosofia da Libertação fornece respostas sobre as causas e consequências da ideologia da Modernidade formando com a Educação Popular um arcabouço de conhecimento eficaz à atuação de quem se aproxima da População de Rua e de outros grupos subalternizados no campo educativo-político.

Conhecer a história de dominação das nações periféricas pelos países centrais que ainda deita suas raízes na dinâmica social, econômica, política e cultural da América Latina, é elemento essencial ao acompanhamento efetivo desses grupos, dado que esses foram os primeiros processos constitutivos do fenômeno materializado nas pessoas que vivem sob a lógica da segregação, da hierarquização social e da desproteção jurídica. Quando a compreensão sobre a origem dessas iniquidades remonta ao passado colonial, é possível compreender as raízes originárias do problema e os motivos pelos quais seu crescimento segue em ritmo acelerado, acompanhando o cenário de crises que submetem cada vez mais os países periféricos. Prova disso são, por exemplo, as pesquisas censitárias das pessoas que vivem na rua que, mesmo feitas esporadicamente e serem setorizadas, nunca apresentaram queda ou estagnação¹⁴⁸.

A síntese dessa questão social é: a pobreza no Brasil, bem como as situações de violência física e subjetiva direcionadas a quem está submetida a elas, cresce a passos largos. E para atuar em

¹⁴⁸ O Observatório da Sociedade Civil da Organização em Defesa dos Direitos e Bens Comuns - ABONG veiculou informação obtida pelo Censo do IBGE de 2012 que existem cerca de 1,8 milhão de moradores/as de rua em todo o território brasileiro, o que representa cerca de 0,6% a 1% da população. De acordo com essa fonte, em quatro anos o número de pessoas nessa situação aumentou 10% (REIS, 2016).

face dessa realidade, tendo em vista o contexto mais amplo que condiciona seus membros, faz-se necessário debruçar sobre o tema compreendendo-o como uma problemática multifacetada originada, principalmente, por processos de segregação: econômica; política; social; cultural e até ecológica (GRANADO, 2010). Trata-se também de uma questão social contraditória, impossível de ser solucionada por políticas estanques.

A instituição da Política Pública para a População de Rua e de seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento via Decreto nº 7.053 (BRASIL, 2009) preconiza que a intersectorialidade é ação prioritária para sua efetivação. Passada quase uma década da publicação do Decreto¹⁴⁹, o que se vê sobre a intersectorialidade da política não demonstra que a questão tem sido uma preocupação central dos governos municipais, estaduais e federais. Certamente, existem técnicos que lutam pela sua efetivação nas políticas, mas suas ações são isoladas e não vêm apresentando avanços relevantes em relação à superação duradoura do problema da População de Rua. Uma das questões centrais em relação à manutenção do problema, sem dúvida, é a entrega dos recursos destinados a essa política pública nas mãos de entidades e instituições que os administram de acordo com interesses escusos e ainda pior, sob o olhar indiferente do poder público e dos órgãos que deveriam fiscalizar tais organizações, como é o caso da Casa de Passagem em São Carlos por exemplo, consolidando uma rede institucional pública e privada corrompida em sua raiz, incapaz de colocar em voga os pressupostos da Política supracitada, da maneira como funcionam hoje, o que as convertem, portanto, em principal alvo de transformações revolucionárias via luta política impulsionada pelos grupos populares.

Uma primeira via de ação para transformação é o diálogo entre os coletivos que se movimentam por direitos e as instituições que estão articulando a política. Na impossibilidade do diálogo, circunstância que a População de Rua de São Carlos e seus apoiadores vêm enfrentando desde que começaram a se organizar politicamente, uma segunda linha de ação é o acionamento dos mecanismos jurídicos de responsabilização dessas instituições. No caso de conivência entre judiciário, governo e aparatos que executam as políticas públicas, restaria a opção por

¹⁴⁹ Tramita no Senado o Projeto de Lei 6802/2006 (número na Câmara dos Deputados), de Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua. Ver mais informações em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/09/regina-sousa-promete-acelerar-aprovacao-de-projeto-em-favor-de-populacao-de-rua/tablet>

estratégias mais radicais de pressão, como ocupação de terrenos e imóveis que não cumprem função social, como tem feito o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Paulo (MTST). Em todas essas situações, o diálogo e a união entre diferentes experiências de luta política de grupos populares é sempre bem-vinda.

Diante de tantos desafios, profissionais que trabalham com a População de Rua precisam entender que quando um morador de rua diz o seguinte: “*minha vida é isso mesmo*”, não significa, necessariamente, que o sujeito está mergulhado em uma condição de total passividade ou acomodação. Os pressupostos éticos da Educação Popular ensinam que para olhar a essência da vida que é negada em sua plenitude, é preciso se deixar guiar pela curiosidade crítica e pela utopia que “caminha para o terreno do possível” (MOURA, 2013, p. 233), sem esquecer que fazer a crítica ou denunciar não é o bastante. É preciso andarilhar no terreno da ação política e da proposição de alternativas viáveis. Paulo Freire nos diz que “não podemos ser ingenuamente otimistas”, precisamos ser criticamente otimistas porque estamos à vista de um processo e “uma transformação profunda da sociedade nunca chega na segunda-feira do mês, de manhã. Nunca. A transformação radical da sociedade é um processo, realmente, e ela vem como tal” (FREIRE, HORTON, 2005, p. 204).

Pessoas que vivem na rua e indivíduos e instituições que as atendem e apoiam, precisam ter paciência impaciente no processo de lutar para modificar a realidade. E qual é o significado dessa afirmação? Que não basta desejar pelas pessoas, fazer pelas pessoas, sonhar nem *para* ou *por* elas. É preciso sonhar *com* elas. O processo de saída da rua nem sempre é visto como um caminho possível por quem nela vive. Isso porque muitos fatores precisam se movimentar ao mesmo tempo para que todas as dimensões da vida e as necessidades individuais e coletivas sejam atendidas integralmente. Concordo com Brum (2016) que “casa é onde não tem fome” e também com Valla (1996, p. 186) de que “a vida vale a pena viver, mesmo dentro de uma perspectiva de que não se pode vislumbrar uma saída no futuro para o sofrimento e a pobreza que se atura diariamente”. Os profissionais necessitam ouvir para conhecer e respeitar projetos e tempos distintos, não desviando o olhar do horizonte que aponta a transformação. Não a transformação baseada na imposição de ideais e de projetos de vida auto referenciados, mas a que visa o alcance do *ser mais* e que implica em: ação; conhecimento crítico; diálogo e convívio com a diferença. Eu arriscaria sintetizar os elementos citados em um único conceito: *solidariedade*. Concordo com Paulo Freire (2009) quando diz que a solidariedade é

fundamental entre pessoas que compartilham os mesmos sonhos, sonhos políticos similares, a fim de que possam lutar contra os que estão do outro lado.

[...] os poderosos são solidários entre eles para prevenir o colapso da totalidade do poder. [...] Nós temos que ter solidariedade entre os que têm os mesmos sonhos. Esta solidariedade implica em esperança e sem esperança e sem solidariedade é impossível lutar. [...] Criar solidariedade entre aqueles que são diferentes, mas têm, de alguma forma, o mesmo tipo de sonho, implica admitir diferentes entendimentos do perfil do sonho. A questão passa para o terreno da objetividade, não da subjetividade, e a luta inclui algum trabalho no sentido de entender e lidar com estes problemas, em criar estratégias, em trabalhar o respeito pelas diferenças. De qualquer forma, eu penso que, em primeiro lugar, deve-se trabalhar a possibilidade de tornar-se solidário e não de ficar uns contra os outros. [...] a questão da solidariedade é, portanto, uma questão política e é também uma questão metodológica. Tem a ver com a preparação para realizar o sonho (FREIRE, 2009, p. 89-90).

Há outros elementos metodológicos pautados pela Educação Popular que podem contribuir com a práxis educativa junto à População de Rua e os demais grupos injustiçados. São eles: O *amor* pelo ser humano e pelo Planeta. Amor que gera a prática da solidariedade e da luta conjunta, em que cada um se responsabiliza pelo outro “como o Outro na convivência” (MATURANA, 2009, p. 22). A *confiança* de que somos seres de transformação e movimento, não de determinação ou conformismo. A *humildade* porque não sabemos tudo. Somos seres incompletos e precisamos uns dos outros para nos educar e lutar. Esse reconhecimento implica aceitar que todas as pessoas sabem algo sobre a vida, sobre o mundo e são capazes de ensinar porque todos precisamos aprender. A *sensibilidade*, capacidade de nos colocarmos no lugar do outro sentindo a dor que sente e compreendendo a condição concreta que acomete a vida sofrida que pode ser modificada, porque a realidade não é, ela está sendo. Finalmente, o *pensar certo*, que é agir e refletir sobre a própria ação, aperfeiçoando-a a cada passo dado.

Todos os elementos metodológicos da Educação Popular foram teorizados por Paulo Freire na Pedagogia do Oprimido e contribuem com a compreensão de que, quem trabalha com as margens precisa sair de lugares de conforto (escritórios; gabinetes; salas de reunião; carros; condomínios, etc.), a fim de conhecer a realidade social, suas mazelas e alegrias, seus aprendizados e sua crueza, tornando-se *andarilhos da esperança*, como também são as pessoas que vivem na rua e todas aquelas que resistem à negação. Dizer que amar a vida digna e lutar pelos seus fins é piegas, princípio por vezes negado pelas próprias pessoas e grupos que atuam

para transformar a ordem hegemônica, é um enorme equívoco. O amor, assim como a solidariedade entre pares, é pilar que sustenta a manutenção do sistema. Seus sujeitos e suas instituições idolatram o lucro e se rendem aos fascínios do dinheiro.

Diante disso e para encerrar afirmo: devemos aprender a amar uns aos outros e os sonhos de equidade como condição de possibilidade da mudança e da construção do novo que ainda não conhecemos (FROMM, 1959). E para colocá-lo na pauta de nossas movimentações, como ensinou Paulo Freire e nos disse Che Guevara sobre a necessidade de termos [...] grande dose de humanidade, grande dose de sentimentos de justiça e de verdade para não resvalarmos em extremos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas”. Para Che, devemos lutar todos os dias “para que este amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplos, de mobilização” (GUEVARA, 1965, s/a).

Se fosse fazer uma analogia dessa tese com o corpo, diria que a primeira parte corresponderia à cabeça e aos pés humanos, ao passo que tratou as motivações políticas que me levaram à investigação do tema, bem como os percursos teórico-metodológicos que lançaram a pesquisa ao campo da luta política. A segunda parte por seu turno, diria respeito ao coração do corpo por ter expressado a voz da vítima, impulso genuíno dos processos científicos que se pretendem transformativos. A terceira parte do estudo equivaleria à musculatura desse corpo, uma vez que trouxe à luz a ação política também como produtora de uma teoria renovada em busca de novos horizontes por vir. Por fim, a Educação Popular de Paulo Freire é o sangue que vivifica o corpo para a luta, que faz pulsar o coração, oxigenar o cérebro e os músculos - motores da história das lutas pela melhoria da vida de quem tem seus direitos negados. É ela, também, a alma que torna esse corpo sujeito de sonho, andarilho da esperança, protagonista da revolução.

ADAMS, Telmo; STRECK, Danilo Romeu. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-257, 2012. Disponível em: < <file:///C:/Users/Sara%20Almeida/Downloads/28337-32959-1-PB.pdf>>. Acesso em: setembro de 2016.

A FOLHA. **Com noites frias a procura por albergue aumenta 30% em São Carlos**. Caderno Cidade. Disponível em: < http://afolhasaocarlos.com.br/noticias/ver_noticia/35513>. Acesso em: setembro de 2016.

ANDRADE, Heloisa Schmidt de. **A rua em movimento, a rua é movimento, a rua é o movimento**: A trajetória histórico-organizativa da população de rua de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

ALMEIDA, Sara Ferreira. **O retorno da população em situação de rua à educação escolar**: entre dificuldades e possibilidades. 2011. 182 f. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) – Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCAR). Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

ALMEIDA, Sara Ferreira de. **A prática social – Viver no mundo da rua – e seus processos educativos**. 154f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BASILIO, Ana Luiza. **Proposta quer retirar o título de patrono da educação de Paulo Freire**. Carta Educação. Carta Capital. Disponível em:

<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/proposta-quer-retirar-o-titulo-de-patrono-da-educacao-de-paulo-freire/>. Acesso em: Setembro de 2017.

BENJAMIN, Walter. **Escola de Frankfurt**: experiência de pobreza. 1933. Disponível em: <<http://www.eduardoguerreiroloso.com/Experiencia-e-Pobreza-Walter-Benjamin.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Decreto Lei n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: mar. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016**. 2016a. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>. Acesso em: Março de 2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. 2016b. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>.

BRASÍLIA. **Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. 2008. Disponível em: <<http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília, 2011.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: setembro de 2014.

BRUM, Eliane. Casa é onde não tem fome. **El País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/18/opinion/1468850872_994522.html>. Acesso em: julho de 2016.

CAMPOS, Marcio D'Olne Campos. SULEar vs NORTEar: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia. **Documenta**, VI, No. 8, Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social & (EICOS)/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. pp. 41-68.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; Regina, MUTTI. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: outubro de 2016.

CASTELVECCHI, G. (Nenuca). **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!** São Paulo: Paulinas, 1985. 148 p.

CDPB. 1982. **Fiori, Ernani Maria**. Disponível em: < http://www.cdpb.org.br/dic_bibliografico_fiori.html>. Acesso em: setembro de 2016.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP, 2007.

_____. **Sobre o nascimento da população de rua**. Trajetórias de uma questão social. s/a. Disponível em: <http://beta.cebrap.org.br/v3/arquivos/artigos/sobre-o-nascimento-da-populacao-de-rua-3509.pdf>. Acesso em: Abril de 2015.

COSTA, Alderon; BARBOZA, Rose. Situação de rua e os desafios para os candidatos às Prefeituras. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 10, n. 110, p. 6-7, set/2016.

CRAIDE, Sabrina. **Senado rejeita proposta de retirar de Paulo Freire título de Patrono da Educação**. EBC Agência Brasil. 2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-12/senado-rejeita-proposta-de-retirar-de-paulo-freire-titulo-de-patrono-da>. Acesso em: outubro de 2017.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUSSEL, Enrique. Cultura imperial, cultura ilustrada y liberación de la cultura popular. In: **Filosofía de la cultura y la liberación**. Cidade de México: UACM, 1973. P. 185-225.

_____. **Filosofia de la liberación**. 1. ed. México: EDICOL, 1977. 234 p. Disponível em: < <http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: abr. 2012.

_____. **El Pueblo como sujeto**. In: III Encuentro Nacional del Movimiento de Cristianos comprometidos en las luchas populares. Querétaro, mayo de 1989.

_____. **El incubrimiento del outro**: hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: UMSA, 1994.

_____. Autopercepción intelectual de un proceso histórico. Revista *Anthropos*. Huellas del conocimiento: "Enrique Dussel. Un proyecto ético y político para América Latina", no. 180, septiembre-octubre, 1998, Proyecto A Ediciones, Barcelona. Disponível em: <http://enriquedussel.com/txt/biografia.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Ed Desclée de Brouwer, 2001, p. 1-24. Disponível em: <<http://www.enriquedussel.com/libros.html#>>. Acesso em: Abril de 2012.

_____. **El “principio de coherencia”** (articulación de los principios normativos de los diferentes “campos” prácticos). UNAM, 2002. Disponível em: <<http://enriquedussel.com/txt/coherencia.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. Las transformaciones históricas del Estado moderno: tesis para interpretar las praxis antihegemónicas. In: **Utopia y Praxis Latinoamericana**, v. 12, n. 36, ja/mar 2007a, p. 9-34, Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela. Disponível em:

<http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162007000100002>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. **Lo político y la democracia**. s/a. Disponível em: <http://www.enriquedussel.com/DVD%20Obras%20Enrique%20Dussel/Textos/c/336.2002/articulo.pdf>>. Acesso em: março de 2015.

_____. **Política de la liberación: arquitectónica**. Volume II. Madrid: Editorial Trota, 2009.

_____. **Filosofía de la liberación**. México: FCE, 2011.

EDUCIGLO. **Notas biográficas sobre Óscar Jara**. s/a. Disponível em: <http://intranet.ucodep.org/educiglo/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=1&lang=pt>. Acesso em: novembro de 2016.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

SCOREL, Sarah. **Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro**. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamont, 2003. p. 139-171.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desafíos de la participación social: alcances y limites de la construcción de la Política Nacional para la Población en Situación de Calle en Brasil**. 2011. 221p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica Argentina, Buenos Aires, 2011.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUP, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e educação**. Indaiatuba-SP: Villa das Letras, 2007. (Coleção Dizer a Palavra).

_____. **Pedagogia da solidariedade**. Indaiatuba-SP: Villa das Letras, 2009. (Coleção Dizer a Palavra).

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Uma escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho**. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2005b.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavras. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Quefazer**: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 2005.

FROMM, Erich. **El arte de amar**. Psikolibro, 1959.

GAZETA DO POVO (2012). **Em um ano, 165 moradores de rua foram mortos no país**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-um-ano-165-moradores-de-rua-foram-mortos-no-pais-80mh4qpkcu8byrj19osazt6xa>>. Acesso em: Abril de 2016.

GIORGETTI, Camila. **Poder e contrapoder**: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris. São Paulo: FAPESP, 2007.

GOMES, Livia Godinho Nery; JUNIOR, Nelson da Silva. Experimentação Política da Amizade: Alteridade e Solidariedade nas Classes Populares. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa. Brasília, Abr-Jun. 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 149-158.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRANADO, Karina. **População em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos**: a água nas interações do cotidiano. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

GUEVARA, Ernesto “Che”. **O socialismo e o homem em Cuba**. Texto dirigido a Carlos Quijano, publicado em: Semanário Marcha, Montevideo. Março de 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm>. Acesso em: Fevereiro de 2009.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Dilemas y desafíos de la sistematización de experiencias**. Centro de Estudios y Publicaciones-Alforja. Costa Rica. Maio, 2001. Disponível em: <http://www.alboan.org/archivos/335.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2016.

_____. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LARCHERT, Jeanes Martins. **Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural quilombola do fojo - BA**. 217p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2013.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Entre Nós. Ensaaios sobre a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?**. Desafios do Desenvolvimento. IPEA. 2012 Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: Agosto de 2016.

MARQUEZ, Marina. **Tragédia de índio Galdino, queimado vivo em Brasília, completa 15 anos**, 20/04/2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/tragedia-de-indio-galdino-queimado-vivo-em-brasilia-completa-15-anos-20120420.html>>. Acesso em: Agosto de 2016.

MATURANA, Camilo. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MAYO, Peter. Intelectual/Intelectuais. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 227-229.

MARX, Karl. Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O capital**. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. O método da economia política. In: MARX, Karl. **Os Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana**. Montevideo, Uruguai: 1993.

MEJÍA, Marco Raúl. La sistematización como processo investigativo. O la búsqueda de la episteme de las prácticas. **Revista Internacional Magisterio**, n. 33, junio-julio 2007, Bogotá. Disponível em: <
http://www.cepalforja.org/sistem/sistem_old/sistematizacion_como_proceso_investigativo.pdf
>. Acesso em: dezembro de 2016.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MELO, Tomás. “Da rua para a rua”: novas configurações política a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: TANIELE, Rui; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 45-65.

MENDONÇA, OLIVEIRA, 2017. Entenda as novas regras que reduzem o combate ao trabalho escravo. Portaria assinada pelo Governo Temer muda normas para caracterizar o que é ou não uma atividade análoga à escravidão. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/politica/1508447540_501606.html.

MNPR. Conhecer para lutar: cartilha para formação política. 2010. Disponível em: <
http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf
>. Acesso em: abril de 2016.

MORETTI, Cheron, Zanini. Rebeldia/Rebelião. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.345-348.

MOURA, Wagner. **Entrevista**. In: SEIDENBERG, Márcio *et al.* (orgs.). **Ecoss da Ocas**: a história da revista que promove transformação social. São Paulo: Bizu, 2013.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. 2246 Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: outubro de 2016.

OLIVEIRA, Denize Cristina de Oliveira. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enfem. UERJ**, Rio de Janeiro, 2008, out/dez; 16(4), p. 569-576.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de. **Circulação e fixação**: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população. 147p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Leituras de artigo de Fiori, com a intenção de despertar outras leituras. In: BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. p. 49-54.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; STOTZ, Eduardo Navarro. **Perspectivas de diálogo no encontro entre organizações não governamentais e instituição acadêmica**: o convívio metodológico. Reunião da ANPED "Sociedade, Democracia e Educação: qual Universidade?" GT - Educação Popular, 27^{a.}, 2004, Caxambu-MG. Anais... Em CD ROM. p. 1-16.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de; JUNIOR, Djalma Ribeiro; SILVA, Douglas VErrangia Corrêa da; SOUSA, Fabiana Rodrigues de; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Pesquisando processos educativos em práticas sociais: reflexões e proposições teórico-metodológicas. In: OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues de. (orgs.). São Carlos: UdUSCar, 2014.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de; SOUSA, Fabiana Rodrigues de (orgs.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OSOSWSKI, Situação Limite. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 375-376.

PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. **No labirinto da gestão**: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social. 2013. 107p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2013.

PIZZATO, Rejane Margarete Scherolt. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: SCHUCH, Patrice *et al.* **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: FASC, 2012, p. 69-86.

REIS, Marcela. **Número de pessoas em situação de rua só cresce no Brasil**. Março de 2016. Disponível em: <<https://observatoriosc.wordpress.com/2016/03/24/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-so-cresce-no-brasil/>>. Acesso em: Agosto de 2016.

RIBEIRO, Marlene. Luta. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 248-251.

RIBEIRO JUNIOR, Djalma. **Criação audiovisual na convivência dialógica em um grupo de dança de rua como processo de educação humanizadora**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2009.

RIBEIRO JUNIOR, Djalma. **Processos educativos vivenciados em experiências de comunicação popular na mostra audiovisual de Cambuquira-MG (MOSCA)**. 230f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, 2016.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Análise de conjuntura**. Palestra proferida no V Congresso Internacional da Cáritas Brasil. Aparecida/SP, 2016.

SÃO CARLOS OFICIAL. Prefeitura lança campanha “Não dê dinheiro como esmola”. Disponível em:http://www.saocarlosoficial.com/noticias/?n=Prefeitura+lanca+campanha+Nao+de+dinheiro+como+esmola_A7RRRVICFQ>. Acesso em: setembro de 2016.

SILVA, Cláudia Lúcia da. **Estudos sobre População Adulta em Situação de Rua**: campo para uma comunidade epistêmica? 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, São Paulo, 2012.

SILVA, José Roberval Freire da. **A igreja dos excluídos**: vida e morte do povo que mora na rua. São Paulo: FTD, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; APPOLINÁRIO, Andréia Peres. Memória silenciada. **Cadernos CERU**, série 2, n. 16, 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Sara%20Almeida/Downloads/75342-102061-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sara%20Almeida/Downloads/75342-102061-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: Janeiro de 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília/DF, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e ARAÚJO-OLIVERA, Sônia Stella. Cidadania, ética e diversidade: desafios para a formação em pesquisa. VI Encuentro Corredor de las ideas del Cono Sur “Sociedad civil, democracia e integración”. Montevideo, 2004. Disponível em: http://www.processoseducativos.ufscar.br/petronilha_stella-comunidadedetrabalho.pdf. Acesso em: novembro de 2017.

SILVA, Rosemeire Barboza. **O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo**: limites e possibilidades da participação social. In: Seminário Nacional População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas, 2008. São Carlos. Anais Seminário Nacional População em Situação de Rua. São Carlos/SP: UFSCar, 2008.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados**: Um estudo sobre o povo da rua. (S. Vasconcelos, Trad.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2012.

SOUZA, Erivelto Santiago. **Formação de intelectuais negros e negras**: a experiência de assessores/as educacionais para assuntos da comunidade negra no estado de São Paulo. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos/SP, 2009.

SOUZA, Rosângela Pereira. **Educar-se entre usuários de crack**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2015.

STRECK, Danilo Romeu. **Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade**. 2015. Trabalho apresentado no GT 6 de Educação Popular). Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd. Florianópolis, Outubro de 2015. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <<https://play.google.com/store/apps/details?id=dmx.appyou.anped37>>. Acesso em: Março de 2015.

STRECK, Danilo Romeu; MORETTI, Cheron Zanini. Colonialidade e insurgência: contribuições para uma pedagogia latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, p. 35-52, 2013.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALLA, Victor Vincent. **A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas**. Educação e Realidade. 21(2), p. 177-190, 1996.

VALLA, Victor Vincent. Movimentos sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: MOVER/NUP, 1998. p. 187-200.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (orgs). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: 1992.

VIEIRA, Marília Villari. **Campanha visa retirar moradores de rua em São Carlos**. Jornal **Primeira Página**. Caderno Cidades. 2014
Disponível em: <<http://www.jornalpp.com.br/cidades/item/57578-campanha-visa-retirar-moradores-de-rua-em-sao-carlos>>. Acesso em: setembro de 2016.

VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune 'vadiagem' com prisão de 3 meses. 2014. **O Globo**. Disponível em: <<https://glo.bo/2DafhL3>>. Acesso em: outubro de 2015.

TEDLA, Eleny. **Sankofa, African Thought and Education**. New York, Peter Lang, 1995. p. 1-41.

TELLES, Vera da Silva. Questão Social, afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, 1996, p. 85-95. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n04/v10n04_10.pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

TUTU, Desmond. Ubuntu: sobre a natureza da comunidade humana. In: _____. **Deus não é cristão e outras provocações**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012. p. 41-44. Tradução: Lilian Jenkino.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. FLACSO Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: dezembro de 2016.

WEIL, Simone. O desenraizamento. In: WEIL, Simone. **A condição operária e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 345-372.

WIKIPEDIA. **Marco Raúl Mejía Jiménez**. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Usuario:Diciembre2027/Marco_Ra%C3%BAI_Mej%C3%ADa_Jim%C3%A9nez>. Acesso em: novembro de 2016.

Levantamento bibliográfico

Como o foco da investigação de doutorado é compreender a constituição da dimensão política da rua, a fase da pesquisa anunciada nesta parte da tese retorna à literatura especializada, buscando nela, aspectos que dizem respeito à insurgência do sujeito político da rua possibilitada por processos de constituição de suas práticas de luta.

Descrevo a seguir os procedimentos de construção dos dois momentos fundamentais dessa fase da pesquisa teórica em que foram empreendidos movimentos de ressignificação da teoria pela ação concreta e do conhecimento teórico como fator imprescindível à construção do trabalho empírico no campo político iniciado em novembro de 2015.

DESCRIÇÃO		PERÍODO de ABRANGÊNCIA
MO(vi)MENTO 1	Organização cronológica da literatura especializada	1977 - 2016
MO(vi)MENTO 2	Levantamento bibliográfico	2004 - 2014

No *mo(vi)mento 1* foi elaborado esquema sobre a literatura especializada acerca da População de Rua, cujo objetivo foi criar um quadro explicativo que expusesse cronologicamente o conjunto da produção existente.

No *mo(vi)mento 2* descrevo o procedimento de levantamento bibliográfico realizado no intervalo de 10 anos, que foi dividido em seis etapas de trabalho.

ETAPA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO
1	Levantamento de teses e dissertações nas bases de dados (BDTD; CAPES)	Etapa demonstrada esquematicamente na tabela 1
2	Sobreposição dos títulos encontrados com base no descritor mais recorrente: <i>morador de rua</i>	Etapa demonstrada esquematicamente na tabela 1
3	Organização das produções nas áreas do conhecimento em que foram produzidas e distribuição por ano de publicação	Etapa demonstrada esquematicamente nos gráficos 1 e 2
4	Levantamento e organização em tabelas e gráficos de teses e dissertações na área da Educação	Etapa demonstrada esquematicamente nos gráficos 3 e 4
5	Títulos e resumos	Leitura atenta
6	Seleção de trabalhos	Leitura na íntegra

Essas etapas permitiram organizar a produção acadêmica a partir de seus focos investigativos, possibilitando a identificação dos/as autores/as e das perspectivas sobre o contexto de surgimento e os processos de constituição do sujeito político da rua, análise que compõe a parte introdutória da tese.

A *Etapa 1* do levantamento bibliográfico sobre a População de Rua brasileira foi realizada nas bases digitais de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES¹⁵⁰ e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD¹⁵¹. De partida utilizei os descritores: *Morador de rua*; *População de Rua*; *População em Situação de Rua*; *Situação de Rua* e o filtro de tempo: 2004 e 2014.

¹⁵⁰ http://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/01_bt_index.html.

¹⁵¹ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Tabela do levantamento de teses e dissertações no período de 2004 a 2014 (Etapas 1 e 2).

BASE	DESCRITORES	Nº PRODUÇÕES	Nº PRODUÇÕES APÓS SOBREPOSIÇÃO
BDTD	Morador de rua	61	61
	População de rua	52	18
	População em Situação de rua	43	2
	Situação de rua	8	8
Total BDTD		164	89
CAPES	Morador de rua	6	2
	População de rua	33	21
	População em Situação de rua	40	0
	Situação de rua	6	6
Total CAPES		85	29
TOTAL GERAL		249	118

Como os descritores apresentaram trabalhos repetidos entre si, passei para a *Etapa 2* em que organizei todo o levantamento em quadros que permitiram a sobreposição e eliminação dos títulos repetidos.

Quadro que exemplifica o procedimento adotado na *Etapa 2* do levantamento bibliográfico.

TÍTULO	NATUREZA / AREA	ANO PUBLICAÇÃO
A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade?	Mestrado em Serviço Social	2014

A *Etapa 3* do levantamento permitiu a distribuição e organização do conjunto da produção acadêmica tendo em vista a área do conhecimento em que cada estudo se desenvolveu, bem como o ano de sua publicação (Gráficos 1 e 2).

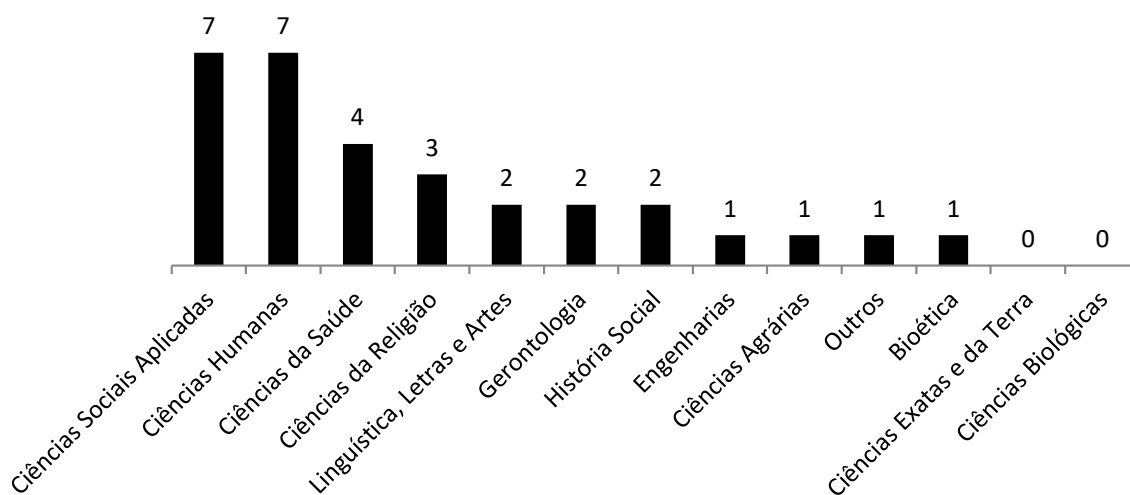


Gráfico 1. Teses e dissertações agrupadas por áreas do conhecimento definidas pelo CNPQ.

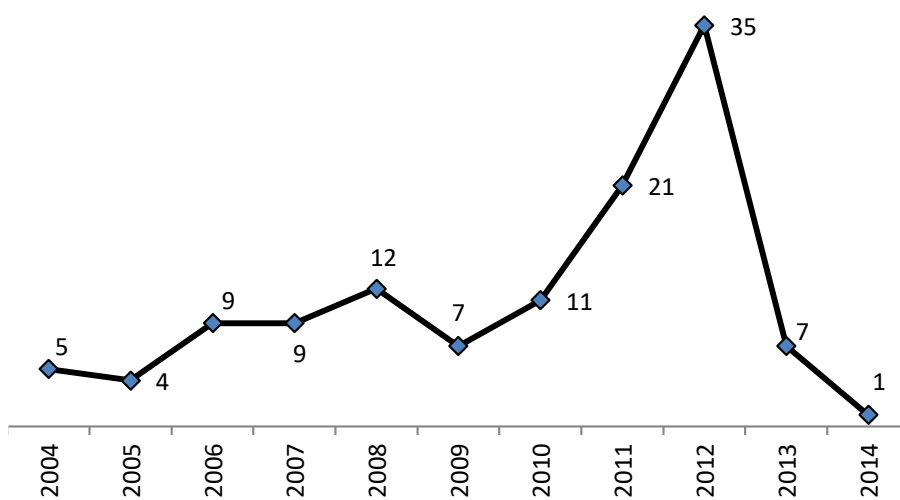


Gráfico 2. Proporção de teses e dissertações produzidas no período levantado.

Na *Etapa 4* busquei trabalhos especificamente produzidos na área da Educação (Gráfico 3), cuja distribuição no período levantado possibilitou ser feita uma análise tendo em vista o contexto histórico relativo à População de Rua entre 2004 e 2014 (Gráfico 4).

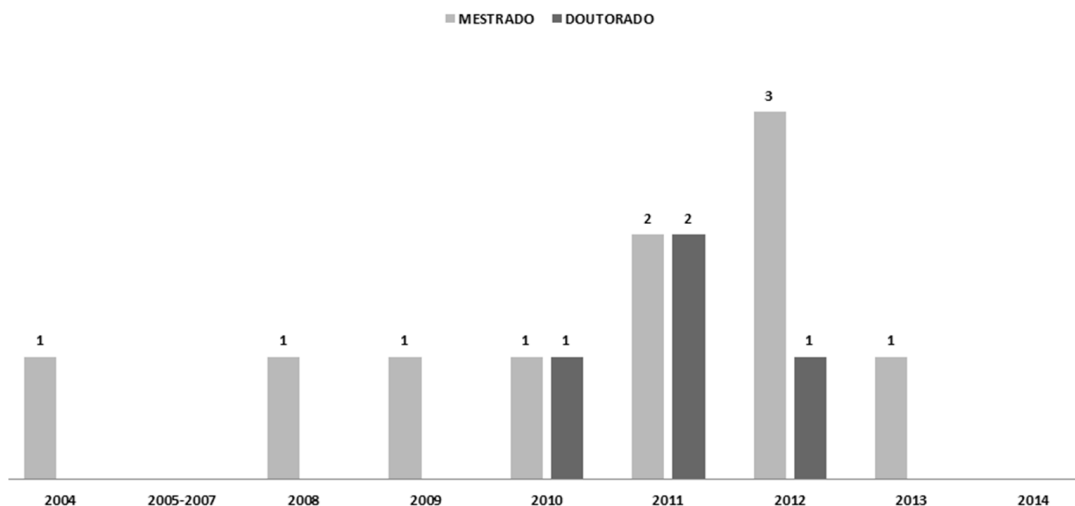


Gráfico 3. Teses e dissertações produzidas na área da Educação.

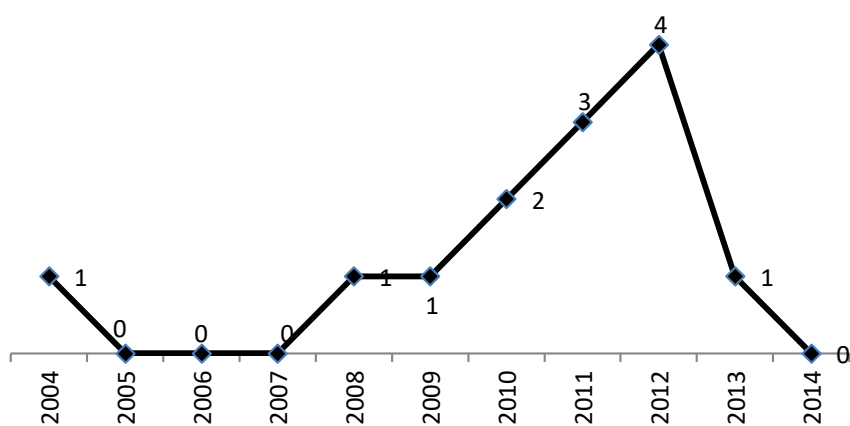


Gráfico 4. Produções na área da Educação distribuídas por ano de defesa.

Durante a *Etapa 5* em que fiz a leitura de títulos e resumos de todos os trabalhos encontrados, foram destacadas palavras-chave relacionadas à dimensão política da rua¹⁵², independentemente do tipo de organização protagonizada pelas pessoas que a desenvolve. A conclusão dessa etapa permitiu selecionar as principais referências que estão sendo estudadas no percurso do doutorado. Nenhum dos estudos contempla os fóruns da ou com a População de Rua, nem as perspectivas de suas ações.

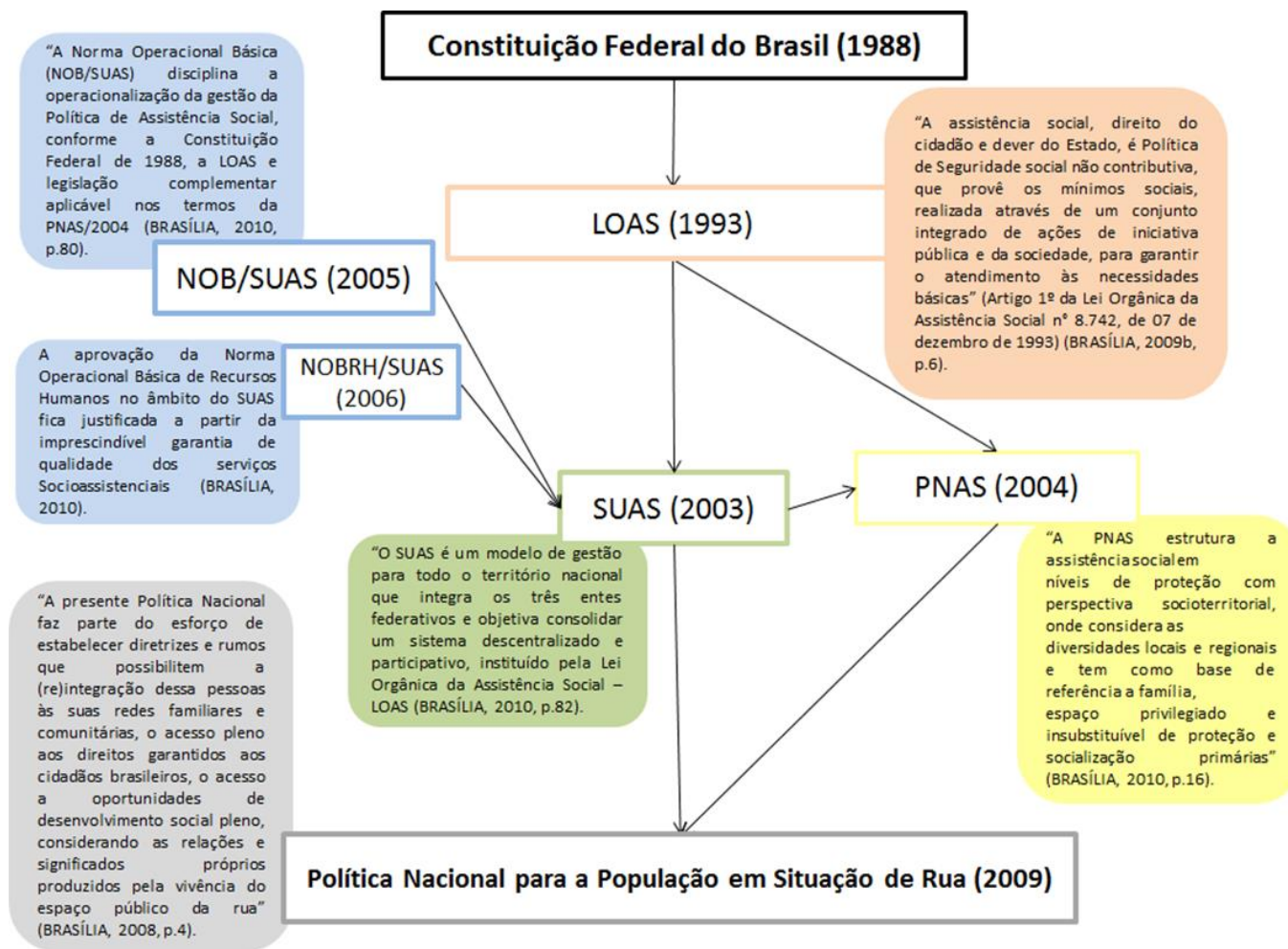
Quadro de sistematização dos trabalhos que abordam a dimensão política da rua.

TÍTULO	AUTOR	AREA DO CONHECIMENTO ANO DE PUBLICAÇÃO
Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo	Simone Miziara Frangella	Doutorado em Ciências Sociais 2004
Caminhos em construção: encontro entre população em situação de rua e o MST-SP – 1999/2003	Marcia Aparecida Accorsi Pereira	Doutorado em Serviço Social 2005
“Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST	Marcelo Gomes Justo	Doutorado em Geografia Humana 2005
Cinema e morador de rua: buscando estratégias de resistência	Julio Caetano Costa	Mestrado em Psicologia Social e Institucional 2006
A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua	Daniel de Lucca Reis Costa	Mestrado em Antropologia Social 2007
A comunicação presencial de sem-tetos na cidade de São Paulo: a produção e distribuição da Revista Ocas	Alessandro José Padin Ferreira	Mestrado em Comunicação e Semiótica - Signo e Significação nas Mídias 2007
Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades	Débora Galvani	Mestrado em Ciências 2008
A <i>Práxis</i> no Jornal Boca de Rua: de “Gente Invisível” a Questionadores do Mundo	Guilherme Dornelas Camara	Mestrado em Administração 2008

¹⁵²As palavras-chave destacadas foram: movimentos; movimentos sociais; articulação política; visibilidade; dentre outras.

Vozes na Rua: práticas de leitura e escrita e construção de uma nova imagem do morador em situação de rua	Magna Luzia Diniz Matos dos Santos	Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso 2009
Jornal o Trecheiro: uma comunicação alternativa para e sobre a população em situação de rua	Clovis Reis da Costa	Mestrado em Comunicação Social 2010
Boca de Rua: representações sociais sobre a População de Rua em um jornal comunitário	Natália Ledur Alles	Mestrado em Comunicação e Informação 2010
As consequências das relações socioculturais no jornalismo da revista Ocas	Verônica Maria Alves Lima	Mestrado em Comunicação 2011
A rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta pelo reconhecimento da população em situação de rua	Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo	Mestrado em Antropologia Social 2011
Rua de contramão: o movimento como desvio na cidade e no urbanismo	Gabriel Schvarsberg	Mestrado em Arquitetura e Urbanismo 2011
Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población en situación de calle en Brasil	Maria Carolina Tiraboschi Ferro	Máster em Ciencia Política y Sociología 2012
Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em Ocas” e em O Trecheiro	María del Pilar Tobar Acosta	Mestrado em Linguística 2012
População em Situação de Rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação	Débora do Nascimento de Paula	Mestrado em Serviço Social 2012
População em Situação de Rua: perspectivas atuais no resgate da cidadania e reinserção social	Efren Fernandez Pousa Junior	Mestrado em Direito Político e Econômico 2012
A relação entre sujeitos em situação de rua e o poder local: protagonismo ou passividade?	Rodrigo dos Santos Nunes	Mestrado em Serviço Social 2013
Os ingovernáveis	Silvio Ricardo Munari Machado	Mestrado em Educação 2013

Diagrama das legislações e políticas que estruturam o atendimento da População de Rua no Brasil



ROTEIRO DE ENTREVISTA
Organizadores do Fórum em novembro de 2015

Entrevistado: Cláudio

Data: 19 de setembro de 2016

Horário: 18:20 às 19:30

Local: São José dos Campos (via skype)

EIXOS DA ENTREVISTA	QUESTÕES
Contexto político e social de emergência	Por que organizaram o Fórum nessa época? Quais eram os objetivos do evento?
Participantes	Quem foram os atores envolvidos no Fórum? (Protagonistas e espectadores)
Processos de organização	Quais foram os processos de organização? Como foram? O que foi fácil durante a organização e o evento? O que foi difícil?
Impactos	O Fórum gerou algum impacto? Quais? Por quê?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

_____ está sendo convidado/a a participar da pesquisa intitulada **“Andarilhos da Esperança: a dimensão educativa de movimentos por *ser mais* da População de Rua no Brasil”** que tem como objetivo identificar e descrever processos educativos que produzem movimentos políticos da População de Rua brasileira. Sua participação é voluntária e poderá ser interrompida a qualquer momento se assim julgar necessário. Você participará de conversas e/ou entrevista contando suas experiências na rua e descrevendo os processos educativos vivenciados nas ações do movimento de que participa. A entrevista terá duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos, os depoimentos serão gravados mediante sua autorização. A pesquisadora Sara Ferreira de Almeida é responsável pela pesquisa e destaca que os dados obtidos serão empregados exclusivamente com intuito de responder aos questionamentos da investigação. A participação na pesquisa não implicará gastos financeiros de nenhuma natureza às pessoas participantes da pesquisa. Para evitar o risco de divulgação da identidade, a pesquisadora adotará procedimentos para manter a identidade das pessoas participantes em sigilo. Serão adotados nomes fictícios, não será gravada imagem das/os participantes, apenas áudio. Caso se sinta constrangido em algum momento da pesquisa, fique à vontade para parar a conversa. Sua participação é importante para que a pesquisa alcance o objetivo de demonstrar que a População de Rua produz movimentos políticos capazes de modificar a realidade vivida, bem como de romper relações de preconceito e discriminação contra esse público.

Sara Ferreira de Almeida (pesquisadora responsável)
e-mail: sarafalmeida@gmail.com
tel: (16) 98837-6888

Após a leitura das informações acima, tive oportunidade de conversar com a pesquisadora e esclarecer dúvidas sobre a pesquisa e os procedimentos adotados. Declaro que entendi os objetivos, benefícios e riscos de minha participação e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto dessa pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar (Fone: 3351-8110).

São Carlos, ____/____/____.

Assinatura do/a entrevistado/a

ATA DE FUNDAÇÃO DO FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS/SP

No dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2015, às 18 (dezoito) horas, reuniram-se os participantes do Fórum da População de Rua de São Carlos, quais sejam: **REPRESSETANTES DA POPULAÇÃO DE RUA** (Carlos Alberto de Souza; Gil Rosa; Elias Miguel; Expedito; Clodemir Antônio Donizete Tomazi); **REPRESENTANTES DA UFSCAR** (Grupos de Pesquisa Na Margem; Práticas Sociais e Processos Educativos e Metuia); **REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** (Dayane e Elza da Santa Casa; Larissa do Centro Pop; Arlete do MOVA; Fernando do CAPS AD); **REPRESENTANTES DE ENTIDADES** (Ruth do Projeto Sopão; Ana Cláudia da Pastoral da Criança; Marcelo Augusto Orsi Dutra do Coletivo Kooperi); **REPRESENTANTE DO PODER JUDICIÁRIO** (Soraya da Defensoria Pública), para tratar de assuntos referentes à temática da População de Rua no município de São Carlos, especialmente sobre a: 1) criação de um espaço de debate que envolva diversos atores da cidade que lidam diretamente com a questão da População de Rua e 2) criação de um espaço de debate para tratar assuntos referentes à rede de atendimento da População de Rua no município. Decidiu-se, então, pela instauração do Fórum da População de Rua de São Carlos que será de responsabilidade dos representantes acima mencionados, além de outras pessoas interessadas no tema. O próximo encontro do Fórum foi marcado para o dia **15 (quinze) de fevereiro de 2016 às 9h** na sede da Defensoria Pública de São Carlos, endereçada na Rua Belarmino Indalécio de Souza, 549, esquina com a Rua São Paulo (entrada pela Rua São Paulo). Nesse dia serão tratados assuntos referentes à: 1) organização desse espaço de debate; 2) objetivos do Fórum da População de Rua de São Carlos e 3) periodicidade e locais dos encontros no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata.



1º Fórum Permanente da População em Situação de Rua de São Carlos (26 e 27 de novembro de 2015 no Paço Municipal).

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/141698416194097/photos/>

Documento elaborado a partir da reunião de planejamento no dia 16 de junho de 2016

DOCUMENTO ELABORADO A PARTIR DE LEITURA COLETIVA DO REGIMENTO INTERNO DA CASA DE PASSAGEM SABER AMAR NO DIA 16 DE JUNHO DE 2016 NA DEFENSORIA PÚBLICA, SOB A COORDENAÇÃO DO FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS/SP.

Denúncias referentes aos:

Cap. II

Dos direitos, deveres e obrigações (destaque no Art. 3º, itens b, c, e):

- Não têm TV;
- Doações são levadas por funcionários, tais como: roupas; marmitas; etc) quando esses percebem que são produtos bons;
- Funcionários são ex-clientes da comunidade terapêutica, não tendo, necessariamente, qualificação profissional para atuar na instituição;
- Sabonetes são cortados em 6 pedaços para cada usuário tomar um banho, o que impossibilita a manutenção integral de higiene pessoal pelo usuário;
- Usuários nunca participam de processos de decisão da Casa de Passagem;
- Funcionários desrespeitam usuários;
- Funcionários não têm oportunidade e/ou não participam de cursos de qualificação profissional.

Cap. III

Rotina da Casa de Passagem Saber Amar (destaque nos itens g, e, c):

- Regras não são compartilhadas (como estão no Regimento Interno) aos usuários pela coordenação ou outros funcionários da Casa de Passagem;
- Regras da comunidade terapêutica (de mesma administração da Casa de Passagem) são adotadas na Casa de Passagem mesmo tendo naturezas e objetivos diferentes;
- Regra contra o fumo é excludente e discriminatória, já que muitas pessoas que necessitam do serviço são fumantes;
- Serviços de banho, alimentação e outros são negados quando pessoa fica suspensa da Casa de Passagem;
- Objetos pessoais são jogados fora sem autorização dos proprietários, tais como: roupas, sapatos, equipamentos de trabalho e outros;
- Privacidade dos maleiros é violada por funcionários que detém as chaves.

Cap. IV

Dos serviços de atendimento ao albergado:

- Normas muito gerais, o que dificulta saber o que a instituição realmente deve e consegue fazer;
- Transporte é feito pelo funcionário do Saber Amar que utiliza veículo (kombi) que é patrimônio da Prefeitura, porém, atendendo mais demandas da comunidade terapêutica do que da Casa de Passagem, como por exemplo: abordagem social diurna (Centro Pop deveria fazer) e noturna (Casa de Passagem deveria fazer);
- Refeição (jantar de segunda a sexta-feira) é fornecida pelo Restaurante Popular, não sendo utilizado recurso do repasse do Convênio 8/16 para esse fim específico.

Cap. V

Dos horários:

- Muito mal redigido, pois a primeira parte do art. 9º contradiz a segunda.

Cap. VI

Dos horários especiais:

- Item b poderia ser mais claro e a comunicação dos funcionários com usuários mais transparente;
- Quando há lotação de camas, colchões são jogados no chão em área externa com teto sem paredes para pernoite de usuários;
- Não há clareza de quantas vagas são oferecidas para pernoite na Casa de Passagem;

Cap. VII

Da permanência:

- Suspensões feitas de forma recorrente sem justificativa cabível, pegando o usuário que sofre a punição de surpresa e sem planejamento alternativo, prejudicando a consolidação de seus projetos de vida, tais como: estudo, trabalho, tratamento de saúde, etc. Esse fato também prejudica toda a rede de atendimento composta pelo Centro Pop, CAPS AD e outros equipamentos públicos que atendem a população de rua na cidade.

ARTIGOS QUE NÃO FORAM LIDOS:

Cap. VIII

Dos impedimentos

Cap. IX

Do patrimônio

Cap. X

Da receita/despesa

Cap. XI

Da administração e funcionamento

Cap. XII

Atribuições da coordenadora

Cap. XIII

Atribuições dos plantonistas

Cap. XIV

Atribuições da assistente social

Cap. XV

Atribuições do motorista

SUGESTÕES A SEREM FEITAS À CASA DE PASSAGEM:

- 1) Fórum pode usar espaço da Casa de Passagem para desenvolver atividades de cunho educativo (baseando-se no Cap. III, Art. 7º, item g);
- 2) Constituição de um conselho consultivo deliberativo para reconstrução do Regimento Interno e outras questões que ajudem na melhoria do atendimento;
- 3) Necessidade de haver maior respeito dos funcionários com os usuários da Casa de Passagem;
- 4) Necessidade de melhoria das instalações físicas da Casa de Passagem como forma de promover e garantir maior dignidade dos usuários.

ENCAMINHAMENTOS DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO SOBRE PONTOS PROBLEMÁTICOS DO REGIMENTO INTERNO JUNTO À COORDENAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM

Membros: Arlete, Soraya, Shirlei, Raquel, Sara, Felipe, Carlos e Joel.

Data e horário da reunião para elaboração de documento conclusivo: 30/06/16 (quinta-feira) às 8:30.

Local: Defensoria Pública.



FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS

Diagnóstico:

Violação de direitos dos usuários da Casa de Passagem Saber Amar realizado pelo Fórum da População de Rua de São Carlos e destinado à análise do Conselho Municipal de Assistência Social

São Carlos/SP
Agosto de 2016



Diagnóstico: violação de direitos dos usuários da Casa de Passagem Saber Amar realizado pelo Fórum da População de Rua de São Carlos e destinado à análise do Conselho Municipal de Assistência Social

São Carlos, 02 de agosto de 2016.


1 - Contextualização da atuação do Fórum

Desde o dia 15 de fevereiro de 2016, o Fórum da População de Rua de São Carlos vem reunindo diferentes atores ligados à sociedade civil e ao Estado nas praças públicas da cidade, com o intuito de promover a garantia de direitos da População de Rua que, historicamente, sofre processos de discriminação, violência e segregação no Brasil.

Este coletivo tem como orientador as normativas técnicas e diretrizes do SUAS para atendimento à População em Situação de Rua, compreendendo que se pautar na Política de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias em Situação de Rua, para alcance de seu objetivo principal que é: “atender de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia” (SUAS, 2012, p. 2), é essencial à garantia dos direitos desse público que vem sendo debatidas e efetivadas em outros municípios do Estado e do país.

Já nos primeiros encontros, algumas questões surgiram como demandas a serem trabalhadas por este coletivo: as violações de direitos sofridas e exercidas, os serviços disponíveis, a necessidade de apropriação das normativas técnicas, legislações e a realidade da pessoa em situação de rua de São Carlos.

Por serem muito amplas e exigirem maiores conhecimentos e esclarecimentos, o coletivo estabeleceu prioridades, sendo uma delas o acolhimento institucional, realizado atualmente na Casa de Passagem sob gestão da instituição Saber Amar. Assim, os passos seguintes foram voltados para a compreensão e aprofundamento da situação do acolhimento institucional. Foram realizados quatro encontros entre os membros do Fórum, reunião com a Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social e levantamento e estudo das normativas, orientações técnicas e documentos de formalização do convênio (convênio n. 8/16 celebrado entre a Prefeitura Municipal e a Casa de Passagem Saber Amar), bem como do Regimento Interno da instituição.

Recebido,

02/08/16.

A leitura destes documentos e a realidade trazida pelas pessoas em situação de rua deixaram evidente a necessidade de Reordenamento dos Serviços para o Acolhimento à População em Situação de Rua em São Carlos, em particular o Serviço conhecido como Casa de Passagem.

Este Fórum tem clareza dos limites postos pela realidade, pela precariedade e exclusão vivenciadas por estes sujeitos, das dificuldades trazidas pelo contexto socioeconômico que impedem a consolidação da Política tal e qual preconizada e a inexistência de serviços complementares, o que tem obrigado a Casa de Passagem a se responsabilizar por todos os acolhimentos, mesmo aqueles que a princípio não seriam da sua responsabilidade. Entretanto, as mudanças possíveis não podem deixar de ocorrer com base nestas justificativas.

Assim, o texto que segue é o resultado do aprofundamento dos debates deste coletivo em prol da construção de um atendimento identificado com as Diretrizes Nacionais para o atendimento à População em Situação de Rua.

2 - Conceituação do Acolhimento para a População em Situação de Rua

Antes de passar aos pontos referentes ao tema aqui tratado, faz-se necessário destacar a conceituação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para os serviços de acolhimento para a população adulta e famílias em situação de rua:

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução CNAS nº 109/2009 este Serviço configura-se como acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. Deve ser ofertado em unidades (abrigo institucional e Casa de Passagem) distribuídas no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos (SUAS, 2012, p. 3).

É uma modalidade de serviço da Alta Complexidade do SUAS que se direciona a indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares rompidos ou fragilizados que dependem de proteção social integral. É uma forma de garantir proteção que respeita os direitos da pessoa humana e a sua autonomia, em contraposição aos antigos modelos de atendimento.

Entretanto, para além de um serviço disponível para receber a população em um lugar, o acolhimento também deve cumprir com as garantias desta política, em particular a segurança de acolhida que é definida como:

[...] uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. É possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida, ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso –, por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde física ou mental. Outra situação que pode demandar acolhida, nos tempos atuais, é a necessidade de separação da família ou da parentela por múltiplas situações, como violência familiar ou social, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado e criminalidade. Podem ocorrer também situações de desastre ou acidentes naturais, além da profunda destituição e abandono que demandam tal provisão. (BRASIL, 2004, p. 32)

A segurança de acolhida é a garantia de que os indivíduos ou famílias vulneráveis serão atendidos a partir da sua demanda e lhes serão proporcionadas as condições para suprimento das necessidades humanas básicas, respeitando sua autonomia. Esta segurança é central para a PNAS e está presente em seus diferentes níveis. Mas é possível dizer que são nos serviços de acolhimento que se realiza em toda sua amplitude. São nestes espaços que a fragilidade humana é totalmente exposta.

A Casa de Passagem, por sua vez, trata-se de uma:

Unidade de acolhimento imediato e emergencial para famílias ou pessoas do mesmo sexo. Trabalhará na perspectiva de atender a demanda específica, verificar a situação apresentada e assim realizar os devidos encaminhamentos. Deverá conter equipe especializada para atender e receber usuários a qualquer horário do dia ou da noite e realizar estudo de caso para encaminhamentos necessários. Deve-se considerar que o sujeito/família está de passagem, em trânsito (SUAS, 2012, p. 5).

Aqui se evidencia o enorme descompasso entre o que acontece na realidade e o que está preconizado. É nesta passagem entre o ideal e o real possível que se inserem os apontamentos que realizamos a seguir. Ainda, cabe ressaltar os limites do que aqui damos o nome de diagnóstico, por não contemplar os trabalhadores e responsáveis pelo serviço de Acolhimento

na medida em que o presente documento foi construído pelos integrantes do fórum que não conta com representantes da Casa de Passagem.

3 - Dados do Diagnóstico

REGRAS E NORMAS INTERNAS

A existência de regras e normas internas no Serviço de Acolhimento é uma necessidade fundamental para a organização do mesmo. Porém, o que foi constatado é que os mecanismos hoje utilizados para comunicação não têm sido eficientes. Os usuários do serviço não tomam conhecimento adequado das normas estabelecidas pela direção da Casa de Passagem. Existe um cartaz contendo algumas normas do equipamento na entrada de suas dependências, contudo, ele não garante o conhecimento e compreensão integral das regras por aqueles que chegam que, muitas vezes, possuem dificuldades de leitura ou não são alfabetizados.

O conhecimento e aprendizado das regras e normas internas têm sido absorvidos mais na rotina cotidiana, do que como processo mediado por profissionais, no qual se buscaria a compreensão, autonomia e protagonismo destes sujeitos no cuidado com um espaço que também é deles. Trata-se mais de um hábito do que uma pactuação. O que ocasiona, em vários momentos, o seu não cumprimento, tanto da parte dos profissionais quanto dos usuários.

A inexistência de espaços de discussão, nos quais é possível a revisão das regras de convivência cotidiana, dificulta a garantia de uma escuta qualificada das demandas que chegam ao equipamento. Ora, não se desconhece a dificuldade que é garantir a participação em processos decisórios e trabalhar com os limites do que é possível mudar, mas a experiência tem mostrado que o envolvimento dos usuários na construção das regras e normas facilita a sua manutenção e cumprimento. Além do que, espera-se que estas pessoas possam ser autônomas e protagonistas da própria vida e este pode ser um espaço de exercício para tal desígnio.

Não se pode esquecer que “a fim de promover atenção integral a esta população que teve uma vida marcada pela negação de direitos”, é preciso “este novo olhar voltado para as pessoas em situação de rua” que “busca romper com a lógica segregacionista, assistencialista e higienista

construída historicamente, onde essas pessoas não eram tratadas com dignidade” (SUAS, 2012, p. 2).

Ter um novo olhar passa, inclusive, por repensar no que fazer em caso de descumprimento das regras. Nestes casos deve-se favorecer o aprendizado pedagógico. A consequência por se violar uma regra ou norma, não pode ser a violação de um direito: devolver esta população a situações de vulnerabilidade ou de fragilidade ao qual ela já está condicionada, constitui em si, uma violação do direito.

Penalidades que suspendem e excluem acabam prejudicando a consolidação de projetos de vida, tais como: estudo; trabalho; tratamentos de saúde; Plano de Acompanhamento Individual e Familiar; dentre outros, colocando-se na contramão da Política de Acolhimento que preconiza o atendimento ininterrupto de 24 horas, recomendando que “as Casas de Passagem mantenham horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a necessidade de cada um” (SUAS, 2012, p. 5).

Também é importante ter clareza do conhecimento da realidade de vida destes sujeitos. Regras como a que proíbe o cigarro nas imediações da Casa de Passagem dificultam o acesso dos fumantes e excluem usuários na mesma condição. Vão na contramão da garantia de acesso. Questões como esta devem ser pensadas a partir do seu significado para os sujeitos, a fim de serem atendidas e implantadas medidas de tratamento e de redução de danos.

Por fim, há que se pensar nas contradições deste espaço que hoje tem agregado pessoas que residem em São Carlos e pessoas que passam pela cidade. Precisa ficar claro para os usuários que existem dois públicos a serem atendidos e que as regras aplicáveis a um, não necessariamente poderão ou deverão ser aplicadas aos demais. Regras e normas que não estão claras ou que não são constantemente revistas provocam sentimentos de discriminação e insatisfação e, conseqüentemente, dificuldades no seu cumprimento.

RECURSOS HUMANOS

Daí a importância de se pensar os trabalhadores da Política de Assistência Social, uma vez que este tema vem sendo pautado desde a NOB – RH em 2006. De lá para cá, seminários, conferências e capacitações têm sido realizadas no intuito de evidenciar o quão importante é ter

equipes em quantidade e capacitadas. No SUAS as pessoas são o principal elemento para viabilizar as proteções e a superação das situações de vulnerabilidade.

No caso do acolhimento é fundamental a estas pessoas que irão receber os mais diferentes sujeitos, de diferentes histórias e contextos, e nem sempre tranquilas e receptivas, conhecerem os direitos sociassistenciais, os princípios e diretrizes da Política de Atendimento. Estes profissionais têm o dever de reconhecer o outro como portador de direitos simplesmente por ter nascido em um Estado, mesmo quando não corresponda ao que consideramos ser o padrão de civilidade. Isto não é muito fácil, considerando nosso padrão de desproteção social.

Hoje se têm conhecimento de que parte das pessoas que compõem o RH da instituição já esteve também em situação de vulnerabilidade e risco, o que torna louvável a postura da instituição em facilitar a reestruturação desses sujeitos. Por outro lado, gera a preocupação com a qualificação profissional necessária a este serviço e o acolhimento das demandas destes trabalhadores que também são cuidadores. Há de se destacar a necessidade de cuidar de quem cuida.

É fundamental que o município, em parceria com a instituição gestora, criem oportunidades contínuas de participação em cursos de formação e qualificação profissional ligados ao atendimento integral e humanizado dos usuários do serviço, de acordo com o conjunto normativo que deve regê-lo.

GUARNECIMENTO DE MATERIAIS, INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

Ao lado de uma equipe técnica qualificada e bem preparada para o atendimento, está o cuidado com o lugar onde as pessoas são recebidas. Um ambiente iluminado, arejado, devidamente higienizado, nos quais os reparos e a manutenção preventiva ocorrem com a devida regularidade, também compõem o campo da segurança da acolhida da qual falamos acima. Não por acaso, têm sido publicadas normativas técnicas sobre como devem ser os espaços físicos dos equipamentos que recebem os serviços da Assistência Social. Temos consciência de que, por ser um espaço de grande circulação de pessoas, para um prédio velho, a manutenção preventiva é mais cara e frequente, porém, é impossível garantir atendimento com qualidade em espaço inadequado.

Quando pensamos na questão do espaço físico, lembremos da necessidade de que estes espaços sejam adaptados para o atendimento de idosos e pessoas com deficiência, mesmo não sendo condições constantes entre este público em São Carlos.

Também é importante garantir o acesso a equipamentos de apoio ao trabalho do profissional. Mesmo considerando que as pessoas são a principal tecnologia desta política, no cotidiano de trabalho, contar com equipamentos como computador, impressora, televisão, mesas, cadeiras, poltronas, sofás nas salas de convívio, etc., facilitam o desenvolvimento de atividades com os usuários.

INTEGRALIDADE DOS ATENDIMENTOS E PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS

O exercício da cidadania ainda é uma grande dificuldade para as pessoas em situação de rua. Estas vivenciam situações adversas e, para serem atendidas precisam demonstrar a necessidade. Dessa maneira, trabalhar com o protagonismo destes usuários é um grande desafio para as políticas públicas em geral, já que estes dificilmente acessam os serviços e, quando acessam, garantir a participação ainda se dá de forma incipiente. Ouvir a voz deste público ainda é um grande desafio.

Ao buscar garantir o protagonismo dos usuários frente aos seus projetos de vida, não se pode perder de vista que “cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço” e “esse processo deve ser construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia” (SUAS, 2012, p. 6). Faz-se importante considerar também que o desligamento da Casa de Passagem deve ser pactuado com os Serviços da Média Complexidade ou com a Proteção Básica conforme o caso, a fim de evitar reincidências. O outro ponto a ser considerado é a inserção desta população nas políticas de saúde, habitação, emprego e renda, educação e cultura que ainda ocorre de forma precária.

O Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para a População Adulta e Famílias em Situação de Rua, traz que “cabará ao órgão gestor da Política de Assistência Social do município, juntamente com outros atores da rede local e órgãos de defesa de direitos, desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações e da oferta dos Serviços”

(SUAS, 2012, p. 2) que devem contemplar as várias etapas do atendimento, especialmente a construção dos processos de saída da rua mediante a participação ativa e consciente das pessoas que utilizam os serviços e equipamentos da rede pública de assistência.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Outro ponto de destaque em relação ao uso e ocupação da Casa de Passagem diz respeito às relações travadas entre usuários e funcionários/coordenação do equipamento e o fornecimento de condições adequadas à garantia de acesso e permanência no serviço, manutenção da saúde, higiene pessoal e da qualidade de vida dos usuários¹⁵³. A realidade não se mostra condizente com o Regimento Interno do serviço, uma vez que o respeito, a dignidade e a privacidade integral dos usuários, muitas vezes são violados pelos próprios funcionários.

Segundo relatos de pessoas que utilizam o equipamento, pertences são jogados fora de forma arbitrária, a posse da chave do maleiro fica sob a responsabilidade de funcionários que entram e saem quando querem e há objetos doados para a Casa de Passagem que são levados por funcionários antes mesmo de serem distribuídos a quem realmente necessita. Compreende-se que tais situações contrariam a normativa oficial que institui que:

O público que acessa os Serviços de Acolhimento é diverso, são homens, mulheres, grupos familiares com especificidade de grandes fluxos de migrantes, gays, lésbicas, transexuais, travestis, que fazem das ruas a sua morada e que muitas vezes apresentam histórias sucessivas de violação de direitos decorrentes de discriminação/ submissões às situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar. Nesse sentido, o Serviço requer uma equipe preparada, com postura não discriminatória, atenção e escuta qualificada, dentre outras características necessárias para atender as diversidades deste público (SUAS, 2012, p. 2).

¹⁵³ Esse tópico abrange: kits de higiene incompletos (sabonetes cortados em pedaços muito pequenos); infraestrutura insalubre e danificada (sem lâmpadas nos banheiros, TV quebrada); ambiente que não é acolhedor (sofás velhos e estragados, quando tem, colchões no chão).

TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA

A implicação do usuário na elaboração das normas e regras da Casa de Passagem e o estímulo ao seu protagonismo e autonomia, também são afetados pelas informações que possuem sobre a utilização do recurso financeiro destinado a esta população. A transparência financeira da instituição pode evitar pedidos que sejam incompatíveis com as possibilidades financeiras do serviço e também fomentar formas de buscar novos recursos para o fortalecimento do serviço.

ATENDIMENTO À POLÍTICA PARA A POPULAÇÃO DE RUA

Outra questão a ser tratada diz respeito ao Serviço Especializado de Abordagem Social que precisa ser ampliado para realizar a busca ativa nos territórios e localidades frequentadas pela população em situação de rua. Temos conhecimento de que houve um deslocamento de pessoas em situação de rua para regiões periféricas da cidade que não consegue acessar os Serviços do Centro Pop ou da Casa de Passagem. Nem sempre os horários que os profissionais do Centro Pop trabalham se adequam aos horários que a população em situação de rua está nestes lugares, neste sentido, a realização de busca ativa noturna é essencial para que esta tenha resultados efetivos.

4 - Considerações finais

Diante desse cenário, o Fórum da População de Rua de São Carlos coloca-se à disposição para apoiar e mediar processos de reorganização do serviço que compete à Casa de Passagem realizar com ética e transparência administrativa, tal como orienta o Convênio n. 8/16 em sua Cláusula quarta, compreendendo que a violação de direitos da População de Rua é inadmissível e o que se busca por meio desse documento é necessário e possível. Nesse sentido, solicita-se, por meio desse documento, que o Conselho Municipal de Assistência Social analise as questões aqui expostas, com vistas a contribuir para que a Casa de Passagem possa atentar para o conjunto de prerrogativas oficiais de acolhimento das pessoas e famílias em situação de rua no município.

Adiantamos nossa intenção de comparecer novamente à reunião deste Conselho no dia 13/09 objetivando saber quais providências foram tomadas no sentido do atendimento integral das demandas explicitadas.

Os membros do Fórum da População de Rua de São Carlos clamam por respeito e por humanidade. Desejam espaços de acolhimento melhores, mais dignos e querem que histórias de vida e projetos pessoais sejam levados em consideração nos atendimentos a esse público. É chegada a hora de romper com processos de discriminação e de violência em nossa cidade, para que a População de Rua de São Carlos possa ter o direito reservado a todos os seres humanos de viver dias melhores.

Fórum da População de Rua de São Carlos/SP.

FORMAS DE CONTATO:

E-mail: forumpoprua@yahoo.com.br

Facebook: <https://www.facebook.com/mnprsc2016/>

Telefones: (16) 98837-6888 (Sara Ferreira de Almeida)
(16) 99215-4022 (Soraya Mattar)

5 - Textos consultados

BRASIL (2004). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. BRASIL. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Publicada no Diário Oficial da União em 26/11/2004. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL (2009). Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2013. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL (2011). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei Orgânica de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf

BRASIL (2011). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. NOB-RH Anotada e Comentada. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2012). Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Famílias em Situação de Rua. Disponível em:

<http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2014/03/texto-de-orientacao-reordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>

BRASIL (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional De Assistência Social. Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOBSUAS2012.pdf



FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE SÃO CARLOS

Relatório:

Visitas do Fórum da População de Rua de São Carlos à Casa de Passagem Saber Amar

São Carlos/SP
Novembro de 2016

INTRODUÇÃO

No dia 11 de outubro de 2016 foi estabelecido acordo entre o Fórum da População de Rua de São Carlos, o Conselho Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) e a coordenadora da Casa de Passagem gerida pela Entidade Saber Amar que membros do Fórum realizariam visitas à Casa de Passagem durante uma semana corrida, das 17h às 23h a fim de observar o funcionamento rotineiro do equipamento que mantém convênio com a Prefeitura Municipal de São Carlos objetivando prestar serviço público relativo à Política Nacional de Assistência Social.

O cronograma de visitas ficou assim combinado entre os membros do Fórum e informado à coordenação da Casa de Passagem:

DATA	VISITANTE
19/10 (quarta-feira)	Sara e Neia
20/10 (quinta-feira)	Juan
21/10 (sexta-feira)	Natália
22/10 (sábado)	Juan e Natália
23/10 (domingo)	Soraya
24/10 (segunda-feira)	Soraya
25/10 (terça-feira)	Raquel

O cronograma seguiu o curso deliberado do dia 19/10 ao 22/10 no horário estabelecido. Durante as visitas os funcionários apresentaram todas as dependências da Casa de Passagem e explicaram suas funções e principais atividades rotineiras aos membros do Fórum que puderam permanecer nas áreas coletivas com os usuários do equipamento. Foi possível conversar com usuários e funcionários que, inclusive, demonstraram interesse em saber como o Fórum funciona. Contudo, no dia 23/10 (domingo) as visitas foram interrompidas segundo ordens da coordenação da Casa de Passagem que orientou os funcionários a não permitirem a entrada dos membros do Fórum como fora acordado inicialmente.

ASPECTOS GERAIS OBSERVADOS

A equipe de trabalhadores da Casa de Passagem é formada por 8 funcionários de serviços gerais, 1 motorista, 1 assistente social e 1 coordenadora. Os 8 contratados como serviços gerais têm escala 12x36, o motorista trabalha de segunda à sexta em horário comercial, a assistente social tem horários na parte da manhã e tarde e a coordenadora tem horários independentes de escala de trabalho. A Casa de Passagem recebe trabalhadores voluntários, sendo que às segundas-feiras há uma atividade realizada por um grupo de estudantes e pesquisadores da UFSCar e às quintas-feiras um coral marca presença no equipamento. O repasse de verba da Prefeitura é feito mensalmente, porém, às vezes há atrasos prejudicando o pagamento de salários.

No período observado a frequência de usuários girou em torno de 15 a 25 pessoas que utilizam a Casa de Passagem para pernoite. Ao longo do dia há passagem de usuários, especialmente nesse período em que o Centro Pop e demais departamentos da Prefeitura estão fechando às 13h. Segundo informações obtidas durante as visitas, contabiliza-se o total de atendimentos por dia em torno de 30 a 40 pessoas. Há três categorias de usuários: *moradores*; *permissão* e *itinerantes*. Os moradores e aqueles que obtêm permissão para ficar são em geral encaminhamentos pelo Centro Pop ou pelo CAPS/AD. Essas duas categorias somam aproximadamente 30 pessoas. Aqueles que são itinerantes permanecem uma noite e recebem passagem para embarcar para Itirapina ou Araraquara na manhã seguinte (de segunda-feira a sábado).

A Casa de Passagem conta com 40 leitos e ainda outros colchões de modo a acomodar até 70 pessoas, quando necessário. Quando isso acontece, colchões precisam ser distribuídos por todos os quartos e áreas coletivas, inclusive na garagem. A Casa de Passagem recebe da Prefeitura 60 marmitex e o jantar é servido às 19:30. Por volta das 21h alguns usuários ganham outra marmita, porém, nem todos conseguem repetir a refeição. Não ficou claro para observadores do Fórum para onde vão as marmitas que sobram.

Por fim, percebeu-se que um usuário saiu do quarto reclamando que estava sendo atacado por percevejos e outros usuários relataram que os colchões estão infestados por esses insetos, sendo necessária dedetização imediata do prédio que, segundo convênio deve ser mantido em condições de higiene e salubridade.

RECOMENDAÇÕES DO FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA

Observou-se que o contingente de usuários entre *moradores* e *permissão* é maior que de itinerantes, ou seja, as vagas fixas tornaram-se mais expressivas que as vagas rotativas. Diante disso, emergiu o questionamento em torno da real função da instituição, se não seria mais adequado que o antigo Albergue Noturno, ao invés de Casa de Passagem, funcionasse como Casa de Acolhimento, uma vez que atualmente o equipamento executa função mista, o que foi mencionado tanto por funcionários quanto pela coordenadora do serviço.

Diante disso, são explicitados a seguir pontos problemáticos e recomendações feitas pelo Fórum da População de Rua a fim de contribuir com a melhoria do serviço que é direito da População de Rua e dever do Poder Público.

ASPECTOS	PROBLEMAS	DESCRITORES	RECOMENDAÇÃO
Estrutura física	Prédio pequeno para abarcar serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, para atendimento à População em Situação de Rua.	<ul style="list-style-type: none"> Falta sala apropriada para atendimento individualizado e em grupo. Refeitório pequeno para a capacidade do equipamento. Área externa para serviço de limpeza reduzida Cozinha pequena, sem adequação segundo normas da Vigilância Sanitária Falta de estrutura para abrigar pessoas com doenças infectocontagiosas Falta de canil para cães dos usuários Falta de espaço destinado a “carrinhos de coleta” de produtos recicláveis Falta de espaço de “socialização/descanso”, por exemplo uma sala ampla destinada a assistir TV, reuniões/trabalhos grupais 	<p>Ação Imediata:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover em parceria com o CAIC – Centro de Doenças Infecto contagiosas, para providenciar local adequado para atendimento da pessoa com doença infectocontagiosa, evitando novos contágios. Promover estudo de viabilidade para adequação dos espaços físicos existentes, inclusive para permitir atendimento em Serviço Social, respeitando-se o direito ao sigilo profissional. <p>Ação de médio prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Locação ou destinação de um prédio com espaço físico suficiente e adequado para implantação do Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional para população em Situação de Rua de acordo com as diretrizes do SUAS e da Política Nacional para atendimento à população em Situação de Rua. Locação ou destinação de um prédio com espaço físico suficiente e adequado para atendimento às pessoas migrantes e itinerantes e/ou que necessitam de acolhimento emergencial provisório, na modalidade Casa de Passagem, também de acordo com o SUAS e com a Política Nacional de Atendimento à População em Situação de Rua.
	Prédio antigo sem acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências.	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de banheiro adequado para pessoas idosas ou pessoa portadora de deficiência. Portas sem espaço para manobrar cadeiras de rodas. Existência de degraus 	<p>Ação Imediata:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover estudo de viabilidade para adequação dos espaços físicos existentes, garantindo acessibilidade e segurança aos idosos e pessoas com deficiência, enquanto não é possível a mudança para local mais adequado.


ASPECTOS	PROBLEMAS	DESCRITORES	RECOMENDAÇÃO
Estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção predial precária e/ou insuficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Janela quebrada • Chuveiro quebrado • Goteiras • Entupimento em banheiro masculino • Vazamento no banheiro feminino • Trincos quebrados • Iluminação fraca ou faltando • Pintura degradadas, • Paredes com infiltrações que atentam à saúde pela umidade, propagação de fungos e bactérias • Sistema elétrico precário (com soluções improvisadas e inseguras) • Presença de percevejos indicando ausência de periodicidade rigorosa na dedetização 	<p>Ação Imediata:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adaptação das condições deste prédio para se garantir condições mínimas de abrigo e segurança dos usuários e funcionários. • Realizar dedetização imediata no prédio e estabelecer plano de dedetização periódica. • Providenciar reparos imediatos. • Realizar manutenção preventiva nos extintores e no prédio como um todo. • Troca de iluminação para lâmpadas mais econômicas e potentes. Lembrando que boa iluminação é também medida de segurança a usuários e funcionários

ASPECTOS	PROBLEMAS	DESCRITORES	RECOMENDAÇÃO
Estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> Falta de equipamentos para atendimento e conforto dos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> Televisão quebrada ou com funcionamento ruim Colchões e travesseiros velhos Utensílios de cozinha, ausentes Falta de bebedouro Falta de Computadores, impressora para serviços administrativos e atendimento social Ausência de equipamentos de segurança e socorro Falta de armário para livros e outros materiais pedagógicos 	<p>Ação Imediata:</p> <ul style="list-style-type: none"> Compra de copos/talheres individuais identificados para o caso dos moradores e descartáveis para migrantes, itinerantes e usuários pontuais. <p>Ação de médio prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comprometimento com a troca de colchões e travesseiros com mais de 5 anos de uso. Compra dos materiais e equipamentos necessários ao atendimento dos frequentadores, como por exemplo a compra de armário que complemente a utilidade da geladeroteca. Recuperação e consertos dos móveis e eletrodomésticos quebrados. Instalação de bebedouro em área comum Informatização da unidade e sistema de comunicação (computador e internet) Compra de kit de primeiros socorros e treinamento para sua utilização.
	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento social insuficiente à demanda Atendimento psicológico inexistente 		<p>Ação de médio prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contratação de equipe técnica de acordo com a NOB RH.
	<ul style="list-style-type: none"> Não há abordagens noturnas, em casos excepcionais é acionada a Guarda Municipal ou Polícia Militar 		<p>Ação Imediata</p> <p>Disponibilização de carro com motorista e profissionais para realização do Serviço de Abordagem Social, em consonância com o preconizado pela resolução 109/09, inclusive no período noturno e finais de semana.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de clareza nas regras e desrespeito ao Regimento Interno 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobra de marmitas durante a semana, sem destino conhecido. • Algumas atividades da rotina dependem do que os funcionários de plantão entendem ser sua atribuição (alguns dias com melhor limpeza, revista feita de modos diferentes, possibilidade de doação de marmitas no portão variável, conforme plantonista) • Irregularidades no controle de entrada, revista corporal e pertences (não está claro o que é isto) • Imprecisão do regimento quanto a definições de suspensões e exclusões, decisões tomadas pela coordenação por telefone após relato do funcionário, sem direito ao contraditório. <p>Aplicação de regras violadoras de direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -uma ausência acarreta suspensão do direito de pernoite - pessoas que não pernoitam impedidos de fazerem refeições e higiene pessoal no equipamento, conforme previsão legal <ul style="list-style-type: none"> • Proibição de fumar na área externa do equipamento 	<p>Ação Imediata</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequar a solicitação das marmitas diárias à demanda. • Garantir a doação das sobras às pessoas que estão na rua e não frequentam o serviço. <p>Ação contínua</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação periódica de funcionários, estimular participação em palestras e conferências da Assistência Social, estudo sobre o SUAS e a Política para a População de Rua. O conhecimento das normas previstas pelas políticas públicas da área, impedirá a construção de normas que pareçam adequadas a quem as faz, mas que contrariam as normas gerais de funcionamento dos serviços • Regimento interno redigido com participação de usuários do serviço. • Realização de assembleias periódicas. • Construção coletiva de regras de convivência. • Abrir uma forma de comunicação com usuários, reunião periódica, como uma caixa de sugestões anônima • Explicitação das regras de convivência vigentes em quadro de avisos de forma didática e legível. Aviso apontando suas mudanças sempre que ocorrerem. • Proibição de entrada do usuário, ou ainda, a criação de estratégias para burlar a regra, o que acarretará mais punições. É preciso observar a legislação antifumo vigente no estado de São Paulo, a qual regula a prática do fumo em instituições públicas e privadas. Resumidamente, o fumo é permitido em áreas abertas e apenas nelas vido treinamento a funcionários e usuários para agirem em caso de necessidade de primeiros socorros
--	---	--	---

ASPECTOS	PROBLEMAS	DESCRITORES	RECOMENDAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> Higienização precária 	<ul style="list-style-type: none"> Irregularidade no processo de limpeza cotidiana. Roupa de cama sem limpeza frequente. 	<p>Ação Imediata</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir troca de roupa de cada a cada 2 dias, com esterilização dos mesmos, incluindo cobertores, caso a cama e suas roupas sejam ocupadas pela mesma pessoa (caso a cama seja ocupada por diferentes pessoas, troca diária).
	<ul style="list-style-type: none"> Não há previsão de cuidados de saúde <i>in loco</i> 		<ul style="list-style-type: none"> Parceria com atenção básica em saúde para exames <i>in loco</i> mensalmente.

Aprovação do Conselho de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS/UFSCAR														
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP														
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA														
Título da Pesquisa: ANDARILHOS DA ESPERANÇA: A DIMENSÃO EDUCATIVA DE MOVIMENTOS POR SER MAIS DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL														
Pesquisador: Sara Ferreira de Almeida														
Área Temática:														
Versão: 3														
CAAE: 52557715.6.0000.5504														
Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas														
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio														
DADOS DO PARECER														
Número do Parecer: 1.540.098														
Apresentação do Projeto:														
<p>A compreensão de ser humano adotada nesta pesquisa tem como referência Paulo Freire e Enrique Dussel. Para os autores, os seres humanos são inconclusos, inacabados e, por isso, estão em constante movimento de busca pela sua humanização. Concebem a marginalização não como um processo natural, mas condição pré-existente no mundo, fruto de forças econômicas e políticas que condicionam determinados grupos sociais, transformando-os em seres para o outro. Objetivamos investigar os processos educativos atrelados à produção de movimentos políticos originados no seio de práticas de resistência da População de Rua, buscando compreender a dimensão educativa das ações elaboradas a partir da percepção crítica das situações limite enfrentadas. A metodologia da pesquisa será desenvolvida com base na Ciência Social Crítica teorizada por Enrique Dussel e na Educação Popular Freireana, adotando os pilares da convivência metodológica e do diálogo junto aos sujeitos participantes. Diários de campo, conversas e entrevistas semiestruturadas configuram-se como ferramentas metodológicas para coleta e análise de dados. Almeja-se desvelar a face educativa e a relevância política de práticas de resistência da População de Rua, para que a pesquisa possa contribuir com o rompimento de visões distorcidas sobre essa realidade e sobre seus sujeitos, julgados como seres apáticos e</p>														
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2">Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235</td> <td>CEP: 13.565-905</td> </tr> <tr> <td>Bairro: JARDIM GUANABARA</td> <td colspan="2">Município: SAO CARLOS</td> </tr> <tr> <td>UF: SP</td> <td colspan="2">E-mail: cephumanos@ufscar.br</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (16)3351-9583</td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>			Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235		CEP: 13.565-905	Bairro: JARDIM GUANABARA	Município: SAO CARLOS		UF: SP	E-mail: cephumanos@ufscar.br		Telefone: (16)3351-9583		
Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235		CEP: 13.565-905												
Bairro: JARDIM GUANABARA	Município: SAO CARLOS													
UF: SP	E-mail: cephumanos@ufscar.br													
Telefone: (16)3351-9583														
<small>Página 01 de 02</small>														

Continuação do Parecer: 1.540.008

errantes, incapazes de produzir estratégias próprias de reivindicação frente às insatisfações percebidas. Espera-se que os resultados possam contribuir com o fortalecimento dessas práticas e com o reconhecimento da População de Rua como produtora de estratégias políticas relevantes à transformação da realidade de exclusão e preconceito a que está historicamente submetida.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e descrever processos educativos atrelados à produção de movimentos "por ser mais da População de Rua" que são desencadeados em práticas de resistência desse coletivo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São apresentados e os benefícios suplantam os riscos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo de relevância social. Os pesquisadores fazem esclarecimentos sobre o trajeto metodológico e apresentam reformulações e esclarecimentos solicitados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados adequadamente.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_643037.pdf	07/04/2018 14:45:25		Aceito
Outros	resposta_equipe_pesquisa.pdf	17/02/2018 11:04:08	Sara Ferreira de Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento.pdf	11/02/2018 15:22:59	Sara Ferreira de Almeida	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_sara.pdf	14/12/2015	Sara Ferreira de	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.540.098

Folha de Rosto	folha_rosto_sara.pdf	16:02:54	Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_sara_ferreira.pdf	10/12/2015 11:13:28	Sara Ferreira de Almeida	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 11 de Maio de 2016

Assinado por:
Ricardo Carneiro Borra
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br

Campanha lançada em 2010 pela Prefeitura de São Carlos.



Ajude-nos a proporcionar cidadania ao morador de rua!

A Prefeitura de São Carlos implantou o Programa de Atendimento às Pessoas Adultas Moradoras ou em Situação de Rua, visando criar condições para resgatar ou adquirir referências na família e na comunidade, enquanto sujeitos de direitos. Para tanto, são desenvolvidas ações de abordagem diária nas ruas, acolhimento, convivência e socialização no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Este serviço conta com uma equipe multidisciplinar composta por Coordenador, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Educadores Sociais e funcionários da área administrativa e de Segurança. Os usuários participam de atividades em grupos, oficinas culturais, aulas de artesanato, reuniões com grupo do AA – Alcoólicos Anônimos, cursos de inclusão digital, encaminhamentos para os demais serviços públicos. Além de alimentação, cuidados com a higiene pessoal e referência domiciliar.

Em complementação a este trabalho, destacamos o Albergue Noturno que oferece acolhimento, pernoite e estende o atendimento aos finais de semana e feriados. Para os itinerantes/trecheiros que estão de passagem pelo município são fornecidos bilhetes rodoviários para que possam chegar aos seus locais de destino. Dar esmola aos moradores de rua ajuda a mantê-los em situação de vulnerabilidade social. Venha nos conhecer, esta é uma forma legal de começar a nos ajudar. Outra forma é fazendo sua doação ao Fundo Municipal de Assistência Social para o programa de atendimento. Quem dá esmola, não dá futuro!

Informações

CREAS – População em Situação de Rua
Local: Rua São Joaquim, 818 – Centro
Horário de Atendimento: 8h às 17h
Contato: 3307 4795
Albergue Noturno
Local: Rua Rotary Clube, 101 – Vila Marina
Contato: 3361 1267



O que é o CENTRO POP

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS é unidade de serviço de proteção social especial (média complexidade), para atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social.

CENTRO-POP

Presta atendimento especializado para famílias e pessoas adultas que se encontram em situação de rua, no município de São Carlos.

O atendimento no CENTRO POP

Abrange abordagem de rua, cuidados de higiene e alimentação, albergagem, encaminhamentos para a saúde, triagem (para identificar suas necessidades), investigação social (cadastro e entrevista) e encaminhamentos necessários para a rede de proteção social.

O serviço de albergue é prestado por unidade conveniada com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e acolhe a população itinerante e em situação de rua da nossa cidade acompanhada pelo Centro Pop.

Serviços

- Abordagem Social
- Acolhimento e acompanhamento social, psicológico e terapêutico ocupacional

COMO FUNCIONA O ATENDIMENTO DO CENTRO-POP?

Serviço Especializado em Abordagem Social

A abordagem social é um serviço do Centro Pop. É realizada diariamente ou de forma programada de acordo com agendamento e mapeamento, bem como, atende a denúncias e solicitações dos serviços de órgãos públicos e pessoas da comunidade.

Tem como objetivo assegurar atendimento social de abordagem e busca ativa, para identificar a ocorrência de pessoas em situação de rua, e outras situações de risco e violações de direitos.

Na abordagem é prestado atendimento às necessidades imediatas, com acolhimento e encaminhamento das pessoas para o CREAS Pop ou outros serviços sócio assistenciais ou da rede de proteção social.

Como é realizado:

- Abordagem social nas ruas, praças e locais mapeados como de incidência de população em situação de rua, mendicância, entre outras situações de violação de direitos;
- Atendimento emergencial às solicitações da central de atendimento da Guarda Municipal;
- Ações de sensibilização, para divulgação do trabalho realizado para a população e comércio, sobre a importância de **não** dar dinheiro;
- Ações de encaminhamento e acompanhamento das pessoas e famílias abordadas, de acordo com as situações de violação de direitos identificadas.

Nas situações de emergências, fazer contato com:

- Guarda Municipal: 0800-7710043
- Conselho Tutelar: (16) 3371.3930
- Albergue Noturno: (16) 3361.1267
- Centro POP: (16) 3307.4795
- SMCAS: (16) 3371.2290

Quando você dá dinheiro
a uma pessoa na rua, ela deixa
de procurar os nossos serviços.



CENTRO POP

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua São Joaquim, 818 - Telefone: 3307.4795

Ela deixa de procurar os nossos serviços:

O CREAS POP, é um centro de referência vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistencial Social, que atende a população em situação de rua da nossa cidade. Além de acolhimento em nossa sede com alimentação e banho durante o dia os usuários atendidos participam de atividades sócio-educativas com o propósito de ingressar no mercado de trabalho e retorno ao convívio familiar dando assim um novo sentido para suas vidas.

CREAS POP: Rua São Joaquim, 818 - Tel: 3307.4795

Outros serviços:

CREAS	Serviço de atendimento à criança e ao adolescente, mulher, idoso e pessoa com deficiência.	Rua Treze de Maio, 1.732 Tel: 3307.7799 / 3374.3271
CREAS CRAS	Serviço de atendimento à comunidade nos bairros.	Pacaembu - Tel: 3375.3845 Santa Felícia - Tel: 3374.3937 Cidade Aracy - Tel: 3375.8685 São Carlos VIII - Tel: 3361.2130
ALBERGUE NOTURNO	Serviço de atendimento ao itinerante e trecheiro.	Rua Rotary Club, 101 Tel: 3361.1267
CONSELHO TUTELAR	Serviço de vigilância dos direitos da criança e adolescente.	Tel: 3371.3930 / 3372.4295
BALCÃO DE EMPREGOS	Serviço de orientação para o trabalho.	Tel: 3376.2647 / 3376.4425 / 3372.9230
PASTORAL CARCERÁRIA	Serviço de orientação e atendimento a pessoa regressa do sistema prisional.	Tel: 3364.2957
GUARDA MUNICIPAL		Tel: 153

CREAS
Centro de Referência Especializada de Assistência Social

Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

SÃO CARLOS

Este mapa contém informações de fontes públicas e privadas. ODP/10/002/08/24/2021/23.03.2021/10000/03/1 - Página: 20/002 exemplares. PMS: 2014

Convênio 08/16



Prefeitura Municipal de São Carlos
Estado de São Paulo

Rua Episcopal, nº 1.575 - Centro - São Carlos - SP - CEP 13560-905

Processo nº 27.536/15

104
 ae

CONVÊNIO Nº 8/16

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
 MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA
 MUNICIPAL DE SÃO CARLOS E SABER AMAR.**

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – Prefeitura Municipal de São Carlos**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01, com sede na Rua Episcopal, nº 1.575, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **PAULO ROBERTO ALTOMANI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.488.313-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 594.281.808-82, residente na Rua Antonio Álvaro Zuim, nº 200, Vila Parque Santa Mônica, São Carlos, SP, CEP 13561-205, adiante denominado **MUNICÍPIO**, e **SABER AMAR**, pessoa jurídica de direito privado, entidade de fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.715.291/0001-72, com sede na Chácara nº 1, s/nº, Varjão, São Carlos, SP, CEP 13573-284, neste ato representada pelo seu Presidente, na forma de seu Estatuto, **CELSO SILVA LIMA**, brasileiro, casado, micro-empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 162.227.318-6-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 141.880.678-10, residente no Condomínio Estância da Paz, casa 6, zona rural, São Carlos, SP, adiante denominada **ENTIDADE**, resolvem celebrar o presente Convênio, que será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas, na forma da permissão concedida pela Lei Municipal nº 17.668, de 9 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste convênio o repasse financeiro do **MUNICÍPIO** à **ENTIDADE**, para o fomento do projeto social "Casa de Passagem".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE

2.1. O **MUNICÍPIO** repassará à **ENTIDADE**, o valor total de R\$ 427.074,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e setenta e quatro reais), a título de subvenção, em parcelas consecutivas no exercício de 2016.

2.2. As despesas decorrentes do presente ajuste correrão à conta de dotações orçamentárias codificadas sob os nºs 09.02.08.244.0030.2.027.3.3.50.43.01.110000 – Desp. 0135, do orçamento de 2015 e 09.02.08.244.0030.2.027.3.3.50.43.01.110000 – Desp. 0138 do orçamento vigente.

2.3. A liberação da parcela vincenda ficará condicionada à apresentação de prestação de contas de parcela anterior, conforme disposto na subcláusula 6.2. deste convênio.

2.4. A prestação de contas da última parcela liberada no exercício se dará juntamente com a prestação de contas final, prevista na subcláusula 6.1.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3. O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura, até **31 de dezembro de 2016**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

4. São obrigações da **ENTIDADE**:

4.1. executar o objeto do presente instrumento com zelo e presteza, conforme plano de trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, parte integrante deste convênio independentemente de transcrição;

4.2. promover a execução do objeto do convênio na forma e prazo estabelecido;

4.3. aplicar o recurso financeiro, inclusive o proveniente da receita obtida das aplicações financeiras realizadas, exclusivamente na consecução do objeto;

Visto



Prefeitura Municipal de São Carlos
Estado de São Paulo
Rua Episcopal, nº 1.575 - Centro - São Carlos - SP - CEP 13560-905

105
20

(continuação do Convênio nº 8/16 – fls. 2)

- 4.4. comprovar o bom e regular emprego do recurso recebido, bem como os resultados alcançados;
- 4.5. informar o MUNICÍPIO sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do convênio;
- 4.6. informar expressamente o MUNICÍPIO, sobre quaisquer mudanças nos dispêndios previstos no Plano de Trabalho (Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso), aguardando autorização expressa para efetuar os gastos;
- 4.7. atender às solicitações da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, no que concerne ao atendimento da demanda do Município;
- 4.8. oferecer instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade e segurança;
- 4.9. nas suas ações, cuidar, com absoluta prioridade, que os indivíduos atendidos estejam a salvo de negligência, exploração, violência e qualquer forma de discriminação;
- 4.10. conjugar esforços visando incentivar a participação da comunidade usuária nos processos decisórios, bem como no acompanhamento do desenvolvimento dos atendidos;
- 4.11. . fornecer os profissionais capacitados que atuem na área relacionada com o objeto do presente ajuste, nos cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e outros órgão públicos;
- 4.12. afixar placa, em local visível, informando que a ENTIDADE é conveniada com o MUNICÍPIO, conforme modelo fornecido por este;
- 4.13. proceder à divulgação da presente parceria, junto à comunidade, em todos os eventos promovidos, entrevistas, panfletos e demais meios de divulgação relacionadas ao objeto deste convênio;
- 4.14. prestar contas, na forma prevista na cláusula sexta.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- 5.1.1. assessorar, supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades inerentes à execução do objeto pactuado;
 - 5.1.2. efetuar o repasse financeiro, na forma prevista na cláusula segunda;
 - 5.1.3. manifestar-se sobre a solicitação da ENTIDADE, objetivando alteração no Plano de Trabalho;
 - 5.1.4. fornecer placa na forma prevista na subcláusula 4.12.
 - 5.1.5. manifestar-se sobre a prestação de contas apresentada pela ENTIDADE.
- 5.2. Fica o órgão de controle, mencionado na cláusula sétima, deste instrumento, responsável pela elaboração, ao término do Convênio, de relatório governamental, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados dos repasses e a eficácia e eficiência, bem como atestar a legalidade dos repasses e demonstrar de forma quantitativa e qualitativa a economicidade obtida em relação ao previsto em programa de governo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO da seguinte forma:

- 6.1.1. prestação de contas final nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente ao recebimento do recurso, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 6.1.1.1. ofício encaminhando a prestação de contas;
 - 6.1.1.2. inscrição da ENTIDADE no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - 6.1.1.3. estatuto social da ENTIDADE, se alterado;
 - 6.1.1.4. cópia da ata de posse da última Diretoria;
 - 6.1.1.5. declaração de existência de fato e do funcionamento da ENTIDADE, relativa ao período da concessão, firmada por autoridade pública municipal, estadual ou federal;

Viste



Prefeitura Municipal de São Carlos
Estado de São Paulo

Rua Episcopal, nº 1.575 - Centro - São Carlos - SP - CEP 13560-905

10/12
re

(continuação do Convênio nº 8/16 – fls. 3)

- 6.1.1.6.** manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente da ENTIDADE sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos recebidos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão concessor;
- 6.1.1.7.** declaração de utilidade pública ou certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, documento que ateste o reconhecimento da entidade junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nos termos da Lei Federal nº 12.435/11;
- 6.1.1.8.** demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do ato concessório, conforme modelo do Anexo 24 das Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 6.1.1.9.** na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com recursos recebidos, prova dos respectivos registros contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- 6.1.1.10.** relação dos documentos das despesas pagas, computadas na prestação de contas, conforme modelo do Anexo 24 das Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- 6.1.1.11.** comprovante da devolução dos recursos não aplicados;
- 6.1.1.12.** relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- 6.1.1.13.** relatório anual das atividades desenvolvidas, identificando as custeadas com recursos próprios e as com recursos de origem pública;
- 6.1.1.14.** relação nominal dos indivíduos beneficiados com o atendimento;
- 6.1.1.15.** cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros, acompanhado de balancete analítico acumulado de dezembro, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a respectiva conciliação bancária, acompanhada do extrato, referente ao exercício em que o numerário foi concedido;
- 6.1.1.16.** extrato bancário;
- 6.1.1.17.** comprovantes de realização das despesas sendo que, no corpo dos documentos originais deverá ser indicado o número da Lei autorizadora, o órgão concessor e o número do Convênio (LEI MUNICIPAL Nº 17.668, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2015 / PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – CONVÊNIO Nº 8/16), extraíndo-se, em seguida, as cópias que deverão ser juntadas na prestação de contas;
- 6.1.1.18.** certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade comprovando habilitação profissional do contabilista responsável pelas demonstrações contábeis da ENTIDADE.
- 6.1.1.19.** certidão negativa de débitos trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho.
- 6.1.1.20.** declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- 6.1.1.21.** declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente.
- 6.2.** prestações de contas parciais, mediante apresentação dos documentos previstos nas subcláusulas 6.1.1.1., 6.1.1.3., 6.1.1.10., 6.1.1.12., 6.1.1.14., 6.1.1.16., 6.1.1.17 e 6.1.1.19.
- 6.3.** Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao presente instrumento, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, após contabilizados, devem ficar arquivados na sede da entidade, à disposição do MUNICÍPIO e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 6.4.** Os documentos comprobatórios de despesas deverão ter data posterior ao recebimento dos recursos.
- 6.5.** As prestações de contas devem ser protocoladas na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

J

Visto



Prefeitura Municipal de São Carlos
Estado de São Paulo

Rua Episcopal, nº 1.575 - Centro - São Carlos - SP - CEP 13560-905

107
re

(continuação do Convênio nº 8/16 - fls. 4)

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

7. O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

7.1. O controle interno também ficará a cargo da Controladoria Geral do Município, a qual deverá validar a justificativa da unidade requisitante, bem como elaborar declaração em conformidade com o que determina a cláusula 5.2 deste convênio juntamente com a unidade gestora.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8. Este convênio poderá ser rescindido por qualquer das partes, devendo a rescisão ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.


CLÁUSULA NONA – DO FORO

9. Fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Convênio.

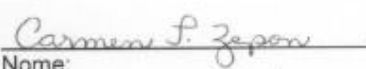
E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


São Carlos, 21 de janeiro de 2016.


PAULO ROBERTO ALTOMANI
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO


CÉLSON SILVA LIMA
Saber Amar
ENTIDADE


Testemunhas:


Nome:
RG nº 33 821 559-1


Nome:
RG nº 24.391.405-6

Visto

Regimento Interno da Casa de Passagem Saber Amar

 **Saber Amar**
www.saberamar.org

Atílio Desafio Jovem da Cidade de S. Carlos

REGIMENTO INTERNO DA CASA DE PASSAGEM
SABER AMAR

CAPÍTULO I
DA SEDE, DENOMINAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - O CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, com atendimento na Rua Rotary Club, 101 – S. Carlos, Sp

Art. 2º- OBJETIVO: Atender as pessoas que se encontram em situação de rua ou necessitando de atendimento social e de saúde, através da rede de assistência social, resgatando a autoestima, garantindo direitos à cidadania, reintegração à família e inclusão social.

§ 1º- A Instituição é ADMINISTRADA PELA ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM INTUITO DO LUCRO, denominada SABER AMAR com CNPJ 50.715.291/0001-72, com sede na rua 9 de julho 1280, em convênio com a Prefeitura Municipal de S. Carlos.

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS, DEVERES E OBRIGAÇÕES.

Art. 3º- Os assistidos têm direito a serem atendidos, desde que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade social, e necessitando dos serviços prestados pela instituição:

- de usufruir dos benefícios oferecidos pelo CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;
- de ser tratado com respeito e dignidade;
- são iguais perante todos os funcionários, nenhum gozará de privilégios diferenciados;
- somente ingressarão e/ou permanecerão na CASA DE PASSAGEM SABER AMAR por livre vontade;
- tem direito de assistir TV, desde que, respeitem o canal solicitado pela maioria, ou indicado pelo Coordenador.

Art. 4º- Os assistidos têm o dever de respeitar todos os funcionários do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR:

- de cuidar e zelar pelo espaço físico e equipamentos da instituição;
- de limpar e cuidar dos pertences que são oferecidos para o seu uso pessoal, bem como, lavar suas próprias roupas;
- de fazer sua higiene pessoal;
- de obedecer todas as normas da instituição;
- de buscar serviço no mercado de trabalho, quando estiver com saúde;
- de respeitar as mulheres albergadas e vice-versa;
- de aceitar o tratamento médico, como também os medicamentos prescritos pelo médico;
- de respeitar o canal de TV, escolhido pela maioria;
- É expressamente proibido ao albergado permanecer sem camisa, ou andar nos dormitórios de roupa íntima;
- de respeitar seus companheiros dentro da instituição;
- Em caso de superlotação quem estiver bem de saúde deverá ceder (se necessário) sua cama para outro que apresentar problemas de saúde ou idoso;
- Todos os assistidos deverão colaborar com seus companheiros(as) que estiverem necessitando de sua ajuda;

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N^o 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/85 - Utilidade Pública Federal - Lei 1386/2005

Sede própria: chácara nº 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varjão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

Atendimentos e internações: Rua 9 de julho 1280 - centro, CEP 13560-042 - S. Carlos - SP - CNPJ 50.715.291/0001-72 - Inscrição Estadual: sexta

Contatos (16) 978-24663 e 31165570 <http://www.saberamar.org> - e-mail: contato@saberamar.org



Saber Amar

www.saberamar.org

Antigo Desafio Jovem da Cidade de S. Carlos

m) Poderão ser prestados serviços voluntários como contribuição na manutenção da limpeza do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

Art. 5º- Os funcionários têm direito de ser respeitado por outros funcionários, pela Coordenação e pelos assistidos:

- a) de ter garantido os direitos assegurados no Estatuto do funcionário público;
- b) de ter acesso a informações, capacitações e atividades que visem conhecimentos, aprimoramento profissional e qualidade no atendimento;
- c) de ter acesso a imunização mensal, anual e de campanhas da saúde, por equipe da Secretaria Municipal de Saúde, no CASA DE PASSAGEM SABER AMAR Municipal;
- d) Reuniões Mensais (ordinárias) ou sempre que houver necessidade (extraordinárias) para orientações da Coordenação, exposição de dificuldades e avaliações.

Art. 6º- Os funcionários têm dever de respeitar aos assistidos, Coordenação e demais funcionários:

- a) de cumprir os deveres;
- b) É expressamente proibido aos funcionários receber visita de seus familiares e amigos no CASA DE PASSAGEM SABER AMAR e dependências;
- c) O funcionário deverá comunicar à Coordenação, com antecedência, substituição quando da necessidade de ausentar-se.

CAPÍTULO III

ROTINA DA CASA DE PASSAGEM SABER AMAR

Art. 7º- Deverá ser feita triagem, com cadastro, entrevista, leitura ou informação das normas internas e assinatura de acordo:

- a) A permanência no CASA DE PASSAGEM SABER AMAR dependerá da anuência com as normas estipuladas;
- b) Em caso de não concordância com as normas do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, o albergado não poderá permanecer, porém, poderão ser ofertados benefícios imediatos: banho, alimentação, orientação ou encaminhamento, antes da sua saída;
- c) Deverá ser feita a conferência e relação dos pertences por funcionário do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, na presença do assistido, com respectivas assinaturas, e, posteriormente, condicionado com identificação no guarda-volumes;
- d) É oferecido roupa, toalha e produtos de higiene pessoal, conforme a necessidade do albergado e disponibilidade da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;
- e) É proibido portar, distribuir, usar substâncias psicoativas (tóxicos, álcool, cigarros ou assemelhados ou quaisquer outros prejudiciais à saúde física e mental), na CASA DE PASSAGEM SABER AMAR ou nas suas imediações;
- f) No período de 08:00 às 18:00 horas, as atividades são principalmente de limpeza, manutenção e administração, com auxílio ou não voluntário de assistidos;
- g) No período de Segunda a Domingo é aberto para os voluntários de forma geral estarem fazendo as palestras, orações e visitação, conforme agendamento com a Coordenação;
- h) Durante o dia, o serviço social ou psicologia, acompanha o assistido (sem

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N.º 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/83 - Utilidade Pública Federal - Lei 1588/2005

Sede própria: chácaras n.º 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

Atendimentos e internações: Rua 9 de julho 1280 - Centro, CEP 13560-042 - S. Carlos - SP - CNPJ 80.715.291/0001-72 - Inscrição Estadual: Isenta



Saber Amar

www.saberamar.org

Antigo Desfile Jovem da Cidade de S. Carlos

condições física e psíquica) ao médico para tratamento, integração com serviços diversos e outros, quando necessário ou na impossibilidade da Coordenadora;

- i) Durante o período noturno, só atenderemos assistidos com problemas de saúde caso seja grave, onde caberá ao plantonista perceber a necessidade; j) A equipe técnica, só entregará os serviços de instituição para o plantonista noturno, após, estar seguro que tudo esteja sob controle e devidamente organizado, sem nenhum problema;
- k) É proibido praticar atos libidinosos, prostituição, ato sexual e leitura pornográfica no interior do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR I.

CAPÍTULO IV DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ALBERGADO

Art. 8º - Os assistidos terão os seguintes atendimentos:

- a) Acolhimento;
- b) 03 (três refeições: Café da manhã, Almoço, e Jantar);
- c) Higiene pessoal, sabonete e creme dental, conforme necessidade do assistido e disponibilidade do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;
- d) Roupas de cama e banho, cobertores (serão devolvidos a CASA DE PASSAGEM SABER AMAR na saída do albergado);
- e) Serviço médico com encaminhamento aos atendimentos públicos;
- f) Providências para obtenção de documentos pessoais;
- g) Reintegração familiar e social;
- h) Serviço de encaminhamento para internação através do SUS;
- i) Medicamentos, via Farmácia básica do SUS;
- j) Acompanhamento de curativos mais graves;
- k) Agência de emprego;
- l) Casa de recuperação;
- m) Coordenadoria de Direitos Humanos;
- n) Ministério do Trabalho;
- o) Conselho tutelar e outros serviços da rede Municipal e Estadual;
- p) Benefícios junto ao INSS;
- q) Programa de Inclusão Social através de Cursos de Artesanato e outros;
- r) Outros.

CAPÍTULO V DOS HORÁRIOS

Art. 9º- O CASA DE PASSAGEM SABER AMAR acolhe de segunda- feira a segunda. Sendo que durante a semana, exceto em feriados, o CASA DE PASSAGEM SABER AMAR serve café da manhã, almoço e jantar. Aos finais de semana e feriados prolongados, o CASA DE PASSAGEM SABER AMAR fornece as 3 refeições ao dia.

- a) café da manhã -06:30 às 07:30 h
- b) almoço – 11:30 às 13:00 h
- c) Jantar – 19:00 às 21:30 h

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N^o 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/83 - Utilidade Pública Federal - Lei 13886/2005

Sede própria: chácara n^o 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

Atendimento e internações: Rua 9 de julho 1280 - centro, CEP 13560-042 - S. Carlos - SP - CNPJ 50.715.291/0001-72 - Inscrição Estadual: isenta

3/8



Saber Amar

www.saberamar.org

Antigo Deserto Jovem da Cidade de S. Carlos

Reconstruindo vidas desde 1978

CAPÍTULO VI DOS HORÁRIOS ESPECIAIS

Art. 10 - Da permissão para ausentar-se do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR:

- De 2ª feira a 6ª feira, no período diurno, o albergado, em boas condições de saúde, deverá providenciar seus encaminhamentos: trabalho, documentação, INSS, entre outros;
- O albergado que se ausentar do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR aos sábados, domingos e feriados, sem autorização da Coordenação, será automaticamente desligado ou suspenso da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;
- Todos os assistidos deverão cumprir com o regulamento da instituição, e seu descumprimento implicará em desligamento ou suspensão da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;

CAPÍTULO VII DA PERMANÊNCIA

Art. 11 - A natureza específica do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR em regime de abrigo, onde o atendimento é de 24:00 h, por encaminhamento ao Centro POP e não implica em privação de liberdade:

- O CASA DE PASSAGEM SABER AMAR não força ninguém a vir, como também a permanecer, porém sua permanência implicará no cumprimento do Regimento Interno na íntegra;
- O prazo de permanência do albergado dependerá da necessidade de cada caso, devendo ser de até 08 (oito) dias o prazo comum, salvo os casos especiais, conforme análise da Coordenadora ou os inclusos no Programa de Atenção Especial para Inclusão Social de Moradores de Rua;

Parágrafo único: A coordenação geral comunicará por escrito à Secretaria de Assistência Social periodicamente os casos em que se mostre inviável o desligamento do albergado desta instituição.

CAPÍTULO VIII DOS IMPEDIMENTOS

Art. 12 - O CASA DE PASSAGEM SABER AMAR não abriga Crianças e Adolescentes. Quando ocorrerem famílias necessitando de acolhimento com crianças e adolescentes, a instituição convocará os serviços do Conselho Tutelar, que tomará as providências cabíveis.

Parágrafo único: Os casos em que a mãe estiver acompanhada de criança até 4(quatro) anos ou em situação em que seja imprescindível o acompanhamento da mesma, bem como, situações em que envolva adolescentes de 12 a 17 anos, do sexo masculino, em caráter temporário, será permitido o acolhimento, com autorização e avaliação do Conselho Tutelar, encaminhando-se ofício para ciência ao Juiz de Infância e Juventude.

Art. 13 - Os dependentes químicos deverão ser encaminhados à Casa de Tratamento Especializado.

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N° 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/93 - Utilidade Pública Federal - Lei 1388/2005

Sede própria: clácaro nº 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varçilo - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

Atendimentos e internações: Rua 9 de julho 1280 - centro, CEP 13560-042 - S. Carlos - SP - CNPJ 30.713.291/0001-72 - Inscrição Estadual: Isento

4/8



Saber Amar

www.saberamar.org

Antigo Despço Jovem da Cidade de S. Carlos

Art. 14 - As pessoas com distúrbio mental deverão ser acompanhadas pelo CAPS (Centro de Apoio Psicossocial), até viabilização de internação via Secretaria Municipal de Saúde, em Casa Terapêutica ou Hospital Psiquiátrico.

Art. 15 - A CASA DE PASSAGEM SABER AMAR não acolherá pessoas com deficiência severa, considerados incapazes ou dependentes, salvo se acompanhados de um responsável.

Art. 16 - A CASA DE PASSAGEM SABER AMAR não acolherá usuários que já foram excluídos por problemas de condução de entorpecentes para dentro da Instituição.

Art. 17 - O assistido que foi desligado por problemas de indisciplina, evasão e outros não terão oportunidade de retornarem a Instituição.

Art. 18 - O CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, mantido através Convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social, supervisionado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que viabilizará parcerias efetivas nas seguintes áreas: Saúde, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Educação, Indústria/ Comércio e Turismo (SINE), Defensoria Pública, Câmara Municipal, Promotoria, Pública, Juizado de Menores da Comarca, Sindicato dos Comerciantes, Empresariado local, Clubes de Serviço, Juizes da Comarca, Policiais Civis e Militares, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Voluntários e outros que garantam as ações necessárias do usuário com a CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

CAPÍTULO IX DO PATRIMÔNIO

Art. 19 - É de inteira responsabilidade da Coordenadora, funcionários e usuários da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, zelar pelo patrimônio da utilização no que se refere ao espaço físico e manutenção dos equipamentos e dependências.

CAPÍTULO X DA RECEITA/DESPESA

Art. 20 - A manutenção da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, será feita por convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social, supervisionado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e eventos, doações de entidades de classe e clubes de serviço, doações de empresários, doações de entidades voluntárias, igrejas e outros.

CAPÍTULO XI DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 21 - A CASA DE PASSAGEM SABER AMAR será administrado por uma Coordenadora, com plantão à distância, ininterrupto, podendo a mesma ser chamada a qualquer momento, dependendo da necessidade da instituição, terá também no quadro de funcionários, podendo ser alterado de acordo com as necessidades desde que alterado o Plano de Trabalho específico para tal convênio.

Parágrafo único: Assistentes Sociais, Psicólogas e outros profissionais serão Utilizados do quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social e através de parcerias com Universidades, Secretarias Municipais e voluntariado.

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB Nº 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/83 - Utilidade Pública Federal - Lei 1588/2005
Sede própria: chácara nº 1 - Estrada Pau Brasil, Distrito do Varão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

5/8



Art. 22 - O Regime de atendimento é abrigo temporário com atendimento 24:00 horas.

CAPÍTULO XII

ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORA

Art. 23 - Conhecer todo Regimento Interno da Instituição como também sua ideologia e filosofia.

Art. 24 - Fazer a triagem para ingresso na CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

Art. 25 - Coordenar e acompanhar as triagens de rua.

Art. 26 - Coordenar reuniões com funcionários e/ou assistidos.

Art. 27 - Encaminhar Relatórios Mensais e das situações que devam ter ciência da Secretaria de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 28 - Solicitar e encaminhar assistidos para atendimento na rede de assistência social municipal: Saúde, Assistência Social, etc.

Art. 29 - Coordenar a limpeza local.

Art. 30 - Zelar pela aplicação das normas da Instituição pelos funcionários e assistidos.

Art. 31 - Autorizar o assistido, por escrito, encaminhamentos à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 32 - Exigir do assistido a apresentação de documentos comprobatórios que justifiquem ausência do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, como: INSS, SUS, SINE, etc.

Art. 33 - A Coordenadora não poderá usar o veículo para outras finalidades que não exclusivamente em serviço da Instituição.

Art. 34 - Os casos omissos deverão ser tratados com anuência da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO XIII

ATRIBUIÇÕES DOS PLANTONISTAS

Art. 35 - O Plantonista quando assume o plantão, automaticamente também assume toda responsabilidade da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

Art. 36 - O(a) Plantonista quando deixar a instituição deverá repassar no Livro de Registro de Ocorrências, relatório de rotina da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, detalhando o comportamento dos usuários e todas as ocorrências.

Art. 37 - O(a) Plantonista tem autoridade total durante o seu plantão. Qualquer divergência entre assistidos ou outra pessoa em relação às normas da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR ou quanto a sua autoridade durante o plantão, não havendo acordo, deverá ser relatado à Coordenadora, para avaliação da atitude correta.

Art. 38 - O(a) Plantonista deverá primar ao respeito e bom atendimento a assistidos e funcionários, de forma indiscriminada.

Art. 39 - É expressamente proibido ao(a) plantonista ou ao guarda dormirem durante o plantão.

Art. 40 - Não é permitido aos plantonistas saírem do espaço físico da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR sem permissão da Coordenadora.



Saber Amar

www.saberamar.org

Abrijo Desafio Jovem da Cidade de S. Carlos

Art. 41 - O plantonista deverá acordar os assistidos às 06:00 horas da manhã, solicitar que todos façam sua higiene pessoal, para em seguida tomarem café da manhã.

Art. 42 O(a) plantonista deverá se obrigar a:

- a) não permitir que o portão fique aberto;
- b) não permitir que nenhum assistido, saia da instituição antes de ter certeza que o mesmo tenha autorização da Coordenação ou do(a) plantonista;
- c) não venha trabalhar com trajes não condizentes com a função que exerce;
- d) não venha trabalhar alcoolizado ou dopado (substâncias psicoativas);
- e) É expressamente proibido o relacionamento amoroso ou sexual com assistidos.
- f) quando o(a) plantonista tiver necessidade de trocar o seu plantão com outro colega é obrigado antes comunicar, com antecedência, à coordenação;
- g) o(a) plantonista deve tratar o assistido com respeito, atenção e cordialidade;
- h) o(a) plantonista quando perceber qualquer problema suspeito com o assistido e não seja atendido aos comandos que der, deve imediatamente comunicar a coordenação;
- i) o(a) plantonista não deve permitir que o assistido permaneça dentro da instituição sem camisa ou outros trajes inadequados;
- j) o(a) plantonista deve ajudar de forma voluntária, fora do expediente, a localização dos familiares dos assistidos, quando este tiver algum vínculo familiar em São Carlos;
- k) o(a) plantonista é responsável pelo controle de entrada e saída de veículos e pessoas no CASA DE PASSAGEM SABER AMAR;
- l) o(a) plantonista é responsável pela revista dos pertences dos assistidos na entrada e saída no CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

CAPÍTULO XV

ATRIBUIÇÕES DA ASSISTENTE SOCIAL

Art. 43 - Conhecer todo o Regimento Interno da Instituição como também sua ideologia e filosofia. (M)

Art. 44 - Discutir com a coordenadora da Instituição, situações que necessitem de medidas mais severas ou de caráter emergencial, em relação a procedimento ou encaminhamento de assistidos.

Art. 45 - Acompanhar o assistido ao serviço médico, exames e outros, quando este estiver debilitado fisicamente e impedi-lo de fazê-lo, no impedimento da Coordenadora, ou designados

Art. 46 - Viabilizar a regularização dos documentos pessoais, como também, outros benefícios junto aos órgãos segurados.

Art. 47 - Viabilizar a inserção do usuário no Mercado de Trabalho, utilizando a rede de Assistência Social.

Art. 48 - Encaminhar os assistidos a Instituições em regime de abrigo, quando necessário e estes estiverem devidamente documentados.

Art. 49 - Subsidiar com temas e exposição às palestras desenvolvidas junto com a equipe técnica aos assistidos e funcionários.

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N.º 0856-1

Cidade Pública Municipal - Lei 8083/79 - Unidade Pública Estadual - Lei 5447/83 - Unidade Pública Federal - Lei 1388/2005

Sede própria, chácara nº 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varjão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-970

Atendimentos e informações: Rua 9 de julho 1280 - centro, CEP 13560-042 - S. Carlos - SP - CNPJ 30.713.291/0001-72 - Inscrição Estadual: Isenta

Contatos (11) 978-34643 e 31165570

http://www.saberamar.org - e-mail: contato@saberamar.org

7/8



Saber Amar

www.saberamar.org

Artigo Desafio Jovem da Cidade de S. Carlos

Art. 50 - Participar junto a equipe técnica quanto ao trabalho de triagem nas ruas, nas abordagens para encaminhamentos à CASA DE PASSAGEM SABER AMAR, quando houver necessidade.

Art. 51 - Elaborar Cronograma de Atendimento Mensal na CASA DE PASSAGEM SABER, bem como Plano de Ação e Relatórios.

Art. 52 - Localizar e reintegrar os assistidos junto aos seus familiares, quando estiverem devidamente documentados.

CAPÍTULO XVII

ATRIBUIÇÕES DO MOTORISTA

Art. 52 - Conhecer o objetivo e natureza específica da CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

Art. 53 - Conhecer (através da coordenação e plantonista) a rotina diária do CASA DE PASSAGEM SABER AMAR.

Art. 54 - É de inteira responsabilidade do motorista o veículo que está a sua disposição.

Art. 55 - É de total responsabilidade do motorista, zelar pela segurança das pessoas que estiver conduzindo.

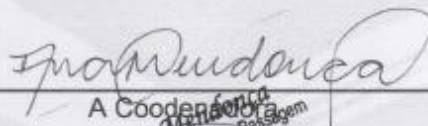
Art. 56 - Sair com o veículo somente com a devida autorização da Coordenadora e/ou Plantonista.

Art. 57 - Não usar o veículo para outras finalidades, exclusivamente nos serviços da instituição.

Art. 58 - Conferir a quilometragem todos os dias, tanto a hora de chegada como na saída, juntamente com a Coordenação.

Art. 59 - O presente Regimento interno entra em vigor imediatamente e pode ser modificado pela Coordenadora da Casa de Passagem ou em acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

S. Carlos, 01 de Janeiro de 2016.



A Coordenadora
Ana Maria de Paula
Coordenadora Casa de Passagem

REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SOB N^o 0856-1

Utilidade Pública Municipal - Lei 8983/79 - Utilidade Pública Estadual - Lei 5447/83 - Utilidade Pública Federal - Lei 1388/2003

Sede própria: chácaras nº 1 - Estrada Pau Brasil, bairro do Varjão - S. Carlos - Estado de S. Paulo - Cx. Postal 696 - CEP 13560-070

Atendimento e internações: Rua 9 de julho 1280 - centro, CEP 13560-043, S. Carlos - SP - CNPJ 50.715.391/0001-73 - Inscricão Estadual: 08000000-00000000

8/8